



Universidade Federal de São Paulo
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Linha de Pesquisa: Pensamento social, Estado e ação coletiva

RODRIGO RODRIGUES DA CRUZ

DO PROTESTO ÀS URNAS:

O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982)

Orientadora: Prof^a Dra^a Débora Alves Maciel

São Paulo
2015

RODRIGO RODRIGUES DA CRUZ

DO PROTESTO ÀS URNAS:

O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Débora Alves Maciel.

SÃO PAULO
2015

CRUZ, RODRIGO.

Do protesto as urnas: O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982)/Rodrigo Rodrigues da Cruz. Guarulhos, 2015.

189 f.

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015.

Orientação: Prof.a Dr.a Débora Alves Maciel

1. movimentos sociais e política institucional. 2. movimento homossexual brasileiro 3. transição política. 4. Partido dos Trabalhadores. 5. eleições de 1982 I. Maciel, Débora Alves. II. Do protesto às urnas: O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982).

Rodrigo Rodrigues da Cruz

Título: Do protesto as urnas: O movimento homossexual brasileiro na transição política
(1978-1982)

Aprovação: ____/____/____

Prof.a Dra. Débora Alves Maciel
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Júlio Assis Simões
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Rafael De La Dehesa
College of Staten Island - The City University of New York

*A todas as pessoas LGBTTI
que lutam por um mundo melhor.*

Agradecimentos

Este trabalho, além de apresentar os resultados de dois e meio anos de dedicação à pesquisa, também representa o encerramento de um ciclo pessoal que durou quase seis anos. Em 2010, quando mudei de Belém para São Paulo, recém-formado em jornalismo e com a intenção de fazer mestrado em cinema, não poderia imaginar os caminhos que me trariam até aqui. Entrei em contato com as mobilizações de grupos LGBT contra-ataques de cunho homofóbico em São Paulo, a partir de novembro de 2010. Em pouco tempo, os meus interesses de pesquisa se voltaram para a compreensão dos fenômenos referentes aos movimentos sociais. Entre os dois anos em São Paulo e um ano e meio em Campinas, pelo menos duas aulas como ouvinte nos cursos de graduação e mestrado em Ciências Sociais da Unicamp me fizeram ter a certeza de que valia a pena mudar de rota. Foram anos de intenso aprendizado pessoal e profissional que sem dúvida se refletiram no processo de pesquisa e construção desta dissertação.

Em agosto de 2013, depois de aprovado no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp, fui apresentado à principal responsável pelo desenvolvimento deste trabalho. A professora Débora Alves Maciel foi mais do que eu poderia esperar de uma orientadora. Foi uma inspiração em termos éticos, teóricos e metodológicos. Parafraseado a minha colega de grupo de pesquisa Alice Belinello, com o apoio da Débora, esta pesquisa foi muito além do que eu havia imaginado. Sou imensamente grato pelas leituras recomendadas e pelos comentários insistentes a cada parágrafo, cada página e cada nota de rodapé. Devo agradecer também aos meus colegas do grupo de estudos em movimentos sociais da PPGCS Unifesp, que acompanharam de perto o desenvolvimento da pesquisa, discutindo os capítulos, fazendo críticas, sugestões e elogios, quando estes eram possíveis. Além da Alice, Patrícia Jimenez, que se tornou uma amiga querida, Amanda Paiva, Paulo Spina, Marcelo Netto Rodrigues, Tiago Gonçalves e Gustavo Freitas.

Outros professores contribuíram diretamente para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço a Alessandra El Far (Unifesp) e Ingrid Cyfer (Unifesp) pelos comentários ao projeto durante a disciplina de Seminários de Pesquisa; a André Singer (USP) pelas recomendações durante as aulas de Partidos Políticos e Eleições; a Brasília Sallum Jr (USP) e Javier Amadeo (Unifesp) pelas sugestões e críticas apresentadas durante o exame de qualificação e a Maria Cristina Pompa (Unifesp) pela disposição em ensinar e pela paciência e dedicação com a qual me recebeu no Estágio de Docência (PAD). Agradeço ainda aos meus

colegas de pós-graduação da Unifesp Guarulhos, que contribuíram por meio de comentários e sugestões às primeiras versões do projeto de pesquisa, e aos funcionários da secretaria de pós-graduação Daniela Gonçalves, Douglas Barbosa e Rafael Ferreira pelo suporte constante.

Ao longo do processo de pesquisa, recebi o apoio de dezenas pessoas que, voluntariamente, concederam entrevistas, doaram documentos, indicaram contatos, livros e fontes documentais. Sou grato a James Green pelo apoio incondicional; a Hiro Okita por ter me recebido e pelos materiais raros que me foram confiados; a Marisa Fernandes pelo empenho em contribuir com o trabalho; a Claudia Regina por compartilhar tantas informações valiosas; a Dinah Lemos, Elisabete Burigo, Júlio Delmanto e Simone Schmidt por terem me fornecido contatos; a Fernando Nogueira, Marcelo Hameister e Mário Grego pelas entrevistas concedidas. Também agradeço a Fernando Barroso, Dau Bastos e Álvaro Garcia pelas informações sobre fontes documentais e doações de imagens e documentos; a Rita Colaço por ter se colocado à disposição; a Fábio Rocha e à toda a equipe do Centro Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu Abramo, pela paciência; e às pessoas que, mesmo de longe, ajudaram de forma decisiva: o Prof. Rafael De La Dehesa, da College of Staten Island (EUA), Peter Drucker (EUA/Holanda), Alex de Jong (Holanda), Cassilda Teixeira (Portugal, atualmente em Belo Horizonte, Minas Gerais) e João Louçã (Portugal).

Para ser justo, nada do que fiz até hoje teria sido possível se não fossem os esforços da minha mãe Maria Sueli, que dedicou sua vida para que eu pudesse ingressar na universidade pública. Este trabalho tem um significado especial para a nossa relação, pois foi morando longe um do outro que tivemos a oportunidade de redefinir e fortalecer os laços que nos unem. Também agradeço a minha querida irmã Pauline, a minha linda sobrinha Manuela e a minha amada Tia Naza. Ao meu pai Clóvis, agradeço pelo gosto da leitura, por ter me despertado o interesse pela política. Todos os membros da minha família deveriam ser mencionados pelo apoio e carinho, mas é preciso destacar alguns deles: meus primos Alexandre, Lídia, Bruna e Adriana, minhas tias Sandra, Fátima, Marília, Sônia, Maria Luiza e Vânia (*in memorian*) e Vanja (*in memorian*), meus tios Paulo e Dênis, meu afilhado Bruno, meu cunhado Rodolfo e meus avós Paulina, Clarindo e Francisca (*in memorian*).

Em São Paulo, eu não teria sobrevivido sem o apoio de uma amiga especial chamada Luka Franca, que me acolheu como um irmão em sua casa nos primeiros meses de paulicéia e me introduziu no seu círculo de amizades. Nesse curto período, tive a oportunidade de participar um pouco da criação da pequena Rosa, hoje uma criança “crescida”. Obrigado, Luka pela imensa solidariedade e carinho. Agradeço ainda a Paloma, Nanci e Antônio por

terem me feito sentir parte da família; a Marina Pita, por ter dividido comigo o mesmo teto nos momentos mais alegres e mais difíceis da vida; a Luis Fernando Farcetta pelos incentivos constantes e por ter me mostrado uma São Paulo mais bonita e acolhedora; a Luciana Araújo e Leon Cunha, amigos valiosos em tantos níveis, sou grato por terem me dado tantas oportunidades. Agradeço também a Fernando Silva (Tostão) pelo aprendizado constante sobre a política brasileira; a Ana Cristina Carvalhaes Machado pelo carinho, o cuidado e a camaradagem; a Valério Paiva, praticamente um irmão nos tempos de Campinas; a Jéssica Ruiz, Luiza Giovancarli, Ziza da Silva, Reginaldo Alves (o Biroška) e Michel Fernando Pena pela oportunidade de conhecê-los e de aprender a lutar contra a homofobia ao lado de vocês.

A Cesar Fernandes, pela inesperada trajetória da nossa amizade, agradeço a oportunidade da compreensão, do perdão e do seu companheirismo sem igual. A Tulio Bucchioni, amigo de todas as horas, que compartilhou comigo as alegrias e dissabores da vida pessoal e acadêmica, serei eternamente grato ao nosso encontro. Agradeço ao querido João Victor Pavesi por ter feito isso acontecer. Sou grato a Camila Viviane, com quem morei durante os anos do mestrado, por ter sido uma companheira tão amável e por ter escutado incessantemente as minhas reclamações e angústias; a Renata e Thales por me permitirem fazer parte dessa história; a Julia Coelho pelos chás e pela boa companhia; a William Santana por estar sempre por perto; a Pedro Franco pelo apoio fundamental no momento da seleção do mestrado; a Adriana Andrade e Diana Alarcon, pela alegria de cada momento compartilhado nos últimos anos; a Rodrigo Benevides e Sérgio Marino, pelas risadas e comidinhas veganas; a Vinícios Ribeiro pela amizade de quase uma década; a Rafael Rodrigues pelas conversas reveladoras; a Lucas Carvalho pela compreensão e a Marcela Santos pelo carinho.

Este trabalho não seria possível sem a contribuição de dois amigos especiais, Remom Matheus Bortolozzi e Felipe Areda, que me incentivaram desde as primeiras páginas do projeto de pesquisa até os momentos finais da revisão. Remom e Felipe contribuíram com inúmeras sugestões de livros e fontes documentais que foram consultadas ao longo da pesquisa. Serei eternamente grato pelo suporte nessa caminhada. Também agradeço aos dois a oportunidade de construirmos juntos o Acervo Bajubá, projeto voltado para o resgate, preservação e salvaguarda da arte, cultura e memória LGBT brasileiras, cujos materiais foram imprescindíveis para este trabalho. Outras amigas e amigos LGBT devem ser mencionados pelo carinho e companheirismos compartilhados: Evelyn Silva, Gustavo Belisário, Ravenna Veiga, Mariana Marcondes e Maria Leão.

Agradeço a Leandro Oliveira, que, mesmo distante, continua sendo uma fonte importante de alegria, amizade e entendimento mútuo; Haroldo França, pela capacidade de me inspirar com a sua criatividade; Keila Fukushima, Filipe Almeida, José Augusto Rodrigues e Priscila Duque, amigas da época da graduação que jamais serão esquecidas. A Joice Souza e Raynéia Machado, duas amigas paraenses que fazem falta no dia a dia da paulicéia. A Glenda Marinho, Felipe Cruz, Mariana Hass, Renata Ferreira (Paraguaia), Mateus Moura, obrigado por me receberem de braços abertos em Belém e em todas as partes do mundo, sempre, a qualquer hora do dia. Juliana Maués merece um agradecimento especial pela amizade e pela revisão final desta dissertação, feita com a dedicação e o comprometimento que lhe são peculiares. Serei eternamente grato a Fábria Martins por todo o acolhimento, as conversas e os incentivos. Aos amigos da APJCC e da antiga Sessão Maldita, Aerton Martins, Fernando Carvalho, Miguel Haoni, Cauby Peixoto e Max Andreone, o meu agradecimento e as minhas sinceras desculpas por ter trocado o cinema pela sociologia política.

Agradeço ainda a todas as pessoas que de alguma maneira me apoiaram ou contribuíram durante essa jornada: Gustavo Seferian, Suelen Granzoto, Maria Silva, Andrea Harada, Nara Di Beo e toda a equipe do Sindicato dos Professores de Guarulhos; Marcos Visnadi, Cecília Rosas, Tiago Kaphan (sem o qual o meu computador não teria resistido até o final do trabalho) e todas pessoas incríveis que conheci através do Coletivo Geni, por terem me dado a chance de fazer as pazes com a escrita antes de encarar esta dissertação; Naiady Piva e Lara Abib pelo senso de humor; Ricardo Henrique pela amizade rara; José Corrêa Leite pelo aprendizado e apoio; Eloisa De Guidice por sua reciprocidade encantadora; Suelen Barbosa pelo suporte emocional no exame de qualificação; Lizandra Oliveira e Mariane Assunção pela hospitalidade; Mariana Proença pela oportunidade que me foi dada anos atrás; Débora Prado e Eliane Barros por confiarem em mim profissionalmente; Beth Haga e Maurício Oriente por me escutarem.

E por último, mas não menos importante, agradeço ao meu companheiro Joachim Bourquadez por todo o amor, pelas risadas e pelo apoio diário que me ajudaram a manter o otimismo durante essa jornada.

A chamada democracia liberal tem a perniciosa mania de parar na porta da fábrica. Nenhuma democracia pode parar aí, e nem na beirada da cama proibida.

Herbert Daniel

RESUMO:

Esta dissertação tem como problema analítico a interação entre movimentos sociais e política institucional. A pesquisa reconstitui o processo de mobilização do movimento homossexual brasileiro, focalizando o conjunto de estratégias adotadas no período de 1978 a 1982: do protesto de rua ao engajamento partidário e eleitoral. O argumento é o de que o movimento homossexual, ao final do ciclo de protestos pela democratização, não entrou em descenso, como boa parte da literatura interpretou. Ativistas mantiveram-se mobilizados na arena partidária, especialmente durante as eleições de 1982, quando se engajaram em campanhas com forte acento contracultural. A hipótese é de que o trânsito em direção à política institucional foi favorecido, de um lado, pelas oportunidades políticas abertas pelo processo de transição brasileiro: a Reforma Partidária de 1979, a renovação das esquerdas, a fundação do Partido dos Trabalhadores, as eleições de 1982; e, por outro lado, pela circulação de *brokers*, tanto em redes transnacionais quanto entre o movimento social e os partidos. O trabalho avalia, ao final, de que modo a experiência do engajamento partidário e eleitoral favoreceu a adoção, pelo movimento, de quadros interpretativos e repertórios de ação mais institucionalizados.

Palavras-chave: movimentos sociais e política institucional; movimento homossexual brasileiro; transição política; Partido dos Trabalhadores; eleições de 1982.

ABSTRACT:

The analytical problem of this dissertation is the interaction between social movements and institutional politics. The research reconstructs the mobilization process of the Brazilian homosexual movement, focusing on the set of strategies adopted from 1978 to 1982: from street protest to the partisan and electoral engagement. The argument is that the homosexual movement, at the end of the protest cycle for democratization, did not go into decline, as much of the literature played. Activists remained mobilized in the partisan arena, especially during the elections of 1982, when they engaged in campaigns with strong countercultural accent. The hypothesis is that the traffic towards the institutional policy was favored, on the one hand, by the political opportunities offered by the Brazilian transition: Party Reform of 1979, the renewal of the Left, the foundation of the Workers Party (PT), the elections of 1982; and, on the other hand, by the circulation of brokers both in transnational networks and between the social movements and parties. The work analyzes, in the end, how the experience of partisan and electoral engagement favored the adoption, by the movement, of more institutionalized frames and repertoires of collective action.

Keywords: social movements and institutional politics; Brazilian homosexual movement; political transition; Workers Party; elections of 1982.

SUMÁRIO

Introdução	18
CAPÍTULO 1. DEBATE CONCEITUAL, PROBLEMA ANALÍTICO E DESENHO DE PESQUISA	22
1.1. Movimentos sociais e política institucional: O debate na literatura.....	24
1.2. Combinando rotinas de protesto e táticas institucionais.....	26
1.3. Movimento homossexual e partidos políticos: Um diagnóstico da literatura nacional e internacional.....	29
1.4. Desenho e Fontes de Pesquisa.....	32
a) Delimitação do Campo.....	32
b) Pesquisa bibliográfica preliminar.....	33
c) Documentos, organização e sistematização dos dados.....	34
d) Entrevistas.....	36
CAPÍTULO 2. HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL DOS ANOS 1960 e 1970: REGIME MILITAR, CONTRACULTURA E LUTA ARMADA	37
2.1. Homossexualidade no Brasil: Identidades, subculturas e comunidades no contexto do desenvolvimento dependente.....	39
2.3. A discriminação às homossexualidades no Brasil: O aspecto societário.....	43
2.3. Homossexualidade como subversão: A ideologia oficial do regime militar.....	46
2.4. A repressão e a defesa dos “inferninhos”: As primeiras mobilizações.....	48
2.5. O “desbunde” e a nova imagem pública do homossexual.....	52
2.6. A imprensa alternativa e a causa homossexual.....	56
2.7. Esquerda, Luta Armada, Homossexualidade e Exílio.....	58
2.8. Contextos e Trajetórias de ativistas: Construindo pontes entre a esquerda e o ativismo homossexual.....	66
CAPÍTULO 3. O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO CICLO DE PROTESTOS PELA DEMOCRATIZAÇÃO (1978-1980)	73
3.1. O ciclo de protestos pela democratização.....	74
3.2. O Lampion da Esquina e a difusão de uma linguagem contestatária.....	77
3.3. O Somos e os primeiros grupos organizados.....	82
3.4. Nós também estamos aí: As lésbicas entram em cena.....	87
3.5. O encontro entre trotskistas e ativistas homossexuais.....	89
3.6. Entre o fortalecimento da comunidade e o protesto de rua.....	96
CAPÍTULO 4. DAS RUAS AO PARTIDO: O ENGAJAMENTO HOMOSSEXUAL NA FUNDAÇÃO DO PT	109
4.1. Movimentos, partidos e eleições em contextos de democratização.....	111

4.2. A Reforma Eleitoral de 1979: Oportunidades e Restrições Políticas.....	113
4.3. O ambiente político da fundação do PT.....	117
4.4. Os homossexuais na campanha pela legalização do PT.....	121
4.5. Terra, Trabalho e Liberdade: A campanha eleitoral do PT em 1982.....	127
CAPÍTULO 5. A MOBILIZAÇÃO HOMOSSEXUAL NAS ELEIÇÕES DE 1982.....	133
5.1. A mobilização dos grupos homossexuais.....	135
5.2. Campanhas eleitorais em defesa da causa homossexual.....	140
a) “Viva o Amor” (Edson Nunes).....	141
b) “Desobedeça!” (José Carlos Dias de Oliveira, o Zezinho).....	145
c) “Por uma vida alternativa” (Liszt Vieira).....	150
d) “Desobedeça!” (Caterina Koltai).....	155
e) “Prazer para todos” (João Baptista Breda).....	160
5.3. A Ressaca das Urnas: Desilusões e aprendizados.....	162
Considerações Finais.....	172
Bibliografia.....	176
Anexo A.....	188
Anexo B.....	189

GLOSSÁRIO

ABC - Santo André, São Bernardo e São Caetano (municípios de São Paulo)

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

AEL - Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp)

AI-5 - Ato Institucional Número 5

ALN - Aliança Libertadora Nacional

AP - Ação Popular

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CBA - Comitê Brasil pela Anistia

Cebrap - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEDEM - Centro de Documentação e Memória da Unesp

CHOR - Coletivo de Homossexuais Revolucionários (Portugal)

CIE - Centro Nacional de Informações do Exército

Cidoc - Centro Intercultural de Documentação (México)

COLINA - Comando de Libertação Nacional

CS - Convergência Socialista

DEIC - Departamento de Investigações Criminais

DEOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DOI-Codi - Destacamento de Operações e Informações e Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DS - Democracia Socialista

EBHO - 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais

EGHO - 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados

ESG - Escola Superior de Guerra

EUA - Estados Unidos da América

GAA - Gay Activist Alliance

GGB - Grupo Gay da Bahia

GALF - Grupo de Ação Lésbico-Feminista

GATHO - Grupo de Atuação Homossexual de Pernambuco

GOLS ABC - Grupo Opção a Liberdade Sexual

GTH - Grupo de Trabalho Homossexual (Portugal)

IBIP - Instituto Brasileiro de Integração Psíquica

IGA - International Gay Organization

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

JEC - Juventude Estudantil Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

LCR - Liga Comunista Revolucionária (França)

LF - Grupo Lésbico-Feminista (Somos)

Libelu - Liberdade e Luta

LIT - Liga Internacional dos Trabalhadores

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MG - Minas Gerais

MHAR - Movimento Homossexual de Ação Revolucionária (Portugal)

MNU - Movimento Negro Unificado

MR-8 - Movimento Revolucionário Oito de Outubro

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

Opep - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

ORM-Polop - Organização Revolucionária Marxista - Política Operária

OSI - Organização Social Internacionalista

PC - Partido Comunista

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PDS - Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Polop - Política Operária

PP - Partido Progressista

PRI - Partido Revolucionário Institucional (México)

PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores (México)

PSR - Partido Socialista Revolucionário (Portugal)

PSUM - Partido Socialista Unificado do México (México)

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PUC - Pontifícia Universidade Católica

QI-CIR - Quarta Internacional - Centro Internacional de Reconstrução

RJ - Estado do Rio de Janeiro

ROTA - Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar

RS - Rio Grande do Sul

SNI - Serviço Nacional de Informações

SU - Secretaria Unificada (da IV Internacional)

SWP - Socialist Workers Party (Estados Unidos)

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

UC-JGB - Unidade de Comando Juarez Guimarães de Brito

UDN - União Democrática Nacional

UMES - União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas

UNE - União Nacional dos Estudantes

Unesp - Universidade do Estado de São Paulo

Unicamp - Universidade Estadual de Campinas

USP - Universidade de São Paulo

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

Introdução

Em junho de 2013, enquanto eu escrevia as primeiras páginas do projeto de pesquisa que daria origem a esta dissertação, o ciclo de protestos contra o aumento da tarifa do transporte público tomou as ruas de todo o país. Depois de ser duramente reprimida pela polícia, a mobilização iniciada em São Paulo sob a liderança do Movimento Passe Livre (MPL) se nacionalizou, estimulando outros movimentos a se insurgirem e levando pessoas comuns a abandonarem suas rotinas para engajarem-se no protesto de rua. Entre uma infinidade de pautas, que iam desde o combate à homofobia até o fim da corrupção, bandeiras de partidos políticos, grupos de esquerda, sindicatos e entidades estudantis eram rechaçadas com hostilidade pela multidão. Os manifestantes gritavam “*Sem partido, sem partido!*”, obrigando ativistas a esconderem símbolos que remetiam às suas organizações. Em um país governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), agremiação que teve suas origens nos movimentos sociais, mais precisamente no ciclo de protestos pela democratização, na virada dos anos 1970 para os 1980, aquele sem dúvida não era um fato corriqueiro. Eu estava convencido de que o meu problema analítico - a relação entre movimentos sociais e a política institucional - permanecia atual.

Esta dissertação reconstitui o processo de mobilização do movimento homossexual brasileiro no período de 1978 a 1982, focalizando a formação dos grupos de movimento, o protesto de rua e o engajamento partidário e eleitoral. O argumento que sustenta o trabalho é o de que o movimento homossexual, ao final do ciclo de protestos pela democratização, não entrou em um período de descenso, como boa parte da literatura interpretou. Embora alguns grupos tenham enfrentado rupturas e outros tenham desaparecido, ativistas mantiveram-se mobilizados na arena partidária, especialmente durante as eleições de 1982, quando engajaram-se em campanhas com forte conteúdo contracultural. A hipótese é de que o trânsito em direção à política institucional foi favorecido por um conjunto de oportunidades políticas abertas pelo processo de transição brasileiro: a Reforma Partidária de 1979, a renovação das esquerdas, a fundação do Partido dos Trabalhadores, as eleições de 1982; e pela circulação de *brokers*, tanto em redes transnacionais quanto entre o movimento social e os partidos. A partir do arsenal teórico proposto pela teoria do confronto político, este trabalho analisa de que modo a experiência do engajamento partidário e eleitoral favoreceu a adoção, pelo movimento, de quadros interpretativos e repertórios de ação mais institucionalizados.

Os estudos sobre movimentos sociais no Brasil ganharam fôlego a partir dos anos 1970, quando praticamente toda a América Latina encontrava-se sob a custódia de regimes autoritários. Esse contexto levou pesquisadores a abordar o Estado e suas instituições como inimigos dos movimentos sociais, tomados como radicalmente opostos à política institucional, críticos à excessiva penetração do Estado nas várias esferas da vida e focados na ação contestatória (EVERS, 1984; SADER, 1988). Outro traço comum da literatura brasileira sobre movimentos sociais neste período foi a ênfase no estudo dos “movimentos populares” ou “movimentos urbanos”, como as associações de bairro, grupos organizados em torno de demandas como saneamento básico, transporte público, serviços de saúde, pelo fim da carestia etc. Essa ênfase foi interpretada como herança dos estudos marxistas sobre marginalidade e dependência dos anos 1960 (CARDOSO, 1987), que se dedicaram a compreender as especificidades do desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos. Ao apontar a existência de uma massa de trabalhadores excluídos nos centros urbanos latino-americanos, essa abordagem apreendeu os movimentos urbanos como uma “nova vanguarda”, cujo papel seria impulsionar uma rebelião popular no país (CARDOSO, 1984).

A ausência de uma análise mais aprofundada sobre a interação entre movimentos sociais e partidos políticos foi interpretada como resultado de um contexto de repressão e bipartidarismo, no qual pesquisadores encontraram dificuldades em mapear essa interação (CARDOSO, 1994). Quando apontavam a presença dos partidos, os estudiosos, quase sempre, limitavam-se a designá-los como “um patamar de organização superior a ser atingido pelos movimentos” e nunca enquanto um problema teórico e prático a ser enfrentado (KOWARIK, 1987). Embora pouco observada, a combinação de formas de ação institucionalizadas e não institucionalizadas aparece na literatura (BOSCHI, 1987) como um recurso acionado pelos movimentos populares como forma de garantir, ao mesmo tempo, autonomia e representação de interesses no enfrentamento cotidiano ao Estado. Contudo, o engajamento institucional “equilibrado” nem sempre era possível de ser alcançado, uma vez que “a manutenção da autonomia levava a um provável insucesso, enquanto um êxito relativo caracterizava o envolvimento pela lógica do Estado” (BOSCHI, 1987, p. 14).

A generalização do protesto em favor da democratização política e a retomada do multipartidarismo no final dos anos 1970 enfraqueceram a agenda de pesquisa sobre movimentos sociais nos anos seguintes, quando foi realizado um balanço sobre a produção do período anterior (CARDOSO, 1984; KOWARIK, 1987; BOSCHI, 1987). Estudos sobre movimentos baseados em causa identitárias, como o feminista, o negro e o homossexual,

seguiram negligenciados, com uma ou outra incursão na virada dos anos 1980 para os 1990. A pesquisa sobre movimentos sociais perdeu a força nos anos 1990, mas foi retomada nos anos 2000 com novas temáticas e abordagens. Uma série de estudos (ALONSO, COSTA, MACIEL, 2007; ABERS E VON BÜLOW, 2011; BRINGEL, 2012) passaram a apontar as várias formas de interação entre movimentos sociais e política institucional, chamando a atenção para as dimensões materiais, organizacionais e estratégicas que perpassam a ação política.

A literatura sobre o movimento homossexual, que ganhou fôlego no Brasil a partir dos anos 2000, privilegiou a análise da formação das identidades e apontou uma polarização entre esfera societária e institucional (McRAE, 1990; FACCHINI, 2005; FACCHINI e SIMÕES, 2009; FACCHINI 2011). Sob esta perspectiva, as interações entre movimento homossexual e política institucional aparecem com maior relevância somente a partir do final dos anos 1980, com a realização da Assembleia Constituinte em 1988, e, com maior força, a partir da década de 1990, com a abertura do Estado para a criação de conselhos participativos e a incorporação das políticas públicas de combate à Aids (FACCHINI, 2005; FACCHINI e SIMÕES, 2009; FACCHINI 2011). O movimento, em suas origens, na virada da década de 1970 para a de 1980, é apontado como autônomo em relação ao Estado e aos partidos políticos. Essa caracterização tem sido questionada por interpretações recentes, que têm ressaltado o papel dos partidos de esquerda e dos ativistas com engajamento múltiplo, que transitaram entre o movimento e a arena partidária (GREEN, 2012; 2014b; DE LA DEHESA, 2010).

Esta dissertação busca se inserir nesse conjunto de novas interpretações sobre o movimento homossexual brasileiro. O texto foi dividido em uma introdução, cinco capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo apresenta o debate conceitual, a partir do modelo teórico do confronto político, faz uma breve discussão sobre o problema analítico e expõe o desenho e as fontes da pesquisa: a delimitação do campo, o levantamento bibliográfico, os documentos consultados, a organização e a sistematização dos dados e as entrevistas realizadas.

O segundo capítulo reconstitui o quadro histórico contextual no qual ativistas se conectaram às redes de engajamento da esquerda e da contracultura durante o regime militar. O objetivo é explicar como foram formadas as redes de ativismo que deram sustentação e permitiram a emergência do movimento homossexual no final dos anos 1970. O terceiro capítulo analisa a emergência do movimento homossexual brasileiro no âmbito do ciclo de

protestos pela democratização, atentando, principalmente, para a relação estabelecida pelo movimento com a esquerda partidária.

O quarto capítulo analisa de que modo a Reforma Eleitoral de 1979 e a fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, constituíram oportunidades políticas para o engajamento de ativistas homossexuais na arena partidária e eleitoral. O ambiente político da fundação do PT é reconstituído com a finalidade de explicar as variáveis que permitiram a permeabilidade do partido às pautas do movimento homossexual. Também são reconstruídos: a participação dos ativistas homossexuais na campanha pela legalização do PT entre os anos de 1980 e 1981 e a identidade pública assumida pelo PT durante a campanha eleitoral de 1982.

O capítulo final analisa as campanhas eleitorais em defesa da causa homossexual nas eleições de 1982, com o objetivo de demonstrar de que modo o engajamento eleitoral de ativistas e grupos organizados contribuiu para que o movimento expandisse os seus quadros interpretativos e repertórios de ação. A conclusão discute os efeitos dessa experiência e defende que a atuação na arena partidária e eleitoral entre os anos de 1978 e 1982 permitiu que o movimento adotasse, nos anos seguintes, quadros interpretativos e repertórios de ação mais institucionalizados.

CAPÍTULO 1. DEBATE CONCEITUAL, PROBLEMA ANALÍTICO E DESENHO DE PESQUISA

Introdução



Fonte: A imagem mostra ativistas homossexuais na passeata do 1º de maio de 1980 em São Bernardo do Campo (SP). Acervo de Fernando Uchoa, publicada em <http://www.bbc.co.uk/portuguese> no dia 10/12/2014 como ilustração da reportagem “LGBT sofriam torturas mais agressivas, diz Comissão Nacional da Verdade”, assinada por Jefferson Puff.

1º de maio de 1980. Mesmo com a cidade cercada por uma tropa de 8 mil policiais, cerca de 150 mil pessoas atenderam ao chamado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema para marchar da Igreja Matriz em direção ao estádio Vila Euclides por ocasião do Dia Internacional dos Trabalhadores (SADER, 1988). Naquele momento, a situação dos operários do ABC era dramática. Os metalúrgicos estavam em greve há um mês, com 90% da categoria paralisada, a diretoria cassada e muitos de seus dirigentes presos, incluindo o presidente da entidade, Luís Inácio Lula da Silva. A convocatória foi interpretada pelo regime militar como uma afronta. Era a primeira vez que um contingente tão grande de trabalhadores marchava por direitos desde 1964. Em meio à multidão que pedia a libertação dos líderes sindicais, surgiu um apoio inesperado. Um grupo de aproximadamente vinte ativistas homossexuais, em sua maioria integrantes do Grupo Somos de Afirmação Homossexual de São Paulo, uniram-se à marcha empunhando faixas em solidariedade à greve. Em uma delas, era possível ler “Contra a intervenção no ABC – Comissão Homossexual Pró 1º de Maio” e, na outra, “Contra a discriminação do/a trabalhador/a

homossexual”. Os ativistas gays e lésbicas temiam uma reação negativa por parte dos grevistas, mas, ao final da caminhada, quando o grupo adentrou o estádio Vila Euclides, os olhares curiosos se converteram em aplausos¹.

Longe de ser um episódio fortuito na história do movimento homossexual brasileiro, a participação de ativistas gays e lésbicas no 1º de maio de 1980 levou à cisão do Grupo Somos (SP) - o primeiro grupo homossexual organizado do país. O episódio sugere que a relação entre o movimento pela liberação sexual, classificado pelos cientistas sociais como parte dos chamados “novos movimentos sociais”, e a esquerda partidária, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), era bem mais intensa do que apontou a literatura sobre o movimento homossexual no Brasil nas décadas de 1980 e 1990.

Os estudos que abordam as origens do movimento homossexual no Brasil (MCRAE, 1990; FACCHINI, 2005; FACCHINI e SIMÕES, 2009) seguem a tendência presente em trabalhos clássicos sobre o ciclo de protestos pela democratização (SADER, 1988), que apontam os movimentos surgidos na abertura política como autônomos em relação ao Estado e aos partidos políticos. Quando mencionada, essa relação aparece, principalmente, como cooptação. Contudo, ao naturalizar a suposta externalidade dos movimentos em relação às instituições políticas, essa interpretação ignora que o ciclo de protestos pela liberalização provocou uma significativa mudança nas oportunidades de acesso à política institucional. A própria retomada do pluripartidarismo em 1979, a fundação do PT em 1980 e a realização das primeiras eleições diretas para o cargo de governador em quase vinte anos em novembro de 1982 evidenciam a abertura de novos espaços institucionais acessíveis ao engajamento político. Somente nos últimos anos, os estudos sobre o movimento homossexual têm se voltado para essa dimensão do fenômeno, como veremos nas próximas páginas.

Este capítulo busca apresentar o problema analítico que será discutido ao longo desta dissertação: a relação entre movimentos sociais e política institucional, debate que vem ganhado fôlego nos estudos sobre movimentos sociais nas últimas décadas. Para tanto, serão apresentadas algumas interpretações do fenômeno na literatura da ação coletiva. Também serão apresentados: um debate sobre os principais conceitos utilizados ao longo do trabalho e um breve diagnóstico da literatura nacional e internacional sobre a relação entre movimento homossexual, partidos políticos e eleições. Ao final, serão relatados os procedimentos metodológicos que sustentaram a realização desta pesquisa.

¹ GREEN, James N. Depoimento de James Naylor Green [Nov. 2014]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2014. Duração: 1:39:59.

1.1. Movimentos sociais e política institucional: O debate na literatura

Até os anos 1980, prevaleceu a ideia de que os movimentos sociais eram verdadeiros “outsiders” em relação ao Estado e aos partidos políticos (GOLDSTONE, 2003). Isso porque, na década anterior, os estudiosos se valeram de duas abordagens para explicar os movimentos sociais que ganharam força no pós-guerra. Enquanto nos Estados Unidos a Teoria da Mobilização de Recursos (MCCARTHY E ZALD, 1977) focalizava a racionalidade e a organização dos movimentos, sem dar relevo às suas interações com o ambiente político, na Europa (e depois na América Latina), a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (HABERMAS, 1981, 1987; MELUCCI, 1989; TOURAINÉ, 1989) buscava construir uma explicação efetivamente cultural para a ação coletiva. Nessa abordagem, a política institucional era vista pelos autores como inimiga dos movimentos sociais, que se opunham ao Estado, aos partidos políticos e aos valores morais dominantes, de modo que as análises se concentravam exclusivamente na esfera da sociedade.

O desaparecimento da arena política na abordagem dos novos movimentos sociais estaria mais relacionado a uma percepção dos pesquisadores de que parte os movimentos surgidos após 1968 não tinham como opção a atividade política institucionalizada (GOLDSTONE, 2003). Os negros estadunidenses simplesmente não podiam votar, enquanto muitos dos estudantes sequer tinham a idade mínima para ir às urnas. As mulheres e os homossexuais, historicamente sub-representados na política institucional, seguiriam a mesma tendência. Isso não significa que os chamados “novos movimentos” não tenham lançado mão de táticas e estratégias políticas mais institucionalizadas, como a participação em campanhas eleitorais, o voto e o *lobby*, mas indica que tais ações não ganhavam relevo nos trabalhos porque os pesquisadores focalizavam mais nos processos de formação de identidades dos ativistas.

O foco na ação dos movimentos dentro de um quadro político mais amplo ganha importância a partir do final dos anos 1970. Uma abordagem mais interacionista (TILLY, 1978; MCADAM, MCCARTHY E ZALD, 1996; GOLDSTONE, 2003; TARROW e TILLY, 2007; TARROW, 2009) propõe uma análise capaz de superar as barreiras convencionais que separam Estado e sociedade, tão demarcada na Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Embora considere os movimentos sociais e o sistema político institucional dois fenômenos distintos, a teoria do confronto político ressalta que estes possuem, muitas vezes, táticas correspondentes, “frequentemente desenhadas pelos mesmos atores e com os mesmos objetivos” (GOLDSTONE, 2003), sendo, portanto, mutuamente constitutivos (MCADAM,

TARROW, 2011). Em vez de apontar o Estado como inimigo dos movimentos sociais, a teoria do confronto político buscou opor “detentores do poder”, aqueles que têm controle ou acesso ao governo que rege uma população (incluídos, os meios de repressão), e “desafiantes”, os que visam obter influência sobre o governo e acesso aos recursos por ele controlados, numa “interação contenciosa”, que “envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder” presentes na arena política (TILLY, 1993). Os movimentos sociais são apreendidos como ações sustentadas em longo prazo por grupos conectados entre si por meio de redes de largo alcance (TARROW, 2009).

Embora sejam constantemente relacionados ao protesto de rua, os movimentos sociais frequentemente lançam mão de um vasto repertório de mobilização, que inclui também ações políticas institucionalizadas (MEYER e TARROW, 1998). Ativistas e grupos de movimentos atuam em várias frentes, combinando o protesto e a ação política institucional. A depender do contexto, os movimentos podem passar muito tempo longe das ruas, fazendo somente *lobby* ou trabalhando para fornecer informações estratégicas para suas bases. Podem ainda atuar como partidos ou auxiliares das agremiações, ajudando a angariar votos para seus candidatos (KRIESI, 1995). As interações entre movimentos sociais e a política institucionalizada são multifacetadas, e podem se dar tanto em termos de cooperação e conflito (DIANI, 2003; MELUCCI, 1996) quanto em termos de rotinização, integração e cooptação (MEYER; TARROW, 1998; MC ADAM; TARROW; TILLY, 2001), sem restringir-se umas às outras.

Em contextos eleitorais, a interação com os partidos pode ir muito além de um simples apoio ou do mero conflito. Pode começar como uma tática do movimento para influenciar os partidos em direção ao reconhecimento de uma determinada causa e desencadear alianças de longo prazo com as agremiações, com relativa dissolução de suas fronteiras, abrindo caminho para o trânsito de ativistas (MC ADAM e TARROW, 2011). Alianças entre movimentos e partidos podem ainda provocar polarizações na arena eleitoral, ou caminhar para a interdependência, como no caso do Partido Republicano dos Estados Unidos, cujo sucesso eleitoral tem se dado, nas últimas décadas, em decorrência do apoio de movimentos religiosos de direita (GREEN, GUTH e WILCOX, 1998; apud GOLDSTONE, 2003). Em períodos não eleitorais, movimentos podem atuar para convencer membros do legislativo de que o apoio a uma determinada causa pode atrair a simpatia de novos eleitores (WILLIAMS, 2003). Em todos os casos, o protesto social e a política institucionalizada surgem, de muitas maneiras, como atividades complementares.

Entretanto, não há razão para esperar que o protesto e a política convencional possam ser substituídos, com grupos de movimento social abandonando o primeiro na medida em que se tornam capazes de utilizar o segundo. Enquanto alguns grupos podem, em determinados momentos, ser mais “*in*” - no sentido de serem mais alinhados e integrados com as autoridades institucionais -, outros grupos podem ser mais “*out*” de modo que, muitas vezes, não há uma linha clara separando “desafiantes” de “*insiders*”. O mais correto seria pensar num permanente alinhamento e influência, com alguns grupos tendo muito pouco acesso à política institucional, outros tendo um pouco mais e outros tendo muito.

Grupos de movimentos sociais podem mover-se rapidamente de cima para baixo, a depender de mudanças conjunturais, no Estado ou nos partidos (GOLDSTONE, 2003, p. 9). Em muitos casos, o protesto pode ser uma maneira de fazer com que as instituições políticas se tornem mais facilmente permeáveis. Isso significa que a dinâmica do protesto possui uma relação complexa com a política institucional. A ideia de que existem grupos “*in*” e grupos “*out*”, e de que os primeiros se engajam na atividade política institucional enquanto os últimos apenas no protesto, tem sido constantemente contestada pela teoria do confronto político (GOLDSTONE, 2003).

1.2. Combinando rotinas de protesto e táticas institucionais

A ação política resulta da percepção, por parte dos grupos, de que determinadas mudanças nas oportunidades ou restrições políticas tendem a favorecer ou a limitar o confronto com os opositores. Oportunidades são definidas como as dimensões formais e informais do ambiente político, que podem sofrer alterações, encorajando as pessoas a se engajarem na ação coletiva. As restrições são momentos em que as autoridades impõem barreiras sólidas aos insurgentes, intimidando o protesto de rua, mas favorecendo outras modalidades de mobilização. Embora a flexibilidade do conceito de oportunidades e restrições políticas seja frequentemente ressaltada nos estudos sobre movimentos sociais, na medida em que são contextuais e, portanto, mutáveis e relativas, muitas vezes não há consenso em relação às variáveis estruturais que melhor organizam o processo de abertura e fechamento das oportunidades (TARROW, 2009).

Nesse sentido, os pesquisadores têm chamado a atenção para o fato de que a percepção das oportunidades e restrições políticas requer o acesso a uma série de recursos culturais e cognitivos que não estão disponíveis para todos os sujeitos (POLLETTA, 1999). As redes de

sociabilidade acessadas pelos ativistas influenciam a capacidade de percepção, interpretação e escolha desses agentes na arena política. Elementos muitas vezes tomados como objetivos pelos pesquisadores, como a capacidade de repressão estatal, as rupturas entre as elites e a presença de aliados nas estruturas de poder, nem sempre são percebidos de forma imediata pelos sujeitos. Dessa forma, a interpretação prévia dos agentes sobre os processos eleitorais, por exemplo, pode ser tão decisiva para ativar o engajamento eleitoral quanto os elementos formais do ambiente político (fraudes, alterações no sistema político partidário, formação de novos partidos, mudanças no regime político) (cf. Idem:5). O conceito de oportunidades culturais (GAMSON e MEYER, 1996) vem tentando dar conta das atividades de caráter simbólico que estruturam o estoque de percepções das oportunidades políticas.

As alterações no ambiente político implicam na escolha de um repertório de ação coletiva que corresponda aos desafios identificados pelos insurgentes. Os repertórios de ação dizem respeito às formas utilizadas para interagir com a sociedade e com os opositores. Como estas formas são herdadas socialmente e constantemente remodeladas pelos atores sociais, os repertórios de ação costumam remeter a grupos particulares que possuem uma história particular e, portanto, uma memória particular. São escolhidas e combinadas de forma estratégica a depender do contexto, das demandas e dos objetivos, podendo ser: violentas; não necessariamente violentas, mas ameaçadoras da ordem existente; pacíficas ou até mesmo institucionalizadas, como é o caso das petições públicas. Embora seja o tipo mais fácil de ação coletiva para grupos com recursos escassos, a violência pode atrair reações repressivas por parte dos opositores, ao passo que manifestações pacíficas podem mobilizar grandes massas (TARROW, 2009).

A interação social entre desafiantes, opositores, instituições e grupos aliados também suscita a criação e recriação de novas semânticas para signos e símbolos socialmente estabelecidos e culturalmente disponíveis, que auxiliam os movimentos a definir novos problemas, ganhar legitimidade social para as causas defendidas e construir identidades coletivas. O conceito de quadro interpretativo (*frame*) foi incorporado pelos pesquisadores dos movimentos sociais para analisar os significados simbólico e culturais da ação coletiva (TARROW, 2009). São esquemas cognitivos e discursivos, que constituem tanto as interpretações da realidade social elaboradas pelos ativistas como o simbolismo inerente às formas de mobilização. Tal qual os repertórios de ação, os quadros interpretativos são continuamente reproduzidos, transformados ou contestados conforme os movimentos interagem com outros agentes e na medida em que se alteram as estruturas de oportunidades e

restrições políticas. Quando os ativistas precisam conectar quadros interpretativos particulares com o objetivo de instituir “consenso” entre diversos grupos, organizações, associações e movimentos em grandes ciclos de protestos, constroem quadros interpretativos amplos (*masterframes*), que minimizam as distâncias, disputas e conflitos entre os diversos agentes e permitem a coordenação de esforços de maneira mais ou menos coordenada (TARROW, 2009; SNOW E BENFORD, 2000).

Sob a perspectiva da teoria do confronto político, os movimentos sociais combinam, portanto, rotinas de protesto e táticas institucionalizadas a depender de uma série de fatores como por exemplo a percepção dos agentes sobre as oportunidades e restrições políticas. Eles não são necessariamente “não institucionalizados” ou “institucionalizados”, mas se valem de um amplo repertório confrontacional, que pode ir do protesto de rua ao *lobby* parlamentar e cuja utilização depende sempre do contexto.

Essa abordagem mais interacionista tem permitido a diversos pesquisadores avançar na compreensão a respeito da relação que os movimentos sociais estabelecem com a política institucional. Ao se valer dessa linhagem de pesquisa, Kriesi (1995) contestou a ideia de que os chamados “novos movimentos sociais” (INGELHART, 1977) seriam autônomos em relação às instituições ao apontar uma série de semelhanças que aproximam os chamados “novos movimentos” da esquerda tradicional (a posição favorável a reformas de caráter socialista, a recusa das estruturas autoritárias tradicionais e o ideal de construção de uma sociedade mais igualitária) e destacar a relação íntima entre esses movimentos e os partidos de orientação socialista em quatro países europeus (França, Alemanha, Holanda e Suíça). Essa relação teria sido construída a partir do trânsito de ativistas entre movimentos e partidos.

Dessa forma, a adoção de repertórios de ação institucionalizados ou a criação de conexões com as instituições políticas não teriam implicado necessariamente em cooptação, desmobilização ou desaparecimento dos movimentos sociais. Os movimentos da geração de 1960, entre os quais os movimentos de mulheres, de estudantes, de homossexuais e por direitos civis, supostamente mais refratários à institucionalidade, atualmente combinam o protesto com a política convencional para influenciar as autoridades (KOOPMANS, 1995; RUCHT, 1998; apud GOLDSTONE, 2003). Há ainda os “novos movimentos”, que nunca foram formalmente marginalizados do acesso à política institucional, como o movimento ambientalista, que deu origem aos partidos verdes na Europa (GOLDSTONE, 2003). Isso quer dizer que os repertórios de ação não se deslocaram do protesto para a política institucional, mas foram ampliados para incluir ambos, tornando possíveis as conexões entre

os movimentos e as instituições. O que a literatura tem mostrado é que o sucesso da ação coletiva muitas vezes reside na capacidade dos grupos de combinar o protesto com táticas institucionais (ANDREWS, 2001; CRESS AND SNOW, 2000; apud GOLDSTONE, 2003).

1.3. Movimento Homossexual e Partidos Políticos: Um diagnóstico da literatura nacional e internacional

A literatura internacional sobre o movimento homossexual tem enfatizado as conexões entre o movimento e os partidos de esquerda. Em muitos casos, essa relação vem funcionando como “porta de entrada” (DE LA DEHESA, 2010) do movimento no terreno da política institucional. E a relação é antiga. Desde os primeiros movimentos europeus pelos direitos dos homossexuais no século XIX, ativistas como Karl-Heinrich Ulrichs e Magnus Hirschfeld aproximaram-se da esquerda para angariar apoios. Por volta de 1869, Marx teve acesso aos escritos de Ulrichs acerca da discriminação sofrida pelos chamados “uranistas”. Enviou uma cópia do material ao seu parceiro intelectual, Friedrich Engels², o qual discordou em relação a qualquer tipo de apoio à causa uranista, a qual considerava uma obscenidade. Hirschfeld, que anos depois fundou o Comitê Científico Humanitário, por meio do qual reuniu mais de 5 mil assinaturas para derrubar Parágrafo 175, que criminalizava a homossexualidade no país, era ele mesmo um membro ativo da Associação de Médicos Socialistas da Alemanha (DOSE, 2014). Durante a campanha contra o Parágrafo 175, encontrou apoio entre as lideranças do Partido Social Democrata Alemão e outras personalidades de esquerda, como Albert Einstein³.

Nos Estados Unidos, a cultura política desenvolvida pelo movimento contra a Guerra do Vietnã e a emergência da chamada “nova esquerda” (*new left*) nos anos 1960 contribuíram para a formação da rede organizacional que deu origem ao movimento homossexual após a Rebelião de Stonewall em 1969. Nos anos seguintes, ativistas homossexuais passaram a transitar entre grupos de movimento e pequenos partidos de esquerda (LEKUS, 2003). Na França, nos anos que sucederam os protestos de maio de 1968, uma das primeiras organizações de esquerda a abraçar a causa homossexual foi a Liga Comunista Revolucionária (LCR), de orientação trotskista, ligada ao antigo Secretariado Unificado da

² Trechos da carta podem ser lidos em:

<http://www.columbia.edu/~lnp3/mydocs/sex_gender/engels_homophobia.htm>

³ Weeks, Jeffrey. Sexual politics. Disponível em: <<http://newint.org/features/1989/11/05/politics/>> . Acessado em: 14 de setembro de 2015.

IV Internacional⁴ (FILLIEULE, 2015). O caráter anti-stalinista e feminista da LCR teria garantido maior permeabilidade ao debate em relação às organizações de tradição maoista e stalinista.

Em Portugal, ativistas homossexuais de esquerda descontentes com a falta de espaço em suas organizações e partidos fundaram, na década de 1970, o Movimento Homossexual de Ação Revolucionária (MHAR) e, na década de 1980, o Coletivo de Homossexuais Revolucionários (CHOR), que se dissolveram após pouco tempo de atividade. A ideia de um grupo homossexual expressamente revolucionário só voltaria a ser colocada em prática novamente no país nos anos 1990, com a fundação do Grupo de Trabalho Homossexual (GTH)⁵ do Partido Socialista Revolucionário (PSR), também ligado à IV Internacional, que se tornaria um dos grupos mais atuantes no processo de reorganização do movimento português naquela década (CASCAIS, 2006).

No México, a nova legislação eleitoral e partidária em 1977 permitiu o registro de novos partidos de esquerda, como o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) - que também mantinha vínculos com a IV Internacional -, e o Partido Socialista Unificado do México (PSUM), que se mostraram menos resistentes aos debates sobre gênero e sexualidade e mais receptivos ao ativismo gay e lésbico, acolhendo candidaturas homossexuais nas eleições de 1982 (DE LA DEHESA, 2010). A literatura também menciona outros casos em que o movimento homossexual e os partidos de esquerda estiveram relacionados nas últimas décadas, entre os quais o da Inglaterra (ROBINSON, 2011), o de Porto Rico (NEGRÓN-MUNANER, 1992) e o da Argentina (PERLONGHER, 1985; SEBRELLI, 1997; BELLUCI, 2010). Em todos os exemplos, apesar dos conflitos de ordem moral, esses partidos aparecem como aliados do movimento na arena política, contribuindo para ampliar o debate sobre a causa na sociedade e no terreno da política institucional.

No Brasil, a literatura sobre o movimento homossexual ganha corpo na virada dos anos 1980 para os 1990. Até então o campo de estudos dos movimentos sociais no país havia

⁴ A IV Internacional é uma rede internacional de organizações comunistas composta por ativistas que reivindicam o legado político do revolucionário russo de Leon Trótski. Essa rede atua de forma mais ou menos descentralizada com o objetivo de organizar a luta pelo socialismo ao redor do mundo. A IV Internacional foi fundada na França em 1938, após Trotsky e seus seguidores terem sido expulsos da União Soviética e terem considerado a Terceira Internacional corrompida pelo stalinismo. O Secretariado Unificado da IV Internacional foi o nome dado a essa rede após o Congresso Mundial de 1963, quando houve uma reunificação temporária das várias cisões que haviam rompido a partir de 1953 por divergências políticas em relação às táticas a serem adotadas no período do pós-guerra (BENSAÏD, 2010).

⁵ Também foi consultada a edição comemorativa de dez anos da revista *Sem medos* (2002), publicação voltada para o público homossexual editada desde 1992 pelo GTH em Portugal. O material foi gentilmente cedido por João Louçã, ex-integrante do GTH.

focado quase que exclusivamente nos chamados “movimentos populares” ou “movimentos sociais urbanos”. Cardoso (1984) identifica essa tendência como uma herança dos estudos sobre marginalidade e dependência dos anos 1960, os quais evidenciaram a emergência de uma grande massa de trabalhadores excluídos nos centros urbanos da América Latina. A emergência desse novo ator coletivo se dava no contexto de regimes políticos autoritários, motivo pelo qual estes se mantinham à margem das oportunidades de participação político-institucional. Por esse motivo, os movimentos sociais passaram a ser abordados pelos pesquisadores como atores radicalmente opostos à política institucional, críticos à excessiva penetração do Estado na vida cotidiana e mais focados em ações disruptivas não violentas, tendência que fica evidente nos trabalhos de Evers (1984) e Sader (1988).

Embora representassem uma mudança de foco no campo de pesquisa sobre os movimentos sociais, os estudos acerca dos movimentos identitários (mulheres, negros e homossexuais), mantiveram muitas das características observadas nos trabalhos dedicados aos movimentos sociais urbanos, em especial a tendência em tomar os movimentos constituídos no processo político da democratização enquanto autônomos em relação às instituições políticas. Para fazer justiça a esses estudos, o mais correto seria afirmar que o foco da análise residia na dimensão societária da ação coletiva: nos atores, na formação dos grupos e nas dinâmicas por meio das quais se constituíam identidades coletivas.

Em se tratando das pesquisas sobre o movimento homossexual, essa abordagem se faz notar no trabalho pioneiro de McRae (1990), sobre o Grupo Somos, e em estudos posteriores como o de Facchini (2005), sobre o Grupo Corsa de São Paulo, e Facchini e Simões (2009), este último uma síntese da trajetória do movimento homossexual/LGBT brasileiro, dos anos 1970 aos 2000. Nesses trabalhos, o período imediatamente posterior ao ciclo de protestos pela democratização é apontado como um momento de desmobilização e desaparecimento dos primeiros grupos organizados, que teriam sido substituídos, nos anos seguintes, por outros mais voltados para o ativismo institucional. Uma interação mais sistemática do movimento homossexual com a política institucional aparece apenas no final dos anos 1980, com a Assembleia Constituinte e, com maior força, na década de 1990, com a abertura do Estado para a criação de conselhos e a incorporação das políticas públicas de combate à Aids.

Somente nos últimos anos uma abordagem mais voltada para as interações do movimento homossexual e LGBT com as instituições começou a ganhar fôlego. Santos (2007) promoveu avanços nesse sentido ao ressaltar de que modo a epidemia de Aids, combinada com as mudanças político-institucionais promovidas pelos governos neoliberais

na virada dos anos 1980 para os 1990, constituíram um conjunto de oportunidades políticas que permitiram movimento e Estado firmarem alianças em prol de políticas públicas. De La Dehesa (2010) retorna ao final dos anos 1970 para afirmar que a relação com as instituições é antiga, tendo os partidos de esquerda, sobretudo o Partido dos Trabalhadores (PT), atuado enquanto “porta de entrada” do movimento para a política institucional⁶. Green (2012; 2014b) reitera esse ponto de vista ao apontar tanto o engajamento prévio de ativistas homossexuais em grupos de esquerda durante o regime militar quanto o duplo ativismo entre o movimento e partido durante a abertura política. Em contraponto aos estudos pioneiros, nos quais o Estado e os partidos políticos, quando mencionados, eram relacionados a cooptação, desmobilização e conflito, os trabalhos recentes têm procurado retornar ao período da transição para abordar essa relação também enquanto oportunidade.

Esta dissertação busca se inserir no marco dessa abordagem mais interacional da ação coletiva (TILLY, 1978; MCADAM, MCCARTHY E ZALD, 1996; GOLDSTONE, 2003; TARROW e TILLY, 2007; TARROW, 2009) para discutir de que modo o processo de democratização favoreceu o engajamento partidário e eleitoral de militantes homossexuais e como este permitiu ao movimento, nesse processo, adotar quadros interpretativos e repertórios de ação mais institucionalizados. O esforço de pesquisa focaliza no engajamento homossexual no processo de formação do Partido dos Trabalhadores entre os anos de 1980 e 1981 e, posteriormente, nas campanhas eleitorais voltadas para a causa homossexual nas eleições de 1982.

1.4. Desenho e Fontes de Pesquisa

a) Delimitação do Campo

A periodização proposta pelo projeto compreende os anos de 1978, com a fundação do jornal *Lampião da Esquina*, considerado o marco inicial do movimento homossexual brasileiro, a 1980, ano de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), e segue até 1982, quando ocorrem as primeiras eleições diretas para cargos majoritários após a Reforma Partidária de 1979. O pleito de 1982 marca a primeira experiência eleitoral do movimento homossexual brasileiro. Contudo, a pesquisa recorre a uma série de eventos ocorridos no

⁶ Em relação às eleições de 1982, De La Dehesa focaliza os esforços de grupos homossexuais organizados e de ativistas independentes como João Antônio Mascarenhas para angariar apoio de aliados durante o pleito, citando apenas de maneira breve a existência de campanhas eleitorais voltadas para a causa homossexual e a mobilização dos ativistas dentro dos partidos.

período à abertura política para reconstituir os contextos de micromobilização que possibilitaram a emergência do movimento homossexual e que foram fundamentais para criar as condições necessárias para o engajamento na arena partidária e eleitoral. Estes eventos são abordados no Capítulo 2 e dizem respeito, principalmente, à repressão patrocinada pelo regime militar, à resistência por meio da luta armada e aos círculos contraculturais das décadas de 1960 e 1970.

A investigação se consolidou em torno do engajamento homossexual no Partido dos Trabalhadores, tendo em vista que este foi o primeiro partido brasileiro a incluir, em 1982, a defesa da causa homossexual em uma plataforma eleitoral. Foram selecionados os quatro estados da federação onde o PT possuía o maior número de filiados no período investigado (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul). De acordo com Secco (2011), esses eram os únicos estados onde o partido superou a marca de vinte mil filiados em 1981, um ano após a sua fundação. Em todos os quatro estados foram identificadas campanhas eleitorais que faziam a defesa da pauta homossexual no pleito de 1982.

b) Pesquisa bibliográfica preliminar

O primeiro passo, ainda no primeiro semestre do mestrado, foi a realização de um levantamento bibliográfico sobre o movimento homossexual brasileiro, com olhar atento para as suas relações com os partidos políticos e grupos de esquerda durante o processo de abertura política dos anos 1970 e 1980; a trajetória da esquerda brasileira e a história do Partido dos Trabalhadores, que, desde a construção do projeto, aparecia como um aliado importante para o movimento homossexual brasileiro. Nessa primeira etapa, também realizei uma revisão da literatura nacional e internacional sobre movimentos sociais e partidos políticos na área das Ciências Sociais, em especial no campo da Sociologia Política.

Uma parte importante dessa primeira etapa foi o levantamento de trabalhos acadêmicos em diversos níveis fora do eixo Rio-São Paulo, que me permitiram encontrar informações sobre a relação entre o movimento homossexual e os partidos nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Esses dados não constavam na bibliografia consagrada sobre o movimento homossexual e enriqueceram os resultados da pesquisa. Embora o levantamento bibliográfico tenha sido o primeiro passo deste processo, a leitura e o fichamento dos textos se estenderam ao longo de todo o processo de pesquisa. A bibliografia secundária foi fundamental para mapear o campo, construir uma cronologia dos principais eventos do

movimento e do contexto, além de permitir a identificação dos *brokers* (ativistas que transitaram entre partido e movimento) e selecionar os possíveis entrevistados.

c) Documentos, organização e sistematização dos dados

Durante o primeiro semestre do mestrado, realizei um levantamento dos arquivos e acervos que dispunham de materiais sobre a esquerda, sobre o PT e sobre movimento homossexual brasileiro. Um ano depois, em setembro de 2014 comecei a consulta de jornais, livros, revistas, folhetos, relatórios, cadernos de tese e outros materiais que se encontram catalogados em acervos importantes da história social, política e cultural do Brasil, como o Arquivo da Fundação Perseu Abramo e o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp). Também pesquisei em acervos privados, como é o caso do Acervo Bajubá, arquivo privado que construo com um grupo de pesquisadores de diversas áreas dedicados à investigação de temas relacionados às homossexualidades no Brasil, e de acervos virtuais que disponibilizam documentos para leitura online, como a Biblioteca Virtual da Unesp. Durante a consulta aos arquivos, também coletei dados sobre o contexto histórico referentes a eventos relevantes do período pesquisado, como as greves do ABC entre 1978 e 1980, a Reforma Partidária de 1979 e as eleições de 1982.

Os dados referentes ao modo como a esquerda abordava a questão da homossexualidade foram coletados, sobretudo, no Jornal *Em Tempo* (1978-1983), no *Caderno de Resoluções de Encontros e Congressos do PT* (1978-1998), ambos encontrados no Arquivo da Fundação Perseu Abramo, e no Jornal *O Pasquim* (1969-1980), consultado no Acervo Bajubá, Os jornais *Versus* e *O Trabalho* foram consultados no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM). Os materiais de campanhas eleitorais do PT nas eleições de 1982 foram consultados no Centro Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu Abramo.

Informações sobre o movimento homossexual e sua relação com os partidos e eleições foram coletadas nas seguintes fontes: Coleção Grupo Somos (Boletim *O Corpo*, 1980-1984); Arquivo AEL (Fanzine *Chanacomchana*, 1982-1987); Coleção Grupo Gay da Bahia (*Boletim do Grupo Gay da Bahia*, de 1981 a 1993) do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp); Também foram consultadas: Hemeroteca, Coleção “Canto Libertário e *Jornal Rádice: Luta & Prazer* (1981), disponíveis na Biblioteca Virtual da Unesp; Blog Memória e História do MHB e do MLGBT, mantido pela historiadora Rita Colaço, que disponibiliza textos e documentos históricos; e o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), consultado no Acervo Bajubá.

Para uma compreensão mais geral sobre como a homossexualidade era retratada na grande imprensa da época, recorri às revistas *Realidade* (1968) e *Ele e Ela* (1977), disponíveis no Acervo Bajubá. Uma edição rara da revista *Status* (1979), cuja citação encontra-se no Capítulo 2 desta dissertação, foi encontrada disponível no site da Revista Geni. Também foi consultado o acervo virtual do Grupo Folha de S. Paulo, que disponibiliza por um período limitado todas as edições publicadas dos seguintes jornais: *Folha de S. Paulo*, *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*. O acervo do Grupo Folha também foi consultado para buscas direcionadas, cujo objetivo era encontrar dados adicionais sobre os ativistas, sobre os grupos organizados e sobre o engajamento homossexual nas eleições de 1982. As palavras-chaves utilizadas para as consultas direcionadas foram: Homossexualismo; Homossexualidade; Movimento Homossexual; Herbert Daniel; Edson Nunes; James Green; José Carlos Dias de Oliveira; Caterina Koltai; Liszt Vieira; Grupo Somos; GALF e Grupo Gay da Bahia. O período pesquisado foi entre os anos de 1978 e 1982.

Durante a pesquisa de campo, recebi de entrevistados, colecionadores e pesquisadores doações ou cópias de materiais que não estavam disponíveis para consulta pública. De Hiro Okita, recebi dois exemplares do *Boletim da Facção Homossexual da Convergência Socialista*, (1981) e fotografias do *Jornal Versus* nº 32 (1979); *Proposta de Plataforma Política para o Partido dos Trabalhadores* (1982); um Ofício do Gabinete do Deputado João Batista Breda do PMDB-SP (1981) e uma cópia digitalizada da primeira edição do livro *Homossexualidade: Da Opressão à Libertação*. De Fernando Barroso, contatado por e-mail, recebi uma cópia do *Jornal do Nuances* nº 21, de outubro de 2002. Álvaro Garcia, do Blog Cio da Terra (<http://ciodaterra1982.blogspot.com>), também contatado por e-mail, forneceu fotografias do encontro Cio da Terra de outubro de 1982 e um panfleto da Campanha “Desobedeça”, de José Carlos Dias de Oliveira (o Zezinho do PT) para vereador de Porto Alegre (RS) em 1982.

De modo geral, as fontes consultadas nesta dissertação não são muito diferentes daquelas da bibliografia consagrada sobre o movimento homossexual (McRAE, 1990; FACCHINI, 2005; FACCHINI e SIMÕES, 2009), o que indica que o processo de pesquisa e os dados que cada pesquisador observa dependem, em grande parte, do recorte teórico e metodológico de cada trabalho. Em relação à organização e à sistematização dos dados, a pesquisa enfrentou dificuldades pelo fato de que muitos arquivos visitados não permitiam que fossem feitas cópias dos materiais, não restando outra opção senão fotografá-los. Essa característica do material tornou demorado o processo de fichamento das informações e o levantamento de

dados. Uma lista de acervos consultados foi sistematizada no Anexo C ao final deste trabalho. A organização das fontes e dos dados foi feita por meio da construção de pequenos bancos de informações.

d) Entrevistas

As entrevistas foram a base para a coleta de informações sobre eventos de mobilização e de reconstrução das trajetórias dos *brokers* e ativistas aliados. Foi um recurso importante para a obtenção de informações que não estavam registradas em documentos, como aspectos relativos às redes de sociabilidade e interações sociais entre ativistas. Dos quatro *brokers* investigados ao longo da pesquisa, somente James Green foi entrevistado presencialmente. Herbert Daniel, José Carlos Dias de Oliveira (o Zezinho) e Edson Nunes, já falecidos, tiveram suas trajetórias de ativismo reconstruídas por meio de fontes primárias, secundárias e de entrevistas com outros ativistas que atuaram com eles no Partido dos Trabalhadores. No caso de Herbert Daniel, também foi utilizada uma de suas autobiografias (DANIEL, 1982).

No final de 2014, depois das primeiras incursões nos arquivos, foram realizadas cinco entrevistas. O pesquisador norte-americano James Green foi entrevistado presencialmente em 29 de novembro de 2014. Marisa Fernandes foi entrevistada pela internet entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015. Cláudia Garcia foi entrevistada presencialmente em 9 de janeiro de 2015. Mário Grego foi entrevistado presencialmente em 16 de janeiro de 2015. Hiro Okita foi entrevistado presencialmente em 22 de janeiro de 2015. Dinah Lemos foi entrevistada pela internet em 23 de janeiro de 2015. Fernando Nogueira foi entrevistado pela internet em 13 de agosto de 2015 e Marcelo Hameister foi entrevistado pela internet em 24 de agosto de 2015. Um modelo do roteiro de entrevistas utilizado encontra-se no Anexo A e uma tabela de entrevistas foi sistematizada no Anexo B.

CAPÍTULO 2. HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL DOS ANOS 1960 e 1970: REGIME MILITAR, CONTRACULTURA E LUTA ARMADA

Introdução

O objetivo deste capítulo é reconstruir o quadro histórico contextual no qual ativistas se conectaram com as redes de engajamento da esquerda e da contracultura no período que antecedeu a abertura política. A inserção de ativistas homossexuais com múltipla filiação e a presença de aliados na arena partidária durante a abertura foram os elementos que permitiram ao movimento homossexual acessar a arena eleitoral no pleito de 1982. Da mesma forma, a relação com a contracultura foi imprescindível para dar sustentação aos repertórios de ação e quadros interpretativos do movimento. Dessa forma, torna-se imperativo compreender não apenas as trajetórias desses ativistas, mas o ambiente político, cultural e econômico no qual estavam inseridos, e de que modo esse ambiente permitiu a emergência do movimento homossexual no Brasil.

Como enfatiza Tarrow (2009), embora sejam os indivíduos que decidam optar ou não pela ação coletiva, é nos seus grupos face a face, nas suas redes sociais e nas estruturas conectivas existentes entre eles que a ação é mais frequentemente ativada e mantida. A conexão entre ativistas é, antes de mais nada, uma interação sociocultural e pessoal, por meio da qual interpretações comuns, laços afetivos, lealdades comunitárias e o sentimento de pertencimento a determinados grupos se constroem (GAMSON, 1992). São nesses ambientes e a partir dessas interações que emergem os sentidos usados por ativistas na interpretação das oportunidades e restrições políticas, na construção de reivindicações, lealdades e identidades coletivas. Para compreender essa dinâmica, a literatura sobre a ação coletiva adotou o conceito de *contextos de micromobilização* (MUELLER, 1992).

A reconstrução do contexto histórico e dos microcontextos de mobilização é relevante na medida em que a percepção das oportunidades e restrições políticas requer o acesso a uma série de recursos culturais e cognitivos (POLLETTA, 1999) que não estão disponíveis para todos os sujeitos. As redes de sociabilidade e engajamento acessadas pelos ativistas interferem nas suas capacidades de percepção, interpretação e escolha. Elementos muitas vezes tomados como objetivos pelos pesquisadores, tais como a capacidade de repressão estatal, as rupturas entre as elites e a presença de aliados nas instituições nem sempre são percebidos de forma automática pelos agentes.

Tendo em vista que a transição política afetou diferenciadamente a percepção dos ativistas homossexuais, torna-se necessário questionar quais elementos do contexto político e cultural foram decisivos para as trajetórias de ativistas com engajamento múltiplo, aqueles que, mais adiante, fariam a conexão entre o movimento homossexual e a esquerda partidária. Nesse sentido, a literatura tem atentado principalmente para a dimensão simbólica da ação coletiva, na medida em que a contracultura brasileira - que se fazia presente, sobretudo, por meio da circulação e da distribuição de bens culturais, como o mercado de arte marginal e a imprensa alternativa - foi o elemento contextual que permitiu aos ativistas interpretar a condição de repressão e marginalização na qual estavam imersos como uma situação propícia para a mobilização (SOUZA, 2013). É o que alguns pesquisadores dos movimentos sociais têm chamado de oportunidades culturais (GAMSON e MEYER, 1996).

Defendo que a constituição do movimento homossexual brasileiro se deu, principalmente, na interação com a contracultura e com a esquerda da década de 1970. No ambiente da transição, tanto os ativistas com múltipla filiação quanto os mais avessos ao engajamento partidário interagiram em maior ou menor grau com essas duas dimensões do contexto político. Todavia, o posicionamento em determinados contextos de micromobilização permitiu que alguns desses ativistas interpretassem a opção partidária e eleitoral como estratégica, ao passo que outros, posicionados em outros contextos, preferiram manter uma relação mais distante em relação às instituições políticas. As variáveis do ambiente político que influenciaram essas escolhas estão relacionadas às transformações históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas pelas quais passava o Brasil no período do regime militar e da transição política, responsáveis por criar as condições objetivas para fenômenos como o surgimento das subculturas homossexuais nas cidades brasileiras; a mudança, a partir das oportunidades culturais abertas pela contracultura, na imagem pública do homossexual, historicamente relacionada a estigmas como crime, pecado e doença; e o processo de renovação e reorganização da esquerda, cujas principais organizações haviam sido desmanteladas pela repressão do regime militar durante os “anos de chumbo”. Nas próximas páginas, serão abordados aspectos importantes do período que antecede o ciclo de protestos pela democratização, do qual o movimento homossexual foi parte integrante. Em seguida, serão apresentadas trajetórias de ativistas com múltipla filiação, retomadas ao longo dos próximos capítulos para demonstrar de que modo foram construídas as conexões entre o movimento homossexual e a política institucional.

2.1. Homossexualidade no Brasil: Identidades, subculturas e comunidades no contexto do desenvolvimento dependente

De modo geral, tanto a literatura brasileira (FACCHINI e SIMÕES, 2009) quanto a internacional (WEEKS, 1989; DRUCKER, 2000) têm sido consonantes ao apontar a emergência dos movimentos em defesa da homossexualidade conjuntamente ao desenvolvimento, a partir do século XIX, de uma noção moderna de “homossexual” estabelecida pelas ciências biomédicas, em especial a medicina, a psicologia e a psicanálise. Até então, o desejo e o ato homossexual apareciam dissolvidos no conjunto da sociedade, como uma prática mais ou menos difundida e dotada de regras próprias. Em civilizações antigas, como a Grécia, os homens que faziam sexo com outros homens não eram considerados um grupo separado dos demais. Os sodomitas presos pela Santa Inquisição na Idade Média eram processados por terem praticado um ato específico (o sexo anal) e não por serem “homossexuais” (FOUCAULT, 1979).

Os esforços empreendidos pelas ciências biomédicas representam uma virada na compreensão histórica das relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo. Tendo em vista uma regulação mais eficiente da vida social, essas disciplinas se dedicaram a identificar e sistematizar um conjunto de anomalias, perversões sexuais e comportamentos desviantes que poderiam colocar em risco a saúde da família e da sociedade (FACCHINI e SIMÕES, 2009). Isto posto, o homossexual passou a ser identificado como um tipo específico de pessoa, dotado de uma história de vida, de um comportamento particular e de características psicológicas e anatômicas bem definidas (FOUCAULT, 1979). Em outras palavras, um indivíduo com uma identidade social. Por conseguinte, neste processo, a própria noção de heterossexualidade foi criada e consolidada enquanto ideal de sexualidade saudável (DRUCKER, 2000).

Embora o termo “homossexual” seja creditado às ciências biomédicas do século XIX, o esforço científico para categorizar a prática e o desejo voltados às pessoas do mesmo sexo correspondia à tentativa de “compreender um fenômeno que se descortinava diante de seus olhos, não só nos consultórios e tribunais, mas também nas ruas, teatros e cafés, e cuja existência era bem anterior aos seus esforços de classificação e intervenção” (FACCHINI e SIMÕES, 2009:39). Isso implica dizer que a noção de “homossexual” produzida pela ciência moderna, ao mesmo tempo em que enquadrou o fenômeno, também interagiu com o mesmo e

foi reelaborada socialmente, relacionando-se de forma complexa com os sistemas sexuais que organizavam previamente o tecido social. Sendo assim, tornou-se indispensável para os cientistas sociais compreender de que modo os processos de incorporação, de reelaboração, de difusão e de organização das identidades homossexuais se desenrolaram em contextos sociais, políticos, econômicos e culturais específicos.

No Brasil, com a modernização da vida social e cultural na virada do século XIX para o século XX, chegou ao país um conjunto de novos saberes, entre os quais a medicina social e a psiquiatria. Entraram em cena os novos modelos de classificação sexual médico/científico, responsáveis por deslocar o eixo dos modelos sexuais do campo das práticas e papéis de gênero para o domínio do desejo e da escolha do objeto sexual (PARKER, 2002:66). Um novo conjunto de categorias (homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade) passou a competir, relacionar-se e se sobrepôr ao sistema tradicional de significados sexuais, produzindo uma realidade sexual cada vez mais complexa. Contudo, essa nova gramática classificatória ficou restrita, inicialmente, ao discurso médico e científico, aos tribunais de justiça, ao governo, às elites e às classes médias (PARKER, 2002:66). Não encontrou maior repercussão na vida diária e na cultura popular, onde sistemas de classificação locais bastante difundidos entre as classes populares permaneceram predominantes.

Diversos pesquisadores (FRY, 1982; PARKER, 1985; TREVISAN, 1986) sublinharam que a homossexualidade no Brasil se constituiu menos como um fenômeno uniforme e mais como uma variedade de homossexualidades distintas, atravessadas por uma interação complexa entre tradição e modernidade (PARKER, 2002). Durante séculos, o modelo tradicional hierárquico característico do Brasil agrário e rural estava baseado numa relação íntima entre práticas sexuais e papéis de gênero, que distinguia *atividade* masculina e *passividade* feminina. Esse modelo definia posições de dominação e subordinação nas relações sexuais tanto entre pessoas do sexo oposto como entre pessoas do mesmo sexo. Nesse sistema, homens envolvidos em relações sexuais com outros homens não necessariamente são destituídos de suas masculinidades construídas socialmente, desde que desempenhem o papel de ativo. O homem que adota a posição passiva, por outro lado, coloca em cheque a sua masculinidade, correndo o risco de ser apontado como *bicha* ou *viado* numa sociedade abertamente machista. A associação entre passividade e feminilidade faz da *bicha* ou *viado* “uma espécie de fracasso ambulante segundo as avaliações biológicas e sociais - como um ser incapaz de realizar seu potencial devido a seu comportamento inadequado” (cf. Idem:57).

A transição de um Brasil rural para um país predominantemente urbano na segunda metade do século XX permite a interação entre sistemas sexuais tradicionais presentes na sociedade brasileira e as novas categorias formuladas pelas ciências biomédicas, “símbolos culturais e significados sexuais mais amplos presentes num sistema mundial cada vez mais globalizado” (cf. Idem:53). Com base nos estudos de D’Emilio (1983), que apontaram a mudança das sociedades feudais para o capitalismo industrial e o surgimento das grandes cidades nos séculos XVIII e XIX como fatores condicionantes para o aparecimento das comunidades gays e lésbicas na Europa Ocidental, Parker (cf. Idem:146-147) afirma que os processos de industrialização⁷, urbanização⁸ e desenvolvimento socioeconômico⁹ brasileiros, impulsionados pelo investimento estatal com maior força a partir da segunda metade do século XX, tiveram um papel decisivo na estruturação do “mundo gay” no país, especialmente a partir da década de 1960.

O projeto de desenvolvimento tecnocrático implementado pelos governos militares, que implicou no acelerado processo de industrialização e a urbanização do país, modificou as formas de organização social estruturadas em torno da atividade agrícola e das pequenas comunidades rurais, provocando a queda das taxas de natalidade, a desvinculação progressiva da relação entre sexualidade e procriação e possibilitando que homens e mulheres pudessem viver independentemente de estruturas familiares mais amplas e com maior autonomia sexual. O anonimato oferecido pelos grandes centros urbanos foi um fator decisivo para o surgimento de subculturas homossexuais nas grandes cidades do país. Essas subculturas se constituíram nos cafés, bares, restaurantes, praças, parques e ruas existentes em todas as grandes cidades brasileiras “que proporcionam pelo menos uma proteção parcial contra a violência, o estigma e a opressão encontrados no mundo exterior” (cf. Idem:72).

Embora o sistema de classificação biomédico tenha oferecido as bases necessárias para o surgimento de movimentos em defesa da homossexualidade, Parker (cf. Idem) argumenta que a emergência deste movimento no final dos anos 1970 não foi capaz de difundir massivamente o conjunto de novas categorias. A difusão do termo “homossexual” ocorreu

⁷ Em 1950, a atividade agrícola correspondia a 24,28% do produto interno bruto brasileiro, ao passo que a indústria representava 24,14%. Em 1980, o percentual da riqueza acumulada pela agricultura diminuiu para 10,20%, enquanto a indústria havia alcançado a marca de 40,58% do PIB (PARKER, 2002).

⁸ Na medida em que a economia brasileira se tornava mais industrial, a população se deslocava em direção aos centros urbanos. Em 1940, somente 31,24% dos brasileiros viviam nas grandes cidades, enquanto 68,76% viviam em áreas rurais. Em 1980, o quadro é praticamente inverso: 67,59% dos brasileiros viviam nas cidades e 32,41% em áreas rurais (PARKER, 2002).

⁹ A entrada da mulher no mercado de trabalho, o alto custo de vida nas grandes cidades e o maior acesso a métodos contraceptivos provocaram a queda da taxa bruta de natalidade, que passou de 44,4 por mil habitantes na década de 1940 a 33,0 por mil habitantes na década de 1970 (PARKER, 2002).

somente ao longo da década de 1980¹⁰, com o início da epidemia de Aids. Os relatos midiáticos veiculados em jornais, revistas, emissoras de rádio e programas de televisão se tornaram a principal fonte de informação médica e epidemiológica sobre a doença, difundindo largamente termos como “homossexualidade” e levando ao conjunto da sociedade debates antes restritos aos círculos militantes ou intelectualizados, como, por exemplo, a distinção entre *comportamento sexual* e *identidade sexual*.

O contexto de desenvolvimento dependente¹¹ brasileiro determinou ainda outros aspectos da formação das identidades, subculturas e comunidades homossexuais no país. Os processos de industrialização e urbanização impulsionados pelos governos militares acentuaram as estruturas de desigualdade que historicamente separam as classes sociais no Brasil, “criando impedimentos ao sentido de comunidade ou unidade baseado na questão da orientação sexual” (cf. Idem:166). Com isso, a possibilidade das comunidades de gays e lésbicas “abarcarem ou mediarem outros tipos de divisões sociais ou econômicas” (cf. Idem: 166) foi bastante restrita se comparada com sociedades menos desiguais, como os Estados Unidos e os países da Europa ocidental. Como veremos nos próximos capítulos, o apontamento de Parker (cf. Idem) é fundamental para uma compreensão mais precisa sobre os desafios enfrentados pelo movimento homossexual nos seus primeiros anos de existência, tanto no que diz respeito à sua conformação interna quanto às alianças estabelecidas com os aliados e o público espectador na arena política e eleitoral.

As reflexões propostas por Parker (cf. idem) vêm suscitando intensos debates na literatura, especialmente no que diz respeito à generalização do modelo hierárquico atividade/passividade como sistema típico da realidade social brasileira. Como nos lembram Carrara e Simões (2007), este esquema permaneceu presente em sociedades não inteiramente agrárias, não sendo possível, portanto, caracterizá-lo como próprio de um sistema social e cultural organizado em torno da monocultura de exportação, afirmação que sugere uma diferença essencial entre a cultura brasileira e as culturas do Norte, como se o Brasil não fosse parte integrante do mundo ocidental (cf. Idem:91). Em relação à suposta singularidade das identidades homossexuais brasileiras, Carrara e Simões (cf. Idem) chamam a atenção para

¹⁰ Segundo Parker (2002:68), uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro em 1989 solicitou que homens gays apontassem um termo que retratasse a sua identidade sexual. 50% dos entrevistados se descreveram enquanto homossexuais, ao passo que 33% não souberam responder ou responderam usando classificações populares como “bicha” ou “viado”. Em 1995, o uso do termo “homossexual” havia saltado para 57%. No mesmo ano, a ausência de respostas e o uso de classificações populares caíram para 17%.

¹¹ Baseado em Cardoso e Faletto (1979) Parker (2002) denomina “desenvolvimento dependente” a dinâmica na qual as fortunas locais estavam inevitavelmente ligadas aos interesses externos das economias europeias e, posteriormente, norte-americanas.

a não predominância de esquemas classificatórios capazes de descrever com precisão a diversa realidade sexual do país: “(...) o que talvez venha realmente marcando a singularidade brasileira seja menos a ênfase na oposição ativo/passivo ou em outros binarismos hierárquicos e mais a recusa em operar com dualismos e identidades essencializadas, incomensuráveis e intransitivas” (cf. Idem:95).

Contudo, os esforços empreendidos por Parker (2002) permanecem importantes ao oferecer uma interpretação mais geral sobre como as identidades, subculturas e comunidades homossexuais se constituíram e foram modeladas no contexto mais amplo do desenvolvimento dependente brasileiro e do regime militar. Suas reflexões apontam, pelos menos, três aspectos importantes para a compreensão do contexto de oportunidades e restrições políticas enfrentado pelos movimento homossexuais no processo de transição política: a relação entre o surgimento de uma identidade baseada na categoria “homossexual” e os processos de industrialização e urbanização do Brasil, tal qual observado na literatura internacional; o choque entre tradição e modernidade representado pela interação entre antigos e novos sistemas de significados sexuais em um sistema mundial cada vez mais globalizado; e, finalmente, o peso dos meios de comunicação de massa enquanto principais mediadores do discurso sobre a sexualidade numa sociedade majoritariamente urbana e industrializada. Retornaremos a esses elementos mais adiante, no decorrer do trabalho.

2.2. A discriminação às homossexualidades no Brasil: O aspecto societário

As noções de homossexualidade como crime, perversão e doença eram amplamente difundidas no Brasil do século XX. Instituições como a justiça, a igreja, a medicina e os meios de comunicação reforçavam valores morais conservadores em torno do desejo orientado para pessoas do mesmo sexo. Devido ao seu alcance massivo, a imprensa era responsável por perpetuar no imaginário social um conjunto de estigmas supostamente inerentes à condição homossexual, como perversão, desvio e criminalidade. Embora a homossexualidade tenha deixado de ser crime no Brasil em 1830, os jornais frequentemente destinavam as páginas policiais para a publicação de matérias referentes ao assunto. O fragmento de uma reportagem publicada em 1959 no jornal *Folha da Manhã* narra a comoção gerada na cidade de Marília, interior de São Paulo, em torno do júri que absolveu “por reconhecimento de legítima defesa da honra” um homem que assassinou um rapaz, supostamente homossexual.

Perante verdadeira multidão, que tomou completamente o recinto do Fórum local e suas imediações, foi julgado e absolvido na noite de anteontem o réu Antônio Arias que, a golpe de facas desferidos na cabeça da vítima, assassinou o motorista Luís de Carvalho, vulgo “Luisinho”, que propusera manter relações sexuais com o acusado. Segundo seu próprio relato perante o Sr. José Gonçalves Santana, juiz presidente do Tribunal do Júri, momentos antes de ser iniciado o julgamento, residia o acusado em Marília, onde possuía algumas propriedades e carros de aluguel, trabalhando inclusive em um dos pontos de automóvel da cidade. Colegas seus, motoristas também, começaram a divulgar rumores de que Arias era pederasta passivo (...). Desgostoso com a onda de calúnia e maledicência que o envolvia e à sua família, pois era casado e pai de 4 filhos, vendeu algumas de suas propriedades em Marília e foi residir em Arapongas, no interior do Paraná. Vinha a Marília de três em três meses a fim de receber aluguéis e em uma dessas ocasiões, em 14 de março de 1956, ao passar pelo ponto de automóveis onde trabalhava, foi convidado pelo seu ex-colega Luís de Carvalho para jantar em sua residência. Afirmou o réu que já havia jantado, mas diante da insistência do amigo, que figurava entre aqueles que mais haviam insistido em apregar a propulada condição de pederasta do acusado, resolveu aceitar. (*Folha da Manhã*, 20 de março de 1959, p.8).

O crime, praticado sem a presença de testemunhas, ocorreu depois que a vítima desviou do caminho de casa, estacionou o carro numa região isolada e propôs ao acusado que eles mantivessem relações sexuais. Diante da ausência de testemunhas em favor da vítima, a matéria confere grande destaque à defesa do réu:

O advogado de defesa Sr. Osvaldo Rocha Melo lembrou os antecedentes do crime e citou as testemunhas arroladas, as quais confirmaram ser procedentes as afirmativas de que Antônio Arias se havia mudado para o Paraná desgostoso com as afirmações em torno de seu nome, partidas dos próprios colegas. Ao finalizar, disse que embora pudesse alegar legítima defesa para o acusado, tendo em vista que a polícia encontrara outra faca no local do crime, pertencente a vítima, não faria, pois somente a alegação de “legítima defesa da honra”, conforme as circunstâncias do crime, bastaria para absolver seu constituinte. (*Folha da Manhã*, 20 de março de 1959, p.8).

O texto, publicado sem assinatura, é bastante ilustrativo do modo como os assassinatos de homossexuais eram retratados na imprensa da época. Embora os crimes acontecessem frequentemente em logradouros públicos, dificilmente havia testemunhas. O relato é permeado por uma narrativa sensacionalista, na qual é dada ampla voz à defesa do acusado. A vítima, retratada como aliciadora, é culpabilizada pelo seu próprio assassinato. Destaca-se a alegação de “legítima defesa da honra” como sendo suficiente para justificar o assassinato, ainda que a vítima portasse uma arma branca dentro do carro. Ou seja, a proposta de intercurso homossexual feita por Luís era considerada mais aviltante do que qualquer outro risco que ele pudesse oferecer à integridade física de Antônio, argumento que é sustentado pelo histórico de calúnias que havia tornado a vida do réu insustentável na cidade onde morava. A proposta sexual de Luís é retratada, portanto, como a “gota d’água”, que não

apenas avalizou o assassinato como também fundamentou a absolvição do réu. A reportagem termina sem contrapor tal perspectiva.

A representação da homossexualidade enquanto doença, desvio, degradação moral e inclinação à criminalidade não ficou restrita às páginas policiais. Veículos de maior prestígio também reforçaram essa visão, muitas vezes recorrendo à opinião de especialistas para legitimar seu discurso. Um bom exemplo foi encontrado na revista *Realidade*, consagrada publicação mensal da Editora Abril, editada entre os anos de 1966 e 1976. A edição nº 26, lançada no lendário maio de 1968, abordou “o mundo triste e desumano dos homens que renegam a sua condição de homens”¹². Em tom literário, a reportagem sobre os bares de frequência homossexual localizados no centro de São Paulo narra detalhes sobre o cotidiano de jovens “agressivos”, “inquietos”, “provocativos” e muitas vezes inconformados com sua condição sexual. A reportagem conta ainda com uma seleção de especialistas, entre religiosos, educadores e sociólogos, convidados pela revista para dizer “o que pensam a respeito do homossexualismo”. Dentro de um conjunto vasto de opiniões, destaca-se o depoimento do Reverendo João Parahyba Daronch da Silva, Secretário do órgão que representava o Conselho Mundial de Igrejas no Brasil. Depois de citar um trecho da Bíblia, por meio do qual explicita a condenação da homossexualidade pela tradição cristã, caracteriza a homossexualidade como “um dos aspectos mais graves gerados pela desordem das relações humanas na sociedade”:

A crise destas relações humanas assumiu, nos tempos modernos, proporções mundiais gravíssimas. Pouca coisa hoje é tão urgente quanto a redescoberta da verdadeira ordem natural das relações humanas. A crise da família é um assombroso drama mundial, que tem em suas raízes numerosos fatores: a decadente influência moral dos padrões religiosos na sociedade; o próprio caráter desumanizante da sociedade moderna, a crescente urbanização, as relações cada vez mais tensas entre grupos humanos, as nações, as culturas; a crescente desorientação do homem frente aos problemas da vida numa época em que todas as estruturas perdem significado e novas formas de liberdade se abrem para o futuro do homem; a forma corrosiva das diferentes formas de ideologias materialistas, tanto o capitalismo como o comunismo. Ao contrário de ser um aspecto isolado do homem, o sexo afeta a sua vida total, alcança e envolve o mais íntimo de sua personalidade (...). Não temos dúvida de que a orientação fundada nas escrituras nos dá uma concepção do assunto muito mais de acordo com a realidade científica do que qualquer filosofia. (Revista *Realidade*, maio de 1968, p. 119 e 120).

Indo além da frequente articulação entre comunismo e homossexualidade que será abordada na próxima seção, o depoimento do Reverendo aponta a própria modernidade pela

¹² “Homossexualismo”. Revista *Realidade* nº 26, página provável: 113

degeneração moral na qual se encontram o homem, as famílias e as relações humanas. Em última instância, seu discurso localiza a emergência de uma identidade ou um modo de vida homossexual como parte de uma sociedade que se moderniza, se transforma e se choca com formas de organização tradicionais. As duas reportagens ilustram a dimensão societária da discriminação ao homossexual onipresente na realidade brasileira da segunda metade do século XX. Se em Marília, no interior de São Paulo, onde Antônio Arias assassinou Luís de Carvalho em legítima defesa da honra, a possibilidade de uma vida abertamente gay parece muito pouco provável, na capital paulista, a presença cada vez mais numerosa de espaços de sociabilidade homossexual coexistia com um conjunto de discursos estigmatizantes que circulavam, se difundiam e se renovavam a partir do crescente interesse midiático pelo tema. O papel da imprensa neste cenário não é um detalhe menor. Como veremos no Capítulo 3, a luta por maior respeitabilidade nos meios de comunicação se tornou uma das principais reivindicações do movimento homossexual no período da transição política, assim como o fim da impunidade dos crimes cometidos contra homossexuais por meio do conceito jurídico de “legítima defesa da honra”.

2.3. Homossexualidade como subversão: A ideologia oficial do regime militar

Embora planejado por um número relativamente limitado de militares de alta patente, o regime militar instaurado no Brasil em 1º de abril de 1964 por meio de um Golpe de Estado recebeu apoio de diversos setores do empresariado, dos latifundiários, das classes médias, da igreja católica e do governo norte-americano. Com o objetivo de impedir o suposto avanço comunista no Brasil, representado, a nível institucional, pelo conjunto de reformas sociais anunciadas pelo Presidente João Goulart - que incluíam medidas como a reforma agrária, urbana e fiscal, além de maior intervenção do Estado na vida econômica e maior controle dos investimentos estrangeiros no país -, as Forças Armadas revogaram os direitos civis e restringiram as liberdades públicas sob o pretexto de uma intervenção pontual, mas que acabou durando mais de duas décadas. Uma das prioridades do regime militar foi a perseguição e o combate às dissidências políticas, em especial os setores oposicionistas representados pelas vertentes do populismo, das organizações de esquerda e dos movimentos estudantis (SKIDMORE, 1988).

As ações autoritárias do governo eram legitimadas por meio da promulgação de uma série de atos administrativos e decretos, que buscavam garantir a aparência de legalidade do regime. Dois destes atos são bastante relevantes para a compreensão do contexto de

fechamento de oportunidades políticas para os movimentos sociais: o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que extinguiu os partidos políticos existentes e estabeleceu um sistema bipartidário formado pelo partido governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e pelo partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), colocando no âmbito da ilegalidade qualquer oposição fora dos limites institucionais; e o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que intensificou o controle das atividades culturais e de imprensa por meio do recrudescimento da censura e ampliou o controle da vida política com a proibição de atividades ou manifestação sobre assuntos de natureza política e a suspensão do direito de votar e ser votado em atividades sindicais, entre outras restrições (cf. Idem). Com a promulgação do AI-5, o fechamento das oportunidades políticas foi institucionalizado pelo regime, que, num único lance, reprimiu o avanço do protesto estudantil e sindical de oposição ao regime militar, que havia tomado as ruas em 1968, e aperfeiçoou seu aparato de vigilância e repressão às dissidências políticas, criando, logo em seguida, o seu mais importante órgão de repressão, o Destacamento de Operações e Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi).

O período mais violento de perseguições, torturas e assassinatos cometidos pelos órgãos de repressão política do regime militar, que foi de 1968 até 1974, fazia-se sentir também nos costumes, sustentando atividades paralelas de intimidação (SOARES, 1995; FACCHINI e SIMÕES, 2009). Os censores e ideólogos do regime, estabelecidos em instituições como a Escola Superior de Guerra (ESG), o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Centro Nacional de Informações do Exército (CIE), encarregavam-se de formular a ideologia oficial que dava sustentação ao governo, articulando anticomunismo e valores morais conservadores presentes na sociedade brasileira para justificar políticas de repressão contra gays, lésbicas, bissexuais e travestis. Estes eram apontados como “ameaça patológica à segurança nacional” (COWAN, 2014:32;33). Em uma conjuntura internacional na qual os homossexuais despontavam como parte dos movimentos sociais por direitos civis (que incluíam também mulheres e negros), as relações entre pessoas do mesmo sexo, tanto públicas como privadas, foram arroladas como parte de um conjunto de ansiedades subversivas invariavelmente relacionadas ao perigo comunista (cf. Idem:28;29).

Nas páginas da *Revista Militar Brasileira*, publicação que passou a ser uma espécie de vitrine dos debates morais e ideológicos do regime após o golpe de 1964, a homossexualidade era apontada como maquinação do inimigo comunista importada para subverter a juventude ocidental. Generais de alta patente creditavam o suposto “desastre

cultural, religioso, sexual e de saúde pública no qual estavam imersos os jovens brasileiros” à infiltração comunista, que promoveu uma “exacerbação intensa do sexo” (incluindo o “homossexo”) e dos “padrões da mais baixa moral” (cf. Idem:34). A divulgação da homossexualidade nos meios de comunicação também preocupava os censores¹³, em especial nas histórias em quadrinhos estrangeiras e na pornografia, tidos como armas para a “impregnação psíquica das crianças” (cf. Idem:35). Os seminários destinados aos estudantes da ESG falavam da necessidade de uma “profilaxia social” capaz de prevenir a “desintegração da personalidade” que afetava a juventude brasileira (cf. Idem:35). Na segunda metade da década de 1970, os censores do regime passaram a dedicar grande parte de suas preocupações ao surgimento de uma imprensa homossexual e de um movimento organizado em torno da temática da sexualidade (cf. Idem:36).

Ao situar a homossexualidade numa “rede de práticas desviantes relacionadas entre si” (cf. Idem:34), que abarcava ainda o adultério e o uso de entorpecentes e anticoncepcionais, o regime militar fundamentava a necessidade de uma vigilância extensiva sobre os indivíduos considerados potencialmente perigosos e do controle cotidiano sobre toda a sociedade, e não apenas sobre os militantes comunistas. Os documentos oficiais da repressão e da censura revelam, portanto, a dimensão moral do regime que, por meio da produção de um discurso oficial de ameaça à segurança nacional, da censura aos meios de comunicação e às manifestações artísticas e da repressão direta aos espaços de sociabilidade gay e lésbico, reforçou politicamente o estigma e o preconceito aos homossexuais.

2.4. A repressão e a defesa dos “inferninhos”: As primeiras mobilizações

Desde os anos 1950, quando o país ingressou num período de intensa urbanização impulsionado pelas políticas modernizantes dos governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, existia uma extensa rede de sociabilidade homossexual nas grandes capitais

¹³ A censura de diversões públicas nunca deixou de existir legalmente no Brasil, enquanto a censura da imprensa foi criada pelos governos militares de forma envergonhada, pois lembrava o velho Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo, o qual eles renegavam (FICO, 2002). Enquanto a censura da imprensa tornou-se rotineira somente a partir da edição do Ato Institucional n.º 5 em dezembro de 1968, a censura de diversões públicas constava na Constituição de 1946, onde o Art. 141, § 5º, afirmava que “é livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas”. Antes mesmo da promulgação da Constituição de 1946, o Decreto-lei n.º 20.493 já regulamentava o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), órgão que substituiu o DIP, atuando apenas na censura de diversões públicas (MARCELINO, 2006:26). O decreto apresentava, em seu Art. 41, um motivo de censura que se tornaria recorrente durante o regime militar: “ofensa ao decoro público”. No auge dos anos de chumbo, em 1972, o SCDP transformou-se em Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP).

brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (FIGARI, 2007, GREEN, 2000, MORANDO, 2008), organizadas principalmente em torno de jornais e boletins artesanais que divulgavam, entre outras coisas, o circuito de shows de transformismo que fizeram moda no Rio de Janeiro a partir dos anos 1960 (FIGARI, 2007). Neste período, a sociabilidade homossexual ainda estava restrita a regiões específicas dos centros urbanos, os “guetos” ou “zonas morais”, que reuniam homossexuais, prostitutas, michês, travestis e cafetões em torno de bares, boates, cinemas e hotéis específicos (BARBOSA DA SILVA, 1959; PERLONGHER, 1987). Com o fechamento das oportunidades políticas representado pelo AI-5 a partir de 1968, teve início um período mais sistemático de perseguição aos locais de frequência homossexual nas principais cidades brasileiras.

Em Belo Horizonte, a ação das Polícias Civil e Militar sobre locais de frequência gays e travestis teria tido como objetivo atender as reclamações das “pessoas de bem” (MORANDO, 2014). Em 1965, por ordem do chefe da Delegacia de Costumes, o Delegado Francisco de Assis Gouveia, que dizia ter um “plano de moralização da cidade”, o jornal *Diário de Minas* noticiou que os “invertidos” que saíssem às ruas usando batom, roupas justas e dando escândalos seriam presos (cf. Idem:55). Por meio de operações de saneamento e moralização, geralmente executadas pelas Delegacias Especializadas de Jogos, de Costumes, de Repressão à Vadiagem, de Menores e Repressão ao Contrabando, a polícia cassava alvarás de funcionamento e fechava bares frequentados por artistas, intelectuais, homossexuais e prostitutas (cf. Idem:56). Foi o que aconteceu durante a batida policial realizada em agosto de 1963 no complexo noturno situado nos pavimentos comerciais do Edifício Maletta, região central de Belo Horizonte, quando foram fechados três bares e detidos vinte menores. As denúncias partiram de moradores dos andares residenciais do prédio, incomodados com a presença de gays e travestis (cf. Idem:56).

As ruas de maior frequência homossexual de Belo Horizonte (Rua Espírito Santo, Rua Rio de Janeiro, Praça Raul Soares e trechos da Av. Afonso Pena) eram fortemente monitoradas, assim como os “inferninhos”, bares de “pegação” e boates que abrigavam espetáculos de transformismo. Depois de cair no gosto dos “entendidos” da época, o Buteco com Che, também conhecido como Bucheco, frequentado principalmente por jovens de esquerda, acabou chamando a atenção do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), fechando as portas misteriosamente em março de 1964 (cf. Idem:59). Outros “inferninhos” notórios de Belo Horizonte tiveram o alvará de funcionamento cassado nos anos seguintes, entre eles o Entend's Bar, descrito pelo *Diário de Minas* como uma boate “que faria

estremecer os céus de Minas” (cf. Idem:61), o Le Moco e o Caixotinho (cf. Idem:63). Sempre que um desses estabelecimentos era fechado, a imprensa, de forma maledicente, noticiava a existência de um novo *point* homossexual na cidade, estimulando novas batidas policiais. Os órgãos de repressão costumavam infiltrar agentes disfarçados nesses locais para detectar irregularidades que justificassem uma intervenção policial e o consequente fechamento (cf. Idem:64). Homossexuais e travestis tentaram reagir à repressão em diversas oportunidades, mas as mobilizações eram sistematicamente desmontadas ou desestimuladas pela ação da polícia (cf. Idem:71).

Diante da repressão sistemática, as travestis belo-horizontinas também protagonizaram, nos anos 1960, tentativas de mobilização quando as Polícias Civil e Militar promoveram uma incessante perseguição aos “inferninhos” da capital mineira. As boates que recebiam shows, bailes e os badalados concursos de travestis se tornaram alvo privilegiado da repressão. No primeiro semestre de 1968, a realização do concurso *Glamour Girl* e do II Baile dos Artistas, que contavam com a participação de travestis, não passou despercebida pela polícia. Em agosto do mesmo ano, o concurso Miss Brasil Travesti, que seria realizado no Montanhês Clube, em Belo Horizonte, foi proibido pelo Serviço de Censura da Polícia Federal, que estava tratando de censurar as manifestações artísticas envolvendo artistas transformistas em todo o território nacional. Os jornais passaram a noticiar que a travesti Sophia di Carlo, figura conhecida da noite mineira, pretendia organizar uma passeata na Avenida Afonso Pena para protestar contra a brutalidade da polícia. Com o título “Se boneca fizer passeata, apanha”, uma nota publicada no *Diário da Tarde* mostra a reação imediata do Secretário de Segurança Pública: “Qualquer passeata, seja ela qual for, será reprimida com energia pela polícia. Quem sair às ruas com esse objetivo deve sair disposto a enfrentar bombas e cassetetes-família”, disse à reportagem o Secretário Joaquim Ferreira Gonçalves, cujas ameaças acabaram intimidando a mobilização, que terminou não acontecendo (cf. Idem:53).

Em São Paulo, a repressão aos locais de frequência homossexual também foi expediente comum durante o regime militar (PERLONGHER, 1987). Composta por um extenso número de bares, boates, inferninhos, fliperamas, galerias, livrarias e escadas rolantes, a Galeria Metrópole, situada na região central da cidade, era conhecida como ponto de paquera entre homens, badalação e muita bebedeira. Foi alvo de uma violenta blitz policial em novembro de 1968, quando a visita da Rainha Elizabeth II ao país (OCANHA, 2014) estimulou a polícia a promover uma verdadeira “limpeza” no centro de São Paulo. Com a promulgação do AI-5 e o aprimoramento das práticas de policiamento ostensivo - desenvolvidas para combater a

resistência armada e assaltos a bancos praticados por organizações de esquerda ou, simplesmente, para promover a intimidação de civis -, a polícia intensificou as rondas e blitz, afugentando os frequentadores da Galeria (OCANHA, 2014). Com o tempo, as imediações tornaram-se um famoso ponto de michês. No entanto, a paquera gay continuou acontecendo em toda a região ao redor da Galeria Metrópole, da Avenida São Luiz até o entorno do Teatro Municipal (PERLONGHER, 1987), numa prova de que a a o moralizante da polícia encontrava forte resistência entre homossexuais, travestis e outros desviantes.

Com a derrota da resistência armada no início dos anos 1970, o aparelho repressivo do Estado se volta para o combate   criminalidade urbana (OCANHA, 2014). As Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), antes focada no combate a terroristas, concentra forças na periferia de São Paulo. O delegado Sérgio Paranhos Fleury, então um dos chefes da repressão aos presos políticos ligado ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS-SP), passou a organizar rondas de combate   prostitui o de travestis no período em que esteve   frente do Departamento de Investiga es Criminais (DEIC), em 1979. O DEOPS se torna uma verdadeira escola de forma o de delegados especializados em reprimir locais de frequência homossexual. Outros nomes com passagem pelo temido DEOPS, como Paulo Boncristiniano e Wilson Richetti, assumiram o comando de Delegacias Seccionais da cidade ao longo dos anos 1970, dando início a um período particularmente repressivo para a popula o de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, michês e prostitutas da noite paulistana (cf. Idem).

A defesa do gueto mobilizava gays, lésbicas e travestis mesmo durante os anos mais duros da repressão e da censura. As primeiras iniciativas de ativismo homossexual surgiram no país na década de 1950, quando “degenerados”, “introvertidos” e “mocinhas masculinizadas” que frequentavam uma praça de Belo Horizonte, reuniram-se para fundar uma organiza o denominada “Libertados do Amor” (COLAÇO, 2012:68). Brasília foi palco de uma manifesta o massiva reivindicando os “direitos civis da boneca brasileira” no final dos anos 1960 (cf. Idem:77), ao passo que jornais artesanais, como o *Snob*, circulavam no Rio de Janeiro, difundindo informa es sobre bares e boates de frequência homossexual e notícias sobre o ativismo gay norte-americano (cf. Idem:75). Também há registros sobre “um frustrado congresso de homossexuais de Caruaru, no sertão nordestino”, além de tentativas de travestis de organizar congressos nacionais em três oportunidades entre as décadas de 1960 e 1970, todas elas frustradas pela polícia (cf. Idem:83). Embora pioneiras, as primeiras tentativas de mobiliza o constituem-se de eventos isolados, sem maior sustentac o ou

conexão ao longo do tempo, motivo pelo qual não chegaram a estabelecer um movimento social propriamente dito. A formação do movimento homossexual e sua luta pelo fim da repressão policial serão tema de discussão no Capítulo 3, à luz do modelo teórico do confronto político (TILLY, 1978; MCADAM, MCCARTHY E ZALD, 1996; GOLDSTONE, 2003; TARROW e TILLY, 2007; TARROW, 2009).

2.5. O “desbunde” e a nova imagem pública do homossexual

Se, por um lado, a virada dos anos 1960 para os 1970 ficou marcada pelo fechamento das oportunidades políticas, com o recrudescimento das prisões, torturas, perseguições e assassinatos cometidos pelos órgãos de repressão do regime militar, por outro, também foi palco de uma série de mudanças sociais e inovações culturais que possibilitaram a reformulação da imagem pública do homossexual. Esse período de grande efervescência artística ficou conhecido como “desbunde”, fenômeno sociocultural que guarda semelhanças com os movimentos contraculturais dos anos 1960, entre eles o movimento *hippie*, a revolução sexual e o maio de 1968. A mola propulsora dessas mudanças foi o próprio regime militar, que, ao sufocar as possibilidades de manifestação política, levou uma geração de jovens a buscar estilos de vida que se contrapunham aos rígidos valores morais reforçados pelo regime (DIAS, 2003). No trecho a seguir, Trevisan (1986) sugere que o próprio ambiente de fechamento das oportunidades políticas pode ter favorecido a emergência do “desbunde”:

Ainda que a contragosto, a cruel ditadura brasileira instaurada a partir de 1964 imprimiu um impulso em certa área da vida nacional, nos anos 70. A urgência de uma modernização em ambiente avessa à prática política democrática talvez tenha favorecido, entre os jovens, o surgimento de movimentos de liberalização nem sempre alinhados com orientações ideológicas precisas. Daí porque uma das palavras-chave do período foi o “desbunde” ou “desbum”. Alguém desbundava justamente quando mandava às favas - sob aparência frequente de irresponsabilidade - os compromissos com a direita e a esquerda militarizadas da época, para mergulhar numa liberação individual, baseada na solidariedade não-partidária e muitas vezes associada ao consumo de drogas ou à homossexualidade (então denominada 'androgenia') Talvez fosse possível detectar o início desse fenômeno em três núcleos deflagradores - nas áreas de teatro e na música popular. Estou me referindo ao compositor Caetano Veloso, ao grupo teatral Dzi Croquetes e ao cantor Ney Matogrosso (TREVISAN, 1986:284).

As manifestações contraculturais dos anos 1970 que ficaram conhecidas como “desbunde” são um bom exemplo de como o fechamento das oportunidades políticas nem sempre representam a ausência de manifestação política. Em outras palavras, fecharam-se as

oportunidades políticas, mas abriram-se as oportunidades culturais (GAMSON e MEYER, 1996). Embora o AI-5 tenha recrudescido também a censura, as atividades culturais mostram maior criatividade para driblar a vigilância imposta pelo regime. O protesto de rua e o debate político estavam proibidos, mas a produção e a distribuição de bens contraculturais, como a música de protesto, o teatro engajado e a literatura marginal, davam conta de fornecer aos jovens da época uma nova linguagem para interpretar o cenário político. Por mais que as organizações de esquerda desprezassem o “desbunde”, era nos círculos contraculturais que uma parte significativa da juventude resistia ao regime autoritário.

Um dos marcos do circuito de arte marginal “desbundado” foi o grupo *Dzi Croquettes*, uma trupe de teatro formada por atores e bailarinos que fez enorme sucesso a partir de 1972 com espetáculos musicais que misturavam comédia de costumes, deboche e sátira política. Os *Dzi* ficaram famosos por radicalizar as noções de gênero, subindo ao palco com muita maquiagem, sutiãs, cílios postiços e saltos altos que se misturavam com peitos peludos, barbas e meias de futebol (FACCHINI e SIMÕES, 2009). Os shows, considerados inovadores para a época, alternavam quadros clássicos de *clowns*, imitações, coreografias típicas de espetáculos de *cabaret*, tango, bolero e improvisações¹⁴. O grupo tornou-se um enorme sucesso, lotando teatros de várias cidades brasileiras. O estilo provocativo dos bailarinos foi apreendido como resistência à “ceticidade” do regime militar. No começo, a censura parecia não se importar, ou simplesmente não compreender, a sátira empreendida pelos *Dzi*, até que uma performance de seminudez foi banida de um dos espetáculos, levando os rapazes a exilarem-se na Europa. No velho continente, tornaram-se um fenômeno com apoio da atriz norte-americana Liza Minelli¹⁵.

O “efeito Dzi” se fez sentir na vida artística brasileira por meio de grupos musicais como o *Secos & Molhados* (1973), que usava roupas igualmente andróginas, máscaras e muita maquiagem para executar no palco um repertório que flertava com a psicodelia. O rebolado do vocalista Ney Matogrosso causava tanta comoção que chegou a ser censurado em alguns programas de TV. Seu nome também foi banido por anos das páginas do tradicional *Jornal do Brasil* por ordem de um editor, que se recusava a fazer menções ao famoso “travesti” naquele veículo (COLAÇO, 2012). Os comportamentos liberais característicos da juventude

¹⁴ “Dzi Croquettes: A história do polêmico grupo é relembada e eternizada em documentário premiado”. In: Revista de História.com.br., 2010. Disponível em: <<http://revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/dzi-croquettes>>. Acessado em: 20 de março de 2015

¹⁵ DZI Croquettes. Direção: Tatiana Issa e Raphael Alvarez. São Paulo: TRIA Productions, Canal Brasil, 2009. DVD (110 min.): p&B /color. Port. Título original: Dzi Croquettes.

“desbundada” foram incorporados por grandes personalidades do meio artístico, que ocupavam as manchetes dos jornais em função de suas ousadias. Os cantores Caetano Veloso, Gal Costa e Maria Bethânia, fundadores do movimento Tropicália¹⁶ -, destacaram-se por atitudes que sintetizavam o estilo de vida contracultural. Em 1972, Caetano voltou do exílio usando batom e adotando maneirismos à moda de Carmem Miranda enquanto, no ano seguinte, Gal e Bethânia causaram frisson ao protagonizar um beijo na boca ao final de um show em São Paulo (FACCHINI e SIMÕES, 2009). Longe de ser um modismo casual, a linguagem antiautoritária do movimento tropicalista (DUNN, 2001) celebrava a liberdade sexual e propunha a reformulação da ideia de identidade nacional, contrapondo-se tanto ao projeto nacional-desenvolvimentista do governo militar quanto ao populismo e o estalinismo predominantes na esquerda brasileira.

A crescente disseminação de novos modelos e padrões sexuais e de gênero na imprensa e nos meios culturais conferia uma nova imagem pública aos comportamentos sexuais, antes interpretados como degradantes. Nos palcos dos teatros paulistas, uma variedade de peças importadas sobre o tema atraiu a atenção do público, entre as quais *Bent*, *Boys meet boys*, *Chorus Line*, *Village* e *Zoo Story* (TREVISAN, 1986:295). Com a popularização dos desfiles de escola de samba por meio da cobertura de TV em cores, a visibilidade de figuras homossexuais, que participavam ativamente da produção dos desfiles em todas as suas etapas, alcançou um novo patamar (GREEN, 2000). Os gays definitivamente não estavam mais restritos às páginas policiais da grande imprensa.

A coisa explodiu na primeira metade da década de 70, curiosamente no período mais negro da censura no Brasil, quando tudo era proibido e qualquer manifestação que não tivesse saber de 'milagre brasileiro' era rigorosamente confinada nos calabouços da repressão. Justamente naquela época, por um descuido do sistema (ou teria sido uma estratégia calculada?) tudo o que aparecia embrulhado com um rótulo da androgenia gozava de uma liberdade de expressão única. (Revista Status, nº 65, Dezembro de 1979).¹⁷

Aos poucos, os meios de comunicação passaram a destacar a presença de homossexuais assumidos no meio artístico, além de explorar a efervescência que tomava conta das subculturas homossexuais nas grandes cidades brasileiras: "Desde o dia em que Darcy Penteadó resolveu assumir o seu homossexualismo publicamente, lançando pela editora

¹⁶ O movimento tropicalista postulava a canibalização de tecnologias e produtos culturais estrangeiros, como a guitarra e o *rock and roll*, para a produção de uma arte cosmopolita local (DUNN, 2001).

¹⁷ “Entre a euforia e o cansaço”. Revista Geni nº 1, Junho de 2013. Disponível em: <http://revistageni.org/07/entre-a-euforia-e-o-cansaco/>. Acessado em: 10 de março de 2015.

Símbolo o seu livro autobiográfico *A Meta*, que o *gay power* em São Paulo não é mais o mesmo. A agitação é total”¹⁸. A transformista Rogéria¹⁹, fez sucesso na TV nos anos 1970 e 1980 como jurada de um dos programas de auditório do comediante Chacrinha. O interesse crescente pela temática da homossexualidade garantiu ao jornalista Celso Curi uma seção fixa sobre informações relacionadas ao meio homossexual no jornal popular *Última Hora*, de São Paulo, que pertencia ao Grupo Folha. Durante três anos (1976-1979), a “Coluna do Meio” divulgou, com muito bom humor, uma variedade de informações, que iam desde a abertura de novas boates gays até notícias do movimento homossexual em nível internacional, além da tradicional troca de cartas entre leitores. Apesar do enorme sucesso, Curi acabou sendo alvo de um processo movido pela União com base na Lei de Imprensa, por suposta ofensa à moral e aos bons costumes (COLAÇO, 2014).

Uma nova imagem da sexualidade feminina também emergiu no período. A ousadia em retratar a mulher como indivíduo dotado de desejos próprios levou uma das mais polêmicas escritoras brasileiras, a paulistana Cassandra Rios, a acumular dois títulos peculiares: o de primeira mulher a vender um milhão de exemplares no país - e o de autora mais censurada da história da literatura nacional. Sucesso absoluto desde os anos 1950 (seu primeiro livro foi publicado em 1948), Cassandra, pseudônimo de Odete²⁰, era lésbica assumida. Teve 36 de seus livros censurados nos anos 1970²¹. Um único best-seller, “Eudemônia”, rendeu-lhe 16 processos. O motivo era o conteúdo de suas histórias, recheadas de erotismo, que tinham como tema central a homossexualidade feminina. Durante muitos anos, foi chamada de comunista e obscena, apesar de nunca ter se identificado com ideias de esquerda. Sua obra era classificada pela crítica como pornográfica e de péssima qualidade, muito embora autores importantes, como Jorge Amado, tenham saído em sua defesa. O sucesso de livros como “O prazer de pecar”, “Tessa, a gata”, “Carne em delírio” e “A paranoica” não foi capaz de superar o apagamento imposto pela censura, de modo que Cassandra tornou-se uma autora pouco conhecida e seus livros, verdadeiras raridades²².

¹⁸ “Revolução Sexual à paulista”, Revista Ele e Ela nº 96. Abril de 1977.

¹⁹ “Rogéria”, O Pasquim nº 223. Outubro de 1973.

²⁰ “Literatura de Cassandra Rios educou uma geração”. Folha Online, 16 de março de 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u22181.shtml>

²¹ “Cassandra Rios anda resiste”. Lampião da Esquina nº 5. Outubro de 1978.

²² “Documentário retrata Cassandra Rios, escritora lésbica perseguida pela ditadura”. Blogay, Folha Online, 4 de agosto de 2013. Disponível em: <http://blogay.blogfolha.uol.com.br/2013/08/04/documentario-retrata-cassandra-rios-escritora-lesbica-perseguida-pela-ditadura-militar/>

2.6. A imprensa alternativa e a causa homossexual

As mudanças comportamentais do período foram um tema recorrente nas páginas da chamada “imprensa alternativa”, que emergiu no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980 para contrapor o discurso da grande imprensa, então acusada de favorecer o golpe militar de 1964. Também chamada de “imprensa nanica”, surge da combinação do desejo das esquerdas de protagonizar transformações institucionais e da busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade (KUCINSKI, 1991). Desafiando os órgãos de censura e utilizando-se de uma retórica irônica - por vezes satírica, como era o caso do *O Pasquim* -, pequenos tabloides como o *Opinião* e o *Movimento* não se limitaram a pautar somente as arbitrariedades do governo, abrindo espaço também para os chamados “temas malditos”, como sexualidade feminina, homossexualidade e drogas. Ao abordar estes temas, a imprensa alternativa desempenhou um papel fundamental para a politização de questões até então compreendidas pela sociedade e pelas próprias esquerdas como sendo de interesse privado. Os jornais alternativos trouxeram tais discussão para dentro do campo político e conferiram legitimidade a essas causas entre os setores progressistas da sociedade. Não por acaso, no decorrer da década de 1970, jornais especializados na abordagem política de temas como feminismo e homossexualidade, como o *Nós mulheres* e o *Lampião*, surgiram com formato e propostas semelhantes aos demais “nanicos”. A imprensa alternativa foi, portanto, mais do que um espaço discursivo de oportunidades culturais para o movimento homossexual. As redações dos jornais “nanicos” foram contextos de micromobilização fundamentais para que ativistas pudessem se conectar, construir alianças e elaborar novos quadros interpretativos.

Uma característica importante dos jornais da imprensa alternativa eram suas conexões com agrupamentos de esquerda, dado que muitos dos seus jornalistas, intelectuais e artistas eram também militantes de organizações socialistas. Esse foi o caso do *Em Tempo*, ligado à Democracia Socialista, que mais tarde se tornaria uma tendência interna do Partido dos Trabalhadores (PT), e do *Versus*, que após sucessivas disputas internas se tornou uma espécie de publicação não oficial da Convergência Socialista. O entrelaçamento entre os chamados “temas malditos” e as organizações de esquerda nas redações da imprensa alternativa sugere que essas publicações tiveram um papel importante na introdução destes temas nos meios socialistas. O *Versus*, por exemplo, destacou-se pela abordagem da temática racial, com a coluna Afro-Latino-América. Embora não tenha sido nem de longe o tema principal destes

jornais, o volume de matérias dedicadas à questão homossexual era expressivo. O *Em Tempo* dedicou inúmeras matérias ao tema²³, ainda que algumas delas viessem alocadas na seção de cultura, ao lado de assuntos como teatro, televisão e cinema.

Os editores frequentemente concediam espaço para que figuras importantes do movimento homossexual, como Luís Mott, João Silvério Trevisan, Darcy Penteado e Marisa Fernandes publicassem artigos sobre o ativismo gay e lésbico. James Green e outros militantes da Fação Homossexual da Convergência Socialista escreviam sobre o nascente movimento homossexual nas páginas do *Versus*. A abertura para o tema evidencia o esforço de renovação por parte das esquerdas, em especial dos grupos trotskistas como a DS e a Convergência.

A influência exercida por uma nova geração de autores, cujas obras passaram a ter grande ressonância nos meios acadêmicos do país a partir dos anos 1970, entre os quais Herbert Marcuse, Michel Foucault, Wilhelm Reich, Gilles Deleuze e Félix Guattari, também ficou evidente nas páginas da imprensa alternativa. Em 1979, uma coletânea chamada *Sexo e Poder* (1979), organizada pelo economista Guido Mantega, com artigos de personalidades de esquerda como a jornalista e psicanalista Maria Rita Kehl, feministas como Maria Quartim de Moraes e ativistas homossexuais como Aguinaldo Silva e Jean Claude Bernardet, ambos editores do jornal *Lampião da Esquina*, teve lançamento organizado pelo jornal alternativo *Em Tempo*, por meio de um seminário específico sobre a questão da sexualidade.

Diante do maior interesse pelo tema entre as esquerdas, surge, em 1981, o *Rádice: Luta & Prazer*, substituto da revista alternativa *Rádice*, editada entre 1976 e 1981 por psicólogos cariocas (SANTOS e JACÓ-VILELA, 2005). Embora a abordagem psicanalítica fosse recorrente, os editores não perdiam de vista o caráter político do debate. Ativistas como Herbert Daniel e Fernando Gabeira, referências no debate sobre sexualidade no interior do PT, assinaram artigos na publicação. Em sua edição de estreia, o *Luta & Prazer* questiona, logo na capa: “Como a esquerda vai pra cama?”

Entretanto, a abertura para os “temas malditos” nas páginas da imprensa alternativa não se deu sem conflito. Foi uma iniciativa negociada, que ganhou força na medida em que os movimentos feminista e homossexual ganhavam legitimidade na arena política. E, mais

²³ Entre as matérias de destaque sobre o movimento homossexual publicadas pelo *Em Tempo* na virada dos anos 1980 para os 1980 estão: “O que você acha? Homossexuais são gente?” (Novembro de 1978, nº 36, Suplemento de Cultura); “Homossexuais: Sua hora e sua vez” (Abril de 1980, nº 104, Páginas 18 e 19); “Chanacomchana, o primeiro jornal lésbico do Brasil declara: Por uma prática de erotizar a subversão” (Abril de 1981, nº 125, Página 15); “Cheguei: Sou gay” (Maio de 1981, nº 128, Página 13).

importante, concretizou-se por influência de militantes com múltipla filiação que transitavam entre os movimentos e as redações dos jornais. Em muitas ocasiões, os editores ponderavam quanto à publicação de conteúdos considerados polêmicos. Por exemplo, em 1976, uma entrevista realizada por João Silvério Trevisan e James Lavender com o editor do jornal norte-americano *Gay Sunshine*, Winston Leyland, foi recusada pelos editores dos jornais *Movimento* e *Versus*. A entrevista acabou sendo encaminhada ao alternativo *Beijo*, lançado e distribuído no Rio de Janeiro em 1977 e considerado o primeiro jornal a discutir a sexualidade como tema principal. Embora criticasse a imprensa alternativa por denominar os jornais que tratavam da questão homossexual como “imprensa gay” e se opor ao tom excessivamente caricatural e preconceituoso de *O Pasquim*, o *Beijo* não aceitou publicar a entrevista de Leyland. Sem maior repercussão, o nanico encerrou os trabalhos e deixou de ser publicado após a sexta edição (COLAÇO, 2012:118).

2.7. Esquerda, Luta Armada, Homossexualidade e Exílio

Para uma definição mais precisa de “esquerda”, recorro à De La Dehesa (2010), que utiliza o termo para demarcar um conjunto de agrupamentos, partidários ou não, que se identificam com o ideário socialista e mantêm no centro de seu programa político a necessidade de redistribuição igualitária da riqueza. Mesmo profundamente divididos, esses grupos compartilham de determinados pressupostos e objetivos, competem entre si em determinados espaços (como sindicatos), participam de uma mesma comunidade ideológica e utilizam-se de uma mesma linguagem (cf. Idem:62). Ao contrário da Europa, onde os Partidos Comunistas surgiram da ruptura com a socialdemocracia, no Brasil, o Partido Comunista formou-se a partir da adesão dos líderes anarquistas às teses bolcheviques, sob influência e impacto da Revolução Russa de 1917 (SILVA, 2009). Foi da “conversão” (cf. Idem:94) no mínimo curiosa desses anarquistas ao ideal soviético que surgiu, em março de 1922, o Partido Comunista do Brasil, que se tornaria hegemônico no campo da esquerda pelo menos até a década de 1960. Nesse período, ser comunista significava essencialmente estar vinculado à “vanguarda do proletariado” e seu legítimo instrumento político, o Partido Comunista.

Apesar das cisões ocorridas no final da década de 1920, da configuração do trotskismo nos anos 1930 e das idas e vindas da ilegalidade na Era Vargas, o PC brasileiro teve seu auge entre os anos de 1946 e 1964 (SILVA, 2009; RIDENTI, 2010; GORENDER, 2014). Nesse

período, o predomínio do PCB entre as esquerdas implicou na difusão de pelo menos duas perspectivas políticas sobre revolução social no país: a defesa de propostas nacional reformistas, que propunham como tarefa a realização de uma “revolução burguesa” no Brasil em aliança com a burguesia nacional, uma vez que a sociedade brasileira ainda apresentava características feudais, ou semifeudais, que impediam o desenvolvimento das forças produtivas (RIDENTI, 2010:27) e o alinhamento automático com as resoluções políticas da III Internacional Comunista, que era controlada por Joseph Stálin desde o final dos anos 1920. Essas duas perspectivas tinham implicações concretas na atuação política da esquerda brasileira. Enquanto o nacional desenvolvimentismo pressupunha uma revolução feita em etapas, na qual as tarefas prioritárias estavam no plano econômico e redistributivo, o alinhamento com o estalinismo se sustentava nos pressupostos burocráticos e moralizantes que marcaram a vida política da União Soviética sob o domínio de Stálin a partir de 1929.

Sob o impacto das revelações dos crimes de Stálin no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956, a hegemonia do Partido Comunista foi abalada no Brasil (SILVA, 2009) e abriu-se um período de questionamento que estimulou o surgimento de uma nova esquerda (cf. Idem:94). A desilusão com o socialismo resultou numa série de rupturas e o Partido Comunista se viu obrigado a fazer a autocrítica da linha estalinista, promovendo mudanças substanciais no seu programa. A mais polêmica ocorreu em março de 1958, quando o Comitê Central, agora comandado pelos setores moderados do partido, aprovou uma resolução que apontava para a perspectiva de um caminho pacífico para a revolução brasileira. A resolução foi contestada na Conferência Nacional de 1961, quando a direção decidiu mudar o nome do partido para Partido Comunista Brasileiro (PCB) para facilitar a legalização e o registro dos estatutos na justiça eleitoral. Inconformados com as sucessivas mudanças, os setores radicais do partido, agora inflamados pelo modelo guerrilheiro da Revolução Cubana de 1959, foram formalmente expulsos, dando origem, em 1962, ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que reivindicava a ação direta como caminho para a revolução brasileira.

O golpe de 1964 intensificou as fragmentações no interior da esquerda. Após a revisão das teses leninistas no final da década de 1950, o PCB fez a opção pela disputa eleitoral por meio de uma política de alianças com os liberais, apoiando as reformas de base do governo João Goulart e permanecendo firme na defesa da luta institucional mesmo após a instauração do regime militar e da implementação de um sistema bipartidário que lançou na ilegalidade todos os partidos existentes. Enquanto parte dos quadros do “partidão” foi assassinada pelos

militares ainda nos primeiros anos do regime, a outra se abrigou clandestinamente no interior do partido oficial de oposição, o MDB, atuando para acumular forças políticas dentro dos limites impostos pelo governo autoritário. Embora polêmica, foi a opção de combater o regime dentro dos marcos institucionais e por meio de alianças com setores liberais da classe média e da burguesia nacional que permitiu ao PCB sobreviver aos anos mais violentos da repressão, além de ter contribuído para as sucessivas vitórias da oposição a partir de 1974 (BRANDÃO, 1995).

Paralelamente, as dissidências do PCB, representadas pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), a Ação Popular (AP) e a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop), além dos movimentos nacionalistas de esquerda oriundos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), passaram por sucessivas fragmentações no decorrer na década de 1960, dando origem a mais de 20 novas organizações (RIDENTI, 2007) que, inspiradas pelas experiências cubana e chinesa, aderiram à “tese do foco revolucionário” ou “foquismo”, que apostava na ação armada estratégica executada na clandestinidade (SILVA, 2009). Destacam-se, neste período, organizações como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e o próprio PC do B, que apostou no potencial da luta camponesa e dirigiu seus esforços em direção à região do Araguaia, no norte do país.

O período que vai de 1968 até o final do governo Médici, em 1974, ficou marcado pelo combate violento às organizações da esquerda armada por parte do aparelho repressivo do Estado, o que resultou no desmonte quase integral dos grupos que haviam feito a opção pela resistência armada (SILVA, 2009). Centenas de quadros da esquerda brasileira foram presos, torturados e mortos nos chamados “porões da ditadura”. A perseguição sistemática imposta pelos órgãos de repressão exigia que a militância das organizações armadas adotasse uma vida clandestina, na qual um passo em falso poderia acarretar o desmantelamento da organização e a morte de todos os seus membros. Valores como a disciplina militar, o ideal de sacrifício e a dedicação integral à ação política justificavam a subordinação da vida pessoal ao combate incessante ao regime (REIS FILHO E SÁ, 2006).

Dada a necessidade de supressão da vida individual em favor da luta contra o regime e o sistema capitalista, as organizações da esquerda armada encontraram dificuldades em romper com a herança estalinista herdada do PCB²⁴. Questões de ordem individual eram vistas como

²⁴ O cineasta Luiz Carlos Lacerda afirma que precisou abandonar o PCB antes mesmo do golpe de 1964 porque não queria esconder a sua orientação sexual e, ao mesmo tempo, não aceitava o fato de que não podia ter uma

secundárias diante da necessidade de derrubar o governo autoritário e instaurar no país uma nova ordem política e econômica. A estrutura hierárquica, presente há décadas no interior dos partidos comunistas, se manteve no interior das organizações guerrilheiras, reforçando as relações de subordinação entre dirigentes e militantes (DELMANTO, 2013). A geração da esquerda brasileira oriunda das rupturas do “partidão” a partir da segunda metade da década de 1950 não ofereceu respostas para uma parte importante das crises instaladas no interior do Movimento Comunista Internacional após 1956. O jornalista, escritor e ativista Herbert Daniel, que integrou sucessivamente as organizações guerrilheiras Polop, Colina e VPR (rupturas e fusões eram expediente comum na época), descreve, em uma de suas autobiografias, a sua experiência enquanto homossexual na luta armada:

Quis extirpar o sexo antigo (...). A última vez que trepei com alguém deve ter sido em meados de 67. Abstinente passei toda a clandestinidade. Sete anos. (Não posso deixar de escrever o prometido elogio à punheta, senão dificilmente poderei fazer alguém compreender a minha clandestinidade. Porque creio que se tivesse apagado meu sexo nunca teria acreditado na militância. Um militante sem sexo é um totalitário perigoso. Um punheteiro é apenas um confuso ingênuo e esperançoso)” (Daniel,1984:164).

Segundo Herbert, a opção por anular a própria sexualidade se deu em função da noção amplamente difundida nos círculos de esquerda de que a homossexualidade era um “problema pequeno-burguês” (1984:96). Convicto de seus ideais, o ativista encarava a sua orientação sexual como um empecilho para que ele pudesse se tornar “um bom revolucionário” (cf. Idem:96): “(...) ou eu levaria uma vida sexual regular – e transtornada, secreta e absurda, isto é, puramente ‘pequeno-burguesa’, para não dizer ‘reacionária’, ou então faria a revolução. Eu queria fazer a revolução” (cf. Idem:96). O relato de Herbert sintetiza a visão predominante sobre a homossexualidade entre as organizações de esquerda brasileiras até meados dos anos 1970, segundo a qual os homossexuais eram vistos como homens frágeis, afeminados e incapazes de suportar o grau de disciplina, aspereza e sacrifício exigido de um guerrilheiro. Estavam, portanto, distantes do ideal de masculinidade revolucionária que figurava no centro das autoimagens dos militantes (GREEN, 2012).

O discurso do “problema pequeno burguês” remetia diretamente ao legado estalinista consagrado no tronco histórico dos partidos comunistas, que seguiam a perspectiva tradicional sobre a homossexualidade conceituada pelo teórico revolucionário alemão

atuação política pelo fato de ser homossexual. “Pra mim, isso não era uma contradição interna minha. Eu não tinha essa divisão. Eu tinha clareza de que o problema era deles. Mas era difícil enfrentar isso porque era um preconceito institucionalizado na esquerda” (DIAS, 2003:210).

Friedrich Engels no clássico *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), segundo a qual as relações entre pessoas do mesmo sexo eram produto da decadência burguesa. Dessa forma, tenderiam a desaparecer quando o capitalismo fosse derrubado e substituído por uma sociedade comunista (OKITA, 2007; GREEN, 2012).

Na década de 1930, com base na perspectiva que relacionava a homossexualidade à burguesia e, conseqüentemente, opunha qualquer apoio à causa homossexual aos interesses dos trabalhadores, Stálin reintroduziu no código penal soviético as leis de sodomia que haviam sido derrubadas na Rússia nos primeiros anos da Revolução Socialista (REICH, 1982). Tal medida teve impacto em outras experiências revolucionárias de inspiração comunista ao longo do século XX. Em Cuba, homossexuais foram enviados para o trabalho forçado em acampamentos militarizados com o objetivo de “reformarem” seus “comportamentos antissociais”. O regime liderado por Fidel Castro chegou a declarar oficialmente que a homossexualidade era uma “patologia social” durante o Primeiro Congresso de Cuba de Educação e Cultura, em 1971, dificultando, nos anos seguintes, o acesso de homens e mulheres homossexuais a atividades culturais ou educacionais (GREEN, 2012). A Revolução Cultural Chinesa de 1966 também resultou na perseguição declarada aos homossexuais, que foram presos com base em um artigo do Código Penal que condenava vagamente “todos os atos de vadiagem” (RUAN E LAU, 1997:361).

Considerando que as organizações de esquerda não estavam imunes aos variados discursos sobre a homossexualidade que circulavam na sociedade de maneira mais ampla, pesavam ainda concepções religiosas que consideravam as relações entre pessoas do mesmo sexo uma abominação moral, além dos conceitos médicos e psiquiátricos que patologizavam a homossexualidade. Organizações da esquerda brasileira atuantes no período do regime militar como a Ação Popular (AP) não apenas tinham na sua tradição uma forte influência da esquerda católica, como também do maoísmo, vertente particularmente influenciada pela perspectiva que vinculava homossexualidade com degeneração burguesa (GREEN, 2012). A própria situação de clandestinidade das organizações da esquerda armada, que exigia dos militantes a adoção de uma série de procedimentos de segurança, tais como o uso de codinomes e de documentos falsos, justificava a disciplina extrema requerida pelos comitês dirigentes, que desaconselhavam o uso de bebidas alcoólicas, pediam cautela em relação a “comportamentos liberais” e chamavam a atenção para o risco envolvido em eventuais paqueras (DELMANTO, 2012:110-111).

Outro aspecto importante diz respeito ao perfil dos militantes das organizações da esquerda revolucionária no período da luta armada. No contexto de restrição das oportunidades políticas, na qual grandes mobilizações eram desestimuladas pela repressão, a arregimentação de ativistas havia ficado restrita a pequenos círculos universitários. Os grupos guerrilheiros eram compostos basicamente por jovens de classe média, com idade entre 20 e 22 anos (REIS FILHO e SÁ, 2006). Na clandestinidade e sem em maior contato com a classe trabalhadora, apontada por eles próprios, com base na tradição marxista, como a classe verdadeiramente revolucionária, estes jovens passaram a combater os chamados “desvios pequeno burgueses”. Esse termo se tornou uma espécie de código para determinar, no interior das organizações, quem eram os militantes genuinamente revolucionários e quem eram aqueles que não haviam superado as limitações impostas pelas suas próprias origens socioeconômicas (GREEN, 2012).

Entretanto, o forte conservadorismo em relação à homossexualidade não impediu que as organizações de esquerda, antes e durante o regime militar, desempenhassem um papel importante na trajetória dos ativistas homossexuais. Para muitos deles, o PCB e os grupos da luta armada, bem como os agrupamentos da juventude católica de esquerda, representaram a primeira experiência de ativismo. Foi na esquerda, portanto, que eles aprenderam a dinâmica da mobilização coletiva. Isso vale tanto para os ativistas que, durante o período da abertura política, fariam a opção pelo engajamento na arena partidária e eleitoral quanto para aqueles que se colocariam contrários às alianças com os partidos políticos.

Quando estudante de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) em meados da década de 1960, João Silvério Trevisan iniciou sua militância na Ação Popular, agrupamento maoísta da esquerda católica formado por estudantes ligados à Juventude Estudantil Católica (JEC) e à Juventude Universitária Católica (JUC) (SOUTO MAIOR JÚNIOR, 2013). Luiz Mott, que mais tarde fundaria o Grupo Gay da Bahia, também ingressou na vida política por meio da Polop, JUC e Ação Popular²⁵. Aguinaldo Silva, membro do Conselho Editorial do *Lampião* e uma das figuras mais críticas ao ativismo homossexual de esquerda foi membro do PCB até meados dos anos 1960. (GREEN, 2000:428) Também no Conselho Editorial do *Lampião* havia outro antigo membro do “partidão”: o jornalista João Carlos Rodrigues,

²⁵ “O golpe militar e eu”. Jornal *A Tarde* (Bahia), 5 de abril de 2014. Disponível em <http://conteudolivrenews.blogspot.com.br/2014/04/ogolpe-militar-e-eu-luiz-mott.html>. Acessado em 1º de março de 2015.

nascido e formado numa família de militantes comunistas²⁶. Apesar de todas as barreiras morais, a esquerda foi a escola do ativismo homossexual brasileiro, partidário ou não.

Por volta de 1972, quando teve início a Guerrilha do Araguaia, comandada pelo PC do B na região norte do país, a escalada repressiva conduzida pelos órgãos de repressão do regime já havia desmantelado praticamente todas as organizações engajadas na luta armada (REIS FILHO e SÁ, 2006). Teve início um período de revisão dos ideais da luta armada, que seria feita sobretudo, por seus principais dissidentes. Os militantes que conseguiram escapar das prisões, torturas e assassinatos cometidos pelo DOI-Codi partiram para o exílio, principalmente em direção à Europa (PINTO, 2003). No velho continente, entraram em contato com um cenário bastante distinto para a esquerda, que buscava se renovar diante do rechaço ao estalinismo predominante entre os jovens. Os chamados “novos movimentos sociais” (mulheres, homossexuais, ambientalistas) que irromperam a cena política a partir de 1968 questionavam tanto as estruturas patriarcais, racistas e produtivistas da sociedade capitalista quanto o legado dos partidos comunistas, considerado autoritário e conservador. A experiência internacional permitiu a reelaboração de antigos enquadramentos interpretativos, como revolução, socialismo e liberdade, e possibilitou a politização de questões como a homossexualidade, até então ausentes no debate político brasileiro.

Exilado em Paris, Herbert Daniel encontrou no exílio a possibilidade de vivenciar a homossexualidade que havia reprimido nos anos da luta armada. Como parte de sua crítica em relação à experiência na guerrilha, passou a tratar a questão da sexualidade como tema político. O silêncio imposto pelo regime por meio da censura e pela esquerda por meio do discurso da disciplina revolucionária foram alvo de vários de seus escritos: “O silêncio é a forma do discurso numa certa parcela da esquerda sobre a homossexualidade. É uma forma de exilar os homossexuais” (DANIEL, 1982:217). Em 1979, apesar de afastado das discussões políticas entre brasileiros exilados em Paris, Daniel foi convidado pela Comissão de Cultura do Comitê Brasil pela Anistia (CBA) a participar da organização de um debate sobre questões ligadas às minorias. Para a divulgação do evento “Homossexualidade e Política”, Daniel propôs um panfleto intitulado “Proposta indecorosa”. O conteúdo do material, um poema e um convite escritos bem ao estilo ácido de Daniel, gerou polêmica entre os membros do comitê, onde muitos viam a questão como “absolutamente secundária” (cf. Idem:214). Depois de muita discussão, a proposta de divulgação foi retirada e o evento aconteceu como

²⁶ “Biografia Entrevista - João Carlos Rodrigues”. Estranho Encontro, 7 de julho de 2013. Disponível em http://estranhoencontro.blogspot.com.br/2013/07/biografia-entrevista-joao-carlos_7.html. Acessado em 12 de janeiro de 2015.

uma reunião pública na Casa do Brasil, na Cidade Universitária. De acordo com Daniel, “Debate animado, mas marginal e marginalizado, como tem sido sempre o homossexualismo” (cf. Idem:214).

No Brasil, com a vitória da oposição sobre o regime nas eleições de 1974, a esquerda entra em uma nova etapa, caracterizada, sobretudo, pela busca de formas legais de ação e resistência (REIS FILHO e SÁ, 2006). A nova fase tem início com a retomada do protesto estudantil em 1976 e com o surgimento de novos grupos de inspiração marxista, leninista e trotskista, que trazem em comum a postura crítica tanto ao legado estalinista do PCB quanto à luta armada e sua tática de guerrilha desvinculada da ação de massas. Paralelamente, o retorno dos militantes exilados a partir da promulgação da Lei da Anistia em 1979 (no caso dos auto exilados, o retorno ocorreu antes mesmo de 1979) imprime a essa nova etapa o tom de renovação visto na Europa após o maio de 1968, com a entrada de novos temas na agenda das organizações, entre os quais o feminismo, a homossexualidade, a luta contra o racismo e a ecologia.

Entretanto, esse processo de renovação não se deu de maneira imediata, gerando inúmeros conflitos que se expressavam, sobretudo, entre ativistas de diferentes gerações, trajetórias e tradições políticas que haviam sobrevivido aos “anos de chumbo” do regime militar. Recém-chegado do exílio em dezembro de 1979, Fernando Gabeira, que integrou o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), falou, em entrevista, sobre a possibilidade de síntese entre as ideias da esquerda e a demanda por liberdades individuais:

A reflexão que eu tenho feito do ponto de vista individual é que a transformação que houve da geração 68 pra cá foi a sua divisão em termos de perspectiva em dois grupos. De um lado o grupo que saiu para a guerrilha urbana, que colocava qualquer possibilidade de libertação no contexto das transformações sociais. Não havia qualquer libertação individual que não dependesse de uma transformação prévia da sociedade. Por outro lado, uma outra corrente, que foi o movimento *hippie* e um setor da classe média, buscando a libertação individual, ignorando a transformações sociais, colocando a questão da liberdade mais como uma conquista pessoal do que como um projeto de transformar a sociedade num dado momento. Eu acho que se um setor ficou muito alheio à necessidade de transformação individual, o outro ficou alheio à necessidade de transformação social. Penso que agora (...) existe a possibilidade de estabelecer uma síntese das duas visões. Eu acho que existe um grande processo de aprendizado individual, a nível da vanguarda, e a possibilidade de surgimento de uma nova vanguarda. (*Em Tempo*, Janeiro de 1980, nº 97, p. 11).

O depoimento de Gabeira ilustra um contexto no qual a esquerda brasileira precisou acertar as contas com o próprio passado e, ao mesmo tempo, enfrentar novos desafios relacionados ao processo de transição política. Enquanto determinados grupos mostraram maior receptividade para temas antes tidos como irrelevantes, como a homossexualidade, o feminismo e a luta contra o racismo e a ecologia, outros seguiram céticos em relação à necessidade de incorporar pautas relacionadas às questões da liberdade individual, estabelecendo ora uma relação de conflito, ora uma relação de tolerância em relação a estes movimentos. Como veremos nos próximos capítulos, a dinâmica que permitiu a estes setores conviverem dentro do campo da oposição democrática foi mediada, sobretudo, pelas oportunidades e restrições políticas impostas pelo regime ao processo de transição.

2.8. Contextos e Trajetórias de ativistas: Construindo pontes entre a esquerda e o ativismo homossexual

A reconstrução de trajetórias de ativismo se mostrou uma estratégia metodológica importante para identificar as múltiplas filiações e os vínculos transnacionais que permitiram aos ativistas conectar diferentes indivíduos, grupos, eventos e campanhas eleitorais. O processo de reconstrução dessas trajetórias consistiu em observar as diferentes configurações sociais às quais os ativistas se conectaram e que se tornaram relevantes para sua ação política. Os ativistas selecionados foram identificados com base em referências coletadas na bibliografia secundária e durante as entrevistas e consultas às fontes documentais. Observou-se a capacidade desses ativistas de gerar influência, circular entre diferentes redes de engajamento e promover alianças, três elementos que caracterizam aquilo que Diani (2003) denomina como *brokers*.

Diferentes das lideranças, os *brokers* nem sempre assumem posições públicas de destaque nos movimentos sociais. Em muitos casos, atuam nos bastidores, promovendo a conexão entre redes e atores que se encontravam desconectados por alguma barreira política ou social ou, simplesmente, por falta de oportunidades (cf. Idem:107). Para este trabalho, foram reconstruídas quatro trajetórias de ativistas homossexuais considerados *brokers* e duas trajetórias de ativistas aliados. Os aliados foram incluídos na medida em que desempenharam um papel de destaque na construção de conexões entre o partido e o movimento social, em especial durante as eleições de 1982, quando campanhas encabeçadas por ativistas não homossexuais também incentivaram a mobilização gays e lésbicas na arena eleitoral. O quadro a seguir mostra as origens de ativismo de cada um dos *brokers*:

Quadro 2.1 – Origem de Ativismo (*Brokers*)

Herbert Daniel	Estudante de medicina, integrou sucessivamente três organizações da esquerda armada (Polop, Colina e VAR-Palmares).
James Green	Ativista norte-americano. Nos Estados Unidos, atuou no movimento estudantil, no movimento antiguerra e na solidariedade aos países latino americanos que viviam sob regimes militares.
Édson Teles	Ativista pioneiro da causa homossexual no Brasil, realizou seminários sobre o tema em várias cidades antes mesmo da fundação dos primeiros grupos homossexuais organizados.
José Carlos (Zezinho)	Foi presidente do setor jovem do MDB do Rio Grande do Sul. Integrou um dos grupos que fundaram a Democracia Socialista, tendência interna do PT ligada ao Secretariado Unificado da IV Internacional.

Para este capítulo, interessa introduzir as trajetórias de cada ativista, de modo a localizar a inserção de cada um deles no período que antecedeu a abertura política, o ciclo de protestos pela democratização e o surgimento do movimento homossexual brasileiro. Ao longo dos próximos capítulos, as trajetórias desses ativistas serão retomadas no contexto da emergência de grupos homossexuais organizados e da fundação do PT. Serão acrescentadas informações sobre cada um deles e analisados os diferentes aspectos que caracterizaram o engajamento simultâneo no movimento social e nos partidos políticos. Um dos aspectos observados na construção das trajetórias foi o engajamento prévio desses ativistas em diferentes contextos de micromobilização no período que antecedeu a abertura política. Antes de se tornarem ativistas da causa homossexual, eles circularam entre grupos estudantis universitários ou secundaristas, pelas organizações da luta armada e pelas redações da imprensa tradicional ou alternativa. O exílio e o ativismo transnacional também foram decisivos na trajetória de praticamente todos os ativistas selecionados.

a) Herbert Daniel

Herbert Eustáquio de Carvalho, conhecido pelo codinome guerrilheiro Herbert Daniel era um estudante de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais quando foi recrutado por amigos para integrar as fileiras da Política Operária (Polop). Foi um dos fundadores do Comando de Libertação Nacional (COLINA), resultado de uma cisão ocorrida no 4º Congresso da Polop em 1967. Com o desmantelamento dessa organização no início de 1969, participou de uma fusão com a antiga VPR, dando origem à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Tornou-se membro do comando nacional da

organização, atuando como um dos principais intelectuais do grupo. Escapou diversas vezes da repressão e, no final de 1971, depois de capturados todos os membros da VAR-Palmares, tornou-se o único membro do grupo a passar incólume pelo extermínio promovido pelo regime.

Durante todo o período em que viveu clandestino, escondeu dos companheiros de organização a sua homossexualidade “Sabe, meu amigo, eu não era exatamente um militante homossexual. Era um homossexual exilado” (DANIEL, 1982:221). Fugiu para o Rio de Janeiro em 1971, onde conheceu seu companheiro, Cláudio Mesquita. Depois de fugir para o Nordeste com a ajuda de amigos, deixou o Brasil em 1974, em direção a Lisboa. Em seguida, fixou-se em Paris. Não foi beneficiado pela Anistia²⁷, motivo pelo qual só retornou ao Brasil após a prescrição de sua pena, em 1981. Sobre a revisão de suas concepções políticas no exílio, que incluiu a politização da temática da homossexualidade, e as opções que faria enquanto ativista ao retornar à terra natal, Daniel afirmou: “Desde sempre me dava conta duma armadilha. E me dizia: se escapei de uma seita, não foi para cair num gueto” (cf. Idem:155).

b) James Green

James Naylor Green, o Jimmy, ingressou no ativismo durante as mobilizações contra a Guerra do Vietnã na década de 1960, quando ainda cursava o ensino médio em Baltimore, nos Estados Unidos (GREEN, 2014a). Criado em uma família *quaker*, cresceu rodeado de pessoas ligadas ao ativismo social. Na universidade, desenvolveu interesse pela América Latina depois de fazer um curso de espanhol, no verão de 1971, no Centro Intercultural de Documentação (Cidoc), em Cuernavaca, México. O Cidoc treinava missionários dos EUA que iam atuar na América Latina. Nesse ambiente, Jimmy conheceu missionários de esquerda que estavam indo ou voltando de lugares como Chile, Cuba e Guatemala. Passou a se identificar com a esquerda marxista, com as ideias socialistas e desenvolveu argumentos críticos em relação ao imperialismo norte-americano. Depois de assumir-se gay em 1973, participou de atividades do grupo Gay Activist Alliance (GAA), mas, ao perceber que os membros do grupo tinham pouco interesse em discutir temas como o imperialismo, deixou de

²⁷ Sobre a recusa de um membro do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) em ler a carta de Daniel durante o Congresso pela Anistia em 1980, em Salvador, sob a justificativa de que era “apenas uma bicha”, ver a carta publicada na íntegra no jornal *Lampião da Esquina*, de março de 1980, nº 22, ano 2, pág. 10.

ir aos encontros (cf. Idem:57). Achava os grupos homossexuais, em sua maioria, alheios ao debate político mais geral, o que considerava um problema.

Com o golpe militar no Chile em outubro de 1973, Jimmy continuou sua militância nos movimentos de solidariedade à resistência latino-americana. Flertou com organizações socialistas de diversas tendências, mas não encontrou um agrupamento declaradamente pró-homossexual no qual se sentisse acolhido. Sem conseguir conciliar sua identidade gay e sua identidade de esquerda, mudou-se para São Francisco em 1974, onde esperava encontrar outros militantes como ele. Foi neste período que conheceu o brasileiro João Silvério Trevisan (cf. Idem:63). Participou do Comitê São Francisco de Solidariedade ao Chile e, por meio de amigos, conheceu um grupo chamado União 28 de Junho, formado por homens gays que, apesar de uma identidade de esquerda difusa, apoiavam as lutas do Terceiro Mundo, as campanhas contra o racismo nos Estados Unidos e buscavam discutir a discriminação ao homossexual dentro de um programa de esquerda mais amplo (cf. Idem:62). Em 1975, deixou os Estados Unidos ao lado de uma amiga brasileira. Viajaram durante meses pela América Central e Colômbia, até chegarem ao Brasil em janeiro de 1977.

c) **Édson Nunes**

Nascido em 12 de novembro de 1944, Édson Nunes era homossexual assumido, jornalista por profissão e psicanalista, interessado em parapsicologia. Começou seu ativismo individual pela desconstrução dos estigmas que cercavam a questão da homossexualidade em 1972, no auge da repressão e da censura do regime militar, com a realização, no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, do I Simpósio de Estudos da Homossexualidade, que contou com a presença de 200 pessoas. No evento, médicos, padres e psiquiatras debateram o tema sob diversas perspectivas, sempre fugindo da abordagem sensacionalista comum aos noticiários. Os esforços de Édson, no entanto, foram frustrados pela imprensa de circulação nacional, que reproduziu, em suas reportagens sobre o Simpósio, somente as falas que expressavam os pontos de vista mais conservadores (COLAÇO, 2012).

Com o sucesso desta primeira iniciativa, Nunes mudou-se para São Paulo no final de 1972 e realizou a segunda edição do evento no Teatro Ipiranga. Às vésperas do simpósio, o jornal *Notícias Populares* publicou o *release* enviado por Édson divulgando o evento, mas com a manchete “Bonecas fazem reunião em São Paulo”. A manchete acabou afastando os participantes, muitos deles homossexuais não assumidos, e o evento foi um fracasso de

público (MACHADO, 2007). O terceiro Simpósio aconteceu em 1974, no teatro João Caetano, na Vila Mariana, e contou com a participação de quase 300 inscritos. Estimulado pelo sucesso dos Simpósios, Nunes fundou o Instituto Brasileiro de Integração Psíquica (IBIP), que, por meio da realização de cursos pagos, obteve grande sucesso financeiro e se tornou “o mais conhecido instituto de parapsicologia do País” (cf. Idem: 79).

Os cursos, ministrados para cerca de 50.000 pessoas em várias cidades do Brasil, falavam sobre homossexualidade como uma “vivência natural e saudável” (cf. Idem: 79). O prestígio trazido pelo IBIP proporcionou a Nunes reconhecimento nacional e internacional. Em 1976, ele foi premiado por uma de suas pesquisas no VIII Congresso Internacional de Ciências Psíquicas, em Gênova, na Itália, acontecimento que, segundo o próprio, chegou a ser destaque no *Jornal Nacional*, principal telejornal diário da Rede Globo.

d) José Carlos Dias de Oliveira, o Zezinho

José Carlos Dias de Oliveira, o Zezinho, iniciou sua militância no movimento estudantil gaúcho, aos catorze anos, no começo da década de 1970. Filho de Jauri Gomes de Oliveira, eleito prefeito da cidade de São Luiz Gonzaga em 1976 pelo MDB e Deputado Estadual em 1986 pelo PMDB, Zezinho foi presidente do setor jovem do MDB no Rio Grande do Sul e atuou como assessor de dois parlamentares daquele partido entre o final dos anos 1970 e início dos 1980. Era uma liderança amplamente reconhecida pelos estudantes gaúchos e, apesar da aparência séria de filho de político emedembista, por vezes formal, era um trotskista libertário²⁸. Zezinho era homossexual assumido, mas não fazia da questão da sexualidade a base de sua atuação política. Em seu ativismo cotidiano, atuava como defensor de uma série de causas socialistas e libertárias como feminismo, reforma agrária e antiproibicionismo. Sua inspiração para o debate das liberdades individuais era Trotsky e suas elaborações sobre as “questões relativas ao modo de vida”.

Quadro 2.1 – Origem de Ativismo (Ativistas Aliados)

Liszt Vieira	Advogado e estudante de Ciências Sociais. Integrou sucessivamente três organizações da esquerda armada (Polop, Colina e VAR-Palmarensis). Foi preso e exilado na Argélia e na França.
Caterina Koltai	Estudante de Ciências Sociais. Foi militante do movimento estudantil nos anos 1960, tendo se exilado na França em 1968, depois de ser presa por ocasião do 30º Congresso

²⁸ LEMOS, Dinah. Depoimento de Dinah Lemos [Jan. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Concedida pela internet.

a) Liszt Vieira

Formado anteriormente em direito, Liszt Vieira era um jovem estudante de ciências sociais ativo no movimento estudantil universitário no final dos anos 1960, quando ingressou, sucessivamente e a partir daquele ano, nas organizações comunistas Comando de Libertação Nacional (COLINA), Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-P) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), todas adeptas da tática da luta armada. Em março de 1970, participou, como um dos mentores, do sequestro do cônsul do Japão, Nobuo Okuchi, em São Paulo. Foi preso cerca de um mês depois, tendo sido torturado por aproximadamente dois meses pelos agentes da repressão (VIEIRA, 2008).

Em junho do mesmo ano, foi um dos quarenta militantes comunistas banidos para a Argélia, em troca da vida do embaixador da Alemanha sequestrado pela Unidade de Comando Juarez Guimarães de Brito (UC/JGB), coalização formada por várias organizações armadas que lutavam para derrubar o regime militar. Exilado, Liszt passou quase dez anos na França, onde concluiu os estudos em ciências sociais na Universidade de Paris. Foi na Europa que entrou em contato com as ideias libertárias do maio de 1968 francês, como a defesa do meio ambiente, o feminismo e a liberdade sexual (VIEIRA, 2008), distanciando-se dos ideais da luta armada.

b) Caterina Koltai

Em 1968, a estudante Caterina Koltai cursava o segundo ano de ciências sociais na USP, quando foi presa pela polícia durante o 30º Congresso Nacional da UNE, em Ibiúna, que ocorria de forma clandestina²⁹. Depois de liberada, foi morar na França, onde deu continuidade aos estudos na Universidade de Sorbonne. Entrou em contato com os movimentos libertários da juventude francesa, com os quais compartilhava uma visão crítica em relação ao socialismo soviético. Como seus pais moravam na Itália, fazia viagens periódicas ao país, onde entrou em contato com membros do Partido Radical Italiano. Influenciada pelos socialistas italianos, abandonou as ideias trotskistas da militância

²⁹ “A liberalização total”, Folha de São Paulo. 21 de novembro de 1982. Caderno Mulher, p. 11.

estudantil e se aproximou de uma concepção de mudança social baseada na luta parlamentar (DELMANTO, 2012).

Conclusão

O período que antecedeu a abertura política foi marcado por intensas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais que ofereceram condições concretas para a formação de um movimento político em defesa da causa homossexual. Os “anos de chumbo” do regime militar foram marcados pelo fechamento das oportunidades políticas e pela abertura de oportunidades culturais, que ofereceram aos ativistas os recursos simbólicos necessários para que estes pudessem interpretar a condição de repressão e marginalização na qual estavam imersos como contextos propícios para a mobilização. As primeiras tentativas de mobilização em torno da defesa do gueto foram reprimidas pelo regime, mas os contextos de micromobilização que dariam sustentação ao movimento no período posterior (a imprensa alternativa, os círculos contraculturais) se constituíram apesar da intensa repressão. Neste cenário, os ativistas tiveram suas primeiras experiências de ativismo acumulando quadros interpretativos e repertórios de ação que, ao longo do processo político, foram reinterpretados à luz das oportunidades políticas nacionais e internacionais. No próximo capítulo, discutiremos o surgimento do movimento homossexual no bojo do ciclo de protestos pela democratização política, atentando principalmente para a relação estabelecida pelo movimento com a esquerda partidária.

CAPÍTULO 3. O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO CICLO DE PROTESTOS PELA DEMOCRATIZAÇÃO (1978-1980)

Introdução

O objetivo deste capítulo é analisar a emergência do movimento homossexual brasileiro no âmbito do ciclo de protestos pela redemocratização, atentando principalmente para a relação estabelecida pelo movimento com a esquerda partidária. Conforme mencionado no capítulo anterior, os anos mais intensos da repressão, perseguições, torturas e assassinatos cometidos pelos órgãos de segurança do regime militar estimularam tentativas de mobilização por parte de gays, lésbicas e travestis com o objetivo de defender os espaços de sociabilidade homossexual da ação da polícia. Contudo, eventos reivindicativos isolados, mesmo quando bem-sucedidos, não são condição suficiente para a formação de um movimento social, mas podem ser indicativos de sua formação. Um movimento social consiste em uma interação sustentada por alterações nas oportunidades e restrições políticas, com um repertório da ação coletiva escolhido estrategicamente por seus participantes e líderes para entrarem em confronto com seus opositores (TARROW, 2009). Dessa forma, manifestações isoladas se tornam movimentos sociais quando são criadas identidades coletivas entre os atores sociais e “símbolos culturalmente vibrantes voltados para a ação” (cf. Idem:18) passam a ser compartilhados em torno de redes sociais, organizações e outras estruturas conectivas.

O movimento homossexual brasileiro surge no final dos anos 1970 no bojo do ciclo de protestos pela democratização do país, quando os movimentos de oposição ao regime militar experimentaram uma elevação nos níveis de mobilização, excedendo os limites impostos pela repressão e envolvendo o conjunto da vida social no enfrentamento ao autoritarismo. Os *ciclos de protestos* são momentos de desafio coletivo, quando ações de caráter conflituoso são estimuladas em oposição às autoridades, elites ou detentores do poder, com o objetivo de romper determinadas normas, códigos culturais ou situações consideradas de injustiça. Quando grupos dissidentes insurgem, acabam por expor as fraquezas de seus opositores para os demais grupos, ao mesmo tempo em que abrem oportunidades políticas para seus adversários (cf. Idem:18). Eles são marcados por períodos de rápido ascenso da mobilização, com consequente inovação de repertórios, e a fase de descenso, que gera desilusões. O aprendizado produzido nesse momento será, em parte, descartado, mas o que for mantido terá efeitos duradouros (TARROW, 1995).

Uma vez comprometidos com a ação coletiva, os indivíduos tendem a associar-se a meios organizacionais que permitam manter seu potencial de voz e capacidade de mobilização. As formas organizativas dos movimentos sociais são escolhidas estrategicamente pelos ativistas com vistas a ampliar sua capacidade de adesão social e a possibilidade de sucesso de suas reivindicações (TARROW, 2009). A depender do contexto de oportunidades e restrições políticas, dos riscos e benefícios envolvidos, os ativistas podem associar-se simultaneamente a uma variedade de estruturas de engajamento. Essa condição, denominada múltipla filiação (TARROW e DELLA PORTA, 2005), possibilita aos ativistas transitar entre diversas redes, criando vínculos entre diferentes grupos, associações e instituições presentes na arena política. A construção de alianças tende a ser uma atividade dispendiosa e arriscada, pois implica o reconhecimento de pontos de convergência entre atores com agendas distintas, muitas vezes concorrentes, e, por vezes, desconfiados uns dos outros (DIANI, 2003). Entretanto, as interações, sejam ela com outros grupos, movimentos, meios de comunicação, contramovimentos, aliados ou opositores, sempre vão existir.

Nas próximas páginas, serão discutidos os elementos contextuais do ciclo de protestos pela democratização que facilitaram a percepção das oportunidades políticas dos ativistas homossexuais e tornaram possível a emergência de um movimento em defesa da causa. Em seguida, será discutida a fundação do jornal alternativo *Lampião da Esquina*, a mobilização das mulheres lésbicas e a relação estabelecida pelo movimento homossexual com a esquerda partidária e suas organizações. Embora o movimento tenha enfrentado inúmeros dilemas em seus primeiros anos de existência, ao abordar o surgimento dos grupos, será dispensada maior atenção à sua relação com a esquerda e à reorganização do quadro partidário no contexto da abertura. Por fim, será apresentada uma análise dos quadros interpretativos e repertórios de ação do movimento observados no período que vai de 1978 a 1980.

3.1. O ciclo de protestos pela democratização

Apesar de todos os presidentes militares empossados a partir de 1964 terem prometido o restabelecimento do regime democrático, cada um deles à sua maneira, aprofundou o caráter autoritário do regime (FLEISCHER, 1988). Este cenário começou a mudar em 1973, quando a alta do preço do petróleo, imposta pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), colocou o país diante de graves problemas financeiros e anunciou o fim do “milagre econômico”. No ano seguinte, o moderado Ernesto Geisel substituiu o linha dura Emílio Garrastazu Médici na Presidência da República, anunciando o relaxamento dos controles

políticos impostos à sociedade, em um processo definido pelo próprio como uma abertura “lenta, gradativa e segura”. A ala liberal do regime não tinha a intenção de efetivar um projeto de democratização política (SKIDMORE, 1987), mas, sim, de consolidar o regime autoritário com bases populares a partir de um processo de restauração da legitimidade do governo (SALLUM, 1996). Essa restauração se daria, sobretudo, por meio da distribuição seletiva de direitos políticos, civis e sociais. Entretanto, na esteira do processo político, os militares foram surpreendidos pela vitória inédita da oposição nas eleições de 1974 - quando o MDB elegeu maioria no Senado e fez quase metade das cadeiras da Câmara dos Deputados - e pelo ressurgimento de protestos públicos de setores descontentes com o governo entre os anos de 1976 e 1977 (cf. Idem:26-27), que tornaram evidente a insatisfação política e socioeconômica da população. Mesmo os empresários, que haviam apoiado o golpe em 1964, lideraram protestos pela desestatização da economia em 1974.

Eventos como a promulgação da Lei da Anistia, que permitiu a volta dos exilados em 1978, o relaxamento da censura e da repressão e a vitória da oposição nas eleições de 1974 e 1978 foram interpretados como oportunidades políticas pelos movimentos sociais. Os grupos, entidades e associações oposicionistas, que se manifestavam inicialmente sob a salvaguarda de celebrações religiosas organizadas pela Igreja Católica e de conselhos e federações profissionais que desfrutavam de algum prestígio social, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ganharam relevo no cenário político (SANDOVAL, 1998). Em 1975, a morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog no DOI-Codi, em São Paulo, gerou uma grande comoção social de segmentos da classe média. Também na capital paulista, políticos da oposição, setores progressistas da Igreja Católica, estudantes universitários e parte da imprensa participaram de um culto ecumênico na Catedral da Sé, com a presença de milhares de pessoas. Em janeiro de 1976, a morte do operário Manoel Fiel Filho, em condições semelhantes às de Herzog, fez com que Geisel destituísse do comando do 2º Exército o general Ednardo D'Avilla Melo, sinalizando uma ofensiva do governo contra os setores radicais das Forças Armadas.

Também em 1976, estudantes de várias partes do país começaram a reconstruir suas entidades representativas, entre as quais a União Nacional dos Estudantes (UNE), que estava na ilegalidade desde 1964. O protesto de rua, que havia sido praticamente eliminado pela repressão após 1968, ressurgiu nas ruas das principais capitais brasileiras em 1977, com a realização de passeatas estudantis por reformas educacionais, mais verbas para a educação pública, autonomia universitária, fim da intervenção do governo nas universidades e a

realização de eleições diretas para reitor em todas as instituições (cf. Idem:176-177). Esses protestos constituíram uma espécie de efeito demonstração para os setores da sociedade civil que se opunham ao regime, estimulando-os à mobilização. O ciclo de protestos pela democratização ganhava forma.

Neste mesmo período, ganhou corpo nas periferias das grandes cidades uma extensa rede de associativismo que se mobilizava para denunciar a ineficiência do poder público para a gestão de políticas públicas de saúde, transporte, moradia, saneamento e educação. Em função dos intensos fluxos migratórios, as capitais brasileiras cresceram de maneira desordenada durante a última década, gerando problemas sociais e de infraestrutura a que um Estado em crise econômica não conseguia responder. O cenário de carência de direitos sociais estimulou o surgimento de grupos e associações de bairro que lutavam por moradia, creches, saneamento básico, saúde e acesso aos serviços públicos em geral. Estes movimentos foram denominados pela literatura como “movimentos sociais urbanos” (KOWARICK, 1987; CARDOSO, 1987; BOSCHI, 1987). Influenciados pela Teologia da Libertação, setores progressistas da Igreja Católica contribuíram diretamente para a organização dos grupos e associações de bairro, muitas vezes oferecendo a própria estrutura das paróquias para que os insurgentes organizassem suas reuniões (SADER, 1988).

Em 1978, uma sucessão de greves de trabalhadores da indústria automobilística na região do ABC paulista (municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano) desafiou a legislação autoritária, que restringia o direito de greve, exigindo a reposição das perdas salariais provocadas pelos altos índices de inflação, cujos números eram constantemente falsificados pelo governo. A mobilização massiva dos operários do ABC se repetiu em 1979 e 1980 e serviu de inspiração para trabalhadores de outros setores industriais e outros Estados do país. O movimento, que começou com demandas corporativas, aos poucos expandiu suas reivindicações em direção a bandeiras democráticas mais amplas, como o fim da intervenção nos sindicatos e o direito à livre manifestação e a eleições diretas em todos os níveis, inclusive para a Presidência da República. Os grevistas receberam apoio de intelectuais, políticos de oposição, entidades estudantis, organizações de esquerda e movimentos de bairro. O apoio dos grupos e associações de bairro, por exemplo, permitiu a continuidade da greve mesmo após a intervenção do governo no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em 1979 (SANDOVAL, 1998).

A mobilização de estudantes, sindicalistas e moradores das periferias das grandes cidades inspirou ainda outras fontes de protestos, com bases sociais nas classes médias (BOSCHI,

1987). O movimento feminista se destacou a partir de 1975, com a realização de eventos relacionados ao Ano Internacional da Mulher, proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU). A partir de então, a discussão sobre os direitos das mulheres ganhou novo status frente ao regime e às organizações de esquerda. As feministas protagonizaram mobilizações de destaque durante a abertura política, como a luta pela Anistia, contra a carestia e por equidade de gênero no mercado de trabalho. No âmbito dos costumes, denunciavam o machismo e o patriarcalismo, lutavam pelo fim da violência e dos estereótipos de gênero e reivindicavam maior autonomia sobre seus corpos (PINTO, 2003).

Ao longo da década de 1970, os negros também passaram a se organizar em torno de diversos grupos, entidades e redes que buscavam denunciar o racismo arraigado na sociedade brasileira. Destaca-se, nesse período, a formação do Movimento Negro Unificado (MNU) (RIOS, 2014). Da mesma forma, os ambientalistas aproveitaram o contexto de oportunidades políticas para constituir suas primeiras coalizações e realizar uma Campanha em Defesa da Amazônia contra os planos do governo federal de realizar contratos de exploração da floresta com empresas internacionais (ALONSO, COSTA e MACIEL, 2007). Os protestos iniciados em outros setores sociais foram fundamentais para alargar a percepção das oportunidades políticas por parte de ativistas gays e lésbicas. Deste modo, a formação do movimento homossexual no Brasil está diretamente relacionada com o contexto de oportunidades e restrições políticas inaugurado pelo ciclo de protestos pela democratização.

3.2. O *Lampião da Esquina* e a difusão de uma linguagem contestatória

Embora muitos jornais artesanais voltados para o público homossexual, como *Snob* (1963), *Ex* (1973) e *Beijo* (1977), tenham circulado em cidades brasileiras, a exemplo de Rio de Janeiro e São Paulo, durante as décadas de 1960 e 1970, somente em 1978 a imprensa voltada para o público homossexual atinge um grau de organização similar ao observado nos círculos da esquerda tradicional. Isso aconteceu com a fundação do *Lampião da Esquina*, primeiro jornal gay de circulação nacional a ser comercializado em bancas de revista (PÉRET, 2011). Editado no formato tabloide, comum entre os alternativos da época, o *Lampião* funcionou como plataforma de divulgação para o então nascente movimento homossexual, publicizando a existência de grupos organizados e reuniões, e permitiu a difusão de uma linguagem contestatória por meio da publicação de matérias polêmicas sobre homossexualidade, igreja, drogas, feminismo, prostituição, arte e política. Ensaios de nu masculino também eram publicados com alguma frequência.

As chamadas de capa eram sempre debochadas, com referências ao vocabulário utilizado por gays, lésbicas, travestis e “entendidos”. “*Latinamérica: Terra dos Hombres, Paulada nas Bonecas!*” e “*Bixórdia no Baile dos Enxutos*”, anunciava a capa da edição nº 7. “*Alô Alô Classe Operária, e o paraíso, nada?*”, na capa da edição nº 14, introduzia uma entrevista exclusiva com Luís Inácio Lula da Silva, na qual o líder sindicalista declarava desconhecer casos de “homossexualismo” (*sic*) na classe operária e dizia que feminismo era “coisa de quem não tem o que fazer”. O próprio nome do jornal, que remetia ao cangaceiro Lampião, um dos maiores “machões” do folclore brasileiro, denunciava o conteúdo provocativo.

A iniciativa de editar um jornal pautado exclusivamente nos assuntos de interesse das chamadas “minorias políticas”, com destaque para os homossexuais, remete aos vínculos transnacionais firmados por ativistas como o advogado João Antônio Mascarenhas e o jornalista João Silvério Trevisan durante os anos que antecederam a abertura política (COLAÇO, 2012). Em 1972, por meio de amigos que tinham contatos no exterior, Mascarenhas conheceu o jornal trimestral *Gay Sunshine*, de São Francisco, na Califórnia (EUA). Tratava-se de uma publicação que trazia artigos sobre temas diversos, como cultura, política e a situação dos homossexuais ao redor do mundo. Mascarenhas assinou o periódico e começou a ler tudo a respeito do movimento homossexual internacional. Passou, então, a sonhar com o aparecimento de um movimento semelhante no Brasil (SILVA, 1998).

O relativo abrandamento da censura durante o governo Geisel foi interpretado por ativistas e intelectuais como um cenário propício para o alargamento da discussão em torno da homossexualidade. Em 1976, mesmo ano em que o governo destituiu o general Ednardo D'Avilla Melo do comando do 2º Exército, sinalizando uma ofensiva contra os setores da “linha dura” do regime, o jornal *Última Hora*, de São Paulo, passou a publicar a *Coluna do Meio*, de Celso Curi, enquanto Agildo Guimarães lançou o jornal *Gente Gay* no Rio de Janeiro. No mesmo ano, João Antônio Mascarenhas passou a trocar cartas com o editor do *Gay Sunshine*, Winston Leyland (cf. Idem:267). Ficou sabendo que o norte-americano havia recebido verbas de um órgão de fomento do Congresso dos EUA para organização e edição de uma coletânea com obras de escritores e artistas plásticos gays brasileiros. Com a esperança de que a presença de Leyland pudesse contribuir para a formação de um movimento homossexual no Brasil, Mascarenhas ofereceu estadia para o jornalista em seu apartamento no Rio de Janeiro e deu início a uma busca por artistas, jornalistas e intelectuais de orientação homossexual que se enquadrassem nos objetivos da coletânea a ser produzida. Os primeiros nomes lembrados foram os de Peter Fry, Darcy Penteado, Francisco

Bittencourt, Aguinaldo Silva e Gasparino Damatta. A partir desses, outros foram se incorporando (cf. *Idem*:269).

O ano de 1976 também marcou o retorno de João Silvério Trevisan que havia partido em autoexílio em 1973 e ficou três anos fora, entre os Estados Unidos e o México. Em Berkley, na Califórnia, ele entrara em contato com os movimentos homossexual, negro e feminista, além dos debates ecológicos. O ambiente de agitação política e a efervescência cultural que predominavam na cidade desde de 1964, em função dos protestos contrários à Guerra do Vietnã, muniram o jornalista de novos quadros interpretativos sobre a luta política. De volta ao Brasil, tentou organizar um pequeno grupo constituído por homossexuais com o objetivo de discutir politicamente a experiência da homossexualidade. Entretanto, o grupo, formado por cerca de dez pessoas, desfez-se em poucas semanas devido às inseguranças dos integrantes, que não aceitavam a própria orientação sexual e temiam o clima de instabilidade política no país (SOUTO MAIOR JÚNIOR, 2013). No mesmo ano, Trevisan reuniu-se com Mascarenhas, Winston Leyland e outros jornalistas, intelectuais e artistas convocados para integrar o projeto do editor do *Gay Sunshine* (COLAÇO, 2012).

O encontro do grupo se repetiu em 1977 na casa do pintor Darcy Penteado, em São Paulo. Nessa reunião, Mascarenhas propôs a criação de uma coluna sobre a questão homossexual em uma revista masculina de linha editorial “séria”. Aguinaldo Silva indagou por que não fazer um jornal em vez de uma única coluna. Embora Mascarenhas fosse o maior entusiasta da ideia de editar no Brasil uma publicação nos moldes do *Gay Sunshine*, duvidava da exequibilidade financeira do projeto. Jornalista experiente, com passagem por redações de jornais alternativos como o *Movimento* e de outros como *O Globo*, Aguinaldo explicou o processo de produção de um tabloide. Após algumas reuniões, resolveram partir para a ação. Constituíram a personalidade jurídica da editora responsável pelo veículo. Cada um dos editores aportou uma quantia mínima para arcar com os custos do registro da empresa. Para garantir o capital necessário à impressão do primeiro número, optou-se pela venda de assinaturas (SILVA, 1998). A publicação do primeiro número do *Lampião*, em abril de 1978, é tomada como o marco inicial do movimento homossexual brasileiro (FACCHINI e SIMÕES, McRAE, 1990). O editorial de estreia, intitulado “Saindo do gueto”, explica os objetivos do jornal, explicitando o contexto de abertura política:

Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram rumo a uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se da criação de novos partidos, de Anistia; uma investigação das

alternativas propostas faz até com que se fareje uma “abertura” do discurso brasileiro. Mas um “jornal homossexual para quê? (...). Nossa resposta (...) é esteta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras e prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que desejaria ter. Para acabar com essa imagem padrão, o *Lampião* não pretende solução a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não reprodutividade numa sociedade petrificada na ideologia hebraico cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz (*Lampião da Esquina*, Abril de 1978, nº 1, p. 2).

A literatura sobre os movimentos sociais tem frisado o papel dos meios de comunicação enquanto fonte de interpretação da realidade. Jornais, revistas e outros veículos atuam modificando e expandindo áreas de experiência individual, intervindo na formação da opinião pública e contribuindo para a definição de identidades individuais e coletivas (DELLA PORTA e DIANI, 1999). Os movimentos sociais podem tanto desenvolver repertórios para atrair a atenção dos meios de comunicação para as suas demandas quanto desenvolver os seus veículos próprios. Jornais e outras mídias editados por movimentos podem ser úteis para enquadrar demandas, difundir repertórios, definir opositores, organizar e estimular a formação de novos grupos, além de atrair a atenção do público espectador do confronto.

Nesse sentido, o caso do *Lampião da Esquina*, enquanto publicação que deu sustentação para a emergência de um movimento homossexual no Brasil, é exemplar. Ao longo das mais de quarenta edições do jornal é possível, na seção de cartas, observar inúmeras mensagens de leitores que anunciavam a organização de grupos de ativismo nas suas cidades natais e conclamavam outros homossexuais “no armário” a se unirem a essas iniciativas. Outros agradeciam aos editores do jornal pelo conteúdo dos artigos e entrevistas, que inspiravam debates políticos nas reuniões de seus grupos de ativismo. A partir de 1980, uma lista com os contatos de todos os grupos organizados de que se tinha notícia no país passou a ser publicada mensalmente. O poder de difusão do *Lampião* pode ser explicado pelo fato de este ter sido o primeiro jornal voltado exclusivamente para a temática homossexual e das minorias a garantir um esquema de distribuição em território nacional. Para homossexuais que viviam no anonimato e em pequenas cidades distantes dos centros urbanos, a chegada de um jornal que podia ser recebido discretamente em casa por meio de uma assinatura certamente fez uma enorme diferença.

A linha política do *Lampião da Esquina* era claramente de oposição ao regime, mas a abordagem da luta das minorias se distanciava da esquerda tradicional. Em vez da luta pela tomada pelo poder, os textos faziam referência ao enraizamento das relações de poder no plano da vida cotidiana, aproximando-se da noção de micropolítica presente nas obras de teóricos como Michel Foucault e Félix Guattari. Entrevistados como Fernando Gabeira ressaltavam que uma revolução social aconteceria na medida em que fossem transformadas as relações sociais que sustentavam a sociedade capitalista, produtivista e patriarcal³⁰. Vários artigos lembravam que ambos os sistemas econômicos, capitalismo e socialismo, haviam oferecido duras realidades aos homossexuais.

Os quadros interpretativos que circulavam nas páginas do *Lampião* foram uma fonte de interpretação importante para o movimento homossexual que se formava. Logo na primeira edição, o editorial também definiu as noções básicas que, nos meses seguintes, seriam incorporadas pelos primeiros grupos organizados:

(...) A essas minorias não interessam como as dos que, aderindo ao sistema - do qual se tornam apenas “bobos da corte” -, declaram-se, por ledor engano, livres de toda a discriminação e com acesso a amplas oportunidades; o que LAMPIÃO reivindica em nome de toda essa minoria é não apenas **se assumir** e **ser aceito** - o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhe negou: o fato de que homossexuais são seres humanos e que, portanto, tem todo o direito de lutar por sua plena realização enquanto tal.

A presença de nomes como o do artista plástico Darcy Penteado, que gozava de grande prestígio nos círculos culturais paulistas, e dos jornalistas Aguinaldo Silva e Antônio Chrysóstomo, este último um crítico de arte consagrado com passagem por diversos veículos da grande imprensa carioca, conferia legitimidade ao *Lampião da Esquina* entre os círculos mais intelectualizados (COLAÇO, 2012). Nas páginas do jornal, personalidades como Leci Brandão, Ney Matogrosso, Marta Suplicy, Fernando Gabeira e Cassandra Rios falavam abertamente sobre sexualidade. Lideranças de outros movimentos, como Lula, Abdias Nascimento e Lélia Gonzales também marcaram presença com entrevistas que analisavam o cenário de efervescência política do país. Notícias sobre o movimento homossexual em outros países contribuíam para difundir repertórios de ação e quadros interpretativos internacionais. A partir de 1980, com a realização das primeiras reuniões nacionais do movimento homossexual brasileiro, o *Lampião* passou a acompanhar as mobilizações dos

³⁰ “Fernando Gabeira fala, aqui e agora, diretamente dos anos 1980”. *Lampião da Esquina* nº 18. Página 5, Novembro de 1979.

grupos, publicando na íntegra as resoluções dos encontros, entrevistas com ativistas gays e lésbicas e matérias sobre os principais debates, polêmicas e rupturas que dividiam os grupos.

3.3. O Somos e os primeiros grupos organizados

Em 1978, o lançamento do *Lampião* se fez sentir entre os jornais alternativos da época. Imediatamente após o lançamento da edição nº 0, em abril de 1978, membros da redação do jornal *Versus* levantaram a possibilidade de convidar o Conselho Editorial do novo jornal para uma mesa sobre imprensa alternativa marcada para acontecer durante a Semana do Movimento Convergência Socialista. O evento tinha como objetivo discutir um programa político para aquele que pretendia ser o novo partido socialista brasileiro. A recusa em convidar os editores do *Lampião* para o evento, vinda de um setor do jornal ligado à seção Afro-Latino-América, motivou um militante de esquerda a ler uma nota de repúdio à discriminação homofóbica durante a mesa de debates (McRAE, 1990). Em seu discurso, foi ressaltado que:

(...) os homossexuais, vítimas de um sistema discriminatório, reacionário e intolerante, esperam da *Convergência Socialista* a acolhida de sua luta. Confiamos em que o socialismo que pretendemos seja um sistema equitativo, aberto e democrático, que tenha o ser humano como peça fundamental independente de sua sexualidade, traga em seus fundamentos o necessário elemento democrático que permita a todos as mesmas possibilidades. (McRae, 1990, p. 98).

A nota gerou um intenso debate sobre homossexualidade e política, nublando a discussão sobre liberdade de imprensa. No último dia do evento, reservado à aprovação da plataforma política, membros do corpo editorial do *Lampião*, entre eles João Silvério Trevisan, estiveram presentes para acompanhar o desenlace da discussão. Seguiram-se acalorados debates no ponto que versava sobre o apoio à luta das minorias, com divergências sobre a necessidade de explicitar quais grupos eram efetivamente apoiados ou reduzir a redação ao termo “minorias”. Ao final, prevaleceu uma proposta que explicitava as “minorias” apoiadas: as mulheres, os negros, os índios e os homossexuais (cf. Idem:99-100). O conteúdo da resolução não foi suficiente para apaziguar o clima de mal-estar há muito estabelecido entre as organizações de esquerda e os movimentos pautados em demandas identitárias, de modo que o episódio seria lembrado muitas vezes pelo *Lampião* como indício de que a *Convergência Socialista*, assim como outras organizações de esquerda, colocava a “Luta Maior” pelo socialismo acima das “Lutas Menores”, representadas pelas minorias políticas.

Do pequeno grupo de editores do *Lampião* que participou desse debate, surgiu um núcleo formado por quinze homens que deu origem, em 1979, ao primeiro grupo de homossexuais organizados do Brasil, o Grupo Somos. Durante dez meses, sob o nome provisório de Núcleo de Ação Pelos Direitos dos Homossexuais, este grupo de ativistas realizou diversas reuniões, nas quais eram lidas as últimas edições do *Lampião* e discutidas questões relacionadas à sexualidade a partir de experiências pessoais dos integrantes. Essas reuniões aconteciam, em geral, na casa dos próprios ativistas, uma vez que as incertezas em torno da repressão impediam a realização de encontros abertos. O núcleo também encabeçou outras iniciativas, como uma carta endereçada ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo que protestava contra o tratamento discriminatório que a grande imprensa dispensava aos homossexuais, em especial o diário *Notícias Populares*, famoso pela forma jocosa como se referia às chamadas minorias (FACCHINI e SIMÕES, 2009).

Em fevereiro de 1979, o Núcleo de Ação Pelos Direitos dos Homossexuais participou de uma semana de debates sobre movimentos de emancipação promovida pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais da USP. Na ocasião, finalmente adotou o nome de Grupo Somos. A nova denominação foi sugerida pelo jornalista Glauco Mattoso, que tomou como inspiração o jornal editado pela Frente de Libertação Homossexual da Argentina. O nome, que pode ser lido da esquerda para a direita e da direita para a esquerda, agradou aos membros do antigo núcleo, que o consideraram afirmativo, bem ao estilo do movimento, que se pautava no ato político de “sair do armário” como forma de combater o estigma da vergonha e da discriminação (MCRAE, 1990).

O debate realizado na USP causou alvoroço entre os grupos estudantis de esquerda, que consideraram a proposta de atuação das minorias defendida pelo Somos uma “luta menor” diante da necessidade de combate ao regime militar e ao sistema capitalista - a “luta maior”, como denominavam os estudantes³¹. O evento marcou a “saída do gueto” definitiva do Somos, que, ao longo do ano de 1979, assumiu uma identidade pública, participando de outros debates, organizando abaixo-assinados, comparecendo a protestos para demonstrar solidariedade a outros movimentos, como no Dia da Consciência Negra, e concedendo entrevistas aos jornais da imprensa alternativa. A divulgação das atividades se dava no “boca a boca”, por meio de cartas publicadas no *Lampião da Esquina*, da distribuição de jornal, de

³¹ “Felicidade também deve ser ampla e irrestrita”. *Lampião da Esquina*, nº 10-11. Março de 1979.

cartazes fincados em bares de frequência gay e lésbica³² e até mesmo na hora da “caça na rua”³³. Tamanha visibilidade permitiu ao grupo crescer rapidamente em número de membros, ampliando suas bases. Predominava um perfil de classe média, formado, sobretudo, por jornalistas, professores, funcionários públicos, artistas, médicos, estudantes universitários e secretárias (SOUZA, 2013).

A proposta inicial do grupo era a de trabalhar o fortalecimento de uma identidade homossexual entre seus participantes. Em entrevista ao jornal *Lampião da Esquina*, dois deles explicaram o porquê da aposta na identidade e no fortalecimento de um sentimento de comunidade:

Rogério: A pressão é tamanha aí fora, e as pressões contrárias são tão grandes, que tem um momento em que você sente necessidade de se organizar para mudar uma situação existente. Se você não se organiza enquanto homossexual pra conquistar e ganhar um espaço, pra ser realmente uma pessoa íntegra, inteira, se você não faz isso você sucumbe, você morre, não é? (*Lampião da Esquina*, Setembro de 1979, nº16, p. 7).

Hamilton: As pessoas só podem atingir esse grau de integridade e harmonia plena como ser humano a partir do momento em que elas têm oportunidade de trocar experiências, aliás particularíssimas, que nós homossexuais não podemos, porque o sistema de comunicação de massas está a serviço exclusivo dos heterossexuais, que já encontraram um padrão a seguir. Então, a partir do momento em que o homossexual se conscientiza ou sente realmente necessidade, como disse o Rogério, de sobrevivência, ele procura um grupo como o SOMOS, porque ele sabe que ele vai encontrar experiências, ideias e ao mesmo tempo se fortificar (...). (*Lampião da Esquina*, Setembro de 1979, nº16, p. 7).

Para ingressar no Somos, os interessados precisavam participar de uma reunião mensal de recepção, na qual os objetivos do grupo eram expostos pelos veteranos. Feita a apresentação, os novos membros eram encaminhados para os chamados grupos de identificação do homossexual, que tinham como objetivo “desreprimir” os indivíduos a partir de relatos e discussões na qual eram incentivados a refletir sobre seus pontos de vista e a superar os próprios preconceitos³⁴. A partir da experiência compartilhada do estigma e da discriminação, reforçava-se o sentido de identidade entre os membros do grupo. Vencida a etapa inicial, os integrantes eram divididos em grupos de atuação, como, por exemplo, o grupo de atuação externa, o lésbico-feminista, de serviços, estudos, expressão não verbal e

³² GARCIA, Claudia Regina Santos. Depoimento de Claudia Regina Santos Garcia [Jan. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Duração: 1:22:09.

³³ “O pessoal do Somos (Um debate)”. *Lampião da Esquina* nº16. Página 7-8. Setembro de 1979.

³⁴ “O pessoal do Somos (Um debate)”. *Lampião da Esquina* nº16. Página 7-8. Setembro de 1979.

atividades artísticas³⁵. Esses grupos debatiam temas específicos e desenvolviam diversos tipos de atividades, tais como reuniões de formação e participação em protestos. Entre os anos de 1979 e 1980, o Somos chegou a contar com cerca de 100 integrantes, dos quais 20 ou 30 compunham um núcleo fixo que se reunia com maior regularidade³⁶.

A formação do Somos no bojo do ciclo de protestos pela democratização serviu de incentivo para que outros grupos homossexuais começassem a se organizar em várias cidades e regiões metropolitanas do país. Ainda em 1979, em São Paulo, surgem, além do Somos, o Eros, o Grupo Libertos de Guarulhos e o Somos Sorocaba. No Rio de Janeiro, organizaram-se o Auê/RJ, o Somos/ RJ e o Grupo de Atuação e Afirmação Gay/Caxias/RJ. Em Brasília, o Beijo Livre. Também ocorrem as primeiras iniciativas de organização em Belo Horizonte e Salvador em torno daqueles que se tornariam, respectivamente, nos anos seguintes, os Grupos Terceiro Ato e Grupo Gay da Bahia.

A literatura sobre o movimento homossexual tem ressaltado que, embora diferentes entre si, os primeiros grupos organizados carregavam características em comum, como propostas de transformação das mais diversas hierarquias sociais; o forte conteúdo antiautoritário, que se expressava internamente na rejeição às formas de organização hierárquicas consolidadas no interior da esquerda; a polarização em torno da defesa feita por grupos de esquerda a respeito da "luta maior", que teria maior relevância em relação às "lutas específicas" e das "minorias"; e a ambiguidade em relação ao "gueto gay", ora visto como o local importante onde estavam concentradas "as bases" do movimento, ora visto como um espaço insuficiente e despolitizado (FACCHINI, 2011). Nesse primeiro momento, as principais reivindicações do movimento se voltaram principalmente para a polícia e seu aparato ostensivo de repressão e para os meios de comunicação, responsáveis pela construção de uma imagem estigmatizante do homossexual.

Quadro 3.1: Grupos Homossexuais Organizados (1978-1980)

01	Auê	Recife (PE)
02	Auê	Rio de Janeiro (RJ)
03	Beijo Livre	Brasília (DF)
04	Eros	São Paulo (SP)

³⁵ Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth (Acervo do Grupo SOMOS/SP).

³⁶ Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth (Acervo do Grupo SOMOS/SP).

05	Fração Homossexual da Convergência Socialista	São Paulo (SP)
06	GATHO - Grupo de atuação Homossexual de Pernambuco	Olinda (PE)
07	Grupo de Santo André	Santo André (SP)
08	Grupo Gay da Bahia (GGB)	Salvador (BA)
09	Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF)	São Paulo (SP)
10	Grupo de Atuação e Afirmação Gay	Caxias (RJ)
11	Grupo Outra Coisa	São Paulo (SP)
12	GOLS ABC (Grupo Opção a Liberdade Sexual)	Santo André (SP)
13	Libertos	Guarulhos (SP)
14	Nós Também/PB	João Pessoa (PB)
15	Somos/RJ	Rio de Janeiro (RJ)
16	Somos/SP	São Paulo (SP)
17	Somos Sorocaba	Sorocaba (SP)
18	Terceiro Ato	Belo Horizonte (MG)

Fonte: *Lampião da Esquina* nº 27, agosto de 1980.

Entretanto, alguns grupos apresentavam singularidades. O Libertadores, de Guarulhos, era composto principalmente por filhos de operários que, apesar do contato com a efervescência cultural e intelectual da capital (SOUZA, 2013), distinguia-se do Somos quanto às propostas de atuação externa e à relação com os aliados. Estavam territorialmente mais próximos do debate travado pelos movimentos urbanos e sindical sobre a criação de um partido operário e se mostravam menos à presença de militantes com múltipla filiação.

O Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado oficialmente em 1980, também se destacava dos demais. Adotou desde o início um perfil mais voltado para a realização de campanhas externas, que buscavam mobilizar aliados na arena política para causas de interesse da população homossexual. Uma das iniciativas de maior relevância no período, encabeçada pelo GGB, foi o abaixo-assinado pela revogação do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), que sustentava a noção de homossexualidade como patologia.

3.4. Nós também estamos aí: As lésbicas entram em cena

As primeiras lésbicas a ingressarem no Somos tiveram o primeiro contato com o grupo ao término do debate realizado em fevereiro de 1979 na Semana das Minorias, na USP. Com o passar do tempo, outras mulheres passaram a fazer parte do agrupamento. Porém as posturas machistas de alguns homens gays, a centralização do debate político em figuras masculinas e a percepção de que a experiência lésbica possuía as suas próprias singularidades incentivaram as ativistas a questionar o sexismo dentro do Somos e a reivindicar um espaço exclusivo no grupo, para que pudessem discutir questões específicas das mulheres lésbicas. A sugestão foi recebida com estranhamento pelos gays. Enquanto alguns acusaram as lésbicas de divisionistas, outros apoiaram a iniciativa. Em junho de 1979, surgiu o Grupo Lésbico Feminista (LF) do Somos, que, além de realizar reuniões próprias reservadas às mulheres, sugeria temas relacionados ao feminismo para que fossem discutidos em todos os subgrupos³⁷.

O Grupo Lésbico Feminista também atuava para fora com cara própria, participando de eventos e outras iniciativas tanto do movimento homossexual quanto do movimento feminista. Pouco antes de constituírem o próprio agrupamento no interior do Somos, foram convidadas pelos editores do *Lampião da Esquina* a assinarem a matéria de capa de uma das edições do jornal, que chegou às bancas em maio de 1979³⁸. Em dezembro do mesmo ano, passaram a integrar a coordenação do II Congresso da Mulher Paulista, programado acontecer nos dias 8 e 9 de março de 1980 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Desde os preparativos, a participação das lésbicas causou incômodo entre as feministas. Para tentar contornar o preconceito, optou-se por utilizar mais o nome do grupo Somos do que o de Lésbico Feminista. Nada disso, no entanto, intimidou as ativistas, que seguiram empenhadas em construir uma ponte entre o movimento feminista e homossexual (FERNANDES, 2014).

O II Congresso da Mulher Paulista foi marcado por uma forte polarização entre um setor de mulheres ligadas a determinadas organizações de esquerda, que tratavam qualquer tema que não estivesse diretamente relacionado à luta contra o regime militar como “pequeno-burguês”, e as mulheres que propunham debates específicos sobre a condição feminina, como a violência doméstica e sexual, a prostituição e a lesbianidade. O clima de hostilidade contra

³⁷ Fernandes, Marisa. Depoimento de Marisa Fernandes [Jan. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Concedida pela internet.

³⁸ “Nós também estamos aí”. *Lampião da Esquina* nº 12. Maio de 1979. Páginas 7-11.

as ativistas lésbicas se repetiu durante o evento, quando um painel de fotos produzido pelas ativistas do LF, intitulado “Amor entre mulheres”, foi destruído por participantes do evento, enquanto, nos debates, muitas feministas questionaram a pertinência de discutir temas como a sexualidade da mulher e o direito ao prazer (FERNANDES, 2014).

Em abril de 1979, as mulheres do LF participaram, enquanto comissão organizadora, do 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) e 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), em São Paulo. Foram elas as responsáveis pelo debate com o maior número de participantes do evento, intitulado “A questão lésbica, o machismo entre homossexuais e papéis sexuais”. Diante do debate sobre a participação do movimento homossexual no 1º de maio de 1980 no ABC paulista, optaram por comparecer ao protesto em solidariedade aos trabalhadores metalúrgicos em greve ao lado de outros ativistas do Somos. Com o acirramento das tensões no grupo e as dificuldades em lidar com o machismo, as mulheres do LF saíram definitivamente do Somos em maio de 1980 e passaram a compor um grupo autônomo, o Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF), que, mais tarde, passaria a se chamar Grupo de Ação Lésbica Feminista, para adotar a flexão de gênero apenas no feminino (“lésbica” no lugar de “lésbico”)³⁹.

Em junho de 1980, as ativistas do GALF participaram do protesto contra a violência policial na Boca do Luxo e do Lixo, no centro de São Paulo. Na linha de frente, elas abriram a passeata com uma enorme faixa onde se lia “Contra a violência policial. Ação Lésbica Feminista” (FERNANDES, 2014). Participaram de outros encontros do movimento feminista e, em março de 1981, lançaram um boletim próprio, intitulado *Chanacomchana*, com artigos de ativistas lésbicas pioneiras, como Rosely Roth e Marisa Fernandes⁴⁰. Assim como o Somos em suas origens, o GALF tinha um perfil mais anarquista, que prezava pela autonomia em relação aos partidos políticos e organizações de esquerda. Interpretavam o partido como uma instituição patriarcal, cujos espaços de tomada de decisão estavam hegemônicos pelos homens e suas práticas autoritárias. Entretanto, como veremos nos próximos capítulos, isso não impediu que o grupo liderasse a mobilização eleitoral do movimento homossexual paulista em 1982. Essa postura mais pragmática talvez possa ser explicada pela conexão com o movimento feminista, no qual a inserção de mulheres nos partidos de oposição, apesar de gerar as habituais animosidades, estava mais difundida.

³⁹ Fernandes, Marisa. Depoimento de Marisa Fernandes [Jan. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Concedida pela internet.

⁴⁰ Fernandes, Marisa. Depoimento de Marisa Fernandes [Jan. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Concedida pela internet.

3.5. O encontro entre trotskistas e ativistas homossexuais

O desdobramento do ciclo de protestos colocou todos os movimentos sociais diante do desafio de construir alianças com partidos e outros movimentos com a finalidade de potencializar a ressonância da luta por democracia. Para o movimento homossexual, o contato com a esquerda durante o ciclo de protestos se deu, sobretudo, por meio de correntes trotskistas como a Organização Socialista Internacionalista (OSI), a Democracia Socialista e a Convergência Socialista. As razões que permitiram ao trotskismo brasileiro maior permeabilidade ao debate homossexual estão relacionadas, principalmente, aos vínculos transnacionais que essas organizações mantinham com redes mundiais de partidos socialistas conhecidas como “IV Internacional”, herdeiras da tradição internacionalista representada pelo revolucionário russo Leon Trotsky. Uma das características centrais do movimento trotskista desde a década de 1930 foi a forte oposição ao estalinismo e às políticas repressivas que se desdobraram na União Soviética a partir “contrarrevolução burocrática” (BENSAÏD, 2010:15) promovida por Stálin. A relação entre a IV Internacional e os debates impulsionados pelos movimentos sociais que emergiram após os protestos do maio 1968 tinha a ver com o desejo dos trotskistas de quebrar o isolamento ao qual estavam condenados desde a fundação da IV Internacional em 1936, de modo que, a partir daquele ano, “(...) todo o esforço da IV Internacional se orientou no sentido de participar e influir nessa corrente de radicalização”⁴¹, que apresentava características claramente antiestalinistas e, supostamente, mais permeáveis às ideias trotskistas.

Fundada em dezembro de 1979, a Democracia Socialista (DS) era uma organização política de esquerda formada por agrupamentos regionais que atuaram no movimento estudantil gaúchos e mineiros ao longo da década de 1970⁴². O encontro desses grupos aconteceu na redação do jornal *Em Tempo*, onde atuaram ao lado de intelectuais, jornalistas e membros de outras organizações de esquerda da época. A partir da década de 1980, passaram a compor o PT enquanto tendência interna e se tornaram hegemônicos no conselho editorial do *Em Tempo*. Diversos ativistas que participaram da fundação da DS estavam referenciados na antiga Secretaria Unificada (SU) da IV Internacional, um dos principais troncos do trotskismo internacional, e nutriam grande simpatia por essa tradição.

⁴¹ “IV Internacional: A longa travessia do deserto”. *Em Tempo* nº 93, Dezembro de 1979, p. 11

⁴² Um panorama mais detalhado da complexa rede organizativa que deu origem à DS pode ser conferido no trabalho de Angelo (2008).

Durante os debates que antecederam a criação da DS, foi aberta uma discussão entre os membros sobre a possibilidade de adoção das perspectivas teóricas de Trotsky, estreitando o laço entre o grupo brasileiro e a rede de partidos organizados em torno da IV (ANGELO, 2008). Em 1979, o Secretariado Unificado da IV promoveu um debate global sobre a liberação feminina por meio de um documento que também reivindicava a descriminalização da homossexualidade como uma política a ser defendida pelos comunistas (DE LA DEHESA, 2010). Essa resolução produziu impactos em organizações trotskistas de todo o mundo todo, encorajando a incorporação de demandas oriundas dos movimentos feminista e homossexual e estimulando alianças com os mesmos. As inúmeras matérias sobre o movimento homossexual publicadas pelo *Em Tempo* na virada da década de 1970 para a de 1980 expressam o apoio da DS à luta pela liberação sexual.

A Convergência Socialista tem suas origens na organização Liga Operária, que, em 1978, deu início ao Movimento Convergência Socialista, com o objetivo de reunir militantes socialistas num mesmo agrupamento para a fundação de um novo partido socialista no Brasil. A Convergência fazia parte de outra internacional, a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), uma dissidência da ex-SU, liderada pelo argentino Nahuel Moreno, cujas seções estavam concentradas principalmente na América Latina. Embora defendesse uma linha mais “obreirista” (cf. Idem:78), com foco no trabalho operário, e mais crítica aos chamados “novos movimentos sociais”, a Convergência se aproximava da Democracia Socialista quando o assunto era a oposição à linha política dos Partidos Comunistas. A permeabilidade ao debate da liberação homossexual veio por meio da relação com organizações da esquerda norte-americana que compunham a mesma internacional e que haviam sido pioneiras na criação das “*Gay Factions*”, ou “Facções Gays”, dentro dos partidos de esquerda. Em 1980, a influência internacional se fez sentir na escolha do nome “Facção Homossexual da Convergência Socialista”, que denominava interna e externamente o grupo de ativistas gays, lésbicas e bissexuais que compunham a Convergência.

A OSI, que após a entrada no PT, em 1981, adotaria o nome O Trabalho, era a seção brasileira da dissidência da IV Internacional liderada por Pierre Lambert, denominada Quarta Internacional-Centro Internacional de Reconstrução (QI-CIR). A OSI tornou-se bastante conhecida na segunda metade dos anos 1970 devido à influência exercida pelo seu braço estudantil, a Liberdade e Luta, popularmente conhecida como Libelu, que atuava nos movimentos estudantis secundarista e universitário. A Libelu foi a primeira organização da esquerda brasileira a chamar publicamente a palavra de ordem “Abaixo a Ditadura”,

liderando muitas das passeatas estudantis que irromperam as ruas nos anos 1970⁴³. Entretanto, o que tornou a Libelu uma organização popular entre os estudantes da época foram suas festas regadas a *rock and roll*, algo impossível de se ouvir nas festas organizadas pelo PCdoB e outras organizações mais tradicionais, que preservavam uma identidade declaradamente nacionalista. Essa ousadia tornou a Libelu mais permeável à adesão de militantes identificados com ideais da contracultura “desbundada”. A OSI não apresentava uma linha política oficial para a questão homossexual, mas a abertura para comportamentos menos rígidos entre a militância jovem favoreceu o ingresso de muitas feministas, e de ativistas que se reconheciam enquanto gays, lésbicas ou bissexuais em suas fileiras⁴⁴.

Foi diante de um cenário de renovação da esquerda brasileira que o ativista norte-americano James Green chegou a São Paulo, em janeiro de 1977, depois de uma passagem pelo Rio de Janeiro. Jimmy reencontrou Trevisan, que havia conhecido anos antes na Califórnia, e fez amizade com um jornalista do *Versus*. Iniciou um relacionamento com este último, que por sua vez era membro da Liga Operária, organização que deu origem à Convergência Socialista. Expressou ao namorado o desejo de entrar para a organização, que julgava adequada às suas convicções. O rapaz, no entanto, foi resistente, uma vez que não era assumidamente homossexual e temia ser rejeitado pelos companheiros de militância. No início de 1978, Jimmy foi obrigado a retornar aos Estados Unidos para regularizar seu visto. Decidido a retornar ao Brasil e se tornar um membro da CS aceitou vender exemplares do *Versus* para a comunidade brasileira em São Francisco. Retornou ao Brasil em agosto de 1978, no momento em que a direção da Convergência havia sido presa pelo regime. Ingressou na organização mesmo sem o apoio do namorado e, depois de uma experiência como jornalista no *Versus*, recorreu a uma integrante do Comitê Central da organização para sugerir que atuasse publicamente como militante homossexual e não mais na redação do jornal, onde convivia com o namorado que permanecia no armário⁴⁵.

A ideia foi bem recebida pela direção da organização, que o aconselhou a procurar outros cinco militantes homossexuais que faziam parte da CS, para formar uma célula destinada a debater exclusivamente o ativismo homossexual. Entre estes militantes estava Hiro Okita, então estudante secundarista que havia sido captado para a organização por meio de um

⁴³ “Qual era a onda da Libelu?”. Blog Socialista Morena, 24 de setembro de 2013. Disponível em: <http://socialistamorena.com.br/qual-era-a-onda-da-libelu/>

⁴⁴ GARCIA, Cláudia Regina Santos. Depoimento de Cláudia Regina Santos Garcia [Jan. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Duração: 1:22:09.

⁴⁵ GREEN, James N. Depoimento de James Naylor Green [Nov. 2014]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2014. Duração: 1:39:59.

grupo de teatro amador. A ideia de intervir no nascente movimento gay e lésbico ia ao encontro das aspirações da CS, cujo projeto para a etapa de reorganização da esquerda no Brasil era agregar o conjunto dos movimentos que haviam emergido na abertura dentro de um mesmo partido socialista. Estabelecido este pequeno núcleo, formado inicialmente por cerca de cinco homens gays, foram realizadas reuniões periódicas para debater a intervenção da Convergência no movimento homossexual, além de levar a discussão para as outras células da organização, numa espécie de campanha de conscientização interna. O grupo foi batizado de Facção Homossexual da Convergência Socialista⁴⁶.

Em setembro de 1979, a Facção⁴⁷ foi convidada a participar do primeiro congresso da Convergência e Jimmy foi escolhido delegado especial para representá-la. Na ocasião, o grupo apresentou um texto denominado *Teses para a Libertação Homossexual*, primeiro documento de uma organização socialista brasileira sobre o tema, que se propunha a explicar a discriminação às homossexualidades por meio de uma abordagem materialista histórica. Inspirado nas teses do grupo trotskista norte-americano *Socialist Workers Party* (SWP), o material foi publicado em 1981 sob o título de *Homossexualidade: Da Opressão à Libertação*, com a assinatura de Hiro Okita, que havia se tornado uma das figuras públicas homossexuais da Convergência⁴⁸. Um texto publicado no primeiro boletim da Facção, lançado em abril de 1981, explica a concepção do grupo:

Primeiro, somos socialistas e entendemos que a luta do homossexual contra a discriminação e opressão está ligada à luta de todos os explorados e oprimidos por uma nova sociedade. Somos socialistas que querem levar a questão específica da opressão e discriminação do homossexual mobilizando todos os homossexuais contra esse sistema capitalista machista que nos oprime. Somos socialistas e não stalinistas. Condenamos a discriminação que os homossexuais sofrem, não só nos chamados países socialistas como a URSS, Albânia e Cuba, mas também dentro da esquerda stalinista brasileira. (*Facção Homossexual CS*, Boletim nº 1, Abril de 1981, p. 2).

Em *Homossexualidade: Da Opressão à Libertação*, a Facção Homossexual da Convergência Socialista defendia que a repressão à homossexualidade teve sua origem nas sociedades primitivas, passando pelas diversas transformações sociais e econômicas ao longo

⁴⁶ GREEN, James N. Depoimento de James Naylor Green [Nov. 2014]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2014. Duração: 1:39:59.

⁴⁷ James Green afirma que só muito depois os membros do grupo se deram conta que o termo “Facção” não funcionava bem no Brasil, onde a palavra era frequentemente associada ao crime organizado. GREEN, James N. Depoimento de James Naylor Green [Nov. 2014]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2014. Duração: 1:39:59.

⁴⁸ GREEN, James N. Depoimento de James Naylor Green [Nov. 2014]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2014. Duração: 1:39:59.

da história até o capitalismo. O livro trazia um panorama da emergência do movimento homossexual no Brasil e propunha “Um programa pela libertação homossexual”, que reivindicava o direito de expressão e organização dos homossexuais, o fim da discriminação, o fim da ideologia anti-homossexual, o fim da repressão policial e o apoio à fundação do Partido dos Trabalhadores “como primeiro passo para um governo dos trabalhadores” que “leve a um Brasil socialista”, onde “todas as formas de opressão sejam eliminadas” (OKITA, 1982:62).

Com isso, os membros da Facção Homossexual da Convergência Socialista buscavam construir uma identidade homossexual articulada tanto com a tradição socialista quanto com a o projeto partidário do PT. A tese argumentava que tanto a construção de uma nova sociedade quanto a do novo partido deveriam considerar a erradicação do preconceito aos homossexuais como bandeira fundamental. O compromisso com a emancipação de gays e lésbicas aparece como elemento que diferencia o grupo das correntes e partidos de tradição estalinista. Nesse sentido, as experiências do socialismo real são apontadas como distorções do verdadeiro ideal socialista. Do ponto de vista da construção do partido e da luta contra o regime, a tese evitava a dicotomia entre “luta maior” e luta menor”. Considerava a luta dos homossexuais como parte indissociável da luta pela construção do novo partido socialista e de uma sociedade verdadeiramente igualitária.

As diferenças de concepção entre as diversas correntes da esquerda brasileira a respeito da homossexualidade foram apresentadas por meio de um conjunto de entrevistas realizadas por Hiro Okita e anexadas ao final do livro. Além da CS, que aproveitava a oportunidade para ratificar seu apoio ao movimento homossexual, representantes de outras quatro organizações e seus respectivos jornais responderam perguntas sobre o tema: O Jornal *Hora do Povo*, do MR-8; o Jornal *O Trabalho*, da antiga OSI; e o Jornal *Voz da Unidade*, do PCB. As entrevistas revelam que, apesar do cenário de renovação da esquerda, correntes como o PCB e o MR-8 permaneciam resistentes ao debate político sobre a questão homossexual ou reproduziam noções que o movimento lutava para desconstruir. A corrente trotskista OSI aparece como uma organização mais arejada ao debate.

Jornal Hora do Povo (MR-8):

P – *O que acha do homossexualismo?*

HP: Eu acho que é produto de uma série de mecanismos de repressão que existe dentro da sociedade, que vão desde o Estado até a Família, que impedem que a criança dê vazão normal aos seus impulsos sexuais (...).

P – *Por que existe? É uma doença?*

HP: Acho que de acordo com esse raciocínio, quando estes obstáculos à satisfação são muito grandes, eles se voltam contra a própria pessoa, ou toma caminhos diversos. É justamente isso, uma forma de masturbação. É uma forma de realizar, fantasiosamente, um desejo que na verdade não se realiza, gerando outros problemas de frustrações, narcisismo, que são manifestações de homossexualismo. No fundo é uma doença, se doença é um desvio da natureza; uma doença psicológica basicamente.

Jornal O Trabalho:

P – *Qual a posição de O Trabalho sobre a questão homossexual? O homossexualismo é uma doença, um desvio?*

OT: Consideramos a questão do homossexualismo um assunto privado, ou seja, diz respeito ao direito de cada um dispor do seu corpo da maneira como bem entender. Do ponto de vista político e social, não cabe a nós – ou qualquer um – julgar a escolha de cada um, neste terreno. Por outro lado, temos combatido todo o tipo de discriminação e de opressão, inclusive a que atinge os homossexuais.

P – *Existem homossexuais que participam do jornal?*

OT: Temos homossexuais entre nossos colaboradores. Não discriminamos qualquer trabalhador ou jovem que esteja disposto a levar conosco os combates de que temos participado, independentemente das opções que eles façam em termos sexuais. Apenas, no momento, não nos dedicamos a impulsionar a organização à parte dos homossexuais, mas incentivamos nas lutas dos trabalhadores de uma forma geral, combatendo qualquer discriminação que eles sofram.

Jornal Voz da Unidade (PCB):

P – *O que acha do homossexualismo?*

VU: Eu acho um problema deles, íntimo (...). O princípio político é o respeito à liberdade do outro. A luta pelo reconhecimento tanto do homossexualismo como das “minorias”, a luta pela diversidade ajuda a avançar na luta pela democracia. O respeito às diferenças, à liberdade do outro.

P – *Por que o PCB não inclui no programa a luta contra a discriminação do homossexual quando sabemos que existem milhares de trabalhadores homossexuais que além de serem explorados também são oprimidos?*

VU: (...) Porque é uma questão diferente, do ponto de vista nacional não tem a mesma expressão, a opressão do negro por exemplo que é muito maior que a dos homossexuais. Abarca um volume de pessoas maior. A opressão do negro é uma opressão relacionada à condição racial. A do homossexual é uma opressão do ponto de vista ético-moral. Veja o exemplo da mulher; a mulher não pode deixar de ser mulher e o homossexual pode deixar de ser homossexual.

A partir do segundo semestre de 1978, parte dos homossexuais da CS passou a integrar o Núcleo de Ação Pelos Direitos dos Homossexuais, que, em fevereiro de 1979, converteu-se em Grupo Somos. Dada a pouca experiência dos membros da Facção no movimento homossexual, então uma novidade para a própria Convergência, o acompanhamento dessa intervenção era feito por uma integrante do Comitê Central da CS, que sugeria a Jimmy ações políticas que poderiam ser levadas ao Somos, com a finalidade de impulsionar o

movimento⁴⁹. Entre as ideias levantadas pela dirigente e apresentadas por Jimmy ao movimento, estavam: uma campanha de assinaturas em defesa do *Lampião* em novembro de 1978, quando os editores passaram a responder um inquérito na Polícia Federal por atentado à moral e aos bons costumes; um grupo de estudos sobre marxismo e liberação homossexual, organizado em meados de 1979 com base na tese escrita pela Facção Homossexual para o congresso da Convergência; a participação do *Somos* no ato do Dia da Consciência Negra em 20 de novembro de 1978 no Parque Dom Pedro, região central de São Paulo; e, finalmente, a participação no 1º de maio de 1980 em São Bernardo do Campo⁵⁰.

As propostas apresentadas por Jimmy eram relativamente bem recebidas no grupo, com exceção da intervenção no 1º de maio, que será melhor abordada na próxima seção, e do grupo de estudos. Este último não se sustentou por muito tempo e gerou desconforto entre alguns integrantes do *Somos*, que tomaram a iniciativa como tentativa de doutrinação ideológico. A que pesem as desconfianças geradas pela presença de militantes da Facção Homossexual no interior do *Somos*, a organização socialista se tornou uma das principais aliadas do grupo. Não por acaso, a sede da CS era frequentemente disponibilizada para que os militantes do *Somos* pintassem faixas, imprimissem materiais e realizassem reuniões⁵¹.

Com o tempo, as desconfianças em torno da presença de militantes da Facção dentro do *Somos* aumentaram. Havia o temor de que o grupo fosse cooptado por uma agremiação partidária. Para os ativistas alinhados com ideias anarquistas, isso significava que os homossexuais deixariam de falar por si mesmos para serem tutelados por outrem. A notícia de que a CS participava do movimento pela criação do PT colaborava para alimentar tais suspeitas. A múltipla filiação de Jimmy era conhecida pelos membros do grupo, que inicialmente não se opunham à participação de nenhum homossexual organizado em partidos ou grupos de esquerda. Tanto que ativistas da OSI e do PCdoB também passaram pelo *Somos* nesse período⁵². Como veremos nas próximas páginas, as diferenças se acirraram na medida em que as oportunidades e restrições políticas abertas pelo ciclo de protestos impuseram novos desafios ao movimento.

⁴⁹ GREEN, James N. Depoimento de James Naylor Green [Nov. 2014]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2014. Duração: 1:39:59.

⁵⁰ GREEN, James N. Depoimento de James Naylor Green [Nov. 2014]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2014. Duração: 1:39:59.

⁵¹ GREEN, James N. Depoimento de James Naylor Green [Nov. 2014]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2014. Duração: 1:39:59.

⁵² GREEN, James N. Depoimento de James Naylor Green [Nov. 2014]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2014. Duração: 1:39:59.

3.6. Entre o fortalecimento da comunidade e o protesto de rua

Enquanto, para grande parte dos movimentos sociais, os desafios a serem enfrentados envolvem o mundo externo (adversários, autoridades, aliados), o movimento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais quase sempre se constitui por meio de uma alternância entre campanhas direcionadas contra as autoridades e intensos períodos de atividades internas (KRIESI, 1995). Essa rotina “para dentro” tem se mostrado um desafio para os pesquisadores, na medida em que dificulta a definição do movimento homossexual enquanto movimento social nos termos em que este conceito vem sendo empregado na literatura. O caso do movimento brasileiro parece seguir a mesma tendência, pois apresenta tanto setores alinhados com um repertório focado em atividades “para dentro” quanto outros alinhados com atividades “para fora”, como debates públicos e protestos de rua. Entretanto, no período que vai de 1978 a 1980, descrito pela literatura como os anos de formação do movimento homossexual brasileiro, as atividades externas são numerosas, muito em função da inserção do movimento no ciclo de protestos pela democratização:

Quadro 3.2: Principais eventos do Movimento Homossexual Brasileiro (1978-1980)

Data	Eventos de Mobilização do Movimento Homossexual Brasileiro (1978-1981)
Abril de 1978	Publicado o nº0 do jornal “Lampião da Esquina”, com circulação restrita
Maio de 1978	Acontecem as primeiras reuniões do Grupo Somos, ainda com o nome de Núcleo de Ação Pelos Direitos dos Homossexuais, em São Paulo
Novembro de 1978	Os editores do Lampião da Esquina passam a responder inquérito na Polícia Federal por atentado à moral e aos bons costumes.
Fevereiro de 1979	O Grupo Somos se batiza e, ao lado do movimento negro, feminista e indigenista, faz sua primeira aparição pública em uma semana de debates sobre “movimentos de emancipação” organizada por estudantes da Universidade de São Paulo (USP).
Junho de 1979	É criado, dentro do Grupo Somos, o Grupo Lésbico Feminista
Agosto de 1979	O Grupo Somos organiza um abaixo-assinado em solidariedade aos editores do Lampião da Esquina e em defesa da publicação.
Novembro de 1979	O Grupo Somos participa do ato do Dia da Consciência Negra em São Paulo organizado pelo MNU e manifesta apoio à luta antirracista.
Dezembro de 1979	O processo contra o Lampião da Esquina é arquivado
	O Lampião promove, no Rio de Janeiro, o “Primeiro Encontro Nacional do Povo Guei”. Comparecem integrantes de nove grupos.
Março de 1980	O subgrupo Lésbico-Feminista do Somos participa do 2º Encontro da Mulher Paulista
Abril de 1980	Realização do 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) e o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) em São Paulo.
Maio de 1980	Integrantes do Somos participam do ato público do 1º de maio no ABC

	Paulista em apoio aos trabalhadores em greve.
	Em reunião geral do Somos no dia 17 de maio, as integrantes do LF formalizam sua separação e a criação do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF). Outro grupo, composto por homens gays que divergiam da participação no 1º de maio, também rompe para criar o Grupo Outra Coisa de Ação Homossexualista.
Junho de 1980	O Somos e outros grupos paulistas se mobilizam contra a chamada “Operação Limpeza”, promovida pelo delegado José Wilson Richetti, que tem como alvo homossexuais e prostitutas que frequentam a Boca do Lixo em São Paulo. No dia 13 de junho, organizam um ato nas escadarias do Teatro Municipal e tomam as ruas do centro contra a violência policial.
	O GALF participa do Encontro de Grupos Feministas em Valinhos (SP).
Dezembro de 1980	Acontece, no Rio de Janeiro, a prévia do que deveria ser o 2º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados, com a presença de 15 grupos de diversas regiões do país.
	É fundado oficialmente, em Salvador, o Grupo Gay da Bahia (GGB)

Fonte: O quadro de eventos foi adaptado a partir de Facchini, Regina; Simões, Júlio Assis. *Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009; MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. Também foram utilizadas informações concedidas por meio de entrevistas e documentos consultados em diferentes acervos.

Em dezembro de 1979, foi realizado, no Rio de Janeiro, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o 1º Encontro Nacional do Povo Gay, primeira tentativa de criar estruturas conectivas entre os grupos homossexuais que surgiam no país. A ideia do encontro surgiu durante uma reunião de pauta do *Lampião da Esquina*, na qual estavam presentes membros do Somos/RJ⁵³. Participaram do Encontro cerca de 60 pessoas - 11 lésbicas e 50 gays - pertencentes a nove grupos de cinco Estados. O debate apontava em direção a uma concepção de movimento não apenas reformista, mas também revolucionário, com linguagem e identidades próprias. Entre as resoluções aprovadas estavam a reivindicação pela inclusão do respeito à “opção sexual” na Constituição Federal; uma campanha para retirar a homossexualidade da lista das doenças mentais; e a convocação de um primeiro congresso nacional do movimento para o ano seguinte, em São Paulo (FACCHINI, 2011).

Quatro meses depois ocorria, entre os dias 4 e 6 de abril, na cidade de São Paulo, o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), fechado para grupos homossexuais e seus convidados, e o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), que era aberto a todos os homossexuais interessados. Compareceram cerca de 200 pessoas à parte fechada do encontro, o 1º EGHO, e 600 ao 1º EBHO, a parte aberta (FACCHINI, 2011). Nesse encontro, ficou evidente a polarização entre setores autonomistas, que rechaçavam as alianças com a

⁵³ “No Rio, o Encontro Nacional do Povo Guei”. *Lampião da Esquina* nº20. Página 7. Janeiro de 1980.

esquerda sob a justificativa de que os partidos terminariam por cooptar o movimento homossexual, e setores ligados à esquerda ou nela referenciados, que defendiam uma política de alianças com partidos e outros movimentos sociais e um perfil de movimento mais pautado no protesto de rua. Essa polarização se dava, sobretudo, no Somos/SP, devido à presença da Facção Homossexual da Convergência Socialista, mas não somente.

Neste encontro, as decisões foram tomadas por consenso, como forma de demarcar o caráter não autoritário do MHB. Ficou decidido que o movimento se engajaria na luta pela alteração do Código de Doenças que considerava a homossexualidade uma patologia; pela introdução de um dispositivo legal de proteção aos direitos dos homossexuais na Constituição Brasileira; pela ampla legalização jurídica dos grupos organizados; promoção de debates sobre homossexualidade durante o congresso anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); denúncia dos casos de discriminação por parte de empregadores e maior acompanhamento dos casos de violência policial cometidos contra homossexuais (FACCHINI e SIMÕES, 2009: 107). As resoluções mostram que, apesar do caráter autonomista, libertário e antiautoritário assumidos pelo movimento neste primeiro momento, as ações tiradas no 1º EGHO já apontavam para um perfil de ativismo mais institucional, focado em demandas direcionadas ao Estado, reconhecimento legal dos grupos e campanhas voltadas para o conjunto da sociedade.

A polêmica ficou por conta da relação com os partidos políticos e com a chamada “luta maior”. Na mesa de abertura, foi aprovada uma moção de apoio à greve dos metalúrgicos do ABC, apresentada por militantes do PC do B de Guarulhos. Entretanto, na plenária final, quando os membros da Facção apresentaram a proposta de participação do movimento na passeata do 1º de maio de São Bernardo do Campo, como forma de demonstrar solidariedade à greve dos metalúrgicos, houve uma forte polarização entre os setores que defendiam a ida ao ABC e aqueles que acreditavam que essa intervenção deslocava o foco do movimento para questões que lhe eram alheias. Depois de um longo debate, uma votação definida por um voto (cinquenta e quatro a cinquenta e três) decidiu que o movimento não tinha a obrigação de participar da passeata em São Bernardo, mas que os ativistas interessados estavam livres para participar caso desejassem.

Porém, no interior do Somos, o desgaste estava dado. As propostas de ação política apresentadas por Jimmy e outros integrantes da Convergência apontavam em direção a uma intervenção pública pautada no protesto de rua, que pressupunha uma adesão ao ciclo de protestos pela democratização em aliança com outros movimentos sociais. Essas propostas

tinham simpatia de muitos ativistas autônomos dentro do grupo, inclusive do grupo Lésbico Feminista. O setor liderado por João Silvério Trevisan defendia que o *Somos* se dedicasse exclusivamente às questões pertinentes aos homossexuais e mantivesse a metodologia de discussões baseadas na experiência pessoal de seus membros, além de ações voltadas para a construção de um sentimento de comunidade e a aceitação da homossexualidade. Embora no geral houvesse unanimidade em torno do papel repressivo desempenhado pelo regime militar e da necessidade de restabelecimento da democracia, não havia consenso em relação a uma intervenção mais direta do movimento no processo político.

Os enquadramentos interpretativos observados no período analisado (1978-1980) expressam duas abordagens distintas de ação política: a primeira, representada no quadro a seguir pelo Grupo A, estava mais vinculada ao anarquismo, de forte inspiração contracultural, cética em relação às instituições, preocupada com a desconstrução de hierarquias e focada exclusivamente nas questões referentes aos homossexuais; e segunda, representada no quadro pelo Grupo B, mais ligada voltada para a ação externa, baseada na criação de estruturas organizativas mais ou menos hierarquizadas, focada na construção de alianças com outros movimentos sociais e preocupada em intervir diretamente no processo político sob a justificativa de que era necessário criar as condições necessárias para a liberação homossexual. As diferenças entre os Grupos A e B foram sistematizadas no quadro a seguir a partir de quatro eixos principais: desafios do movimento homossexual; prioridades; alianças e organização do movimento.

Quadro 3.4: Principais quadros interpretativos do movimento homossexual (1978-1980)

	Grupo A	Grupo B
Desafios do Movimento Homossexual	Havia o interesse em dar visibilidade ao movimento, afirmar novos valores e ressignificar os estigmas socialmente associados à homossexualidade, sem um alinhamento prévio com esquerda ou direita. Apesar de favorável à retomada da democracia no país, não defendia uma intervenção mais direta no ciclo de protestos pela democratização. Consenso em torno de uma liberação sexual focada nos homens e mulheres homossexuais.	Interesse em dar visibilidade ao movimento, afirmar novos valores e ressignificar os estigmas socialmente associados à homossexualidade, posicionando-se claramente à esquerda no processo político. O movimento deveria atuar diretamente nos protestos pela retomada da democracia no país. Consenso em relação à necessidade de uma liberação sexual ampla, capaz de transformar todas as manifestações da sexualidade humana.

Prioridades	A transformação individual deveria ser prioridade. A autorrevolução de cada sujeito seria o ponto de partida para uma transformação social mais ampla.	A transformação pessoal ocorreria no processo de luta para a transformação da sociedade, sem o qual não seria possível erradicar as desigualdades sexuais e de gênero.
Alianças	Foco na autonomia do movimento e na discussão de questões relativas aos homossexuais. Predominava o rechaço em relação às instituições e ao suposto interesse tanto da esquerda quanto da direita em cooptar o movimento homossexual. Contudo, havia simpatia pela luta das minorias, em especial pela luta feminista e antirracista.	Foco na construção de alianças. Acreditava-se que era necessário se unir aos demais movimentos de minorias, bem como aos grupos que lutavam pelo restabelecimento da democracia no país. Defendia-se que as alianças não comprometiam a autonomia do movimento homossexual, mas o fortaleciam na arena política. Os partidos de esquerda eram vistos como potenciais aliados.
Organização do movimento	O forte caráter antiautoritário implicava num modo de organização mais horizontal, sem coordenações ou instâncias dirigentes, de modo a evitar concentração de poder. As coordenações, quando existissem, deveriam ser rotativas. Valorizava-se a possibilidade dos membros se enxergarem como iguais.	Apontava a necessidade de uma organização mais orgânica do movimento em âmbito nacional, com a criação de uma coordenação composta por lideranças escolhidas democraticamente pelos grupos. Não havia uma crítica forte às estruturas hierarquizadas. Tendência a uma divisão mais sistemática de tarefas entre os ativistas.

Duas semanas após a participação de parcela significativa do Somos/SP na passeata do 1º de maio no ABC Paulista, na qual estavam incluídos membros da Facção, mulheres do grupo lésbico feminista e outros simpatizantes da proposta, ocorreram duas rupturas no grupo. A primeira, referente ao setor liderado por João Silvério Trevisan, que durante a manifestação do 1º de maio optou por realizar um piquenique no Parque do Ibirapuera, anunciou o desligamento do grupo para fundar o Grupo de Ação Homossexualista, que, em seguida, adotou o nome de Outra Coisa. Na carta de fundação, afirmavam que o Somos havia sido cooptado pela CS. A segunda ruptura era encabeçada pelo grupo Lésbico Feminista, que deixou o Somos para construir o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) alegando que, apesar de fazer parte do movimento homossexual, as mulheres lésbicas sofriam uma opressão específica, o que justificava a criação de grupos separados dos homens.

A tendência ao protesto de rua, afirmada por meio da participação no 1º de maio do ABC, consolidou-se nas semanas seguintes, com a realização de um protesto contra a “Operação Limpeza” no centro de São Paulo, no dia 13 de junho de 1980. A “Operação Limpeza” foi uma ação conjunta entre as Polícias Civil e Militar, desencadeada entre abril e

maio de 1980 e comandada pelo Delegado Wilson Richetti. Com o apoio estratégico dos moradores e comerciantes do centro de São Paulo, que costumavam jogar garrafas e sacolas de excrementos contra os homossexuais que frequentavam lugares como o Largo do Arouche e a Praça Roosevelt (PERLONGHER, 1987), a polícia passou a realizar rondas e blitz que corriam a “Boca do Luxo e do Lixo”, recolhendo travestis e enquadrando os demais “arruaceiros” por crimes de vadiagem.

As detenções eram arbitrárias. Prostitutas tinham seus *habeas corpus*, obtidos na Justiça, rasgados em público. Em alguns bares do Arouche, os investigadores chegavam gritando “Quem for *viado* pode ir entrando no camburão” (cf. Idem:109). Numa única semana, 1.500 pessoas foram detidas, sendo apenas 0,8% indiciadas. Boa parte das prisões eram temporárias, mas a experiência do encarceramento, ainda que breve, era o suficiente para afugentar os ex-detentos das áreas monitoradas. A violência com que gays e travestis eram tratados pelos policiais foi descrita em uma reportagem do *Lampião da Esquina*:

(...) o próprio Richetti (...) esmurra as costas ou a cabeça das mulheres que deixam a prisão (...). Um travesti relata como Richetti (...) abriu uma gaveta e fechou violentamente, prendendo seus seios (...). Na esquina da Rego Freitas com Major Sertório, investigadores tentam tirar a dentadura de uma travesti, para recolher a gilete ali escondida. Como ele jura aos berros que seus dentes são naturais, é espancado e tido por mentiroso. (*Lampião da Esquina*, nº26, Junho de 1980, p. 18).

A prisão de um sociólogo do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) chamou a atenção do Comitê Brasileiro de Anistia para as arbitrariedades da “Operação Limpeza” (cf. Idem:109). O jurista Hélio Bicudo, filiado ao PT, abriu um processo contra Richetti. Convocado para depor na Assembleia Legislativa de São Paulo pelo Deputado Estadual João Baptista Breda (MDB), o delegado foi defendido pelo porta-voz do então Governador Paulo Maluf na casa, o deputado Manoel Sala, do Partido Democrático Social (PDS), num discurso que deixou claro o apoio do Governo do Estado à “Operação Limpeza”.

O movimento homossexual reagiu à onda de repressão indo às ruas em 13 de junho de 1980 numa manifestação histórica, considerada a primeira realizada pelo movimento homossexual brasileiro⁵⁴. A ideia de uma mobilização massiva de gays, lésbicas, bissexuais e travestis para exigir a destituição de Richetti e o fim das rondas policiais nos locais de frequência homossexual foi encampada pelo Somos por sugestão de um militante trotskista

⁵⁴ *Lampião da Esquina*, nº26, Junho de 1980, p. 18

recém-integrado ao movimento, que apresentou a proposta na festa de aniversário de dois anos do grupo, realizada no final de maio⁵⁵.



Considerado o primeiro protesto de rua do movimento homossexual brasileiro, o ato público contra a “Operação Limpeza”, realizado em 13 de junho de 1980 nas ruas do centro de São Paulo, denunciou os abusos cometidos pelas Polícias Civil e Militar contra os frequentadores da “Boca do Luxo e do Lixo”, em especial prostitutas, gays, lésbicas, bissexuais e travestis. **Foto:** *Lampião da Esquina*, nº 26, julho de 1980.

No dia 13 de junho de 1980, depois de uma concentração nas escadarias do Teatro Municipal, na qual o medo e a insegurança de se identificar como movimento homossexual ainda eram latentes, ativistas gays, lésbicas, bissexuais e travestis, acompanhados de artistas, estudantes, prostitutas e ativistas dos movimentos negro e feminista saíram em caminhada em direção ao Largo do Arouche gritando palavras de ordem como “Ada Ada Ada, Richetti é despeitada”, “A B X, libertem as travestis!” e “Somos todas putas!”⁵⁶. O protesto reuniu todos os grupos homossexuais organizados da cidade de São Paulo, incluindo o Somos e suas dissidências, o GALF e o Grupo de Ação Homossexualista e ativistas independentes, como o mineiro Edson Nunes, que na época residia em São Paulo⁵⁷.

⁵⁵ GREEN, James N. Depoimento de James Naylor Green [Nov. 2014]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2014. Duração: 1:39:59.

⁵⁶ *Lampião da Esquina*, nº26, Junho de 1980, p. 18

⁵⁷ Em São Paulo, Edson Nunes Conheceu os grupos homossexuais organizados da capital, entre eles o Somos, mas preferiu não ingressar neste por divergir da abordagem que priorizava a discussão de problemas individuais da experiência homossexual. Nunes, que estava acostumado a falar em público sobre o tema em seminários nacionais e internacionais, também estranhou o procedimento quase clandestino de ingresso no Somos, que exigia no preenchimento de um questionário e uma entrevista, que serviam para apurar informações sobre a vida

Embora compartilhasse de um relativo consenso quanto à necessidade de uma liberação sexual ampla que pudesse transformar as percepções de homens e mulheres sobre seus papéis sexuais e de gênero, o recém-nascido movimento homossexual divergia quando o assunto era o *como* atingir esse objetivo. Seria por meio da transformação individual ou por meio de um processo de luta mais amplo, direcionado para a transformação estrutural da sociedade?

O quadro abaixo compara as principais diferenças entre os repertórios de ação identificados no movimento homossexual no período de 1978 a 1980. O primeiro grupo, denominado Grupo A, apresenta um repertório baseado em política de acolhimento, emponderamento e fortalecimento de laços comunitários, enquanto o segundo, Grupo B, apresenta uma tendência às ações externas e ao protesto de rua. O quadro indica que o Grupo A atuava de maneira mais defensiva, voltado para as ações internas, ao passo que o Grupo B tinha um perfil mais ofensivo, voltado para atuação externa. Considerando que os repertórios de ação variam de acordo com as oportunidades e restrições políticas, pode-se afirmar que os repertórios de ação ofensivos, defendidos pelo Grupo B, foram ganhando maior adesão no movimento na medida em que o ciclo de protestos pela democratização foi abrindo oportunidades para que ativistas gays, lésbicas, bissexuais e travestis saíssem às ruas.

Quadro 3.3: Principais repertórios de ação do movimento homossexual (1978-1980)

	Grupo A	Grupo B
Ações Internas	Reuniões voltadas para a discussão da experiência da discriminação, com foco na autoaceitação, no empoderamento e na “saída do armário” antes de qualquer tomada de decisão política. Havia a intenção de fortalecer uma identidade coletiva e cultivar um sentimento de comunidade. Formações voltadas para o entendimento da “essência da homossexualidade”.	Reuniões voltadas para a discussão dos aspectos sociais da discriminação. Pautava-se a necessidade de construir um movimento em aliança com outros setores marginalizados, como negros e mulheres. Havia a intenção de definir estratégias políticas de enfrentamento à discriminação. Formações voltadas para o entendimento dos processos históricos da discriminação ao homossexual.
Ações Externas	Concessão de entrevistas de lideranças do movimento para meios de comunicação. Divulgação de cartas e notas de repúdio direcionadas a entidades e órgãos representativos.	Ênfase no protesto e aparições públicas. Participação em manifestações para prestar solidariedade a outros movimentos sociais. Promoção de abaixo-assinados para angariar apoios e

pregressa dos ativistas. O trâmite cauteloso de admissão era feito, em partes, para evitar a presença de infiltrados, visto que na época ainda uma política de vigilância direcionada aos grupos de movimentos sociais por parte do Sistema Nacional de Informação (SNI).

	Publicação de textos referentes ao movimento homossexual na imprensa alternativa.	simpatizantes. Divulgação de cartas e notas de repúdio direcionadas a entidades e órgãos representativos. Publicação de textos referentes ao movimento na imprensa alternativa.
--	---	---

Ações mais internas ao movimento, pautadas, sobretudo, na realização de reuniões que discutiam a discriminação a partir da experiência pessoal dos ativistas, fizeram sentido num contexto de maior restrição das oportunidades políticas, quando as incertezas do contexto político ainda não asseguravam a viabilidade de um protesto encabeçado por setores historicamente perseguidos pela polícia. Na medida em que os grupos se expandiram, atraindo integrantes de diferentes matrizes ideológicas, novos repertórios passaram a circular no interior do movimento. Em 1980, com a greve dos metalúrgicos do ABC, a participação no 1º de maio e a posterior deflagração da “Operação Limpeza”, ampliou-se a percepção de que deveriam ser empregados repertórios de ação mais ofensivos. Nota-se ainda que a maior visibilidade alcançada por meio do protesto de rua revelou a presença de aliados entre as elites políticas (o advogado Hélio Bicudo e o Deputado Estadual João Baptista Breda, ambos membros de partidos de oposição ao regime). Tais apoios vieram conferir maior legitimidade à reivindicação pelo fim da repressão policial.

Uma característica importante do repertório de ação do movimento homossexual que ganhou maior relevo a partir da experiência do protesto de rua foi a capacidade do movimento em imprimir certa irreverência às formas de ação consagradas pelos movimentos sociais. Deste modo, palavras de ordem como “Abaixo a Repressão!” ganharam uma roupagem provocativa na boca de ativistas gays e lésbicas, tornando-se “Abaixo à repressão, mais amor e mais tesão!” (MCRAE, 1990, p. 227), assim como “O povo, unido, jamais será vencido” foi substituído por “O gay, unido, jamais será vencido!” (1990, p. 227) e “Ousar Lutar, Ousar Vencer” virou “Lutar! Vencer! Mais amor e mais prazer!” (1990, p. 227).

Da mesma forma, as hierarquias de gênero passaram a ser constantemente questionadas, tanto nas performances públicas quanto nas frases estampadas em cartazes e outros materiais. Ao lançar mão do recurso da flexibilização do gênero, a faixa levada pela Facção Homossexual da Convergência Socialista para o ato do 1º de Maio de 1980, com os dizeres “Contra a discriminação do/a trabalhador/a homossexual” expressa bem essa tendência, dando visibilidade à existência de corpos não masculinos no interior de uma classe trabalhadora quase sempre identificada como masculina.

Embora ambos os perfis de repertórios de ação e de quadros interpretativos tenham encontrado ampla ressonância nos grupos homossexuais, observa-se que o elemento que possibilitou a incorporação de repertórios de ação que combinavam manifestações públicas não violentas com ações mais ou menos institucionalizadas, além de quadros interpretativos mais relacionados com as noções de uma revolução social ampla foi a circulação, nesses grupos, de ativistas oriundos de organizações de esquerda. Como veremos nos próximos capítulos, a ampliação dos repertórios de ação e dos quadros interpretativos do movimento será fundamental para definir os rumos que serão tomados pelo movimento ao longo do processo de transição política.

Depois do protesto contra a “Operação Limpeza”, que ficou conhecido como “Fora Richetti”, as ações externas ficaram mais escassas. Em agosto de 1980, ocorreram diversos atentados a bancas de jornal que vendiam títulos da imprensa alternativa. Os ataques foram atribuídos a grupos radicais de direita. Um clima de medo e incerteza voltou a acometer os ativistas. Por influência de antigos membros da ala autonomista do Somos, que compunham o conselho editorial do jornal, o *Lampião da Esquina* assumiu uma linha abertamente contrária ao movimento, com uma visão bastante pessimista e ataques diretos a alguns ativistas. Diversos grupos e coletivos afastaram-se progressivamente do jornal, que antes funcionava nacionalmente como um dos elementos organizadores do movimento. Houve uma tendência crescente à separação entre homens gays e mulheres lésbicas e bissexuais, que passaram a buscar a construção de seus próprios grupos, tanto para fugir do machismo quanto para garantir a visibilidade de suas demandas. As inúmeras acusações de cooptação direcionadas aos militantes da Facção Homossexual da Convergência Socialista após a ruptura do Somos obtiveram repercussão, fortalecendo a desconfiança em relação aos militantes com múltipla filiação que atuavam no movimento.

É interessante notar que o *Somos* não entrou em declínio imediatamente após as rupturas ocorridas em maio de 1980. O grupo se manteve em atividade até dezembro de 1983. Nesse período, não só participou de outras atividades públicas como também promoveu debates e festas, lançou um boletim artesanal chamado *O Corpo* e alugou uma sede própria localizada na Rua da Abolição, no bairro do Bexiga, a qual abrigava reuniões, festas, cineclubes e outras atividades. O novo perfil do grupo, mais voltado para a intervenção externa, foi defendido em um texto publicado na primeira edição do *O Corpo*, lançada em novembro de 1980:

Muitas pessoas dizem: “Vocês são ativistas ao extremo. Só fazem atos públicos, passeatas. Não fazem nada sobre a questão homossexual”. Somos ativistas sim. Só

batalhando conseguimos a sede. Só panfletando noites e noites no gueto conseguimos mobilizar as pessoas contra a repressão policial. Forjamos um respeito mútuo com o Movimento Negro Unificado e está nascendo hoje um grupo de negros homossexuais assumidos, orgulhosos da sua sexualidade, a fim de começar a falar disso. Liberdade não é dádiva, e sim conquista. Não ficamos presos a grupinhos de chá (apesar de não ter nada contra eles) discutindo questões abstratas, mas na prática, nas ruas, nos guetos, com as pessoas. Isto é nossa tradição. É uma tradição de luta dos homossexuais alemães no começo do século que iniciaram o primeiro movimento homossexual na Europa. É a tradição da Frente Homossexual de Libertação da Argentina, o primeiro grupo de homossexuais organizados contra a opressão na América Latina. Levantamos a bandeira deles quando adotamos o nome de sua revista, SOMOS. É a tradição de grupos americanos e europeus que conseguiram grandes vitórias nos seus países com estes métodos de luta (...). (*O Corpo*, Novembro de 1980 nº 1, p. 9).

Quanto aos grupos mais “out”, que levantavam a bandeira da autonomia em relação às instituições políticas como princípio básico do movimento, tal posicionamento nem de longe significou uma *não relação* com partidos políticos e organizações de esquerda. Num contexto no qual as possibilidades de aliança eram muito restritas, os agrupamentos de esquerda e seus jornais alternativos foram constantemente acionados enquanto aliados pelos grupos homossexuais. Em maio de 1981, motivados pela boa repercussão obtida no ano anterior, ativistas homossexuais envolvidos com a construção do PT participaram do 1º de maio do ABC carregando faixas com os dizeres “Contra a Lei de Segurança Nacional” e, novamente, “Contra a discriminação do trabalhador/a homossexual”, dessa vez com a assinatura “Militantes homossexuais construindo o PT”. Reprisando o episódio do ano anterior, quando o Somos se dividiu entre a passeata do 1º de maio e um pique-nique no Parque do Ibirapuera, o Grupo Outra Coisa de Ação Homossexualista, dissidência do Somos, realizou um passeio ao Pico do Jaguará para marcar a autonomia do grupo em relação à luta político-partidária e seu compromisso com questões específicas dos homossexuais⁵⁸.

Um mês depois, o jornal *Em Tempo*, a essa altura hegemônico por jornalistas e intelectuais da organização trotskista Democracia Socialista, publicou uma carta redigida pelo mesmo Grupo Outra Coisa, formado pelos dissidentes do Somos, que romperam justamente por discordar das alianças com partidos políticos. Na carta, o grupo protestava contra a campanha conservadora que ameaçava tirar do ar o programa *Tv Mulher*, da Rede Globo, apresentado pela sexóloga Marta Suplicy⁵⁹. O envio da carta para um jornal declaradamente pró-Partido dos Trabalhadores sugere que, apesar do rechaço em relação às organizações de esquerda, os grupos mais “out” apresentavam uma tendência ao

⁵⁸ “Homossexuais no 1º de maio”. *Em Tempo* nº 128, Maio de 1981, Página 13.

⁵⁹ Coluna “À parte”. *Em Tempo*, Junho de 1981, nº 130, p. 19.

pragmatismo. O grupo Somos, com o qual os membros do grupo Outra Coisa haviam rompido, aparece como um dos apoiadores da carta, demonstrando que, apesar das divergências, os grupos tendiam a unir-se na defesa de causas consideradas comuns.

As divergências, no entanto, não foram esquecidas. O grupo Outra Coisa, ao levantar a bandeira da “autonomia”, manteve, durante algum tempo, uma aliança com o Eros e o Libertos, com o objetivo de combater a hegemonia do Somos e, conseqüentemente, da Facção Homossexual da Convergência Socialista, no movimento paulistano (FACCHINI, 2011). Depois de romper com o Somos, o GALF se manteve ativo por muitos anos, dividindo-se entre o movimento homossexual e o feminista, no qual lutava para dar maior visibilidade às questões relacionadas à sexualidade e conscientizar as feministas a assumirem suas práticas homossexuais (cf. Idem:92-93).

A literatura sobre o movimento homossexual considera que o período posterior às rupturas dos primeiros grupos organizados foi marcado por uma crescente desmobilização (MCRAE, 1990; FACCHINI, 2005; FACCHINI e SIMÕES, 2009), o que tende a ser comum ao final de um ciclo de protestos, quando os grupos de movimento tendem a diminuir as atividades e entrar num período de reflexão e balanços, muitas vezes marcado por desilusões. No entanto, os próximos capítulos deste trabalho apontam para a continuidade das atividades dos grupos remanescentes entre os anos de 1981 e 1982, com destaque para uma maior mobilização nas arenas partidária e eleitoral, estimulada pela Reforma Eleitoral de 1979 e pela fundação do Partido dos Trabalhadores; o fim de alguns dos grupos formados durante o ciclo de protestos e o surgimento de outros, além de um maior protagonismo de grupos como o GALF em São Paulo e o Grupo Gay da Bahia em Salvador.

Conclusão

O movimento homossexual brasileiro surgiu no bojo do ciclo de protestos pela democratização a partir de redes submersas que haviam sido construídas durante os anos de chumbo do regime militar. As fissuras abertas no interior do regime, as sucessivas vitórias eleitorais da oposição, o relaxamento da censura, a renovação da esquerda e a inesperada retomada das mobilizações sociais, que incluíam a emergência de movimentos pautados em causa identitárias, constituíram alguns dos eventos que ampliaram a percepção das oportunidades políticas dos ativistas homossexuais. O jornal *Lampião da Esquina* contribuiu para a difusão de uma linguagem contestatária, que deu suporte ao surgimento de grupos em diversas cidades brasileiras.

A dinâmica do ciclo de protestos impôs aos grupos uma série de desafios: a participação de ativistas com múltipla filiação, que circulavam entre movimento e partidos políticos, a possibilidade de alianças com os novos partidos, organizações e outros movimentos sociais e a definição de uma linguagem de protesto própria. A relação com a esquerda se deu, principalmente, por meio de organizações trotskistas. Das interações com o ambiente da democratização, emergiram repertórios de ação e quadros interpretativos com perfis distintos - um mais focado no fortalecimento de laços comunitários e outro mais estratégico -, que acirraram as divergências no interior do movimento e levaram a rupturas. O desdobramento do ciclo de protestos favoreceu a predominância do segundo perfil de ativismo, mais disruptivo, ao mesmo tempo que levou os grupos mais autonomistas a flexibilizarem seus repertórios de ação, evidenciando que a questão da autonomia, tão enfatizada pelos atores, era, sobretudo, uma estratégia discursiva. Contudo, foi entre acordos e desacordos que o movimento homossexual brasileiro ganhou as ruas e consolidou um estilo contestatário próprio, marcado pela autenticidade e pelo deboche, que resistiria ao tempo e marcaria a sua presença na arena política.

CAPÍTULO 4. DAS RUAS AO PARTIDO: O ENGAJAMENTO HOMOSSEXUAL NA FUNDAÇÃO DO PT

Introdução

O objetivo deste capítulo é analisar de que modo a Reforma Eleitoral de 1979 e a fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980 constituíram oportunidades políticas para o engajamento de ativistas homossexuais na arena partidária e eleitoral. Ao considerar os movimentos sociais como parte do ambiente político, no qual interagem partidos, meios de comunicação, contramovimentos, público espectador e governos estrangeiros, a teoria do confronto político abriu caminho para uma extensa agenda de pesquisa que busca desconstruir a ideia de externalidade dos movimentos sociais em relação à política institucional. Contudo, o fato dos partidos estarem presentes na arena política, inclusive como potenciais aliados dos movimentos, parece não ter sido o suficiente para desfazer a separação entre movimentos sociais enquanto expressão da política não institucionalizada e partidos políticos e eleições como parte da atividade política convencional. Como observa Goldstone (2003), essa separação foi sugerida por Tilly (1978), que, ao definir os movimentos sociais como “desafiantes” que se opõem aos grupos detentores do poder, resguardou as barreiras entre Estado e sociedade. Sob esta ótica, a interação dos movimentos sociais com a política institucional aconteceria por meio de ações esporádicas (processos eleitorais, campanhas específicas e *lobby*), sem que a configuração extrainstitucional dos grupos sofresse alterações.

Na última década, diversos estudos avançaram na compreensão de que os movimentos sociais não podem ser apreendidos como simples “*outsiders*”, ou mesmo como uma alternativa não institucionalizada aos partidos, eleições e outras formas de política institucional. Os movimentos sociais podem dar origem a novos partidos políticos e instituições, participar da proposição de políticas públicas e projetos de lei e até provocar mudanças na configuração de sistemas partidários. Sob essa perspectiva, as fronteiras entre a política institucionalizada e a não institucionalizadas tornam-se “difusas e permeáveis” e fica evidente que o trabalho dos parlamentos, órgãos executivos, tribunais e partidos políticos possui uma ligação bastante íntima com a rotina de contestação (GOLDSTONE, 2003).

As táticas e estratégias empregadas pelos grupos de movimento frequentemente incluem a opção eleitoral (MC ADAM e TARROW, 2011). A participação nas eleições, por sua vez, pressupõe alianças com partidos políticos. Para analisá-las, no contexto dos sistemas multipartidários, Kriesi (2015) propõe que partidos políticos sejam observados enquanto

principais ou periféricos, bem como de governo ou de oposição. Os partidos principais seriam aqueles que, mesmo na oposição, veem-se expostos a uma tensão permanente entre seu papel de representantes do público cidadão nacional e o papel de governantes responsáveis. Já os partidos periféricos, cujas chances de participar do governo são pequenas, estariam menos expostos a essas pressões. Podem, dessa maneira, dar voz a pessoas comuns e aos movimentos sociais, cumprindo a função representativa tão negligenciada pelos partidos principais e constituindo “um canal para os desafios populares dentro do sistema partidário” (MAIR; 2011). Estes partidos, geralmente localizados à esquerda no espectro político, teriam sido particularmente acessíveis aos “novos movimentos sociais”, como apontou Kriesi (1995) em seu estudo sobre os movimentos pós-materiais na Europa ocidental nos anos 1980.

Não raro, o engajamento partidário e eleitoral é interpretado como oportunidade política pelos movimentos sociais. Por meio dessa tática, grupos de movimento podem expandir a repercussão de questões referentes a um determinado conflito, chamar a atenção da sociedade para suas causas, angariar novos aliados entre as elites, criar relações com as instituições políticas, ampliar seus repertórios de ação e produzir novos enquadramentos interpretativos para traduzir a realidade social na qual estão inseridos. A vitória de partidos aliados em diferentes níveis (legislativo e executivo, regional ou federal) pode servir de incentivo para a mobilização no período posterior às eleições (VAN DYKE, 2003). E, eventualmente, partidos governistas podem se sentir pressionados a incorporar reivindicações dos movimentos que antes figuravam apenas nos programas dos partidos de oposição (KRIESI, 2015). Todavia, o leque de oportunidades oferecido pelo engajamento eleitoral não significa que os movimentos sociais têm o poder de afetar facilmente as prioridades das elites (TARROW, 2009). Não raro, a expansão do conflito na esfera pública serve para criar oportunidades políticas para elites defenderem interesses próprios em nível institucional.

Nas próximas páginas, será feita uma breve discussão sobre o modo como a literatura tem interpretado a dinâmica entre movimentos sociais, partidos políticos e eleições em contextos de democratização. Em seguida, será analisado o contexto de oportunidades e restrições políticas inaugurado pela Reforma Eleitoral de 1979. Também serão reconstruídos: o ambiente político da fundação do Partido dos Trabalhadores e os elementos formais da conjuntura que o levaram a acomodar em seu interior os movimentos sociais pautados em causas identitárias, como o feminista, negro, ambientalista e homossexual; a participação dos ativistas homossexuais na campanha pela legalização do PT, entre os anos de 1980 e 1981; e a identidade pública assumida pelo PT durante a campanha eleitoral de 1982.

4.1 Movimentos, partidos e eleições em contextos de democratização

As pesquisas sobre movimentos sociais em contextos de transição têm indicado que os protestos podem ser eventos decisivos para desencadear processos de democratização política. Os protestos tendem a ampliar, entre as elites autoritárias, a percepção de que é necessário fazer determinadas concessões aos seus opositores, a fim de evitar uma guerra civil ou mesmo a tomada do poder, no caso dos movimentos revolucionários (DELLA PORTA, 2014). Sob essa perspectiva, os movimentos sociais não são compreendidos como “convidados inesperados”, mas parte fundamental do ambiente político de incertezas que caracteriza as transições democráticas. Diversos estudos têm destacado o papel desempenhado pelos movimentos sociais na fase de implementação de rotinas mínimas de democracia, principalmente quando se trata da retomada das eleições diretas (LINZ E STEPAN, 1996; O'DONNELL 1993). Em alguma medida, a legitimidade dos processos de transição política depende da entrada das oposições e grupos insurgentes na arena institucional, como forma de estabelecer um novo equilíbrio das forças políticas (KECK, 1991).

Em regimes autoritários, a falta de legitimidade do sistema eleitoral pode estimular mobilizações pró-democracia. As suspeitas de fraudes nas eleições foram cruciais para desencadear os protestos estudantis por democracia no México nos anos 1960 (CADENA-ROA, 2003: 119). A resposta repressiva do Estado, que resultou no massacre de mais de cem estudantes pela polícia na Praça Tlatelolco, Cidade do México, em outubro de 1968, obrigou o governo a iniciar o processo de democratização do regime nos anos seguintes. Em 1977, uma reforma eleitoral facilitou o registro de partidos opositores e criou incentivos para a participação de lideranças nas eleições. A estratégia do governo era furar o bloqueio da oposição, fortemente marcada por uma identidade autonomista, trazendo os grupos de movimentos sociais para a arena política, num esforço para mantê-los subordinados aos interesses das elites (cf. Idem:121). De modo geral, os insurgentes interpretaram a reforma como oportunidade para acessar a política institucional. Entre os movimentos que se viram desafiados a estreitar relações com os partidos políticos para disputar eleições está o movimento homossexual mexicano, cuja primeira experiência nas urnas aconteceu em 1982, imediatamente após a reforma eleitoral de 1977 (DE LA DEHESA, 2010).

O colapso da União Soviética também é emblemático: em março de 1989, a atividade dos movimentos aumentou drasticamente em dez nações dentro da URSS, como resultado das

eleições para o Congresso dos Deputados do Povo. Entre 2000 e 2005, período de emergência das chamadas “revoluções coloridas”, foram as eleições contestadas que se constituíram no pivô da ação dos movimentos. Em ambos os casos, os movimentos de oposição aproveitaram o descontentamento da população em relação ao que era visto como fraude eleitoral generalizada para alimentar uma mobilização que veio a derrubar os regimes na Ucrânia, na Geórgia e no Quirguistão (BEISSINGER, 2002).

Quando o engajamento na política eleitoral e partidária não traz os resultados esperados ou quando as regras da disputa são estabelecidas de modo a favorecer os partidos atrelados ao regime ou os setores moderados, o resultado pode ser uma certa desmobilização de organizações da sociedade civil (DELLA PORTA, 2014). Quando bem-sucedida, a incursão na arena partidária e eleitoral pode garantir aos movimentos a presença de aliados nos poderes executivos e legislativos no período posterior às eleições. A percepção de que as instituições podem tornar-se mais permeáveis às reivindicações dos insurgentes devido à presença de aliados no governo ou nas casas legislativas tem sido apontada como uma variável importante para a mobilização dos movimentos sociais (VAN DYKE, 2003). A presença de aliados entre as elites políticas pode estimular tanto o protesto quanto ações mais institucionalizadas como o *lobby*.

No Brasil, a Reforma Eleitoral de 1979 não significou necessariamente um passo adiante no processo de democratização política. Ao contrário, foi, antes de mais nada, uma manobra do regime para retomar o controle do processo de transição. Ao diminuir ao máximo as chances de uma vitória esmagadora da oposição e trazer os atores do ciclo para uma arena eleitoral previamente regulamentada, o regime buscava “jogar um balde de água fria” nas aspirações democratizantes da sociedade e, ao mesmo tempo, utilizar o voto popular para garantir a própria sobrevivência. Do ponto de vista dos movimentos sociais, ainda que as limitações do processo fossem mais ou menos evidentes, a possibilidade de disputa eleitoral sob um sistema multipartidário não deixou de ser interpretada como oportunidade política. Ainda que muitos movimentos valorizassem um discurso de autonomia em relação aos partidos políticos como forma de manter a legitimidade perante a opinião pública, a presença de *brokers* que circulavam entre movimentos e partidos garantiu a existência de uma realidade mais complexa na qual muitos ativistas, ainda que refratários às instituições, passaram a enxergar com simpatia a possibilidade de alianças com partidos políticos.

4.2. A Reforma Eleitoral de 1979: Oportunidades e Restrições Políticas

Com as sucessivas vitórias do MDB nas eleições de 1974, 1976 e 1978, o governo se viu diante de uma espécie de sistema plebiscitário, no qual todo o tipo de insatisfação com o regime se materializava em votos para o partido de oposição. Àquela altura, a retomada do protesto estudantil e sindical indicava ainda que o processo de democratização da sociedade corria em ritmo acelerado, em evidente descompasso com o sistema político. Para o regime, estava na hora de alterar as regras do jogo para garantir que a abertura “lenta, gradual e controlada” se desse conforme o *script* idealizado pelos governantes (FLEISCHER, 1988).

Com o objetivo de “compatibilizar o exercício autocrático do poder com o voto popular” (SALLUM, 1996:20), fragmentar a oposição e estimular a criação de um novo partido de situação que não fosse identificado como representante do governo (cf. Idem:20), os militares deram início, em 1977, ao processo de reorganização do sistema político partidário. A primeira medida nesse sentido veio no primeiro semestre de 1977, com o chamado “Pacote de Abril”, que estabelecia uma série de medidas para frear o avanço da oposição nas eleições de 1978. As engenharias políticas do regime funcionaram e, naquele ano, a ARENA não apenas assegurou uma vantagem de quatro cadeiras na Câmara dos Deputados, como também retomou a maioria no Senado (FLEISCHER, 1988).

Garantida a vantagem sobre a oposição na legislatura seguinte, o governo enviou ao Congresso, em outubro de 1979, o projeto de reforma na legislação eleitoral. A Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, alterou a Lei Orgânica dos Partidos de 1971, dissolvendo as duas únicas agremiações existentes (ARENA e MDB) e regulamentando a criação de novas siglas. A legislação trazia ainda um conjunto de regras sobre as instâncias que deveriam compor a estrutura interna de todos os partidos (diretórios, municipais, estaduais, cargos de direção), estabelecia condições de funcionamento para as novas agremiações e definia os requisitos mínimos para a obtenção de reconhecimento legal provisório. A concessão do registro provisório na Justiça Eleitoral estava condicionada à adesão de 10% dos membros do Congresso Nacional às novas siglas e à realização de convenções em, no mínimo, um quinto de municípios de, pelo menos, nove estados da federação (KECK, 1991; FLEISCHER, 1988).

O traço mais importante da reforma foi o seu caráter autoritário, que delegava ao Estado um papel central na conformação da organização partidária (KECK, 1991). Em outras palavras, os novos partidos deveriam se organizar e funcionar tal qual as regras estabelecidas pelo Estado, que também detinha a prerrogativa de declará-los legais ou ilegais. Os critérios

de obtenção de registro foram preparados para favorecer os grupos políticos que já contavam com estruturas partidárias e dificultar a formação de partidos de base oposicionistas. Assim sendo, a corrida pelo registro das novas siglas começou com ampla vantagem para o PDS, o novo partido do governo. Apesar da fuga de parlamentares moderados para o PMDB e o PP, o PDS conseguiu aumentar o seu número de filiados em relação à ARENA. Isso sem contar com a generosa estrutura partidária herdada do antigo partido oficial do regime, cuja capilaridade nas cidades de interior era superior à de qualquer outra agremiação (DILLON SOARES, 1988).

No Brasil republicano, os bons resultados eleitorais sempre dependeram da existência de uma vasta trama organizacional partidária, que compreende células, comitês locais, comitês de levantamento de fundos e organizações laterais, diretórios municipais e regionais espalhados por todos os estados e municípios do país, principalmente nas zonas rurais. A ausência de uma rede organizacional no interior dos estados sempre foi o maior problema enfrentado pelos partidos reformistas desde 1945, ano de fundação do PTB. Os partidos conservadores, ao contrário, sempre tiveram maior penetração nas zonas rurais, por meio de uma política de filiação das famílias dominantes de cada região. O Partido Social Democrático (PDS) e a União Democrática Nacional (UDN), que eram herdeiros diretos do voto de tradição coronelista característico da República Velha, passaram adiante essa extensa rede organizacional ao serem assimilados em 1965 pelo partido oficial do regime militar, a ARENA (cf. Idem:101-102).

Por outro lado, os partidos populistas, de oposição ou de esquerda, quase sempre apresentaram maior capilaridade e votação nas zonas metropolitanas. Com a diminuição da porcentagem da população que vivia nas áreas rurais e o crescimento da população urbana no Brasil na década de 1970, o conflito entre o voto do mundo rural e o do mundo urbano passou a expressar também a tensão entre voto no governo e voto na oposição, visto que o partido do regime começou a perder sistematicamente nas grandes cidades, onde cresciam as oposições, e a depender ainda mais dos votos do interior (cf. Idem:112-113).

Com a aprovação da Reforma Eleitoral em dezembro de 1979, as clivagens partidárias se complexificaram. Em 1980, o MDB se dissolveu entre o PMDB, o PP, o PDT, o PT e o PTB, perdendo 15% da sua bancada no Congresso Nacional. Os setores conservadores do antigo MDB se uniram aos moderados da antiga ARENA para formar o PP, a “oposição leal”, politicamente democrática, mas economicamente conservadora. Enquanto isso, os mais radicais, identificados com a antiga “tendência popular” do MDB, fizeram a opção pelo PT

(cf. Idem: 109-110). Os saudosos do trabalhismo, afinados com uma orientação socialdemocrata, foram para o PDT de Leonel Brizola, que perdeu na justiça a batalha pelo nome do PTB para Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas. Este último, por sua vez, se manteve enquanto veículo para candidaturas individuais, como a de Jânio Quadros em São Paulo, em 1982, sem maior compromisso com a oposição. Ao contrário, no Congresso Nacional, votava frequentemente com o PDS (KECK, 1991).

Contudo, a divisão da oposição em três agremiações e a fundação de um novo partido de situação não foram suficientes para acalmar os ânimos do regime. Determinado a obter uma vitória fácil em novembro de 1982, o governo lançou, em novembro de 1981, um pacote que introduzia novas regras para o pleito, entre elas a proibição de alianças e o voto vinculado. Com a proibição das alianças, o governo esperava impedir que dois ou mais partidos de oposição se aliassem, o que poderia implicar, na prática, na reconstituição do antigo MDB em termos eleitorais. Com o voto vinculado, o governo buscava impedir o eleitor de votar numa chapa composta por candidatos de partidos diferentes. A estratégia favorecia diretamente o PDS, partido com maior capilaridade nas zonas rurais, onde as oposições em geral não dispunham de candidatos para todos os cargos, transferindo quase que automaticamente a superioridade de votos para o partido do governo (DILLON SOARES, 1988).

Todavia, o “Pacote de Novembro” de 1981 acabou trazendo problemas inesperados para o regime. A imposição do voto vinculado e a proibição de alianças diminuíram drasticamente a viabilidade eleitoral do PP, levando as lideranças do partido a decidirem pela adesão ao PMDB. Por muito pouco, a fusão não resultou na reconstituição da antiga bancada do MDB no Congresso Nacional, o que poderia frustrar totalmente os planos do governo. Finalmente, em 30 de junho de 1982, por meio da Emenda nº 22, os militares acrescentaram uma última regra ao pleito, instituindo um Colégio Eleitoral manipulado para eleger de forma indireta o Presidente da República em 1985 (cf. Idem: 110-111).

Outras dificuldades foram impostas aos partidos oposicionistas. Em vigor desde 1976, a Lei Falcão, que recebeu esse nome em referência ao seu criador, o então Ministro da Justiça, Armando Falcão, limitava a propaganda política no país por meio de um sistema padronizado de apresentação dos candidatos no rádio e na televisão. Os programas podiam exibir somente um retrato dos candidatos, enquanto um locutor em *off* narrava os itens mais relevantes do seu currículo (SCHMITT, CARNEIRO, PIQUET e KUSCHNIR, 1999). Paralelamente, o alcance das campanhas que se opunham ao regime e à sua ideologia sofreu com o boicote deliberado da grande mídia. Apesar da censura prévia ter sido extinta em 1978, os principais meios de

comunicação do país, com destaque para a Rede Globo de Televisão, atuaram em nome de interesses próprios, ignorando a existência ou distorcendo informações a respeito das candidaturas de perfil oposicionista. Em alguns casos, como ocorreu durante a apuração dos resultados da disputa pelo governo do estado do Rio de Janeiro, onde a emissora tentava impedir a eleição de Leonel Brizola, do PDT, os resultados do pleito chegaram a ser fraudados ao vivo para dar a impressão de que a vitória seria do candidato do PDS, Wellington Moreira Franco (LIMA E RAMOS, 1988).

A ausência de recursos também prejudicou os partidos não alinhados com o regime. A Reforma Eleitoral de 1979 manteve a proibição formal de doações de campanha por parte de empresas e de organizações da sociedade civil que vigorava desde 1965. Os sindicatos estavam entre as organizações proibidas de realizar doações de campanha. Essa regra fortaleceu o poder econômico dos partidos alinhados com o regime e limitou as possibilidades de partidos oposicionistas como o PT, que passaram a depender, basicamente, do dinheiro repassado pelo Fundo Partidário (SPECK, 2012; KECK, 1991).

A que pese o constrangimento representado pelo conjunto de regras elaboradas para dificultar o desempenho dos partidos de oposição, as eleições de 1982 foram realizadas “num clima de entusiasmo cívico e liberdade que havia sido esquecido pelos brasileiros” (DILLON SOARES, 1988:111). A novidade representada pela presença de novos partidos compensou, em alguma medida, os sucessivos pacotes e emendas do governo, que visavam controlar os rumos do processo político, e cuja repercussão prejudicava a credibilidade do pleito perante a opinião pública. Em um país marcado pela exclusão secular dos cidadãos da esfera política⁶⁰ e pela desconfiança da população em relação aos partidos e aos processos eleitorais (SOUZA, 1976; CARDOSO, LAMOUNIER, 1975; PIRES, 1980), a política institucional, não raro, é interpretada pela população como um jogo de cartas marcadas, cujo domínio pertence às elites. Nesse sentido, as eleições de 1982 podem ser compreendidas como um momento de inflexão no processo da abertura política, tanto do ponto de vista de um regime em crise, que buscava retomar o controle desse processo, quanto do ponto de vista de uma sociedade civil

⁶⁰ No Brasil, no período que vai de 1889 a 1985, houve uma lei estabelecendo a obrigatoriedade de ser alfabetizado para ter o direito de voto (DORE, RIBEIRO; 2009). Já o direito das mulheres votarem e serem votadas foi reconhecido pelo Código Eleitoral somente em 1932 (PINTO, 2003), após anos de mobilização das chamadas sufragistas. Em 1945, com o processo de redemocratização, o eleitorado brasileiro chegou a 7,5 milhões de eleitores, representando 16,2% de uma população de 46 milhões de habitantes. Estes números cresceram continuamente e o eleitorado brasileiro chegou a quase 50 milhões de eleitores em 1980, representando um percentual de 41% de uma população de 120 milhões de habitantes (ALVES, J.E.D., 2006). Os dados revelam não apenas a exclusão da maioria da população dos processos eleitorais, como também sugerem uma conexão entre classe, gênero e acesso à educação como fonte de exclusão social.

que buscava romper as barreiras de um sistema político excludente por meio do engajamento na arena partidária e eleitoral.

4.3. O ambiente político da fundação do PT

No novo quadro partidário, o PT era o partido que melhor expressava as mudanças que ocorriam no terreno da sociedade civil. Diferente das experiências populistas em voga até 1964, que tomavam os trabalhadores como massa de aliados de um determinado setor das elites⁶¹, o PT não era resultado de acordos entre lideranças oriundas exclusivamente das classes médias, das oligarquias ou das burocracias sindicais. Sua formação reunia pelo menos seis diferentes setores, que expressavam as mais variadas formas de resistência ao regime militar: o chamado “novo sindicalismo” do final dos anos 1970; os movimentos sociais urbanos influenciados pela Igreja Católica; políticos progressistas oriundos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB); artistas e intelectuais de esquerda de origens diversas; organizações trotskistas, como a Convergência Socialista e a Democracia Socialista; e grupos e ativistas remanescentes da luta armada, que viram no partido a oportunidade de ingressar na oposição legal ao regime (SECCO, 2011). A aproximação com grupos que dispunham de estruturas previamente organizadas, como as Comunidades Eclesiais de Base, compensou, em certa medida, a falta de recursos e de capilaridade em algumas regiões (KECK, 1991).

Embora o “novo sindicalismo” frequentemente seja apontado pela literatura como o ator coletivo de maior destaque no contexto da fundação do partido, todos esses setores, de algum modo, contribuíram para tornar o PT uma experiência distinta no quadro do novo sistema partidário brasileiro. Os artistas e intelectuais, por exemplo, foram fundamentais para emprestar legitimidade à legenda perante a opinião pública, especialmente nas universidades e nas classes médias. Eram críticos severos do dogmatismo que caracterizava os antigos partidos comunistas e se colocavam publicamente a favor da democracia, das liberdades individuais e contra o regime militar. Faziam parte dos quadros do partido nomes como Florestan Fernandes, Mário Pedrosa, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Freire, Marilena Chauí, Antonio Candido, Lélia Abramo, Herbert Daniel e o cartunista Henfil, entre outros⁶². Essas figuras contribuíam com o partido de muitos modos: formulando teoricamente, participando de debates em universidades, concedendo entrevistas aos meios de comunicação,

⁶¹ Ver D'ARAÚJO, Maria Celina (1996); SOUZA, Maria do Carmo Campello (1976); WEFFORT, Francisco Corrêa (1978).

⁶² “Os intelectuais e a formação do PT”. Disponível em: <http://www.fpa.org.br/artigos-e-boletins/artigos/os-intelectuais-e-criacao-do-pt>. Acessado em: 25 de outubro de 2015.

candidatando-se a cargos públicos - como no caso de Florestan Fernandes, eleito deputado constituinte pelo PT paulista em 1986 -, ou produzindo obras de cunho político, como no caso do cartunista Henfil.

A distância entre o que se pretendia e o que se podia colocar em prática dependia fundamentalmente da dinâmica de oportunidades e restrições políticas impostas pelo regime. Nos materiais produzidos à época da fundação do PT, falava-se com frequência sobre “democracia” e “participação”, buscando difundir uma nova concepção na qual os cidadãos poderiam “falar por si mesmos”, de modo a combater velhos expedientes políticos das elites (cf. Idem:14-15). O programa político era baseado na contestação do *status quo*, contra o capitalismo e a favor de uma sociedade gerida democraticamente pelos trabalhadores. Ou, nas palavras de Lula, um socialismo que não fosse “uma repetição da social democracia e nem do modelo soviético burocratizado”⁶³. Mas a ousadia de apresentar um programa de esquerda pautado centralmente na identidade do trabalhador urbano enfrentava inúmeras dificuldades no ambiente político da abertura. A ampla difusão do rádio e da televisão como instrumentos de hegemonização cultural atuava contra qualquer tipo de ideologia socialista ou identidade operária baseada na solidariedade (cf. Idem:31).

Ao mesmo tempo, ganhava peso um conjunto de novas questões sociais que, de algum modo, refletiam transformações pelas quais o Brasil havia passado nas décadas anteriores. Pressionado pelas duras regras de obtenção de registro eleitoral, que o obrigavam a atingir um elevado número de filiados, o PT se viu diante do desafio de dialogar com uma base mais ampla que somente o movimento sindical. Desse modo, o partido buscou acomodar movimentos sociais de perfis diversos, como o feminista, o negro, o ambientalista e o homossexual, mas sem perder a identidade de “Partido do Trabalhadores”.

A presença dos chamados “novos movimentos sociais” constitui uma das peculiaridades da formação do PT. Enquanto, na Europa, a maioria dos partidos de base operária só enfrentaram o desafio representado pela emergência desses movimentos décadas depois de suas fundações, no Brasil a criação de um partido de base operária urbana e o surgimento de movimentos pautados em causas identitárias, compostos majoritariamente por setores médios, aconteceram de forma concomitante, quase como numa metáfora do país que se modernizava de forma tardia e acelerada (cf. Idem:31-33).

A Reforma Eleitoral de 1979 polarizou praticamente todos os movimentos sociais vindos do ciclo de protestos em torno da alternativa partidária. A possibilidade de uma ação

⁶³ “Um PT de massas, legalizado e socialista”, Em Tempo nº 141. 3 de dezembro de 1981.

coordenada entre os movimentos e a oportunidade de participação política institucional atraiu uma variedade de movimentos sociais em direção ao PT, conferindo ao partido uma base social verdadeiramente plural (SECCO, 2011). No ambiente incerto da transição política, a reorganização partidária criou uma situação em que as fronteiras entre partidos e movimentos ficaram ainda mais fluidas e permeáveis.

Para Keck (1991), os movimentos identitários gravitaram em direção à sigla porque viram nela a proposta de uma política alternativa, que promovia a participação democrática. Mas havia também nesses movimentos a intenção de ampliar na sociedade o debate em torno de suas causas, o que fazia da “aliança entre os excluídos” (cf. Idem:33), em última instância, uma inesperada confluência de interesses mútuos. A mistura de “velhos” e “novos” movimentos no interior do PT criou uma situação curiosa. Comentava-se na base do partido que, ao invés dos movimentos se tornarem uma “correia de transmissão” da legenda, era o partido que estava se tornando o “polo de recepção de um rol de lavanderia onde se expressavam as preocupações de uma série de grupos que não se integravam organicamente em nenhuma forma coerente de política partidária” (cf. Idem: 32). Contudo, a convivência entre trabalhadores industriais, a esquerda tradicional e os movimentos ligados a causas “qualitativas”, embora conveniente para todas as partes, nem sempre se dava de maneira tranquila:

O cimento que agregou todos esses elementos, na medida em que alguma coisa foi capaz de fazê-lo, foi sua condição comum de exclusão da agenda política no Brasil. Esta constituía, no entanto, uma base comum bem precária. A orientação dos militantes do movimento operário no interior do partido voltava-se para as preocupações tradicionais dos partidos trabalhistas e socialistas, e baseava-se no crescimento econômico e industrial. Essas preocupações eram essencialmente quantitativas, embora a noção de uma cidadania ativa lhes fornecesse um componente qualitativo. Para os militantes de classe média dos “novos movimentos sociais”, as questões qualitativas eram as mais importantes; para alguns — os ecologistas, por exemplo — a orientação quantitativa era até mesmo contraproducente. (KECK, 1991, p. 32).

Em 10 de janeiro de 1980, foi dado o primeiro passo rumo à fundação do PT, com a leitura de uma primeira versão do manifesto pelo novo partido na Sede do Sindicato dos Jornalistas, em São Paulo. Um mês depois, numa plenária com cerca de mil pessoas no Colégio Sion, na capital paulista, o manifesto foi aprovado e a fundação foi celebrada com o ato simbólico de filiação dos primeiros quinhentos membros da sigla (SECCO, 2011). Àquela altura, o PT contava com núcleos em dezessete estados e uma Comissão Nacional Provisória, encarregada de organizar, ainda naquele ano, o Encontro Nacional do Partido, que deveria ser

precedido de encontros estaduais. O processo de realização de encontros regionais era particularmente importante para garantir a eleição das comissões regionais exigidas pela legislação eleitoral. Em 22 de outubro daquele ano, o PT entrou com o pedido de registro provisório no Superior Tribunal Eleitoral, apresentando, além da documentação sobre as comissões regionais, os nomes de seis deputados federais que haviam aderido à sigla. O registro provisório foi reconhecido de forma unânime pelo Tribunal em 1º de dezembro de 1980. Teve início a segunda etapa do processo de legalização, na qual deveriam ser criados diretórios municipais em, pelo menos, um quinto dos municípios de nove estados da federação (KECK, 1991).

A campanha de filiação superou as expectativas da Comissão Nacional Provisória e ultrapassou a marca dos 200 mil filiados em dezesseis estados, garantindo a criação de 852 diretórios municipais. Em 27 de setembro de 1982, o empenho de dezenas de militantes espalhados por todo o país foi comemorado com a realização da I Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores no plenário do Senado Federal, em Brasília. Em clima de festa, a militância empunhava faixas, bandeiras e entoava um hino intitulado “Taí o PT”, adaptado da célebre marchinha de carnaval de Joubert de Carvalho: “Taí, eu dizia que o PT ia sair / Só você que não quis acreditar / Venha ver, venha ver / O PT se organizar”⁶⁴. Na ocasião, foram aprovados o regimento interno, as primeiras resoluções do partido - entre as quais a decisão de apresentar candidatos em todos os níveis nas eleições de 1982 -, e eleita a direção nacional que substituíra a Comissão Provisória.

Foi também na I Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, em setembro 1981, que Luís Inácio Lula da Silva fez um discurso histórico, no qual defendeu os direitos de todas as minorias políticas, incluindo os homossexuais, de se organizarem no partido e lutarem contra o preconceito. Com uma retórica bem distinta daquela adotada na entrevista ao *Lampião da Esquina* em 1979, na qual afirmou desconhecer casos de homossexualismo (*sic*) na classe operária, Lula aproveitou para lançar um chamado para que os homossexuais se unissem ao PT na construção do socialismo:

Somos pelo direito de todas as minorias se organizarem e defenderem seu espaço em nossa sociedade. Não aceitaremos que em nosso Partido o homossexualismo seja tratado como doença e muito menos como caso de polícia. Defenderemos o respeito que merecem essas pessoas, convocando-as ao empenho maior de construção de uma nova sociedade. (*Em Tempo*, Outubro de 1981, nº 137, p. 11).

⁶⁴ “O povo tomou conta do Senado da República”, *Em tempo* nº 137. 17 a 14 de outubro de 1981, Página 9.

O discurso de Lula na Convenção Eleitoral e, posteriormente, a inclusão da luta contra o preconceito aos homossexuais na plataforma do PT nas eleições de 1982 representaram a primeira iniciativa de um partido neste sentido em toda a história do sistema partidário brasileiro.

4.4. Os homossexuais na campanha pela legalização do PT

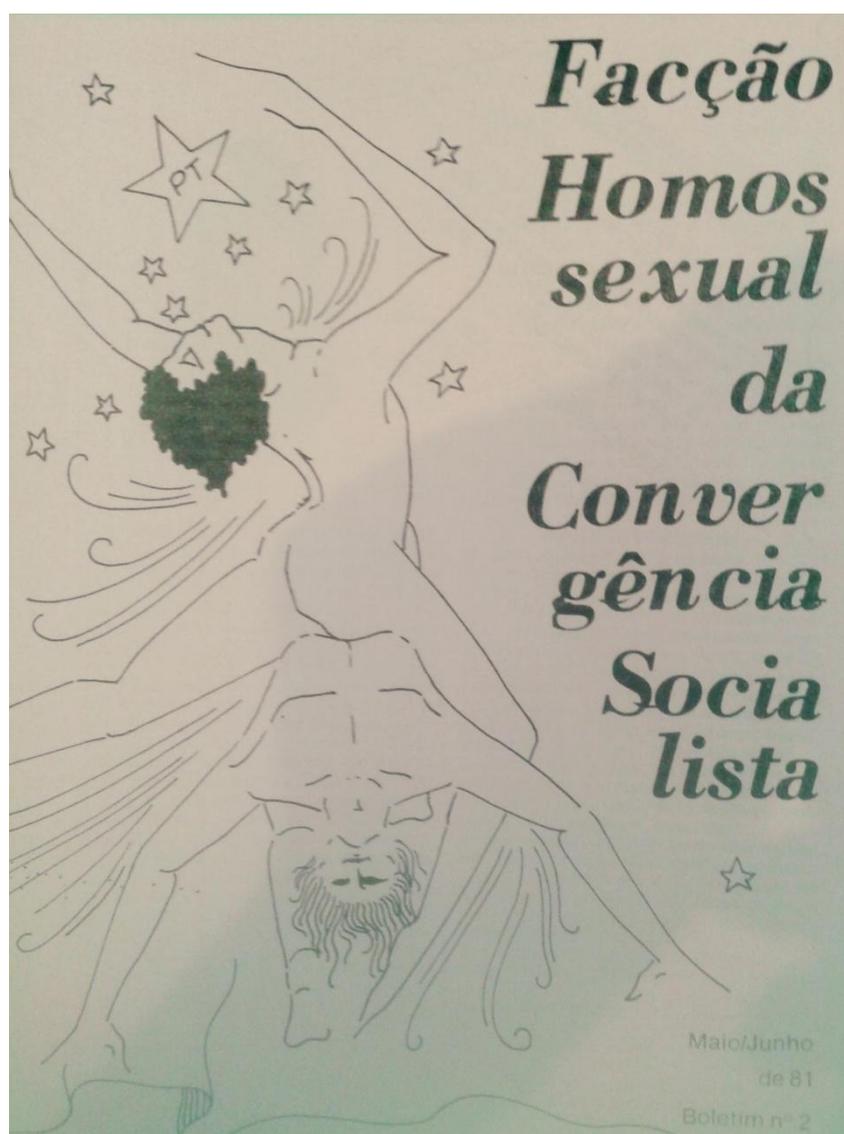
Entretanto, para que Lula e a direção do PT pudessem mudar de ideia e incluir o combate ao preconceito no programa da sigla, foi necessário que muitos ativistas homossexuais se engajassem no processo de fundação e legalização do partido ao longo dos anos de 1980 e 1981, com a finalidade de legitimar as demandas do movimento. As iniciativas de maior destaque nesse sentido aconteceram em São Paulo e Belo Horizonte. Em São Paulo, os militantes da Facção Homossexual da Convergência Socialista criaram, em 1981, o Núcleo de Gays e Lésbicas, que funcionava no Diretório da Consolação, localizado nas imediações da Rua da Consolação e da Praça da República, conhecida por concentrar bares e boates de frequência homossexual. Na sede do diretório, o núcleo reunia ativistas gays e lésbicas da Convergência e da OSI, que realizavam debates abertos sobre a luta pela libertação sexual tanto para filiados quanto para simpatizantes do partido. O objetivo do núcleo era atrair novos ativistas homossexuais para as fileiras do partido, além de obter assinaturas para garantir a legalização do partido no prazo estabelecido pela Justiça Eleitoral.

Ao mesmo tempo, os ativistas das duas correntes se dividiam entre as equipes que faziam mutirões pelos bairros da cidade para a coleta de assinaturas. Essas equipes batiam de porta em porta ou abordavam transeuntes nas ruas em busca de novos signatários. Nos bairros de maior frequência homossexual, a abordagem não era direcionada exclusivamente para este público. A coleta de assinaturas incluía toda e qualquer pessoa interessada em contribuir para a fundação do PT ou mesmo interessada em se tornar ativista da sigla⁶⁵. Em maio de 1981, ativistas do núcleo participaram da passeata do 1º de maio do ABC com uma faixa que trazia os dizeres: “Militantes homossexuais construindo o PT”⁶⁶. Tudo isso acontecia de forma paralela às atividades do movimento homossexual, no qual os ativistas da Convergência e da OSI integravam o Somos/SP. A opção pelo PT era justificada, sobretudo, pela independência que o partido mantinha frente às elites:

⁶⁵ OKITA, Hiro. Depoimento de Hiro Okita [Jan. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Duração: 01:35:58

⁶⁶ “Homossexuais e o 1º de maio”, Em tempo nº 128. Maio de 1981, Página 13.

Muitos perguntam: porque PT? Bem, hoje, o PT representa todas as brigas travadas pelos setores explorados e oprimidos, que a partir de 77 se organizaram e estão construindo uma alternativa política para todos os trabalhadores. Um ponto de real importância: o de ser um partido sem patrões, que está sendo alicerçado pelo empenho dos interessados - os próprios trabalhadores, no que diferencia radicalmente dos outros partidos. Por ser a luta dos homossexuais e de todos os setores oprimidos uma luta de todos os explorados por uma sociedade igualitária onde todas as atividades se pautem em função do ser humano, cremos que o MH deva se expor rasgar a fantasia de andróginos, de terceiro sexo, de psicopatas históricos e colocar a toda a sociedade e a todos os aliados políticos a necessidade de nossa briga desde já. (*Boletim da Facção Homossexual da Convergência Socialista*, nº 2, Maio e Junho de 1981, página 2).



Os boletins da Facção Homossexual da Convergência Socialista, editados durante o ano de 1981, faziam propaganda do PT como alternativa de organização política para os homossexuais. A arte de capa da edição nº 2 (Maio e Junho de 1981) é da autoria de Hiro Okita. **Fonte:** Doação de Hiro Okita para o Acervo Bajubá.

De volta a Belo Horizonte em 1980, depois de uma temporada em São Paulo, na qual teve contato com o grupo Somos e participou do protesto contra a “Operação Limpeza”, o ativista Edson Nunes se envolveu ativamente na fundação do PT na capital mineira. Com o fechamento do Instituto Brasileiro de Integração Psíquica (IBIP), do qual era fundador, Nunes resolveu se dedicar exclusivamente ao ativismo político em defesa dos homossexuais. Criou, naquele ano, com o apoio de outros ativistas homossexuais, o grupo Núcleo Gay do Partido dos Trabalhadores, que recebeu, com o passar do tempo, os antigos integrantes do então extinto Terceiro Ato, o primeiro grupo homossexual organizado da cidade, fundado entre 1979 e 1980. Neste núcleo, os ativistas debatiam toda a sorte de assuntos relacionados à luta pela democratização do país, e não apenas a questão do preconceito. A fim de permitir a participação de ativistas não filiados ao PT, o núcleo acabou se desdobrando em um outro grupo, denominado Movimento Mineiro de Defesa dos Direitos Homossexuais (MACHADO, 2007). Os integrantes deste segundo grupo foram fundamentais para a construção da campanha de Edson Nunes a deputado federal em 1982, quando o jornalista se tornou um dos primeiros candidatos assumidamente homossexuais a concorrer a um cargo político no Brasil (ver capítulo 5).

Outros ativistas homossexuais se engajaram na fundação do PT. O deputado estadual João Baptista Breda, oriundo do MDB paulista, mudou-se para o PT ainda em 1980. José Carlos Dias de Oliveira, o Zezinho, foi um dos fundadores do PT gaúcho, impulsionando a legalização da sigla no estado, em conjunto com os integrantes da corrente Democracia Socialista, da qual era membro. Herbert Daniel retornou do exílio em 1981, engajando-se na formulação teórica e na propaganda do partido. Como jornalista e escritor, produziu artigos sobre o PT, publicados nos jornais alternativos da época. Embora as iniciativas de organização dos homossexuais no interior do PT no período que vai de 1980 a 1982 tenham sido desarticuladas e pouco duradouras se comparadas com as das mulheres - que, dois anos após a fundação da sigla, em 1982, realizaram o 1º Encontro Nacional do PT Sobre o Movimento de Mulheres (SANTOS, 2007) -, o efeito produzido em curto prazo na arena política foi importante para abrir diálogo com o movimento homossexual e sensibilizar o partido para a causa.

Seguindo a linha do discurso de Lula na Convenção Eleitoral de setembro de 1981, a plataforma eleitoral do PT, lançada oficialmente em abril de 1982, dedicou um ponto específico para tratar da discriminação sofrida por mulheres, negros, povos indígenas e homossexuais, intitulado “Somos todos iguais: Chega de discriminação!”. Diferente de outros

partidos⁶⁷, como o PMDB e o PSD, que adotaram em seu programa o termo “defesa das minorias” de forma genérica, o PT declarou explicitamente o seu compromisso com a causa homossexual:

O Brasil que queremos não é apenas o povo comendo, morando, tendo saúde, vestindo e se educando. A vida que almejamos tem que ser baseada sobretudo numa relação profundamente humana e fraterna, igualitária entre as pessoas e sem nenhum tipo de discriminação (...). Os homossexuais são humilhados e discriminados, tratados como doentes caso de polícia (...). É preciso acabar com todas as formas de discriminação contra os negros. As minorias, índios e homossexuais, têm que ser integralmente respeitados. (*Em Tempo*, Abril de 1982, nº 147, p. 4).

Para o movimento homossexual, a sinalização de que o PT estava programaticamente em defesa da causa homossexual foi recebida com certa desconfiança, mas, ao mesmo tempo, abriu a possibilidade de diálogo. O fato de outros partidos terem incorporado em seu programa a “defesa das minorias” de modo mais difuso contribuiu para dar a impressão, entre os grupos homossexuais organizados, de que o interesse no tema tinha mais a ver com cálculo eleitoral do que com o compromisso real com a causa. Uma nota publicada no boletim do Grupo Gay da Bahia em abril de 1982 comenta a “verdadeira enxurrada de aproximação aos gays” desencadeada pelos partidos políticos naquele ano⁶⁸:

A partir de Brasília, diga-se de passagem, quando o presidente do PT, Luís Inácio Silva, o mesmo Lula que ignorou o homossexualismo na classe operária em entrevista ao jornal *Lampião da Esquina*, destacou na convenção do partido ser favorável “às minorias”. Isto no final de setembro. Na mesma época, o jornalista Emiliano José, candidato a deputado pelo PMDB, lançou seu programa de lutas em Salvador e se mostrou e se mostrou favorável explicitamente ao ativismo homossexual. E completando o ciclo, não demorou muito para que José Sérgio Gabrielli, candidato também a deputado pelo PT, propusesse um encontro com grupos locais⁶⁹. Dá pra desconfiar, mas primeiro vamos ver o que eles querem. (*Boletim do Grupo Gay da Bahia*, nº 3, Abril de 1982, página provável: 5).

O desfecho da nota sugere que, além de aberto ao diálogo, o Grupo Gay da Bahia estava plenamente mobilizado na primeira metade de 1982. A literatura sobre o movimento homossexual (MCRAE, 1990; FACCHINI, 2005; FACCHINI e SIMÕES, 2009) considera que os anos de 1981 e 1982 foram marcados por uma crescente desmobilização dos grupos.

⁶⁷ De La Dehesa (2010) afirma que quatro dos cinco partidos que disputaram as eleições de 1982 se refeririam de algum modo aos “direitos das minorias” ou das mulheres em suas plataformas eleitorais.

⁶⁸ O trecho do Boletim do Grupo Gay da Bahia diverge em relação a todos os outros documentos consultados sobre o discurso de Lula na I Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, em setembro 1981, os quais apontam que o sindicalista usou o termo “homossexuais” de forma explícita e não apenas “minorias políticas”.

⁶⁹ Não foram encontradas informações sobre os resultados do encontro, nem mesmo se este aconteceu, nas edições seguintes do Boletim do Grupo Gay da Bahia. Cabe destacar que a edição nº 4, provavelmente lançada no segundo semestre de 1982, não consta no acervo disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp.

Para explicar o descenso, pesquisadores apontaram uma série de elementos conjunturais como o impacto causado pela chegada da epidemia de Aids, em meados de 1982, que teriam corroído as propostas de liberação sexual defendidas pelo movimento (Perlongher, 1993); o fim do jornal *Lampião da Esquina*, cuja última edição foi às bancas em junho de 1981 (MacRae, 1990; Silva, 1998; Green, 1998); o abrandamento da censura e da repressão, bem como a retomada gradual dos direitos individuais, que teriam proporcionado um relativo sentimento de liberdade (Facchini, 2002; Green, 1998); além da situação econômica instável do país, que estava mergulhado numa crise econômica sem precedentes, a qual incidia diretamente sobre a capacidade dos ativistas de prover recursos para a sustentação dos grupos (Green, 1998). Em meio a este cenário pouco animador, Facchini (2002) observa que emerge um novo perfil de ativismo homossexual, focado na garantia do direito à diferença, interessado em estabelecer organizações de caráter mais formal do que comunitário e pautado em ações institucionalizadas.

Embora todas as explicações sejam bastante verossímeis, na medida em que explicitam a conexão entre as transformações experimentadas pelo movimento e os desdobramentos do processo de transição brasileiro, observa-se que a literatura não considerou o papel desempenhado pelos partidos políticos após a Reforma Partidária de 1979. Com o fim do bipartidarismo e a retomada das eleições diretas para governador em 1982, o regime militar ambicionava reconquistar o controle do processo de transição, diminuindo ao máximo as chances de uma vitória da oposição e trazendo os atores do ciclo de protestos para uma arena eleitoral previamente regulamentada, cujas regras haviam sido estabelecidas para garantir a vitória dos partidos do regime e seus aliados. Essa manobra permitiu aos militares, ao mesmo tempo, dar “um banho de água fria” nas aspirações democratizantes da sociedade e legitimar a sobrevivência do regime por meio do voto popular. Sob esta perspectiva, é possível afirmar que não houve necessariamente, neste período, um processo de declínio ou desmobilização do movimento homossexual, mas a substituição do protesto de rua por táticas de ação menos disruptivas e mais institucionalizadas. O número de grupos organizados diminuiu, mas aqueles que sobreviveram se mantiveram mobilizados na arena partidária e eleitoral, acumulando aprendizados que seriam largamente utilizados pelo ativismo institucional da segunda metade dos anos 1980.

O quadro a seguir procura demonstrar que não houve necessariamente desmobilização, mas a substituição do protesto de rua por táticas de ação menos disruptivas, o que é

compreensível se for considerado que o período marca o final do ciclo de protestos pela democratização, no qual o movimento homossexual estava inserido.

Quadro 4.1: Principais eventos do Movimento Homossexual Brasileiro (1981-1982)

Março de 1981	O GALF lança, no 3º Encontro da Mulher Paulista, o boletim <i>Chanacomchana</i>
Abril de 1981	Acontece em Olinda (PE) o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste, com a presença de cinco grupos.
	Acontece na USP o Encontro de Grupos Homossexuais organizados de São Paulo
	O GGB lança a campanha contra o Código 302.0 da Organização Mundial de Saúde (OMS), que patologizava a homossexualidade.
	O Grupo Gay da Bahia lança a primeira edição do seu boletim informativo, com notícias sobre o MHB.
Maio de 1981	O Grupo Somos participa pela segunda vez do ato do 1º de Maio no ABC Paulista.
	Militantes Homossexuais do PT criam o 1º Núcleo Homossexual do Partido no Diretório da Consolação (região central de São Paulo) para realizar discussões sobre a luta homossexual e filiar simpatizantes.
Junho de 1981	Sai o último número do <i>Lampião da Esquina</i>
	A Facção Homossexual da Convergência Socialista lança em São Paulo o livro “Homossexualidade: Da Opressão à Libertação” assinado por Hiro Okita. Este é o primeiro documento de uma organização socialista sobre a questão homossexual.
Julho de 1981	As ativistas do GALF inauguram a sede do grupo no centro de São Paulo.
Agosto de 1981	O Grupo Gay da Bahia lança o segundo número de seu boletim no qual informa que o MHB conta com mais de vinte grupos organizados, entre os quais o primeiro grupo homossexual da Paraíba, o Ação de Libertação Homossexual, fundado em João Pessoa.
	Integrantes de oito grupos homossexuais, incluindo o Somos-SP e o GGB, participam da Reunião Anual da SBPC em Salvador. O abaixo assinado pela revogação do Código 302.0 consegue 5 mil adesões e a direção da entidade se compromete encaminhar o documento às autoridades.
Setembro de 1981	O Grupo Gay da Bahia envia uma carta ao Ministério da Previdência Social pedindo a revogação do artigo 302.0 do INAMPS.
Dezembro de 1981	O Grupo Somos/SP participa de um ato em São Paulo contra o “pacote de novembro” lançado pelo governo, que proibiu as alianças eleitorais e estabeleceu a obrigatoriedade do voto vinculado.
Março de 1982	As ativistas do GALF participam do ato do Dia Internacional da Mulher no centro de São Paulo, distribuindo panfletos e vendendo camisetas do grupo.
Abril de 1982	As ativistas do GALF participam de um debate sobre violência contra a mulher na sede do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo.
Maio de 1982	Os grupos Somos/SP, GALF e Outra Coisa realizam um evento intitulado “Semana Viva o Homossexualismo!” no Teatro Ruth Escobar, em São Paulo, para comemorar os 4 anos do movimento homossexual. Na programação, mostra de filmes, debates e uma festa.
Julho de 1982	As ativistas do GALF participam do II Encontro nacional de Feministas em Campinas, por ocasião da Reunião Anual da SBPC.
Agosto de 1982	O GALF e o Grupo Outra coisa realizam um debate com o psicanalista francês Félix Guattari, em São Paulo.
Outubro de 1982	O GALF e o Grupo Outra Coisa realizam um debate com os candidatos às eleições de 1982, em São Paulo.

Fonte: O quadro de eventos foi adaptado a partir de Facchini, Regina; Simões, Júlio Assis. *Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009; MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. Também foram utilizadas informações concedidas por meio de entrevistas e documentos consultados em diferentes acervos.

4.5. Terra, Trabalho e Liberdade: A campanha eleitoral do PT em 1982

Concedido o registro definitivo pelo Tribunal Superior Eleitoral em 11 de fevereiro de 1982, o PT começou a preparação para a sua primeira experiência nas urnas. Havia, dentro do partido, a expectativa de que um programa político construído com o apoio de amplas bases sociais tinha potencial para atrair um grande número de votos. O 2º Encontro Nacional, realizado nos dias 27 e 28 de março de 1982 em São Paulo, aprovou a plataforma do partido para as eleições de novembro, sintetizada nas palavras de ordem "Terra, Trabalho e Liberdade", que buscavam assumir as principais reivindicações dos trabalhadores e movimentos sociais que lutavam pela democratização do país. A lógica geral da campanha era conciliar a participação eleitoral como instrumento de organização da classe trabalhadora com a aspiração assumida de vencer as eleições e afirmar o partido como uma alternativa política viável.

Os quadros interpretativos amplos (SNOW e BENFORD, 2000) "Terra, Trabalho e Liberdade" remetiam às palavras de ordem empregadas pela Aliança Nacional Libertadora, dirigida pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), durante as insurreições populares de 1935: "Pão, Terra e Liberdade". No lugar do "pão", o "trabalho" que, evidentemente, ocupava lugar central no programa petista. A "terra" foi trazida para a frente como forma de sublinhar a luta pela reforma agrária, que permanecia relevante meio século depois das insurreições comandadas por Luís Carlos Prestes. No contexto de um país industrializado que entrava em recessão, o "trabalho" ganhava contornos destacados. E a "liberdade", apesar de remeter a temas como a liberdade de expressão e a liberdade de organização política e sindical, ganhava novos significados graças à experiência da contracultura dos anos 1970 e dos "novos movimentos sociais", que traziam para o partido as ideias de liberdades individuais e direitos civis. Dessa forma, a "liberdade" do programa petista de 1982 foi apropriada pelos movimentos de mulheres, negros, homossexuais, antiproibicionistas, anti manicomiais e ecológicos como a possibilidade de construção de uma sociedade efetivamente democrática, baseada em novos valores e estilos de vida.

O resultado dessa combinação foi uma situação inédita no sistema político brasileiro, na qual um mesmo programa eleitoral reunia bandeiras que iam da defesa da liberdade sindical,

passando pela reforma agrária, o direito à moradia e o acesso ao poder, até temas espinhosos como igualdade de oportunidades para as mulheres, o fim do racismo e o da opressão aos homossexuais. A existência de candidaturas com perfis tão diferentes no interior de um mesmo partido estimulou uma série de conflitos. A imposição do voto vinculado, que impedia um mesmo eleitor de votar em candidatos de partidos diferentes, promoveu uma disputa acirrada por votos no interior de todas as agremiações. No PT, essa disputa se traduziu principalmente no conflito entre as campanhas identificadas com as pautas libertárias e aquelas focadas nas questões redistributivas. Enquanto as primeiras eram vistas como campanhas de classe média, “alternativas”, impulsionadas por estudantes, sob as quais pesava o ônus da moralidade, as outras, encabeçadas por setores ligados aos movimentos sindicais e de bairro, buscavam disputar a preferência do eleitorado intitulado-se enquanto campanhas verdadeiramente petistas, construídas por e para os trabalhadores.

Embora as candidaturas libertárias ou em favor das minorias conferissem ao PT o status privilegiado de “novidade” ou de “defensor dos oprimidos”, a presença de campanhas com conteúdos moralmente polêmicos, como homossexualidade, aborto e legalização das drogas também representava um ônus em termos eleitorais, uma vez que poderia afastar o eleitorado de base popular mais conservador. Dessa forma, a visibilidade conferida às candidaturas “alternativas” por parte da direção do partido e das campanhas majoritárias dependia quase sempre de um cálculo de audiência complexo, que podia favorecer ou restringir as possibilidades eleitorais de cada uma delas. Não por acaso, os materiais de campanha do PT paulista em 1982 analisados durante a pesquisa empírica revelam que os candidatos proporcionais destacados nos panfletos das campanhas majoritárias, como a de Lula para governador em São Paulo, eram, preferencialmente, os candidatos oriundos dos movimentos sociais urbanos e do sindicalismo.

Em 1982, as campanhas ainda estavam submetidas aos rigores da Lei Falcão de 1976. Para compensar a impossibilidade de veiculação da sua plataforma política, o PT investiu no ineditismo dos currículos de seus candidatos, destacando ex-presos políticos, que haviam sido cassados, ex-exilados, sindicalistas cujos sindicatos sofreram intervenção e trabalhadores demitidos por sua atuação sindical e política⁷⁰, de modo a tentar estabelecer algum nível de identificação com o eleitorado. No entanto, a inexperiência do PT com o tratamento da comunicação política, aliada à rigidez imposta pela Lei Falcão, acabou gerando o efeito

⁷⁰ “Terra, Trabalho e Liberdade. A primeira Experiência eleitoral”. Disponível em <http://novo.fpabramo.org.br/content/terra-trabalho-e-liberdade>. Acessado em 15 de setembro de 2015.

inverso. Como a propaganda televisiva só podia exibir as fotos dos candidatos uma atrás da outra, com uma narração em *off* que informava somente o currículo de cada um, a sucessão de imagens de pessoas presas por atividades ilegais, exiladas e torturadas terminou por conferir à campanha um tom altamente negativo. O erro só foi reconhecido pela direção do partido na reta final da campanha, quando o material foi substituído por outro mais positivo, que tentava ressaltar o fato dessas pessoas terem lutado por democracia e superado inúmeras dificuldades. Por mais que os candidatos tentassem reverter os danos nos comícios de rua, caminhadas e outras atividades presenciais, a imagem do partido já estava prejudicada (KECK, 1991:203). Somou-se a este elemento, o boicote declarado dos meios de comunicação, que, não raro, criminalizavam campanhas petistas, como aconteceu em São Paulo com a candidata Caterina Koltai (ver Capítulo 5), que chegou a ser processada por suposto incentivo ao consumo de drogas.

A proibição de doações de campanha por parte dos sindicatos também limitou o alcance das campanhas petistas. Na maioria das cidades, as candidaturas proporcionais não recebiam nada além de uma única tiragem de panfletos, legando aos comitês de campanha a tarefa árdua de buscarem eles mesmos o próprio financiamento. Em muitos casos, a ausência de recursos foi um incentivo à experimentação de novos repertórios de ação, como a realização de festas temáticas, que aglutinavam eleitores e simpatizantes das candidaturas ao mesmo tempo em que arrecadavam verbas. Como veremos no próximo capítulo, as campanhas pautadas em quadros contraculturais se utilizaram largamente da realização de festas para a arrecadação de fundos.

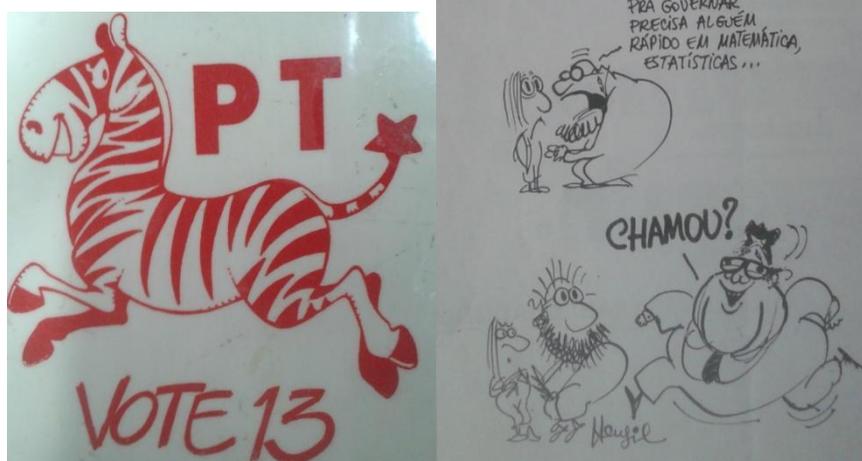
Outro obstáculo enfrentado pelo PT em sua primeira incursão eleitoral foi a disputa pelo voto de oposição com o PMDB. Reprisando os argumentos utilizados à época da retomada do pluripartidarismo, o PMDB acusava o PT de eleitoralismo, de divisionismo e de “fazer o jogo da direita”. Os mais imponderados classificavam o PT como um partido “obreirista”, “vestido de macacão”, e apontavam Lula e seus correligionários como operários incapazes de governar. Não raro, falava-se que os membros do regime nunca permitiriam que Lula assumisse o cargo caso vencesse a disputa para o governo de São Paulo (KECK, 1991). O cientista político Luís Carlos Bresser Pereira chegou a afirmar que o PT ameaçava o processo de democratização em curso ao subtrair votos do único partido de oposição eleitoralmente viável, o PMDB⁷¹.

⁷¹ “O drama do PT”, Folha de S. Paulo. 25 de maio de 1982.

Depois de afirmar que o maior adversário do PT nas urnas era o PMDB⁷², Lula ajustou o discurso para se diferenciar do resto da oposição, focando nas diferenças de classe que separavam as candidaturas das duas legendas. Nos comícios realizados durante a campanha, insistia no fato de que os empresários, latifundiários, acadêmicos e banqueiros do PMDB não tinham interesse em resolver os problemas centrais da classe trabalhadora brasileira, como o acesso ao trabalho, à terra, à educação e o fim da inflação e dos juros abusivos que castigavam o país, em recessão desde o ano anterior (cf. *Idem*: 206-207).

Para combater a ideia de um partido inexperiente, os materiais de campanha apostaram em *slogans* que reforçavam a identidade de classe dos candidatos, como “Trabalhador vota em trabalhador”, “Sabemos trabalhar, saberemos governar”, “Confie em você, vote no PT”, “Vote no PT contra os patrões e os generais”. As críticas diretas ao PMDB, no entanto, não desapareceram. Em panfletos petistas, tirinhas e textos davam conta de relacionar os candidatos peemedebistas com a política tradicional, o oportunismo eleitoral e as políticas econômicas de recessão que prejudicavam os trabalhadores. O PT também se esforçava para parecer eleitoralmente viável, reforçando que estava na disputa para vencer e colocando-se como a “zebra” daquelas eleições. Longe de ser apenas uma tática, a esperança de vitória era real em vários Estados, como no caso de Lula em São Paulo.

⁷² “Nosso maior adversário é o PMDB, afirma Lula”, Folha de S. Paulo, 16 de maio de 1982.



Duas imagens retratam o esforço do PT para se diferenciar enquanto oposição organizada pelos trabalhadores nas eleições de 1982. À esquerda, a “zebra” vermelha, distribuída como adesivo em São Paulo, sugere o potencial eleitoral da sigla. À direita, uma tirinha do cartunista Henfil ironiza o discurso do PMDB sobre a necessidade de eleger políticos profissionais. A imagem do ex-ministro da fazenda do Governo Médici, Delfim Neto, é evocada para lembrar a crise econômica provocada pelo “milagre econômico”. **Fonte:** Centro Sérgio Buarque de Holanda, Fundação Perseu Abramo.

Conclusão

Foi neste cenário bastante adverso de retomada do multipartidarismo que o movimento homossexual brasileiro adentrou a arena partidária. A Reforma Eleitoral de 1979 estabeleceu para os movimentos sociais um conjunto de expectativas em torno das possibilidades de engajamento partidário e eleitoral. Entretanto, a retomada do pluripartidarismo estava mais para uma tentativa do regime de enquadrar as forças opositoras dentro de uma arena política altamente regulamentada do que realmente democratizar a atividade política. Além de fragmentar a oposição ao regime em pelo menos três partidos (PMDB, PDT e PT), a Reforma de 1979 definiu normas rígidas para o registro das novas legendas e interferiu até mesmo na organização interna das novas agremiações. O estabelecimento do voto vinculado e a proibição de alianças tornaram a incursão na arena eleitoral particularmente difícil para

partidos com menor capilaridade nas zonas rurais, entre os quais o PT, cuja maior força estava nas classes médias e nas periferias dos centros urbanos.

Diante das restrições legais, o PT se viu diante do desafio de ampliar suas bases sociais e acomodar também os movimentos baseados em causas identitárias, cujos membros eram, em sua maioria, oriundos de setores médios da sociedade. Os ativistas homossexuais, por outro lado, viram no partido uma alternativa de organização política independente, que poderia contribuir para ampliar o debate sobre a causa na arena política. Às vésperas das eleições, dois eventos que sinalizaram a maior permeabilidade do partido às demandas do movimento: a I Convenção Eleitoral da legenda em setembro de 1981 e o lançamento da plataforma eleitoral em abril de 1982, que afirmaram o compromisso com o combate ao preconceito contra os homossexuais. A inclusão do tema na agenda do PT foi possível graças aos ativistas com múltipla filiação, que atuaram no sentido de legitimar internamente a pauta do movimento homossexual. Nesse sentido, destacam-se as iniciativas de ativistas homossexuais que integravam as correntes trotskistas como a Convergência Socialista, a OSI e a DS.

A fundação do PT - cujas articulações tomaram corpo a partir de 1978 com as greves operárias do ABC -, desenrolou-se de forma simultânea à formação do movimento homossexual no Brasil. Ambos os fenômenos possuem vínculos inegáveis. Em primeiro lugar, partido e movimento compartilharam vários ativistas em comum, os *brokers*, que estiveram envolvidos na fundação de ambos, levando, de um lado para o outro, repertórios e quadros interpretativos e estimulando o engajamento múltiplo. E, em segundo, essa aliança permitiu que ambos, partido e movimento, pudessem alcançar diferentes objetivos que envolviam, em alguma medida a afirmação de cada um deles na arena política. Enquanto o PT procurava dialogar com novas audiências - entre os homossexuais, mas também mulheres e negros - com a finalidade de garantir o registro legal e a viabilidade eleitoral, o movimento homossexual buscava legitimar suas reivindicações perante a opinião pública, dialogando com setores mais amplos da sociedade. Os desdobramentos dessa aliança serão analisados no próximo capítulo, dedicado ao ciclo eleitoral de 1982.

CAPÍTULO 5. A MOBILIZAÇÃO HOMOSSEXUAL NAS ELEIÇÕES DE 1982

Introdução

O capítulo final desta dissertação analisa as campanhas eleitorais em defesa da causa homossexual nas eleições de 1982. O objetivo é demonstrar de que modo o engajamento eleitoral de ativistas e grupos organizados contribuiu para que o movimento homossexual expandisse o seu repertório confrontacional. Como confronto eleitoral, Tarrow e McAdam (2011) denominam “o conjunto de relações recorrentes entre movimentos e eleições que definem a dinâmica dos movimentos e influenciam o resultado das eleições” (cf. Idem: 24). Para analisar o confronto eleitoral, os autores propõem cinco maneiras distintas de classificar o fenômeno: a “opção eleitoral” ou eleições como uma tática do movimento; a mobilização eleitoral proativa e reativa por grupos de movimento; processos graduais de mobilização e desmobilização desencadeados por mudanças duradouras nas tendências eleitorais; e a chamada “polarização partidária induzida por movimentos”.

A opção eleitoral consiste no engajamento direto dos movimentos na arena eleitoral, que pode envolver, inclusive, a criação de partidos oriundos de movimentos sociais. Em sistemas multipartidários, nos quais nenhum partido detém a maioria das cadeiras legislativas, a opção eleitoral pode ser especialmente atraente para os grupos de movimentos. Isso porque, nesses sistemas, partidos muito pequenos podem desempenhar um papel de grande importância, defendendo demandas dos movimentos sociais ou atuando como parceiros em um governo de coalizão. A mobilização eleitoral proativa ocorre quando grupos de movimentos enxergam oportunidades ou ameaças aos seus interesses no contexto das eleições, tornando-se mais ativos no contexto de uma campanha eleitoral. Já a mobilização eleitoral reativa envolve uma escalada de protestos na sequência de uma eleição contestada (cf. Idem: 25-28).

Os processos graduais de mobilização e desmobilização desencadeados por mudanças duradouras nas tendências eleitorais relacionam a ascensão e queda na trajetória dos movimentos com a dinâmica dos realinhamentos eleitorais. A presença de um determinado grupo no poder tende a favorecer a emergência ou a desmobilização de certos tipos de movimentos. Finalmente, a “polarização partidária induzida por movimentos” diz respeito à influência que os movimentos podem exercer sobre os partidos (cf. Idem: 29-33), tanto durante o confronto eleitoral quanto após a vitória de um partido num determinado pleito.

As classificações propostas por Tarrow e McAdam (2011) são úteis para apreender algumas das dinâmicas que envolvem a relação entre movimentos sociais, partidos políticos e

eleições, mas a realidade do confronto eleitoral envolve práticas bem mais complexas. A mobilização de ativistas e grupos organizados durante campanhas eleitorais pode incluir apoios diretos de movimentos a determinados candidatos; a participação de ativistas na coordenação de campanhas eleitorais e o *lobby* eleitoral ampliado em busca de aliados em vários partidos ao mesmo tempo. Esses casos tendem a embaralhar o esquema analítico proposto por Tarrow e McAdam (2011): o apoio a candidatura específica pode ser um indicativo de mobilização proativa ou reativa, mas também pode indicar opção eleitoral. O *lobby* eleitoral ampliado em busca de aliados pode ser um exemplo de mobilização proativa ou reativa, ao mesmo tempo que pode induzir à polarização partidária. A existência de ativistas em coordenação de campanhas eleitorais geralmente indica opção eleitoral, mas classificá-la dessa forma não explica como isso se tornou possível e quais as suas implicações práticas. A estrutura de análise proposta também não considera outra possibilidade: a polarização de movimentos sociais induzida por partidos políticos em contextos eleitorais, o que no caso brasileiro parece bastante provável.

As próximas páginas são dedicadas à análise da mobilização do movimento homossexual nas eleições de 1982. Essa mobilização envolveu tanto iniciativas dos grupos organizados de gays e lésbicas em busca de aliados quanto a construção de campanhas eleitorais propriamente ditas, organizadas com o apoio de ativistas homossexuais situados no interior do partido, muitos deles com múltiplas filiações. As campanhas analisadas são todas do Partido dos Trabalhadores. A opção pelas campanhas petistas se justifica pelo fato do PT ter sido a única legenda a incluir na plataforma eleitoral o compromisso com a luta do movimento homossexual nas eleições de 1982. Do ponto de vista analítico, essas campanhas constituem um *corpus* de pesquisa razoavelmente unitário, que se caracteriza pelo forte teor contracultural. Do ponto de vista argumentativo do trabalho, a opção pelo PT implica na defesa de que a entrada do movimento homossexual brasileiro na arena eleitoral se deu, sobretudo, por meio do Partido dos Trabalhadores⁷³.

Este capítulo também sustenta que o movimento homossexual não ingressou em um período de desmobilização ao final do ciclo de protestos pela democratização. Ao contrário, a partir de 1981 e, principalmente, em 1982, a mobilização continuou na arena partidária. As

⁷³ Durante a pesquisa empírica, foi encontrado o registro de um candidato defensor da causa homossexual nas eleições de 1978. Baiardo de Andrade Lima foi candidato a deputado federal pelo MDB nas eleições daquele ano, defendendo a “liberdade gay” e a legalização do aborto. Entretanto, tratava-se de uma iniciativa isolada (*Lampião da Esquina*, nº 6, Novembro de 1978, p. 4). Conforme De La Dehesa (2010) também observa, a julgar pelo salto do número de candidaturas em 1982, o registro reforça que o período entre 1978 e 1982 representou um verdadeiro “boom” do debate público sobre a questão homossexual.

eleições de 1982 foram um ato intermediário entre a primeira e a segunda geração do ativismo homossexual no Brasil. O engajamento na arena partidária durante o ciclo de protestos foi uma experiência fundamental para garantir o acesso ao confronto eleitoral. Oportunidades políticas nacionais contribuíram para o engajamento partidário e eleitoral: a Reforma Eleitoral de 1979, a renovação das esquerdas, a fundação de um partido de oposição programaticamente aberto às demandas do movimento homossexual, o PT, em 1980, e as eleições sob um regime multipartidário em 1982. Os *brokers* que circularam entre partido e movimento e os incentivos transnacionais também contribuíram para a mobilização. Do ponto de vista estratégico, o pleito de 1982 deve ser compreendido como um momento importante de experimentação política, no qual o movimento enfrentou o desafio de adequar seus repertórios e quadros interpretativos para o terreno da política institucional.

Conforme discutido no capítulo anterior, o quadro interpretativo amplo (SNOW E BENFORD, 2000) que permitiu aos ativistas homossexuais ou aliados acomodarem suas campanhas no interior do PT foi a “liberdade” presente no slogan nacional da plataforma eleitoral petista de 1982, “Terra, Trabalho e Liberdade”. A “liberdade” do programa petista de 1982 foi interpretada pelos movimentos de mulheres, negros, homossexuais e ambientalistas a partir dos quadros contraculturais que circulavam no país desde o final dos anos 1960. Ao todo, serão analisadas cinco campanhas, das quais serão observados os repertórios de ação e os quadros interpretativos. Tratam-se das campanhas de: Edson Nunes, candidato a deputado federal em Belo Horizonte (MG), José Carlos Dias de Oliveira, o Zezinho, candidato a vereador em Porto Alegre (RS); Litsz Vieira, para deputado estadual no Rio de Janeiro (RJ); Caterina Koltai, candidata a vereadora em São Paulo (SP); e João Baptista Breda, candidato a deputado estadual em São Paulo (SP). Os quatro estados onde ocorreram as campanhas selecionadas coincidem com os locais onde o PT havia estabelecido suas bases mais numerosas até novembro de 1982: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (SECCO, 2011).

5.1. A mobilização dos grupos homossexuais

O ambiente político das eleições de 1982 teve ares de novidade: a presença de novos partidos, que haviam sido regulamentados pela Reforma Eleitoral de 1979 - entre os quais o PT -, a retomada do voto direto para o cargo de governador, que não ocorria desde 1965, e a eleição do Colégio Eleitoral que ficaria responsável por eleger o próximo presidente da República. As restrições, no entanto, eram muitas. A Lei Falcão continuava a limitar a

propaganda no rádio e na televisão e o “pacote de novembro” proibia alianças entre partidos e impunha o chamado voto vinculado. Foi nesse ambiente de oportunidades e restrições políticas que o movimento homossexual encarou sua primeira experiência nas urnas. Em dezembro de 1981, o jornal alternativo *Rádice - Luta & Prazer* publicou um artigo do ativista homossexual Herbert Daniel que expressa a percepção do contexto político:

Nossos generais querem democracia com responsabilidade, isto é democracia para eles, responsabilidade para nós; para eles, a respeitabilidade, para nós respeito ao próximo - general presidente; para eles a decisão, para nós o “discordo, mas respeito”. (Rádice Luta & Prazer. Ano I, nº 4, Dez 1981, página provável: 2).

O trecho revela que, a despeito da opção pelo engajamento partidário e eleitoral, os ativistas homossexuais organizados no interior do PT estavam mais ou menos conscientes dos limites impostos pelo regime ao processo de abertura política. Sugere ainda que os ativistas estavam antecipadamente atentos às oportunidades e restrições que envolviam a incursão eleitoral. Se mesmo para os ativistas partidários as eleições eram interpretadas como um “jogo de cartas marcadas”, entre os ativistas independentes e grupos organizados, as opiniões sobre o engajamento na arena eleitoral eram variadas.

Em dezembro de 1981, o Grupo Somos/SP participou de um ato no centro de São Paulo contra o “pacote de novembro”, que havia proibido as alianças entre partidos e estabelecido o voto vinculado para as eleições do ano seguinte⁷⁴. O Grupo Gay da Bahia (GGB) saudou a iniciativa do Somos/SP e se posicionou contrário às medidas⁷⁵. Em outro artigo, chegou a noticiar com desconfiança a “enxurrada” de partidos que buscavam aproximação com o movimento após a declaração de Luís Inácio Lula da Silva na I Convenção Eleitoral do PT, realizada em setembro de 1982⁷⁶.

Poucos meses depois, inspirado na campanha do movimento homossexual alemão do século XIX contra o Parágrafo 175 do Código Criminal Prussiano, Luiz Mott, líder do GGB, aproveitou a oportunidade de diálogo com os partidos aberta pela campanha eleitoral para circular entre os candidatos, lideranças políticas, personalidades e intelectuais o abaixo-assinado pela revogação do artigo 302.0 do INAMPS, que declarava a homossexualidade doença em âmbito nacional (DE LA DEHESA, 2010).

⁷⁴ “Pelo voto livre do homo”. Boletim do Grupo Gay da Bahia, nº 3, Abril de 1982, página 4.

⁷⁵ “Partidos Políticos”. Boletim do Grupo Gay da Bahia, nº 3, Abril de 1982, página provável: 5

⁷⁶ “Partidos Políticos”. Boletim do Grupo Gay da Bahia, nº 3, Abril de 1982, página provável: 5

Ligado a redes de ativismo globais, como a International Gay Organization (IGA), e consumidor de publicações especializadas dos Estados Unidos e da Europa, o ativista gaúcho João Antônio Mascarenhas também se inspirou em repertórios de ação transnacionais para mobilizar apoios na arena eleitoral. Em uma carta direcionada a uma amiga norueguesa em março de 1982⁷⁷, Mascarenhas relata seu esforço para dar suporte aos grupos homossexuais brasileiros nos meses que antecederam a campanha eleitoral daquele ano. Traduzia as notícias mais importantes de veículos da imprensa gay internacional, que ele recebia de amigos europeus, entre os quais o *Gay News*, *Le Gai Pied*, *Fouri!* e *The Body Politic*, e as enviava por correspondência aos oito grupos homossexuais mais ativos do país. Por meio de cartas e chamadas telefônicas de longa distância, discutia as melhores táticas a serem empregadas pelos grupos no confronto eleitoral (cf. Idem:94).

Em todos os contatos, Mascarenhas buscava estimular os ativistas a se engajarem nas eleições de 1982. Também aproveitava a oportunidade para fortalecer um circuito gay nacional de ativismo, repassando informações relevantes de um grupo para o outro e enviando cópias de mensagens direcionadas a um grupo específico para todos os outros simultaneamente. Durante o processo eleitoral, Mascarenhas ainda tomou a iniciativa de enviar aos partidos políticos um questionário para que se posicionassem sobre a luta homossexual. O documento foi adaptado de um *survey* da International Gay Organization, que ele havia recebido das mãos de um ativista homossexual escocês (cf. Idem:94).

Em agosto de 1982, a campanha eleitoral já havia começado quando o Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF) e o Grupo Outra Coisa - Grupo de Ação Homossexualista, ambos de São Paulo, aproveitaram a passagem do filósofo francês Félix Guattari pelo Brasil para promover um bate-papo entre o intelectual e militantes homossexuais paulistas⁷⁸. Muito popular entre a militância libertária da época, sobretudo devido ao livro *A Revolução Molecular*, no qual sintetiza as suas opiniões sobre o potencial revolucionário dos movimentos libertários (feminista, homossexual etc.), Guattari surpreendeu os ativistas ao declarar-se impressionado com a força do PT e ao defender a necessidade de construção de pontes entre as chamadas “lutas moleculares” (os movimentos libertários, por exemplo) e as “lutas molares” (os partidos). “A única coisa nova acontecendo no mundo em termos de política é o Solidariedade na Polônia e o PT no Brasil”⁷⁹, declarou. Para completar, o filósofo

⁷⁷ João Antônio Mascarenhas, Rio de Janeiro, to Karen-Christine Friele, oslo, Norway, 29 March 1982, nº 160/1982, AEL/Unicamp.

⁷⁸ “Galf: 4 anos de atuação”, Chanacomchana. Data provável: maio de 1984.

⁷⁹ “Por que o PT”, Rádice: Luta & Prazer. Data Provável: Ano II, Nº 14, outubro de 1982

também narrou com entusiasmo as atividades desenvolvidas naquele momento por grupos homossexuais franceses, que consistiam no estudo de leis discriminatórias contra homossexuais, “trabalho de caráter reformista considerado por muitos militantes brasileiros como absolutamente sem valor”⁸⁰.

As declarações de Guattari foram o suficiente para fazer com que os grupos repensassem a apatia perante a disputa eleitoral em curso. Dois meses depois, no dia 22 de outubro de 1982, o GALF, em parceria com o Outra Coisa, promoveu um debate com candidatos dos cinco partidos que concorriam às eleições para discutir “as providências a serem tomadas por cada um deles em favor da luta pelos direitos dos homossexuais”⁸¹. A realização do evento foi precedida pela elaboração de uma plataforma de reivindicações, na qual os grupos incluíram, entre outras pautas, o fim da violência policial e das prisões arbitrárias das quais os homossexuais eram vítimas e a extinção do artigo 302 do Código de Saúde do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), que classificava a homossexualidade como “desvio e transtorno sexual”. Na ocasião, os candidatos e representantes dos partidos receberam a plataforma e foram convidados a firmar compromisso com a defesa das pautas. Curioso notar que o ambiente de oportunidades políticas inaugurado pelo confronto eleitoral alterou o repertório dos grupos e a forma como estes percebiam os partidos políticos. Um dos organizadores da atividade, o Outra Coisa - Grupo de Ação Homossexualista, era formado por ativistas que haviam rompido com o Somos dois anos antes por discordar das alianças do movimento com partidos políticos.

Seguindo a tática adotada pelos paulistas, os grupos Auê e Somos/RJ elaboraram também uma plataforma de reivindicações aos candidatos naquele ano. Nela constavam, além do fim da repressão policial e da despatologização da homossexualidade, outras reivindicações, como o apoio à inclusão, numa possível reforma constitucional, de um dispositivo que proibisse a discriminação aos homossexuais; a denúncia de conteúdos discriminatórios nos órgãos de imprensa e comunicação; a supressão do item “preservação da moral e dos bons costumes” da Lei de Imprensa, usado para incriminar pessoas e jornais que discutiam a homossexualidade (como ocorreu com o *Lampião da Esquina* em 1979); a luta para que o conceito de legítima defesa se restringisse à defesa da vida, e não à defesa da honra, a fim de combater a impunidade dos crimes cometidos contra homossexuais; e a inclusão da temática da homossexualidade nos Programas de Educação Sexual (DANIEL, MICCOLIS; 1983).

⁸⁰ “GALF: Quatro anos de atuação”. Chanacomchana, nº 3, 1984, página 5.

⁸¹ “Homossexuais procuram o apoio dos candidatos”. O Estado de S. Paulo, 24 de outubro de 1982, página 2.

O teor da plataforma carioca expressa o esforço dos ativistas em tentar traduzir a experiência acumulada do movimento em reivindicações institucionalizadas direcionadas ao Estado, distanciando-se da linguagem libertária rumo a uma linguagem de direitos. A pauta apresentada não se restringe a exigir a eliminação de dispositivos legais discriminatórios considerados ultrapassados e o fim de práticas estatais repressivas, mas também propõe a criação de leis e outras iniciativas capazes de resguardar a integridade dos homossexuais e combater o preconceito. A realização de uma constituinte é apontada como oportunidade política para a proposição de leis antidiscriminatórias.

O episódio da elaboração das plataformas eleitorais revela, pelo menos, duas estratégias adotadas pelos grupos homossexuais organizados nas eleições de 1982. Em primeiro lugar a tendência dos grupos em buscar apoios das agremiações em todo o espectro político, da esquerda à direita, como forma de tentar afirmar a sua independência em relação aos partidos. Por mais que os grupos homossexuais não fossem nem de longe simpáticos aos partidos de centro e de direita, como o PTB e o PSD, mas a tática do *lobby* ampliado pareceu mais segura do que apoiar diretamente o único partido que havia declarado apoio à causa homossexual, o PT. E em segundo lugar a ampla utilização de um repertório de ação transnacional por parte de grupos e ativistas, o que não era exatamente uma novidade, mas expressava a conexão permanente entre o ativismo brasileiro e o internacional.

Em que pese o papel fundamental desempenhado por lideranças locais como Mott e Mascarenhas, a opção pelo engajamento na arena eleitoral configurava-se enquanto uma tendência do movimento homossexual internacional na passagem dos anos 1970 para os anos 1980. Em 1979, o movimento homossexual mexicano fez sua estreia nas urnas com a candidatura de Victor Amezcua Fragoso, diretor de uma trupe teatral de transformistas, que disputou uma vaga para a Câmara dos Deputados pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) (DE LA DEHESA, 2010). Ativistas gays e lésbicas mexicanos contaram ainda com o apoio da candidata à Presidência da República Rosario Ibarra de Piedra, do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) (DE LA DEHESA, 2010; LIMA, 1983).

Nos Estados Unidos, grupos homossexuais organizados declaravam a falência do movimento de liberação sexual que não fosse respaldado “por vigorosa ação política”. No mesmo ano, uma conferência de lideranças homossexuais realizada na cidade de Dallas, no

Texas, no coração dos Estados Unidos⁸², aprovou, por meio do voto de centenas de delegados vindos de todas as partes do país, uma resolução que deliberava pela disputa de cargos políticos em todos os níveis que pudessem servir de trincheira para a luta homossexual (LIMA, 1983). A tática eleitoral, portanto, não era uma novidade para o ativismo homossexual em nível internacional e, naquele exato momento, estava polarizando os debates sobre os rumos do movimento em muitos países.

A literatura sobre o movimento homossexual brasileiro tende a creditar a mudança no perfil do ativismo homossexual ao longo dos anos 1980 ao surgimento de um “terceiro tipo” de ativista e de grupo. Essa nova geração, da qual fariam parte João Antônio Mascarenhas e Luiz Mott, teria uma visão mais instrumental que ideológica dos partidos políticos, segundo a qual todas as agremiações poderiam ser aliadas, desde que demonstrassem compromisso com a causa. Ao mesmo tempo, as demandas do movimento deveriam ser direcionadas ao Estado por meio da formulação de campanhas, cujo objetivo seria angariar aliados entre as elites políticas.

Entretanto, a literatura deixa uma lacuna ao não observar o papel desempenhado pelos ativistas gays e lésbicas organizados nos partidos políticos. Foi, sobretudo, a presença desses agentes no interior das agremiações, os chamados *brokers*, que permitiu a inserção da luta homossexual na agenda partidária. Esses ativistas também contribuíram para a inovação de repertórios de ação e enquadramentos interpretativos, os quais a partir da experiência acumulada nas eleições de 1982, ganhariam contornos mais institucionalizados. Para este capítulo, interessa investigar de que modo o engajamento partidário e eleitoral, especialmente nas campanhas de 1982, favoreceu a emergência de quadros interpretativos e repertórios de ação de perfil mais institucionalizados no interior do movimento.

5.2. Campanhas eleitorais em defesa da causa homossexual

Eleições são um momento bastante específico das democracias representativas, no qual os atores têm a oportunidade de falar para uma audiência mais ampla. O interesse pelo debate político, estimulado pela cobertura massiva dos meios de comunicação e pelas rotinas de campanha, tende a abrir um amplo espaço para o debate político na sociedade. Ainda que esse espaço fosse mínimo, como era em 1982 devido à vigência da Lei Falcão, o burburinho

⁸² Registros da conferência foram encontrados também no site da agência United Press International: <<http://www.upi.com/Archives/1982/08/12/Texas-site-of-homosexual-conference-starting-Friday/8070397972800/>> . Acessado em 17 de setembro de 2015.

gerado pela existência de novos partidos e pela retomada do voto direto para governador foram o suficiente para garantir a abertura da sociedade ao debate político. Para dialogar com um público mais amplo, boa parte do qual sequer tinha notícia da existência de um movimento político em defesa da homossexualidade, os ativistas partidários foram desafiados a adaptar seus quadros interpretativos e repertórios de ação de modo a convencer a audiência acerca da legitimidade da luta contra a discriminação ao homossexual. Embora alguns candidatos fossem abertamente homossexuais, como no caso de Edson Nunes, José Carlos Dias de Oliveira e João Baptista Breda, as campanhas analisadas a seguir não foram selecionadas de acordo com a orientação sexual dos candidatos, mas pela abordagem do tema. Candidatos não homossexuais como Litsz Vieira e Caterina Koltai colocavam-se enquanto aliados e mobilizavam em seus comitês de campanha ativistas homossexuais que faziam a ponte entre as candidaturas e o movimento.

a) “Viva o Amor” (Edson Nunes)



Fonte: MACHADO, Frederico Viana. *Muito além do Arco-Íris: A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado*. Dissertação de mestrado em Psicologia apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2007.

A campanha de Edson Nunes para deputado federal se propunha a discutir como eixo central a discriminação contra negros, mulheres, índios e homossexuais. Os materiais de campanha anunciavam Edson como “O primeiro candidato das minorias absolutas” e traziam como título principal o trocadilho “CheGUEI”, que reafirmava a identidade de esquerda do candidato ao fazer referência ao líder revolucionário argentino Che Guevara - símbolo maior da masculinidade revolucionária latino-americana - e, ao mesmo tempo, anunciava a chegada

inusitada de um homossexual na arena eleitoral. O “Guei” com “uei” no lugar do “ay”, presente no termo anglo-saxônico “gay”, remetia à grafia proposta por publicações do movimento homossexual brasileiro, como o *Lampião da Esquina*, que consideravam o gay com “y” muito americanizado e propunham uma escrita mais condizente com o português brasileiro (GREEN, 2000). Destaca-se, nesse sentido, tanto a inserção da ideia de “minorias políticas” na agenda eleitoral quanto a aclimatação de termos estrangeiros para a realidade brasileira.

O comitê de campanha deu início às atividades com otimismo em relação aos resultados. “Nós tínhamos convicção da vitória. Fazíamos as contas, 10% da população, se 1%, se meio por cento, se zero vírgula, pô, então nós tínhamos convicção da vitória”, afirmou Nunes (MACHADO, 2007: 83). Em termos de propostas, o candidato apostava na revogação do artigo 302.0 do Inamps, que classificava a homossexualidade como “transtorno social”⁸³ e na garantia das liberdades individuais já previstas pela lei. Em um dos panfletos de campanha, argumentava que as forças conservadoras ligadas ao regime militar planejavam apresentar projetos de lei que tornassem legais a criminalização da homossexualidade no Brasil. Para impedir tais retrocessos, os homossexuais precisavam eleger um representante legítimo para defender seus direitos no Congresso Nacional.

Os integrantes do comitê de campanha de Nunes se reuniam sob um movimento que ficou conhecido, dentro e fora do PT mineiro, como “Viva o amor” (LIMA, 1983). A opção por um nome que remetia a um sentimento universal expressava a estratégia do grupo de quebrar as barreiras da identidade homossexual para angariar apoiadores entre um público mais amplo. Também remete, indiretamente, aos quadros interpretativos dos movimentos pacifistas da juventude norte-americana, o “Faça o amor, não faça a guerra”, criado entre os anos 1960 e 1970 para protestar contra a Guerra do Vietnã e depois difundido entre movimentos anti-guerra de várias partes do mundo.

O apelo ao amor e o compromisso com o combate a todas as formas de discriminação foi sintetizado por um cartaz feito para ilustrar a “dobradinha” com a candidata à vereança Helena Grecco e o candidato a deputado estadual Américo Antunes, ambos do PT. Nele, é possível ver os três candidatos segurando faixas com palavras de ordem, seguidas dos números de cada um deles conforme registrado na Justiça Eleitoral. Logo atrás, em passeata, uma dezena de apoiadores aparece segurando faixas com dizeres que reprovam todos os tipos de opressão. Entre elas, é possível ler frases como “Sejam contra a fome, Viva o Amor!”,

⁸³ “Homossexual petista lança sua campanha”. Folha de São Paulo. 9 de outubro de 1982, p.6

“Proibam a Violência e não o amor”, “O Beijo é livre”, que remetem novamente aos quadros interpretativos contraculturais da juventude pacifista dos anos 1960.



Fonte: MACHADO, Frederico Viana. *Muito além do Arco-Íris: A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado*. Dissertação de mestrado em Psicologia apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2007.

Temas como a fome e a repressão aparecem em contraposição ao amor, ao passo que o beijo, um gesto de carinho também universal, é acionado com uma espécie de direito básico de todo o cidadão, cujo exercício deve ser livre para todos. Juntas, as palavras de ordem expressavam um conjunto de expectativas liberalizantes presentes nos movimentos libertários que emergiram durante a abertura política e que agora ganhavam repercussão na arena eleitoral. Um detalhe importante desse cartaz é o aviso no canto inferior direito, no qual se lê: “E você que não é GUEI? Apoiar e participar nesta campanha... É uma ótima ideia!”. O pequeno recado, assim como praticamente todos os quadros interpretativos que permeavam a campanha, sugere que, apesar da candidatura ter sido focada no tema da discriminação às minorias, os organizadores tinham consciência da necessidade de dialogar com uma audiência mais ampla.

Nunes e os membros do seu comitê deram início à campanha em Belo Horizonte com foco nos lugares de frequência homossexual. Uma festa de lançamento da campanha foi

realizada na capital mineira com a presença de Herbert Daniel, artistas, intelectuais e todos os candidatos a cargos eletivos pelo PT na cidade⁸⁴. Mas a recepção à candidatura não foi muito amigável por parte dos donos dos estabelecimentos, que se recusavam a receber Nunes ou a permitir a realização de atividades nos locais. Para a surpresa dos ativistas, a recepção do eleitorado gay belo-horizontino também foi negativa. Durante uma “noitada” numa boate gay da cidade, um frequentador de meia-idade explicou pessoalmente ao candidato por que não pretendia confiar o seu voto a um gay assumido:

Podem tirar o cavalo da chuva, porque nós não votaremos em vocês de jeito nenhum. Vocês fariam muita agitação, levantariam muita poeira nos parlamentos, todo mundo sairia então de cacete atrás de nós. Ninguém quer bancar o Tiradentes. Votar em gay? Nunca! Corta essa, santa! (LIMA, 1983: 188).

Quando perceberam que o ambiente era hostil na capital, Edson e seus companheiros resolveram levar a campanha para o interior. Em Juiz de Fora, uma boate gay que havia passado por um processo de ameaça de fechamento cedeu uma noite inteira para a candidatura. Na ocasião, foi realizada uma sabatina com Nunes. Durante duas horas, o candidato respondeu perguntas dos eleitores e curiosos. Havia mais de cem pessoas no local. A boa receptividade resultou na criação de um núcleo de campanha em Juiz de Fora, que contou com a participação de mais de 30 pessoas. Em Ipatinga, Nunes foi recebido com uma faixa na entrada da cidade, com a seguinte mensagem: “Os gays de Ipatinga saúdam seu líder Edson Nunes”. Uma reunião para debater a campanha foi realizada na Câmara Municipal, com a participação de 200 pessoas. Em Divinópolis, um comício doméstico foi realizado na casa de um médico militante do PT. E em Ponte Nova, a reunião que deveria acontecer num bar “simpatizante” atrasou por causa de problemas enfrentados pelo candidato na estrada que dava acesso à cidade, levando os presentes a transferir a atividade para um bar na zona boêmia (MACHADO, 2007).

A presença de Nunes no horário eleitoral gratuito garantiu grande visibilidade à campanha. Ainda que a legislação permitisse apenas a exibição de uma foto dos candidatos acompanhada por um breve currículo, o fato do partido dispor de poucos candidatos no estado de Minas Gerais permitia ao jornalista aparecer na televisão todos os dias, frequentemente, por mais de uma vez. O fato implicava numa divulgação contínua e um tanto involuntária da causa homossexual, uma vez que o texto entregue ao TRE para a narração do currículo de Nunes mencionava a sua participação nos movimentos em defesa da causa de

⁸⁴ “Homossexual petista lança sua campanha”. Folha de São Paulo. 9 de outubro de 1982, p.6

gays, lésbicas, bissexuais e travestis: “Edson Nunes, jornalista, parapsicólogo, fundador do IBIP, participou da organização da primeira passeata gay do Brasil, São Paulo, contra repressão do Maluf, fundador do núcleo gay do PT, pelos direitos dos homens e mulheres homossexuais”. A simples veiculação do currículo de um ativista homossexual na televisão enfurecia os eleitores mais conservadores, que ligavam para o TRE para pedir que os juízes eleitorais retirassem o pequeno “programa” do ar (MACHADO, 2007).

Os repertórios de ação utilizados na campanha de Nunes correspondiam basicamente às rotinas mais tradicionais em termos de campanhas eleitorais: eram panfletagens, debates, sabinas, comícios domésticos. Contudo, devido ao conteúdo inovador da campanha, repertórios comuns ganharam contornos de ousadia e experimentação. A audácia em levar o debate político eleitoral para bares, boates e zonas boêmias e em ocupar espaços públicos pouco receptivos à presença de gays, lésbicas, bissexuais e travestis, como no caso do plenário da Câmara Municipal de Ipatinga, conferia à campanha um forte impacto moral e simbólico. O clima de “desbunde” permeava a prática dos atores: se o bar “simpatizante” não estava mais aberto para receber o debate, a atividade era transferida para outro bar na zona boêmia, onde a discussão política se misturava com a festa sem que isso fosse um problema.

b) “Desobedeça!” (José Carlos Dias de Oliveira, o Zezinho)

Em 1982, a direção da corrente Democracia Socialista em Porto Alegre optou por lançar como candidato prioritário na cidade o militante operário José Valdir, que passou a disputar uma vaga na Câmara dos Vereadores. No entanto, o peso do movimento estudantil entre as bases da organização, cujos militantes atuavam simultaneamente em dois grupos, o “Alternativa”, composto por estudantes secundaristas, e o “Peleia”, formado por estudantes universitários, fez com que a DS lançasse também o nome de José Carlos Dias de Oliveira, o Zezinho, para vereador da cidade, como uma “candidatura de construção”, cujos objetivos eram fortalecer a militância estudantil da organização e consolidar o candidato enquanto alternativa para as futuras disputas eleitorais.

A campanha intitulada “Desobedeça” tinha como bandeiras centrais a reforma agrária, a legalização da maconha e a liberdade sexual. As pautas eram expressas por meio de três slogans que estampavam materiais específicos: “Terra pra quem nela trabalha”, “Anistia prá Maria” e “Pedro ama João: e daí?”. O combate à discriminação ao homossexual aparece dentro de um guarda-chuva mais amplo de pautas libertárias. Além da liberdade sexual e da

legalização da maconha, a candidatura também fazia a defesa da luta das mulheres contra o machismo e das pautas estudantis, como o fim do vestibular, e contra a violência policial⁸⁵.

Os “cabeludos”, como eram chamados os integrantes do grupo que se organizava em torno da candidatura de Zezinho, eram jovens estudantes, homens e mulheres, oriundos de famílias de classe média⁸⁶. Tinham referência declarada nas bandeiras libertárias do maio de 1968 francês. Com a candidatura de Zezinho, buscavam confrontar a moral conservadora predominante na cidade de Porto Alegre e estabelecer algum nível de enfrentamento com os “companheiros” petistas, que costumavam ver o movimento estudantil como “força auxiliar” da luta operária e apontavam a juventude como um período de inconformismo cujos radicalismos passariam com a idade

Para os dirigentes antigos, formados dentro de estruturas políticas e familiares mais tradicionais, a campanha dos “cabeludos” e “maconheiros” tinha potencial para levar o partido à derrota e à desmoralização. Porém, para a surpresa de todos, inclusive dos próprios integrantes do comitê de campanha, a candidatura obteve grande repercussão, não só em Porto Alegre como em outras cidades gaúchas⁸⁷. O clima de “*Woodstock*”⁸⁸ incorporado pelo candidato e seus apoiadores fez da candidatura um verdadeiro sucesso entre os jovens descolados da capital, que desfilavam pela cena *hippie* da Avenida Osvaldo Aranha com camisetas *batik* coloridas, que chamavam a atenção pela palavra de ordem “Desobedeça”, estampada na altura do peito⁸⁹.

O tema escolhido para a campanha remetia diretamente à noção de desobediência civil⁹⁰, que consistia em desafiar o oponente por meio do desrespeito às leis, sem enfrentá-lo fisicamente e com vistas a “efetivar reivindicações específicas” (COSTA, 2000). No século XX, a ideia de desobediência civil inspirou a ação dos movimentos nacionalistas nas antigas colônias da África e da Ásia. Mahatma Gandhi utilizou abertamente a ideia de desobediência

⁸⁵ Hameister, Marcelo D. Depoimento de Marcello Daisson Hameister [Ago. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Concedida pela internet.

⁸⁶ Em depoimento concedido a esta pesquisa em janeiro de 2015, a militante feminista Dinah Lemos frisou que muitos dos jovens envolvidos na campanha de Zezinho eram filhos de antigos militantes comunistas.

⁸⁷ Hameister, Marcelo D. Depoimento de Marcello Daisson Hameister [Ago. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Concedida pela internet.

⁸⁸ O Festival de Woodstock foi um festival de música realizado em agosto de 1969 na cidade de Bethel, no estado de Nova York, Estados Unidos. Ficou conhecido mundialmente por ter sintetizado o espírito da contracultura dos anos 1960, por meio do comportamento rebelde dos participantes e dos shows de *rock and roll*. Entre os artistas que se apresentavam estavam ícones da época, como Janis Joplin e Jimmi Hendrix, além de bandas como The Who e Creedence Clearwater Revival.

⁸⁹ “Desobediência Civil: Uma homenagem”, *Jornal do Nuances* nº 21. Outubro de 2002.

⁹⁰ A ideia de desobediência civil estava presente na obra do filósofo norte-americano Henry David Thoreau, que defendia, ainda no século XIX, a desobediência civil pacífica como forma de oposição legítima ao Estado, interpretado como injusto e opressor.

civil na Índia contra a dominação do Império Britânico, assim como Martin Luther King, na luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, na década de 1960 (CHABOT, 2000). O mesmo foi feito pelos ativistas anti-guerra. A opção pela ação coletiva do tipo disruptiva, mas não violenta, tornou-se bastante popular ao longo do século XX (TARROW, 2009), por sua capacidade de mobilização massiva e persuasão da opinião pública.



Um dos panfletos da campanha de Zezinho discutia o tema da legalização da maconha. Nele, é possível observar a estrela do PT lado a lado com o *slogan* “Desobedeça” e uma arte que retratava a folha da *cannabis*. Fonte: Acervo pessoal de Álvaro Garcia, cedido por e-mail.

A campanha de Zezinho buscava vincular as restrições às liberdades individuais ao caráter elitista e moralista do regime militar. “Desobedeça” era um convite ao questionamento, à reflexão, à rebeldia e à tomada de posição contra as injustiças sociais, desde a distribuição desigual da terra até a discriminação contra os homossexuais. Mas não se tratava tão somente de um convite à discussão política. Era também um convite à mobilização. Como todo o movimento libertário inspirado no maio de 1968, a campanha buscava ela mesma personificar a rebeldia, por meio de comportamentos, atitudes e repertórios considerados transgressores. A transformação da vida cotidiana praticada no aqui e no agora.

Embora o quadro interpretativo da desobediência civil e as referências ao maio de 1968 remetessem à ideia de revolução da vida cotidiana e negação do Estado, muito presente nos movimentos contraculturais da época, Zezinho era um ex-assessor parlamentar, filho de um

político tradicional gaúcho e dono de uma trajetória política baseada tanto na participação em movimentos sociais quanto no ativismo político partidário. Nesse sentido, as ideias que permeavam a campanha estavam mais para a desobediência civil como resistência, ao estilo de Gandhi e Luther King, do que para os ideais anarquistas anti-Estado. A própria aposta numa candidatura para um cargo público reafirma a convicção do engajamento permanente na política institucional.

A combinação de quadros interpretativos libertários com repertórios institucionalizados devia-se à vinculação do candidato com a DS, organização que herdou da IV Internacional e da tradição trotskista o apreço pelos debates libertários. A DS, assim como a maior parte das tendências internas do PT, não via contradição em disputar as eleições e manter uma identidade socialista e libertária. Ao contrário, interpretava as eleições como um momento privilegiado para fazer propaganda de suas ideias e posicionamento políticos.

A campanha de Zezinho em Porto Alegre também buscava atribuir novos sentidos a repertórios de campanha tradicionais. Dado o perfil jovem da candidatura, as panfletagens aconteciam principalmente nas portas de escolas e universidades, mas também buscavam atingir outros públicos na entrada de shows e eventos esportivos, restaurantes e pizzarias, bares e boates, além de zonas de prostituição feminina e masculina⁹¹. Zezinho ia pessoalmente fazer campanha aonde muitos candidatos passavam longe, como nos pontos de prostituição de travestis⁹².

Uma das intervenções mais marcantes da campanha aconteceu durante o festival “Cio da Terra - 1º Encontro da Juventude Gaúcha”, realizado em Caxias do Sul em outubro de 1982, quando Zezinho foi convidado a debater o tema da legalização das drogas. O festival, dedicado ao debate de temas como feminismo, sexualidade, literatura, música, teatro, mídia, drogas e ecologia, ficou conhecido como o “Woodstock gaúcho”, dado o clima de acampamento libertário que dava o tom do evento⁹³. À noite, shows de música animavam os participantes. Embora a campanha de Zezinho fosse para a Câmara Municipal de Porto Alegre, a presença massiva de jovens da capital levou o comitê de campanha a participar em

⁹¹ Hameister, Marcelo D. Depoimento de Marcello Daisson Hameister [Ago. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Concedida pela internet.

⁹² LEMOS, Dinah. Depoimento de Dinah Lemos [Jan. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Concedida pela internet.

⁹³ Blog Cio da Terra. Disponível em <ciodaterra1982.blogspot.com>. Acessado em: 15 de janeiro de 2015.

peso. Foi uma oportunidade ímpar de distribuir materiais de campanha para um público que correspondia perfeitamente aos ideais defendidos pelo candidato⁹⁴.



Duas imagens retratam o festival Cio da Terra. Na primeira é possível ver Zezinho (ao centro, sem camisa, falando ao microfone) durante o debate sobre drogas. No canto superior direito, é possível identificar uma faixa da campanha “Desobedeça” com um dos slogans de campanha, “Anistia pra Maria”, que fazia referência à legalização da maconha. Um detalhe importante é que a fonte utilizada para os materiais de campanha era a mesma que havia ficado consagrada nos cartazes do Festival de Woodstock. A segunda imagem mostra um casal observando o acampamento onde dormiam os participantes do Cio da Terra. O encontro foi muito comparado com o Festival de Woodstock, mas ele teria sido mais próximo de um Fórum Social Mundial. **Fonte:** Blog Cio da Terra.

⁹⁴ Hameister, Marcelo D. Depoimento de Marcello Daisson Hameister [Ago. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Concedida pela internet.

Para arrecadar dinheiro, o comitê da campanha “Desobedeça”, que chegou a contar com uma centena de participantes, investia na venda de produtos como a já mencionada camiseta *batik* e uma bebida artesanal chamada “Cachaça das Diretas”, numa referência surpreendente à campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República, que só ganharia corpo nacionalmente a partir do ano seguinte, em 1983. A embalagem do produto alertava para o poder da bebida: “Aquele que derruba até general”. O capital inicial para a compra de material e impressão de panfletos vinha de doações dos próprios ativistas, que organizavam vaquinhas e festas direcionadas ao público jovem. O diretório estadual do PT só pagou o cartaz padrão, igual e nas mesmas cores para todos os candidatos⁹⁵.

O elemento distintivo da campanha estava na sua capacidade de dirigir repertórios de ação mais tradicionais, como panfletagens e debates para públicos segmentados, como estudantes, jovens, prostitutas e homossexuais. O uso de quadros interpretativos contraculturais dava conta de estabelecer o diálogo com os eleitores identificados com as causas libertárias. Porém, a ousadia da campanha residia nas festas, nas panfletagens em zonas de meretrício, na abordagem dos temas “malditos”, como a legalização das drogas e a homossexualidade, e na própria atitude do candidato e dos seus apoiadores, que personificavam eles mesmos a figura do jovem rebelde, “cabeludo”, “alternativo” e “desobediente”.

c) “Por uma vida alternativa” (Liszt Vieira)

No Rio de Janeiro, a campanha para deputado estadual do advogado Liszt Vieira também apostou na abordagem contracultural. Depois de quase dez anos exilado na França, onde entrou em contato com as ideias libertárias do maio de 1968, como a defesa do meio ambiente, o feminismo e a liberdade sexual (VIEIRA, 2008), Liszt voltou ao Brasil após a promulgação da Lei da Anistia. Engajou-se na fundação do PT no Rio de Janeiro em 1980 e, com o apoio de um núcleo de amigos também filiados ao partido, tornou-se candidato a deputado estadual nas eleições de 1982⁹⁶. O comitê de campanha era composto, em sua maioria, por funcionários públicos de empresas estatais, que representavam grande parte da base do PT carioca. Diferente do PT paulista, que possuía ampla base operária, o partido no Rio de Janeiro contava com um peso significativo da classe média empregada no serviço

⁹⁵ Hameister, Marcelo D. Depoimento de Marcello Daisson Hameister [Ago. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Concedida pela internet.

⁹⁶ NOGUEIRA COSTA, Fernando. Depoimento de Fernando Nogueira [Ago. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Concedida pela internet.

público - empresas estatais importantes, como a Petrobrás e a Telebrás, tinham a capital fluminense como sede⁹⁷. Entre os membros do comitê também figuravam outros ex-exilados que haviam participado ou colaborado com a luta armada, entre os quais o economista Carlos Minc, o jornalista e escritor Herbert Daniel, que, assim como Liszt, havia sido ex-integrante das organizações armadas Polop, Colina e Var-Palmares-VPR, e seu companheiro Cláudio Mesquita.

Todos os membros do comitê compartilhavam com Liszt os ideais socialistas e libertários incorporados durante o exílio⁹⁸. Criticavam os partidos de inspiração estalinista, defendiam a construção de um socialismo democrático, no qual a fonte das mudanças sociais fosse não apenas a transformação das relações de produção, mas também das relações sociais entre os homens - e dos homens com a natureza⁹⁹. A luta ecológica tinha um papel central no programa do candidato. A defesa de uma nova relação entre homem e natureza servia como pano de fundo conceitual para ilustrar outras bandeiras, como feminismo, combate ao racismo, liberdade sexual, descriminalização da maconha, direito à cidade e a participação popular.

A questão da homossexualidade era abordada dentro de um guarda-chuva libertário que incluía ainda as bandeiras supracitadas. O tema e o lema escolhidos para estampar os materiais do candidato foram, respectivamente, “Por uma vida alternativa” e “Um novo dia se levanta de um cotidiano triste”. A ideia era fazer uma campanha alegre, que dialogasse com o clima de expectativa gerado pela abertura política, com a novidade representada pela fundação do PT e com os anseios libertários da juventude. Daí a ideia de “um novo dia” que nasce de “um cotidiano triste” - de repressão, desigualdades sociais e restrições às liberdades individuais. O objetivo inicial da candidatura era legitimar as bandeiras libertárias perante a opinião pública¹⁰⁰. O clima das atividades de campanha era de “desbunde”, com muita música, colorido e descontração.

A “vida alternativa” anunciada no tema remetia aos ideais socialistas libertários defendidos por Liszt e Herbert. Remetia ao ideal de uma vida pautada em valores como

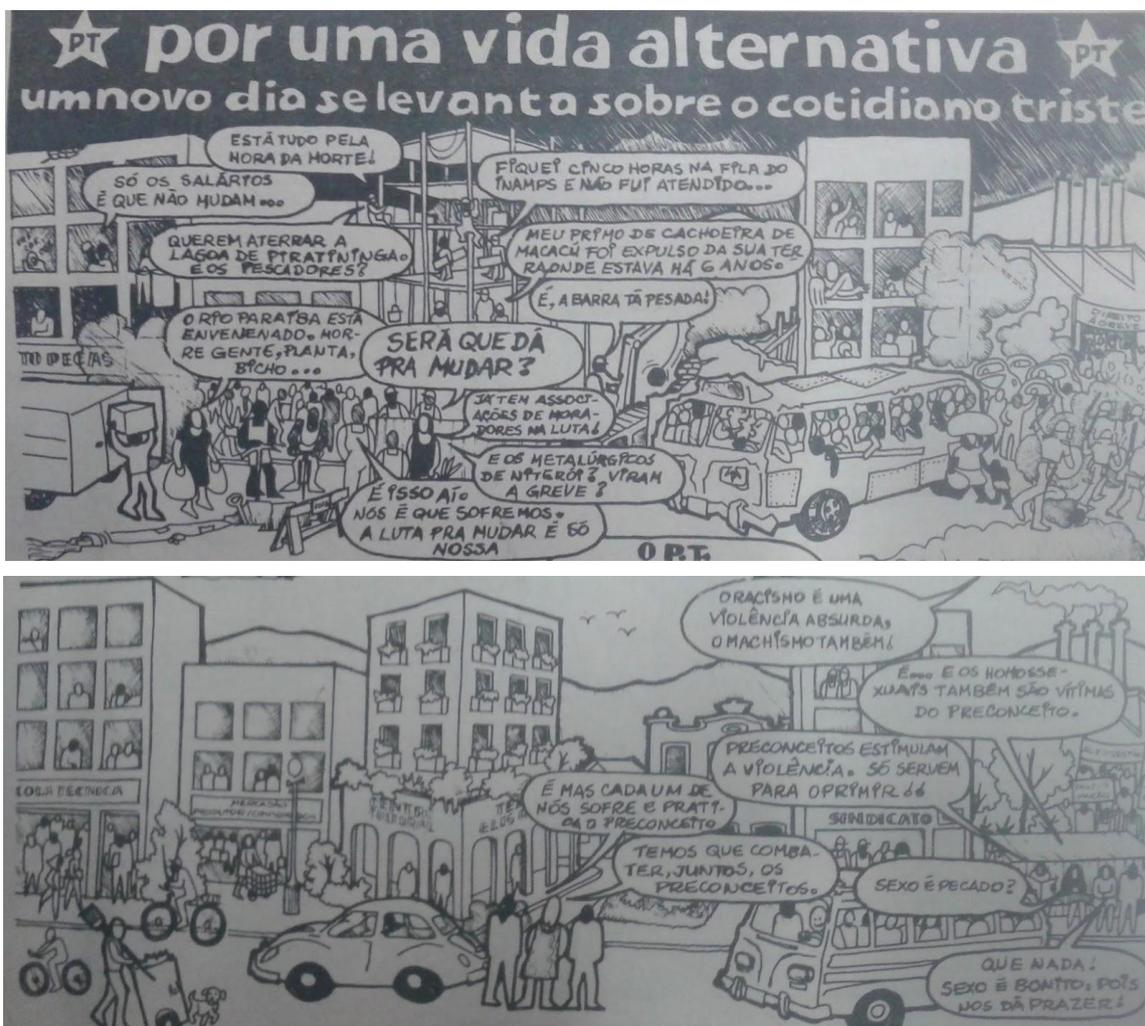
⁹⁷ NOGUEIRA COSTA, Fernando. Depoimento de Fernando Nogueira [Ago. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Concedida pela internet.

⁹⁸ “Herbert Daniel, um amigo inesquecível”, Blog do Fernando Nogueira Costa. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2011/12/17/herbert-daniel-amigo-inesquecivel/>>. Acessado em: 12 de fevereiro de 2015.

⁹⁹ NOGUEIRA COSTA, Fernando. Depoimento de Fernando Nogueira [Ago. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Concedida pela internet.

¹⁰⁰ NOGUEIRA COSTA, Fernando. Depoimento de Fernando Nogueira [Ago. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Concedida pela internet.

cidadania, respeito ao meio ambiente, às liberdades individuais, à liberdade de expressão e à democracia. Esta última era definida não apenas como a retomada de rotinas democráticas, mas como sinônimo de possibilidade real de participação política por parte dos cidadãos.



Detalhes da capa de um dos jornais distribuídos durante a campanha de Litsz para Deputado Estadual pelo PT do Rio de Janeiro em 1982. Na primeira imagem, é possível observar o tema e o lema da campanha no topo. Na segunda imagem, no canto inferior direito, personagens falam sobre o preconceito contra mulheres, negros e homossexuais. A arte feita por Cláudio Mesquita representava uma espécie de mosaico de aspirações democráticas que permeavam o programa do candidato. **Fonte:** Centro Sérgio Buarque de Holanda, Fundação Perseu Abramo.

Em última instância, o que estava em debate era uma revolução do modo de vida, em todos os sentidos. É interessante notar que, apesar de remeter também à ideia de “vida alternativa” muito presente no movimento *hippie* da década de 1960, a campanha evitava tratar o tema das liberdades individuais e do meio ambiente como um problema de fórum privado, que poderia ser resolvido a partir da adoção individual de um determinado modo de vida. O individual era sempre abordado como parte do social, como um debate político, que

precisava ser discutido pelo coletivo. As mudanças dependiam principalmente do engajamento político e, não menos importante, de uma mudança coletiva na forma de encarar questões como sexualidade, gênero e a relação com o meio ambiente.

Devido à preferência da campanha pela abordagem de temas considerados “alternativos” dentro do PT, como ecologia e homossexualidade, os membros do comitê de Liszt receberam dos colegas de partido o apelido de “veados verdes”. A reação tinha muito de resposta à repercussão alcançada pela campanha, que, apesar de se concentrar basicamente nos bairros da zona sul da cidade, aos poucos foi se tornando uma das candidaturas mais populares do partido na capital. A penetração nos bairros da zona norte, em locais de grande circulação de trabalhadores como a Central do Brasil, nas áreas metropolitanas e no interior eram mais complicadas, dado o conteúdo “vanguardista” da campanha.

O clima de “desbunde” deu o tom da candidatura. Ainda no primeiro semestre de 1982, os ativistas que se organizavam em torno da candidatura começaram a organizar festas temáticas para a arrecadação de fundos. Foram realizadas sete festas ao longo do ano, cada uma com um tema diferente, sempre relacionado aos movimentos contraculturais ou libertários. A primeira festa, regada a muito rock e tropicalismo, foi intitulada “Era uma vez 1968”, para celebrar o ano-chave dos movimentos de juventude e contracultura. Uma decoração com barricadas lembrava os protestos de rua ocorridos naquele ano em Paris e em outras cidades do mundo. As outras festas tiveram como tema o feminismo e o ativismo anti-nuclear¹⁰¹. Às vésperas das eleições, um show de travestis, chamado “Madame Satã pede bis”, foi encenado em apoio à campanha na Boite Casanova, na Lapa, em parceria com duas candidaturas que faziam dobradinha com Liszt: a de Lélia Gonzalez para deputada federal e a de Josafá Magalhães para vereador. Como se não bastassem as festas, as atividades de rua também tinham clima de folia. As passeatas com a participação do candidato mais pareciam bloquinhos de carnaval. As panfletagens nas praias da zona sul chamavam a atenção dos transeuntes, dada a animação e o colorido dos cartazes. Os ativistas acreditavam que a militância deveria ser uma atividade alegre, prazerosa, capaz de envolver a população e de atrair novos adeptos para a luta política. Chamavam isso de “Luta e Prazer”¹⁰².

¹⁰¹ NOGUEIRA COSTA, Fernando. Depoimento de Fernando Nogueira [Ago. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Concedida pela internet.

¹⁰² NOGUEIRA COSTA, Fernando. Depoimento de Fernando Nogueira [Ago. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Concedida pela internet.



Cartaz do show de travestis “Madame Satã pede bis”, realizado como parte das atividades de campanha da dobradinha petista formada por Litsz Vieira, Lélia Gonzalez e Josafá Magalhães. As referências à contracultura eram a marca da campanha de Litsz. **Fonte:** Centro Sérgio Buarque de Holanda, Fundação Perseu Abramo.

Com a proximidade do pleito, o comitê de campanha estava preocupado com a excessiva concentração na zona sul, onde a facilidade de dialogar com um público menos “careta” havia acomodado a maior parte das atividades de campanha. Concluíram então que os estudantes universitários eram o setor que havia acenado mais positivamente às propostas de Litsz e que as últimas semanas de campanha deveriam ser preenchidas com a realização de panfletagens nas portas de universidades de todas as zonas da cidade. A estratégia tinha como objetivo atingir outros públicos para além dos jovens, intelectuais e trabalhadores de classe

média, os chamados “moderninhos” da zona sul. Uma vez que os estudantes universitários residiam em diversos bairros da cidade, a expectativa era que levassem os materiais de campanha para casa, alcançando vizinhos e familiares¹⁰³.

Dois elementos chamam a atenção na análise dos repertórios da campanha de Liszt. Em primeiro lugar, a aposta declarada na contracultura não apenas como modo de vida, mas como prática política. Em contraposição à esquerda tradicional, que apreendia os movimentos contraculturais como expressão de uma juventude alienada, Liszt Vieira, Herbert Daniel e seus companheiros traziam a estética do desbunde para dentro da arena partidária, mostrando na prática que a subversão era uma forma de resistência política.

Em segundo lugar, a noção de “Luta e Prazer”, que dissolvia as barreiras entre cultura e política, trazendo o engajamento para um terreno lúdico, desconstruía a ideia do fazer político como uma atividade chata, distante da realidade do cidadão comum ou pautada no sacrifício militante, tão presente nas organizações de luta armada, das quais vieram Liszt e Herbert. Para um partido de esquerda que se pretendia novo, a campanha de Liszt desempenhava um papel simbólico importante, pois conferia ao PT um verniz de jovialidade, de partido aberto aos novos debates e práticas e menos engessado que as antigas agremiações comunistas. Nesse sentido, é compreensível que, apesar de não concordar plenamente com o tom da campanha, os setores mais “obreiristas” do partido não se opunham diretamente a ela, pois entendiam que, além de trazer votos, a candidatura de Liszt contribuía para reforçar a imagem do PT enquanto novidade no cenário político eleitoral.

Também no Rio de Janeiro, a ativista negra Lélia Gonzales¹⁰⁴ saiu em defesa da causa homossexual em sua campanha para deputada federal, mas sua candidatura era mais focada nas questões de raça, gênero e classe, com destaque para a luta da mulher negra, moradora da periferia.

d) “Desobedeça!” (Caterina Koltai)

Em São Paulo, uma das campanhas mais destacadas na defesa da causa homossexual foi a da socióloga Caterina Koltai. De volta ao Brasil pouco antes da Anistia depois de quase uma década de autoexílio na Europa, Caterina sentiu dificuldades de se readaptar ao país

¹⁰³ NOGUEIRA COSTA, Fernando. Depoimento de Fernando Nogueira [Ago. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Concedida pela internet.

¹⁰⁴ Em um dos panfletos distribuídos aos eleitores, Lélia falava de “cidadania para todos”. Denunciava a segregação dos homossexuais do espaço público e criticava tratamento estigmatizante conferido a gays, lésbicas e travestis por parte da imprensa. Entre as suas propostas de campanha, estava a abolição do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do INAMPS, que sustentava a noção de homossexualidade como patologia.

“porque o grosso das pessoas não tinham voltado e as que ficaram aqui durante o período Médice (*sic*) só falavam de dinheiro e de trabalho (...) não dava pra transar nada junto”¹⁰⁵. Com a fundação do PT em 1980, “a única razão por que valia a pena ficar no Brasil”¹⁰⁶, Koltai ingressou no partido para lutar pela democratização do país e garantir que a nova agremiação incluísse em seu programa causas libertárias, como a descriminalização da maconha, a legalização do aborto e a liberdade sexual.

Em 1982, tornou-se candidata ao cargo de vereadora da capital paulista. O *slogan* escolhido para a campanha foi “Desobedeça”. Entretanto, não há indícios de que a escolha tenha tido alguma relação com a campanha de Zezinho para vereador em Porto Alegre. A referência de Caterina teria sido o Partido Radical Italiano¹⁰⁷, “um partido baseado na ideia da desobediência civil” (DELAMANTO, 2012: 185). Participavam do comitê de campanha jovens, estudantes, artistas e intelectuais, muitos dos quais gays, lésbicas ou bissexuais. As pautas defendidas pela candidata eram apresentadas em um panfleto de inspiração estética contracultural, que convidava os eleitores a rebelarem-se contra todo tipo de opressão.

DESOSBEDEÇA à ordem de provar que você não é criminoso só porque é negro; nem objeto de uso porque é 'a mulata'. Sejamos iguais como dizem que somos pela lei; DESOSBEDEÇA à ordem de que só com pessoas do sexo oposto é que o amor é permitido e que você deve participar do apedrejamento de todos os 'diferentes'. DESOSBEDEÇA à ordem de que o seu corpo não é seu, mas pertence 'aos outros'. O aborto deve ser opção sua, lute por sua legalização. DESOSBEDEÇA à ordem de que divertir-se em praça pública, dançar, ouvir música, ver teatro, só pode nos anos bissextos e nos dois metros de espaço designados pelo delegado do bairro. DESOSBEDEÇA à ordem de poluir o ar, ensurdecer seus ouvidos, enfeiar seu horizonte, envenenar-se dia a dia e morrer da moderníssima contaminação atômica”. DESOSBEDEÇA à ordem dos que querem regulamentar o seu prazer: lute pela descriminalização da maconha, porque 'o mal é o que sai da boca do homem'¹⁰⁸.

O conteúdo do panfleto não demorou a chamar a atenção dos meios de comunicação, da repressão e dos setores conservadores da sociedade. Tão logo a campanha saiu às ruas, foi iniciada também uma campanha contrária à candidatura por parte da radialista Ercy Ayala que, em seu programa na Rádio Bandeirantes, acusou Koltai de incentivar o consumo de drogas. Outras emissoras, como Rádio Gazeta, Capital, Mulher e Globo, também reproduziram a acusação. Com a polêmica, o TRE acatou, em 7 de outubro de 1982, um

¹⁰⁵ “A liberalização total”, Folha de São Paulo. 21 de novembro de 1982. Caderno Mulher, p. 11.

¹⁰⁶ “A liberalização total”, Folha de São Paulo. 21 de novembro de 1982. Caderno Mulher, p. 11.

¹⁰⁷ Keck (1991: 201) nota que o slogan “Desobedeça” escolhido por Koltai também é idêntico ao dos candidatos do Partido Verde alemão.

¹⁰⁸ Panfleto “Desobedeça”. Fonte: Centro Sérgio Buarque de Holanda, Fundação Perseu Abramo.

requerimento da Divisão de Entorpecentes que solicitava ao tribunal que recolhesse o panfleto “Desobedeça”¹⁰⁹. Koltai foi processada com base no inciso 3 do parágrafo 2º do artigo 12 da Lei nº 6.368 de 1976, que determina “quem contribui de qualquer forma para incentivar ou difundir o uso indevido ou o tráfico ilícito de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica”¹¹⁰. Em relação às acusações, Koltai declarou: “Não quero que ninguém que não esteja a fim de fumar maconha fume, mas quem quiser deve, porque é seu direito”¹¹¹.

Em relação à sexualidade, Koltai defendia “que todo mundo nascia bissexual”¹¹². Um dos panfletos trazia em destaque a frase “Por uma sociedade em que os seus sonhos não se realizem só dormindo”. Nesse sentido, além do quadro interpretativo da desobediência civil, chama a atenção o apelo à realização de utopias. Koltai colocava na ordem do dia as causas libertárias, aquelas que a esquerda tradicional não estava preocupada em discutir e tratava como assuntos a serem resolvidos “depois da revolução”. A construção de uma sociedade utópica, na qual os sonhos de cada cidadão, tornar-se-iam realidade, deveria começar imediatamente, por meio do ato da desobediência civil.

Os quadros interpretativos inspirados no maio de 1968 e na ideia de desobediência civil em nada se chocavam com as convicções parlamentaristas da candidata, que acreditava na possibilidade de mudança social progressiva por meio da aprovação de leis dentro de uma democracia representativa. Definia-se como “socialista, mas com uma visão do socialismo libertário”¹¹³, gostava dos *punks*, de quem recebeu apoio durante a campanha, admirava a atitude *Flower Power* do movimento *hippie* e rejeitava a luta armada. “A batalha no Brasil é parlamentar. As revoluções acabam por substituir um sistema totalitário por outro”¹¹⁴. A principal proposta de campanha de Koltai era a criação de um “SOS das liberdades individuais”, no qual todos os que sofressem qualquer tipo de violência, mulheres, homossexuais, negros, teriam assessoria jurídica, com plantão funcionando 24 horas por dia¹¹⁵.

¹⁰⁹ “O Panfleto Proibido”. Fonte: Centro Sérgio Buarque de Holanda, Fundação Perseu Abramo.

¹¹⁰ “O Panfleto Desobedeça”, Folha de São Paulo. 8 de dezembro de 1982.

¹¹¹ “A liberalização total”, Folha de São Paulo. 21 de novembro de 1982. Caderno Mulher, p. 11.

¹¹² “A liberalização total”, Folha de São Paulo. 21 de novembro de 1982. Caderno Mulher, p. 11.

¹¹³ “A liberalização total”, Folha de São Paulo. 21 de novembro de 1982. Caderno Mulher, p. 11.

¹¹⁴ “A liberalização total”, Folha de São Paulo. 21 de novembro de 1982. Caderno Mulher, p. 11.

¹¹⁵ “Homossexuais procuram o apoio dos candidatos”, O Estado de S. Paulo. 24 de Outubro de 1982, p. 2.

NÃO DISCUTA — Nossa terra tem palmeiras onde canta o sabiá. É preciso explorar a natureza racionalmente. Com detergentes, reatores nucleares e polos petroquímicos. O progresso tem seu preço. Visite Cubatão. Respire fundo o ar de São Paulo.

OBEDEÇA — Seja um negro de coração branco. Preto não é flor que se cheire. Principalmente depois das seis da tarde.

NÃO DISCUTA — O trabalhador brasileiro não tem condições de se governar. O povo é mal cheiroso, preguiçoso e não faz nada para melhorar a situação. Um dois três, malandro não tem vez.

OBEDEÇA — Somente através do armamentismo e das guerras é que se pode viver em paz. Seu filho necessita pegar em armas para defender nosso bem estar.

NÃO DISCUTA — Em defesa da honra, da moral e dos bons costumes, massacre sua mulher, seus filhos, seu vizinho. Se você não tem vergonha na cara, nem em outros lugares, não ande pela cidade. Não atralhe a paz reinante.

OBEDEÇA — Leve diariamente um drogado ao banco dos réus. Todo drogado é criminoso, devendo ser enquadrado e tratado como tal. Com uma cajadada só mate dois coelhos. Ponha em cana também homossexuais, prostitutas, loucos e travestis. Sempre que souber de alguém que não obedece, passe o nome e o endereço às autoridades. Para sua maior segurança e tranqüilidade.

NÃO DISCUTA — Sexo é coisa de bordel. E sexualidade não é assunto de casa de família.

OBEDEÇA — A crise econômica é igual para todos. Seu patrão também está na pior. Aperte o cinto de forma democrática. Almoce e jante diariamente e se vista com dignidade. Tenha sempre carne e leite em casa. Pague suas contas em dia e poupe o seu salário. Não reclame. A culpa é sua. Todo mundo tem sua cruz.

NÃO DISCUTA — O mundo está bem do jeito que tá. Se você não está satisfeito com ele, que vá para a lua.

OBEDEÇA — Você não deve se manifestar, nem discutir, nem se reunir e nem se organizar. Reivindicar, então, nem pensar. Eleição é que nem lólo. De vez em quando entra em cena como promoção da coca-cola.

ob#edesca

O panfleto “Desobedeça” problematizava diversas questões sociais como a opressão à mulher, o racismo, a sexualidade, o proibicionismo, as guerras e os efeitos da crise econômica. **Fonte:** Centro Sérgio Buarque de Holanda, Fundação Perseu Abramo.

Quanto aos repertórios de ação, a campanha de Caterina ficou conhecida pela realização de festas regadas a muito *rock and roll* e tropicália. A menos de dois meses das eleições, os jornais noticiavam que o clima da campanha eleitoral em São Paulo era animado, com “festas, churrascos, forrós, bingos, trios elétricos, shows, ruas transformadas em feiras livres de propagandas de candidatos e carros enfeitados como árvores de natal” patrocinados por todos os partidos. Mas, enquanto os partidos de direita serviam “comes e bebes”

gratuitamente para a população, os partidos de oposição cobravam contribuições de seus simpatizantes, transformando as festas em uma das principais fontes de renda para as candidaturas¹¹⁶. Por conta disso, as campanhas petistas foram denominadas pelos jornais como “festivais étílicos opositoristas”. O partido chegava a promover de quatro a seis festas por semana, sempre com ingressos a preços populares. Uma das festas libertárias realizadas por Caterina Koltai, realizada numa mansão no Jardim América, ganhou as páginas da *Folha de S. Paulo*. Na ocasião, “estava a moçada *jeunesse dorée* e “bicho grilo” de todos os sexos, pulando ao som de Gilberto Gil e “rock paulista”. A ordem era dançar e não sobrou espaço para quem quisesse ficar parado”¹¹⁷.

Mas nem só de festas era feita a campanha de Koltai. Depois de ter o panfleto recolhido pelo TRE e se tornar alvo de um processo judicial por incentivo ao consumo de drogas, a campanha passou a investir em repertórios voltados aos meios de comunicação, como a convocação de uma coletiva de imprensa¹¹⁸, para que a socióloga pudesse defender a sua versão dos fatos sobre o polêmico panfleto, além da cessão de entrevistas para jornais da grande imprensa. Um novo panfleto¹¹⁹ foi produzido, denunciando a campanha de difamação promovida pela Rádio Bandeirantes, que teria estimulado a ação do Departamento de Entorpecentes e do TRE. Nele, a candidata argumentava que estava sendo vítima da Lei Falcão, que impedia os candidatos de manifestarem suas ideias no rádio e na televisão, mas não impedia os mesmos meios de comunicação de distorcer informações sobre as candidaturas.

Também foi convocado um ato público em defesa da campanha, realizado na Praça Benedito Calixto, em Pinheiros, local de frequência da juventude universitária e do público alternativo, onde funcionava o escritório do PT. Na ocasião, foi lançado um abaixo-assinado pela liberação do “panfleto proibido”¹²⁰. Apesar do tom defensivo assumido pela campanha após o episódio da intervenção da polícia e da Justiça Eleitoral, a campanha de Caterina guarda semelhanças com as demais campanhas analisadas, na medida em que se valeu da utilização de repertórios comuns às rotinas eleitorais em favor de uma prática política rebelde, desobediente e libertária. As festas aparecem com destaque, sugerindo que o engajamento político também era encarado como fonte de prazer e diversão.

¹¹⁶ “Os partidos fazem a festa”, *Folha de S. Paulo*. 3 de dezembro de 1982.

¹¹⁷ “A boemia engajada se deleita”, *Folha de S. Paulo*. 3 de dezembro de 1982, p. 10.

¹¹⁸ “Petista nega incentivo ao uso de droga”, *O Estado de S. Paulo*, 16 de outubro de 1982.

¹¹⁹ “O Panfleto Proibido”. Fonte: Centro Sérgio Buarque de Holanda, Fundação Perseu Abramo.

¹²⁰ “Petista nega incentivo ao uso de droga”, *O Estado de S. Paulo*, 16 de outubro de 1982.

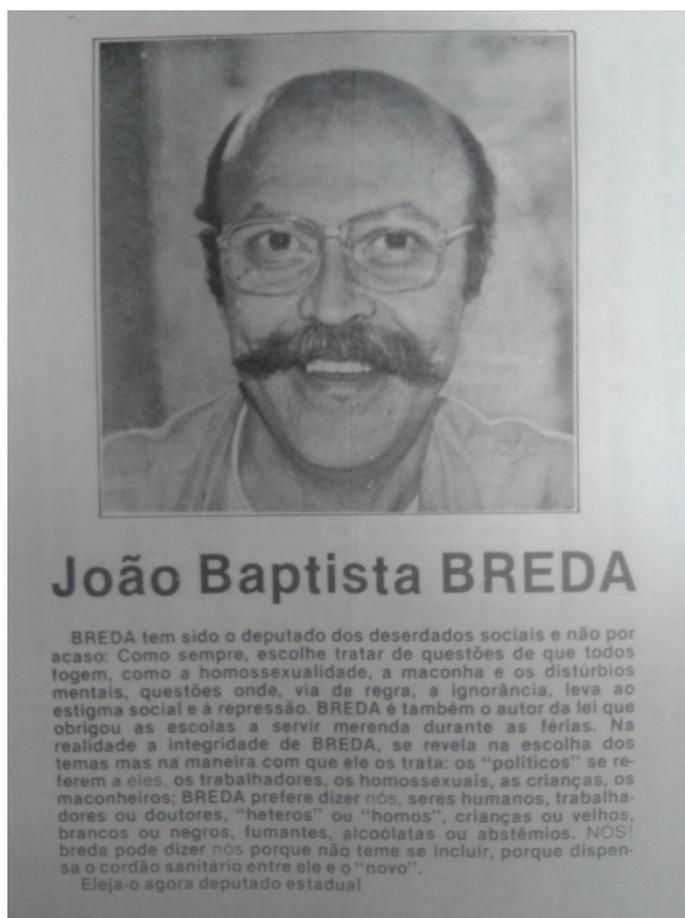
e) “Prazer para todos” (João Baptista Breda)

Também em São Paulo, um candidato assumidamente homossexual levantou a bandeira da liberdade sexual como tema de campanha. Foi o psiquiatra João Baptista Breda, que tentava a reeleição ao cargo de Deputado Estadual. Breda assumiu sua homossexualidade durante o mandato para o qual foi eleito em 1978, pelo MDB, chamando a atenção da imprensa. Colaborava ocasionalmente com o jornal *Lampião da Esquina*. Em 1980, foi aliado do movimento homossexual durante a mobilização contra a “Operação Limpeza”, convocando o delegado Wilson Richetti a depor no Conselho Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em junho daquele ano. Com a fundação do PT, trocou de partido e passou a integrar o grupo político que se organizava em torno do também deputado estadual Eduardo Suplicy, que tinha como origem o MDB.

Em 1982, sua campanha intitulada “Prazer para todos” (DE LA DEHESA, 2010), em referência à ideia de liberação sexual ampla, presente do movimento homossexual da época, pautava uma série de temas relacionados aos direitos humanos, como sexualidade, direitos da criança e do adolescente, encarceramento em massa, luta anti-manicomial, descriminalização da maconha e preservação do meio ambiente. Apesar dos raros registros sobre a campanha de Breda, um fanzine encontrado no Centro Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu Abramo, revela o tom “desbundado” da candidatura, que se utilizava de bom humor para satirizar o tratamento dado à esquerda aos “pequenos dramas da modernidade”, como eram chamadas as pautas libertárias pelos socialistas mais ortodoxos, e convocar os eleitores a participarem das atividades de campanha. “Não seja brega, seja Breda”, aconselhava o candidato por meio do material. O slogan escolhido foi “Prazer para todos”, que sugeria a ideia de uma liberação sexual ampla, opção que revela a preocupação em dialogar com outros públicos.

Breda apostava em atividades lúdicas para divulgar sua campanha à reeleição para a Assembleia Legislativa de São Paulo, a exemplo de um evento realizado em 12 de outubro de 1982 na Praça Benedito Calixto, cuja programação incluía atividades para crianças, um show de música e uma caminhada até a Marginal Pinheiros, onde uma espécie de performance coletiva convocava os apoiadores da candidatura a colorir o Rio Pinheiros com mil bexigas coloridas. “Neste dia ainda será apurado o plebiscito da utilização ou não de Energia Nuclear. Caximbo, só da Paz”, informava o material, evitando a referência direta ao consumo de maconha. Em tom de deboche, o material também propõe a prisão de Paulo Maluf e de outros

políticos de direita ao anunciar a realização de uma atividade para debater a apresentação das propostas do PT sobre a questão da segurança pública¹²¹.



A imagem mostra um panfleto no estilo "santinho" de João Baptista Breda, com uma breve apresentação do candidato. **Fonte:** Centro Sérgio Buarque de Holanda, Fundação Perseu Abramo.

Outras campanhas petistas declararam apoio à causa dos homossexuais em São Paulo. José Genoíno, candidato à deputado federal; Iredé Cardoso, candidata a vereadora; Eduardo Suplicy, candidato à reeleição para deputado estadual e Cláudio Monteiro, candidato a vereador, foram alguns dos aliados identificados durante a pesquisa empírica.

A Convergência Socialista, que nos anos anteriores havia sido a tendência percursora do debate homossexual dentro do PT paulista com a Facção Homossexual, lançou como candidato a deputado federal o presidente da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (UMES) Henrique Carneiro, que havia sido membro da Facção Homossexual. Entretanto, o debate sobre liberdades individuais e temas como feminismo, legalização das drogas e discriminação aos homossexuais não foram o foco da candidatura, que girava em

¹²¹ Fonte: Centro Sérgio Buarque de Holanda, Fundação Perseu Abramo.

torno de três linhas definidas pela direção da organização como prioritárias para o período: a derrubada do regime militar, a realização de uma Constituinte e as questões internacionais. Em função da estrutura centralizada da CS, cujo comitê central definia as diretrizes da atuação política dos militantes, Carneiro foi orientado a saudar apenas ocasionalmente a luta das mulheres e dos homossexuais (DELMANTO, 2012). Em 1982, James Green não estava mais no Brasil e Hiro Okita havia assumido outras tarefas na CS, o que explica, em alguma medida, a desmobilização da Facção Homossexual durante o pleito de 1982.

5.3. A Ressaca das Urnas: Desilusões e aprendizados

Passado o 15 de novembro, a animação do processo eleitoral foi substituída pela ressaca das urnas. O PDS, partido de apoio do governo, elegeu 12 governadores dos 22 estados e obteve mais de um terço das cadeiras da Câmara Federal. Com ampla maioria nas Assembleias Legislativas estaduais, o PDS garantiu ainda maioria no Colégio Eleitoral que elegeria o sucessor do presidente Figueiredo em 1985, num duro golpe ao processo de transição política que se desenrolava. O resultado para os partidos de oposição foi bom, especialmente nas zonas urbanas. Mas o PMDB hegemonizou os votos contrários ao regime, deixando os petistas bastante frustrados. Ainda assim, o PT elegeu uma bancada com oito deputados para a Câmara Federal, dos quais seis eram de São Paulo (incluindo José Genoíno, que havia declarado apoio público ao movimento homossexual), um do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais. Para as Assembleias Legislativas, foram eleitos doze candidatos, 78 vereadores em 39 municípios e dois prefeitos nas cidades de Diadema, em São Paulo, e Santa Quitéria, no Maranhão. Lula, a maior liderança do partido, ficou em quarto lugar na disputa pelo Governo do Estado de São Paulo, com 9,87% dos votos (KECK, 1991). Diante dos resultados, o PT enfrentou um longo período de balanços e reflexões acerca das táticas adotadas na campanha eleitoral.

A literatura (CARDOSO, 1998; KECK, 1991; DE LA DEHESA, 2010; SECCO, 2011) atribui o suposto fracasso das campanhas petistas em 1982 à inexperiência dos candidatos, muitos deles oriundos dos movimentos sociais e com pouca habilidade em lidar com as rotinas e linguagens comuns aos processos eleitorais. As campanhas também teriam pecado pela excessiva segmentação, falando a setores sociais muito específicos que, em alguns casos, não representavam um contingente eleitoral sólido. Entre as candidaturas analisadas neste trabalho, apenas uma delas chegou a garantir uma cadeira no legislativo. Foi a de Liszt Vieira, no Rio de Janeiro, que se tornou um dos primeiros petistas a ocupar um cargo na

Assembleia Legislativa daquele estado. José Carlos Dias de Oliveira, o Zezinho, foi o terceiro mais votado entre os candidatos à vereança pelo PT de Porto Alegre, e chegou perto de garantir a suplência. Em Minas Gerais, Edson Nunes não conseguiu realizar o sonho de se tornar o primeiro deputado federal assumidamente gay a defender a causa no Congresso Nacional. João Baptista Breda não se reelegeu para a Assembleia Legislativa de São Paulo. Caterina Koltai foi bem votada, mas foram outras três mulheres quem ocuparam as vagas do PT na Câmara Municipal de São Paulo: Luiza Erundina, Teresa Lajolo e Irede Cardoso, esta última conhecida apoiadora da causa homossexual.

O jornalista mineiro Délcio Monteiro de Lima discute, no ensaio intitulado “Um festival de derrotas”¹²², os motivos que levaram as candidaturas de homossexuais assumidos à suposta rejeição na arena eleitoral em 1982. Ele atribui os resultados à inexperiência dos ativistas, que, supostamente, “não souberam adequar suas plataformas, nem as adequar em mensagens acessíveis as grandes massas” e “falavam uma linguagem hermética, elitizada” (LIMA, 1983: 185). Também aponta que houve um erro de avaliação política dos candidatos, que teriam exagerado no otimismo quanto ao comportamento do colégio eleitoral, onde acreditavam existir cerca de 10% de homossexuais, todos eles potenciais eleitores. A eleição de candidatos aliados, como Liszt Vieira e Irede Cardoso, não teria sido indicativo de que a inclusão das bandeiras dos homossexuais em plataformas de campanha havia garantido bons resultados eleitorais, uma vez que “se servisse, os candidatos homossexuais assumidos seriam seus beneficiários diretos” (LIMA, 1983: 184).

O jornalista conclui que as campanhas voltadas diretamente ao público homossexual fracassaram porque faltava aos homossexuais, enquanto “minorias políticas”, os anos de vida comunitária e militância efetiva observada entre os negros dos países ocidentais. Os homossexuais, ao contrário dos negros, tenderiam a assumir posições políticas mais conservadoras, devido ao fato de muitos deles ocuparem posições privilegiadas “nos escalões de decisão da sociedade capitalista” (LIMA, 1983: 184). Ele propõe, como saída, “conscientizar a urgência da emergência desse poder latente”, a partir do desenvolvimento de uma ação política capaz de quebrar a resistência dos setores que ainda se negavam a enxergar as evidências “da revolução sexual operada em nossos dias” (LIMA, 1983: 184).

As observações de Délcio vão ao encontro de alguns elementos constitutivos da identidade gay brasileira discutidos no Capítulo 2. Como apontado por Parker (2002), a constituição das comunidades gays no Brasil na década de 1980 foi bastante limitada pela

¹²² O ensaio faz parte da coletânea “Os homoeróticos” (1983)

incidência da política autoritária, que persistia mesmo sob a abertura, e pela crescente recessão econômica. O argumento faz sentido na medida em que, em 1982, ativistas homossexuais ainda atuavam sob o medo da repressão política. A recessão econômica restringia as possibilidades financeiras do movimento e das campanhas eleitorais. Os meios de comunicação atuavam como linha auxiliar do regime, boicotando, perseguindo ou contribuindo para a desinformação sobre as candidaturas, com o auxílio da Lei Falcão. O voto vinculado estabelecido pelos pacotes eleitorais acirrava a disputa interna dentro dos partidos, obrigando as candidaturas petistas a disputarem votos entre si mesmas. Havia oportunidades, mas as restrições eram abundantes.



O cartum, criado para a campanha de Edson Nunes (autor desconhecido), retrata a desconfiança da comunidade homossexual em relação a candidatura. **Fonte:** MACHADO, Frederico Viana. *Muito além do Arco-Íris: A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado*. Dissertação de mestrado em Psicologia apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2007.

Parker (2002) argumenta que, somente no final da década de 1980, a capilarização de um mercado gay nas pequenas e médias cidades brasileiras, que veio para substituir as ruas e locais de “pegação” como centro da vida gay, e a organização do movimento em torno de políticas de prevenção e combate ao HIV/Aids permitiram a consolidação de comunidades gays politicamente organizadas. Nesse sentido, o movimento homossexual da virada dos anos 1970 para os 1980, ao levantar a bandeira da liberação sexual na arena eleitoral, carecia do apoio de uma comunidade gay politicamente organizada. Sem o apoio de uma base social sólida dotada de estruturas organizativas, e atuando sob constrangimentos que iam desde uma legislação eleitoral restritiva até a relativa indiferença dos setores dirigentes do partido, as

candidaturas que pautaram a causa homossexual terminaram o período eleitoral muito aquém do que se esperava delas em termos numéricos.

O sucesso da campanha da ativista negra Lélia Gonzalez no Rio de Janeiro, que, por muito pouco não se elegeu para a Câmara dos Deputados, corrobora com a tese de Délcio (1983) de que o apoio da comunidade negra foi definitivo para o sucesso de candidaturas pautadas no combate ao racismo. Para ficar num exemplo bem próximo, a ativista negra Benedita da Silva foi eleita vereadora pelo PT do Rio de Janeiro com uma campanha semelhante à de Lélia, com quem fazia “dobradinha”. Observa-se que as campanhas mais bem-sucedidas em termos de votos foram aquelas que inseriram a questão homossexual dentro do guarda-chuva libertário mais amplo, evitando, mesmo que sem intenção, focar o programa exclusivamente na afirmação da identidade homossexual ou das “minorias”. Liszt Vieira foi eleito deputado estadual a despeito da reprovação de setores mais “obreiristas” do PT carioca e Zezinho, com toda a rebeldia de sua candidatura, surpreendeu em número de votos em Porto Alegre. A campanha de difamação dirigida a Caterina Koltai por parte dos meios de comunicação certamente influenciou na sua não eleição. Porém, a julgar pelo fato de que outras candidaturas, como a de João Baptista Breda, abordaram os mesmos temas e não sofreram o mesmo tipo de perseguição, fica implícito um certo sexismo em relação à candidata. Certamente, a atitude pública assumida por uma mulher na defesa do aborto, da descriminalização da maconha e da homossexualidade teve mais impacto entre os setores conservadores do que os “cabeludos” gaúchos ou os “veados verdes” cariocas¹²³.

Talvez em menor escala, outro fator pode ter lançado uma cortina de fumaça sobre o debate acerca da discriminação aos homossexuais nas eleições de 1982. Decididos a obter votos a qualquer custo, os partidos de direita também testaram o potencial eleitoral dos homossexuais realizando atividades em locais de frequência gay e lésbica e lançando candidatos assumidos em algumas cidades. Em São Paulo, o PDS realizava comícios e shows

¹²³ Interessado em mapear o resultado das iniciativas colocadas em prática no Brasil naquele ano, o ativista João Antônio Mascarenhas contabilizou, ao final das eleições, o número de candidatos que, de alguma maneira, apoiaram o movimento homossexual por meio de suas candidaturas. Os apoios foram classificados em quatro categorias: a) os que fizeram declarações públicas apoiando as reivindicações dos homossexuais na mídia ou em materiais de campanha; b) os que assinaram a petição contra o artigo 302 do Inamps, mas que não se apresentaram enquanto apoiadores públicos durante a campanha; c) os que não assinaram a petição, mas declararam apoio em âmbito privado e d) os que se apresentaram enquanto assumidamente homossexuais. De La Dehesa (2010:97) destaca que o total de apoiadores, cinquenta e quatro, representa um salto gigantesco em relação às eleições anteriores, realizadas quatro anos antes, quando apenas um candidato havia mencionado apoio à causa homossexual, mas lembra que desse total apenas dezesseis nomes chegaram a se eleger, o que corresponde a 30% do total de apoiadores. Como ressalta De La Dehesa (cf. Idem), o levantamento de Mascarenhas possivelmente é incompleto, dadas as limitações tecnológicas da época. Uma breve comparação com o número de candidaturas de interesse e aliadas citadas neste trabalho indica que o quadro era inconcluso.

dirigidos à comunidade em lugares como a Praça da República¹²⁴. Lima (1983) cita um candidato chamado Ozy Fogaça, do PSD, a respeito do qual não foram encontradas outras informações, mas que teria concorrido, sem sucesso, a uma vaga na Câmara Municipal de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Outro candidato assumidamente gay foi lançado pelo PSD, mas para concorrer a uma vaga na Câmara Municipal de Curitiba. Nemécio Muller, de 25 anos, apontado pelos jornais da cidade como líder da comunidade gay da capital paranaense, não contava com o apoio da cúpula do partido. Contudo, diante dos 24 mil votos que ele esperava receber da população homossexual da cidade, o PDS resolvera tolerar a candidatura. “Não se pode deixar as minorias de fora”¹²⁵, ponderou Oscar Alves, candidato a deputado federal e dirigente do partido em Curitiba. A banalização do debate homossexual na imprensa e a entrada de gays, lésbicas, bissexuais e travestis no cálculo eleitoral dos partidos como potenciais eleitores afetava, de algum modo, a percepção da audiência sobre o debate e dificultava o trabalho das candidaturas petistas em se diferenciar do oportunismo de direita.

O fato dessas campanhas não terem obtido o sucesso esperado em termos eleitorais não significa, no entanto, que a experiência acumulada não tenha sido exitosa em termos políticos. As eleições de 1982 marcaram, de certo modo, o encerramento do ciclo de protestos pela democratização, iniciado na passagem dos anos 1970 para os 1980. Para Tarrow (1995), o final de um ciclo de protestos quase sempre é marcado por dissenso, desilusões e um intenso período de revisão das estratégias adotadas. Em que pese o sentimento de derrota assumido por certos atores, o engajamento na arena eleitoral funcionou como um laboratório no qual ativistas experimentaram novos repertórios de ação e novos enquadramentos interpretativos, os quais permitiriam, nos anos seguintes, uma mudança de perfil do movimento homossexual brasileiro. Ainda que altamente referenciados na estética do “desbunde” e da liberação sexual, característicos do movimento homossexual nos seus anos de formação, os quadros interpretativos e repertórios de ação experimentados pelas campanhas de Edson Nunes, Zezinho, Liszt Vieira, Caterina Koltai e João Baptista Breda trouxeram inovações e apontaram novos caminhos para o ativismo gay e lésbico.

A incursão na arena eleitoral trouxe o desafio de adequar os esquemas discursivos do movimento para o terreno da ação institucional. De modo geral, a estratégia adotada pelos candidatos e seus apoiadores foi conectar quadros interpretativos contraculturais com outros

¹²⁴ “Homossexuais procuram o apoio dos candidatos”, O Estado de S. Paulo. 24 de Outubro de 1982, p. 2.

¹²⁵ “Candidato gay”, Jornal Folha da Praia. 20 a 27 de junho de 1982.

comuns à tradição da esquerda. Esse esforço fica evidente em campanhas como a de Zezinho, que misturava questões redistributivas como a reforma agrária com a defesa da liberdade sexual e a descriminalização da maconha, dando a estes temas um tratamento equânime. Dessa forma, as campanhas alargavam os limites da política ao apresentar temas tidos como exclusivos da esfera privada como sendo de interesse público. O quadro na página a seguir sistematiza os slogans analisados a partir de três matrizes principais: a mensagem geral, a definição do problema e a definição dos opositores.

Quadro 5.2: Quadros Interpretativos das candidaturas de interesse ou aliadas (Eleições de 1982)

Candidatos	Slogans	Mensagem geral	Definição do Conflito	Definição dos Opositores
Edson Nunes	“Viva o Amor”	O amor é maior que o preconceito, que deve ser combatido.	O conflito estava tanto na sociedade moralista quanto na arena política, de onde vinham ameaças às liberdades individuais.	Apesar do forte apelo contra o preconceito societário, o regime militar aparece como principal opositor.
Zezinho e Caterina Koltai	“Desobedeça”	Posicionar-se contra todo o tipo de injustiça; lutar pela transformação da sociedade.	O conflito estava na sociedade moralista e no Estado, que restringia as liberdades individuais.	O principal opositor é o regime militar e os valores moralistas e produtivistas da sociedade.
Liszt Vieira	“Por uma vida alternativa”	Lutar por uma sociedade radicalmente diferente, que beneficie a vida e o bem-estar das pessoas.	O conflito estava na sociedade moralista e no Estado, que impunha uma vida baseada no modo de produção e nos valores capitalistas.	O principal opositor é o regime militar e os valores moralistas e produtivistas da sociedade.
João Baptista Breda	“Prazer para Todos”	Defesa de uma sociedade mais justa e prazerosa para todos, sem restrição.	O conflito estava generalizado, e mesmo a esquerda é apontada como	O principal opositor é o regime militar e os valores moralistas e produtivistas da sociedade.

			moralista e proibicionista.	
--	--	--	-----------------------------	--

Em termos de repertórios de ação coletiva, a estratégia adotada foi muito semelhante. Os ativistas dispunham de uma série de repertórios “modulares” (TARROW, 2009), ou seja, rotinas eleitorais tais como panfletagens, comícios, debates, passeatas e discursos em praças públicas. Esses repertórios foram sistematicamente adaptados aos objetivos dos agentes, sempre em consonância com a estética contracultural que permeava as campanhas. O quadro a seguir sistematiza os principais repertórios de ação acionados pelos candidatos e seus comitês de campanha nas eleições de 1982.

Quadro 5.3: Repertórios de Ação das candidaturas de interesse ou aliadas (Eleições de 1982)

Manifestações do Tipo Convencional	Fundação de núcleos de campanha; Produção de materiais de campanha (fanzines, jornais, panfletos e cartazes); Venda de <i>souvenirs</i> de campanha para a arrecadação de fundos (camisetas, bebidas, bottons); “Dobradinhas” com outros candidatos de perfil libertário;
Manifestações do Tipo Direta	Panfletagens; Passeatas; Participação em sabatinas; Participação em debates promovidos por associações e movimentos sociais; Atos públicos; Comícios de rua, Comícios domésticos; Abaixo assinado; Pintura de muro;
Manifestações do Tipo Lúdica	Festas para a arrecadação de fundos; Shows Musicais; Performances coletivas; Participação em festivais culturais; Shows de Travestis;
Manifestações dirigidas aos meios de comunicação	Participação no Horário Eleitoral Gratuito (Rádio e TV); Entrevistas concedidas à imprensa; Realização de coletivas de imprensa.

O quadro foi inspirado em: Kriesi, Hanspeter et al (1995). *New social movements in Western Europe*. London:ULC Press.

O esforço dos atores se deu no sentido de adaptar o repertório clássico das rotinas eleitorais. A contracultura novamente foi a fonte de inspiração principal para a realização de uma série de atividades, muitas delas de caráter lúdico, inusitado ou mesmo irreverente. Houve desde sabatina em boate gay até panfletagem em zonas de meretrício, passando por caminhadas de rua que mais pareciam um bloco de carnaval. O clima “desbundado” dava o tom das festas de arrecadação de fundos, que, de tão animadas, tornaram-se notícia de jornal. Nesse sentido, as campanhas foram extremamente hábeis no que diz respeito à criatividade e à capacidade de experimentação. Repertórios tradicionais foram apropriados e, por meio de operações de reinvenção, deram vazão às práticas contraculturais dos ativistas. Festa se

transformou em fazer político, e o fazer político se transformou em festa. Luta e prazer caminharam lado a lado. A dicotomia entre “desbundados” e “militantes”, ao menos temporariamente, foi dissolvida. Forma e conteúdo andavam em sintonia.

Do ponto de vista da trajetória do movimento homossexual, a participação dos ativistas nas campanhas trouxe inúmeros aprendizados. Diferente dos repertórios predominantes entre os grupos homossexuais organizados da virada da década de 1970 e 1980, que eram mais voltados para a politização das identidades homossexuais e para as questões internas à comunidade, os repertórios de ação empregados na arena eleitoral eram definitivamente mais voltados para o público espectador e para o Estado. Representaram, em alguma medida, a continuidade dos repertórios de ação coletiva defendidos pelos ativistas de esquerda com múltipla filiação que, no período anterior, defendiam a participação dos grupos nas passeatas do 1º de maio e em manifestações voltadas para a luta contra o regime militar.

Como apontado pela literatura (FACCHINI 2002; FACCHINI, SIMÕES; 2009), nos anos seguintes, o movimento homossexual passou por um processo de transição, marcado pela consolidação de um repertório de ação mais institucionalizado, voltado para a sustentação de grupos de pressão e para o ativismo parlamentar. À luz da análise dos quadros interpretativos e repertórios de ação empregados nas campanhas eleitorais de 1982, não restam dúvidas de que a experiência política acumulada no confronto eleitoral foi fundamental para a construção de um novo perfil público do ativismo homossexual no Brasil na segunda metade dos anos 1980. Em contraposição ao movimento voltado para o fortalecimento interno da comunidade, as campanhas eleitorais analisadas afirmaram a necessidade de direcionar demandas ao Estado, buscar a legitimidade perante a opinião pública e angariar aliados entre as elites políticas. Fizeram isso trazendo quadros interpretativos contraculturais para a arena eleitoral e apostando na utilização de repertórios de ação mais institucionalizados.

O simples fato de candidaturas aliadas terem sido eleitas para o legislativo municipal, estadual e federal nos dois estados mais populosos do país (São Paulo e Rio de Janeiro) sugere que a mudança de perfil do movimento nos anos seguintes esteve diretamente relacionada às eleições de 1982. Como nos lembra Tarrow (2009), a percepção de oportunidades políticas como a presença de aliados na arena política tende a induzir à mobilização dos movimentos, tanto em direção aos protestos de rua quanto em direção às formas de ação institucionalizadas. Nesse sentido, há de se discordar de Lima (1983) e da literatura que aponta a primeira experiência eleitoral do PT como um fracasso para os movimentos que nele apostaram. Além do aprendizado acumulado em termos de repertório

confrontacional, o movimento homossexual elegeu aliados, como José Genoíno na Câmara Federal, Eduardo Suplicy na Assembleia Legislativa de São Paulo e Irede Cardoso na Câmara Municipal de São Paulo, parlamentares que, nos anos seguintes, viriam a garantir o acesso do movimento à arena da política institucional. Se houve perdas na transição para um modelo de ativismo mais institucional, certamente ela não esteve relacionada aos resultados eleitorais, mas à progressiva adaptação do discurso dos atores. Para dialogar com o Estado, os partidos políticos e a opinião pública, o movimento foi, pouco a pouco, deixando para trás a ênfase no seu caráter libertário. Em pouco tempo, as discussões sobre liberação sexual, desejo, autonomia, hierarquias sexuais e monogamia, que deram o tom dos debates na virada dos anos 1970 para os 1980, deram lugar à uma linguagem pautada na lógica dos direitos civis.

Conclusão

A literatura sobre os movimentos sociais tem sido enfática ao afirmar que mudanças nas oportunidades políticas afetam os repertórios de ação coletiva (TILLY, 2008:28). Nesse sentido, a Reforma Eleitoral de 1979, a fundação do PT e a realização de eleições sob um sistema multipartidário sinalizaram, para o movimento homossexual, a possibilidade de dirigir demandas ao Estado, angariar novos aliados entre as elites políticas e despertar o sentimento de indignação pública em relação à discriminação sofrida por gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis. Enquanto os grupos organizados optaram pelo *lobby* eleitoral ampliado, os ativistas com múltipla filiação (em grupos de movimento e partidos políticos) engajaram-se em campanhas eleitorais de forte conteúdo contracultural, especialmente no Partido dos Trabalhadores.

Essas campanhas enfrentaram o desafio de adaptar os quadros interpretativos e repertórios de ação do movimento homossexual para a arena eleitoral. Quadros interpretativos da contracultura foram evocados para incentivar a mobilização e, ao mesmo tempo, conscientizar os eleitores de que o preconceito ao homossexual era uma questão social, localizada dentro de um debate político mais amplo. Repertórios de ação comuns às campanhas eleitorais foram adaptados à estética contracultural do movimento. Com a realização de festas “desbundadas”, passeatas que simulavam blocos de carnaval, panfletagens em zonas de meretrício e festivais de música, shows de travestis, a disputa por votos ganhou ares de festa tropicalista. É curioso imaginar que, após quase uma década de intensos debates entre “militantes” e “desbundados”, a campanha eleitoral de 1982 tenha

proporcionado, ao menos por um curto período, a dissolução da dicotomia entre “desbunde” e “militância” que havia dividido a juventude da década de 1970. Há de se destacar ainda o papel desempenhado por aliados da causa homossexual, como Liszt Vieira e Caterina Koltai, cujos esforços pautar essa temática em suas campanhas certamente contribuíram para conferir legitimidade ao assunto perante o partido e o eleitorado.

Embora parte da literatura considere a primeira incursão eleitoral do PT e do movimento homossexual pouco expressiva em número de votos, do ponto de vista da trajetória do movimento, a análise dos quadros interpretativos e repertórios de ação aponta em uma direção oposta. A experiência no confronto eleitoral alterou os enquadramentos interpretativos e ampliou os repertórios de ação do movimento homossexual em direção a práticas mais institucionalizadas, apontando o caminho pelo qual o movimento seguiria nos anos seguintes. Sob esse ponto de vista, não há que se falar em derrota, mas em reinvenção.

Considerações Finais

Este trabalho buscou reconstituir as mobilizações do movimento homossexual brasileiro entre os anos de 1978 e 1982, atentando para as conexões entre a emergência do movimento e o contexto político mais amplo e focalizando a sua relação com a política institucional. O movimento homossexual brasileiro surge no final dos anos 1970 no bojo do ciclo de protestos pela democratização do país. A partir de 1977, com a retomada do protesto estudantil, movimentos de oposição ao regime militar experimentaram uma elevação nos níveis de mobilização, estimulando outros atores sociais a irromperem na cena pública para reivindicar uma série de demandas democratizantes. Inicialmente, a mobilização de ativistas gays e lésbicas se deu por meio da imprensa alternativa, com o lançamento do jornal *Lampião da Esquina*, e da formação de grupos mais voltados para a auto aceitação e o fortalecimento da sociabilidade comunitária. O acirramento do ciclo de protestos e a presença de *brokers*, que circulavam entre grupos de movimentos, partido e redes transnacionais, estimularam a adoção de um repertório de ação mais disruptivo. Depois de participações no Dia da Consciência Negra e na passeata do 1º de maio de 1980, o movimento “saiu do armário” com o protesto contra a violência policial, em 13 de junho de 1980, no centro de São Paulo.

A relação com a esquerda, que remete aos anos 1960, quando muitos ativistas homossexuais tiveram a primeira experiência política em grupos estudantis e nas organizações da resistência armada, foi a “porta de entrada”, como diria De La Dehesa (2010), para a política institucional. Aqui, como em outros países, o movimento homossexual se formou numa interação complexa entre uma esquerda que se renovava e a difusão de símbolos e bens culturais oriundos da contracultura dos anos 1960 e 1970. Diversas lideranças do movimento homossexual brasileiro, mesmo aquelas que, mais adiante, mostraram-se contrárias ao ativismo partidário, tiveram engajamento prévio em organizações de esquerda, como o PCB e a AP. Da mesma forma, os ativistas que circularam entre partido e grupos de movimento se valeram de quadros interpretativos e repertórios de ação contraculturais para consolidar o ativismo homossexual no interior dessas agremiações, como mostram as experiências eleitorais de 1982.

Esses dois fenômenos - a emergência de uma nova esquerda e a contracultura - não podem ser interpretados senão de forma constitutiva. De um lado, estavam uma nova geração de ativistas e organizações revolucionárias, que buscavam fazer a autocrítica das experiências socialistas e apostavam em formas democráticas de ação política e, de outro, um conjunto de

novas interpretações e comportamentos, que buscavam ampliar as noções de revolução, de socialismo e de liberdade. No ambiente da abertura política, em função do processo de reorganização partidária, as fronteiras entre partidos e movimentos se tornaram mais permeáveis. Consequentemente, movimentos sociais e organizações políticas que buscavam uma alternativa às tradições políticas representadas pelo PCB, o PTB e o PMDB desaguaram na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

No caso de ativistas homossexuais, a entrada no PT esteve relacionada, sobretudo, com a permeabilidade das correntes trotskistas aos chamados debates identitários. Ativistas ligados a organizações como a Convergência Socialista, a Democracia Socialista e a OSI, assim como intelectuais e artistas vindos do exílio, foram responsáveis por legitimar as pautas do movimento homossexual no interior do partido. Diante da necessidade de ampliar a sua capacidade de adesão para garantir o registro na Justiça Eleitoral e se consolidar enquanto alternativa política na arena partidária e eleitoral, o PT assumiu o compromisso com a causa homossexual tão logo obteve a legalidade. O discurso de Lula na I Convenção da sigla, em setembro de 1981, revela o contraste entre o líder operário que, até pouco tempo, desconhecia o “homossexualismo” na classe operária e o presidente do partido que agora precisava dialogar com uma base política mais ampla.

Entretanto, a incursão na arena partidária e eleitoral impôs aos ativistas homossexuais o desafio de adaptar seus quadros interpretativos e repertórios de ação coletiva para o terreno da política institucional. É nesse sentido que as eleições de 1982 representaram um ponto de inflexão para grupos como o GALF e o Outra Coisa de São Paulo, que estimulados pelo contexto de oportunidades políticas, iniciaram um processo de mobilização que obrigou todos os partidos a se posicionarem sobre as reivindicações do movimento. Grupos como o GALF e o Outra Coisa atravessavam um período de transformações para o movimento, no qual muitos dos agrupamentos surgidos durante o ciclo de protestos haviam se diluído e os rumos do ativismo pareciam até então incertos. As eleições de 1982 apontaram novos caminhos e permitiram aos agentes testarem novas formas de mobilização, ampliar o debate sobre a causa perante a opinião pública e buscar novos aliados na arena política.

Experimentação talvez seja a melhor palavra para definir a experiência dos ativistas que se engajaram nas campanhas eleitorais analisadas neste trabalho. Diante do desafio de dialogar com amplas parcelas do eleitorado, quadros interpretativos contraculturais foram acionados e repertórios de ação típicos das rotinas eleitorais, adaptados. As campanhas de Edson Nunes, José Carlos Dias de Oliveira, Liszt Vieira, Caterina Coltai e João Baptista

Breda apontaram um rol de possibilidades em termos de mobilização, expandindo os quadros interpretativos e repertórios de ação do movimento. As ações mais institucionalizadas, que polarizavam o movimento durante o ciclo de protestos, ganharam mais espaço no contexto do confronto eleitoral. Em outras palavras, mudanças nas oportunidades políticas estimularam mudanças no repertório confrontacional.

Entretanto, táticas e estratégias, uma vez utilizadas e apreendidas, não são descartadas. Elas passam a compor o repertório do movimento social e podem ser acionadas novamente a qualquer momento. Nesse sentido, a experiência nas eleições de 1982 tem menos a ver com número de votos e mais com o aprendizado dos agentes. Como destaca De La Dehesa (2010), a primeira incursão eleitoral do movimento homossexual brasileiro marca o início de uma longa trajetória de ativismo parlamentar. Foi a partir dessa experiência que os ativistas de grupos como GGB, GALF, Outra Coisa, Atobá e Somos/RJ aprenderam a se relacionar com as instituições políticas. E foi a partir daí que se multiplicaram os aliados do movimento nas casas legislativas de Brasília e em muitas outras cidades do país.

Só para ficar no exemplo do PT de São Paulo, José Genoíno, eleito deputado federal, tornou-se aliado de primeira ordem do movimento homossexual durante a Assembleia Constituinte, ao tentar inserir, em articulação com grupos homossexuais, o termo "orientação sexual" no elenco das vedações de discriminação¹²⁶. Eduardo Suplicy, eleito para a Assembleia Legislativa do Estado, manteve-se como um dos principais apoiadores do movimento no parlamento estadual, apoiando diretamente as mobilizações dos grupos organizados. Em 1983, foi um dos parlamentares presentes na manifestação das mulheres lésbicas no Ferro's Bar, impedindo que as manifestantes fossem agredidas pela polícia ou tivessem a sua entrada no local tolhida pelos donos do estabelecimento¹²⁷. Irede Cardoso¹²⁸, eleita vereadora, foi uma das grandes opositoras de Jânio Quadros, que promoveu enquanto prefeito, ao longo da década de 1980, uma verdadeira caça aos homossexuais na capital paulista, proibindo o ingresso de gays na Escola de Bailado da Cidade e incitando a violência contra homossexuais por meio de declarações homofóbicas nos meios de comunicação. Irede foi uma das principais apoiadoras do movimento no período em que esteve na Câmara Municipal, contribuindo com recursos para os grupos como o GALF e fazendo declarações

¹²⁶ "José Genoíno na Constituinte foi um bom deputado". Blog Memória e História do MHB-MLGBT.

Disponível em: <<http://memoriamhb.blogspot.com.br/2013/01/jose-genoino-na-constituente-foi.html>>. Acessado em 07 de setembro de 2015.

¹²⁷ "Democracia também para as lésbicas no Ferro's Bar". Chanacomchana, nº 4, Sem data.

¹²⁸ GREGO, Mário. Depoimento de Mário Grego [Jan. 2015]. Entrevistador: CRUZ, Rodrigo. São Paulo: 2015. Duração: 01:09:48.

de apoio à luta contra o preconceito, tanto na imprensa quanto na tribuna da Câmara Municipal¹²⁹.

A maior presença de aliados entre as elites políticas e as novas oportunidades abertas pelo processo de transição política estimularam, a partir da segunda metade dos anos 1980, o surgimento de novos grupos homossexuais, como o Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, que apostava em repertórios de ação mais institucionalizados, entre os quais campanhas públicas de conscientização e interlocução com parlamentares. Foi do Triângulo Rosa a iniciativa de lançar uma campanha para incluir o termo "orientação sexual" no conjunto de discriminações consideradas inconstitucionais durante a Assembleia Nacional Constituinte. Em Salvador, após o sucesso da campanha pela despatologização da homossexualidade, que obteve 16 mil assinaturas e conseguiu fazer com que o Conselho Federal de Medicina revogasse o artigo 302.0, em 1985, o Grupo Gay da Bahia, que, desde a sua fundação esteve voltado para a realização de ações externas, engajou-se na luta contra a epidemia de HIV-Aids, sendo nomeado membro da Comissão Nacional de Aids do Ministério da Saúde do Brasil em 1988¹³⁰.

Dessa forma, a adoção de repertórios mais institucionalizados a partir da interação com as instituições políticas, além de um processo de aprendizado para grupos e ativistas, também produziu efeitos de longo prazo que marcariam a trajetória do movimento nas décadas seguintes, garantindo progressivo acesso ao Estado. A longa relação com o PT, que se estenderia pela década de 1990, com a criação do Núcleo de Gays e Lésbicas do PT (NGLPT), ganharia um novo capítulo a partir dos anos 2000, com a chegada do partido ao governo federal. Um olhar de longo prazo¹³¹ sobre o movimento homossexual brasileiro, atualmente denominado LGBT, permite afirmar que a combinação de rotinas de protesto e táticas institucionalizadas poucas vezes foi tão bem executada por um movimento social. As paradas do orgulho, que anualmente levam milhares de pessoas às ruas de todo o país, são o melhor exemplo dessa realidade: disruptivas, mas financiadas pelo Estado. E altamente “desbundadas”. Porque a linguagem provocativa da contracultura, herdada dos anos 1960 e 1970, jamais deixou de prevalecer.

¹²⁹ “Balanço das Eleições”. Chanacomchana, nº 12, Fev-Maio de 1987, p. 16-19

¹³⁰ “O que é o GGB”. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/ggb.html>>. Acessado em: 3 de novembro de 2015.

¹³¹ Para uma compreensão de longo prazo da relação estabelecida pelo movimento LGBT brasileiro com o Estado, recomendo De La Dehesa (2010).

Bibliografia

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Von. As transformações do estudo dos movimentos sociais: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? *Sociologias*. Porto Alegre, ano 13, nº 28, p. 53-84, set/dez, 2011.

ALONSO, Angela, C., Valeriano e MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos estud.* CEBRAP, nº79, p.151-167, nov 2007.

ALVES, J. E. D. Evolução do eleitorado brasileiro e da representação feminina. *Aparte*. Rio de Janeiro, p. 1 - 1, 10 jul. 2006.

ANDREWS, Kenneth. Social Movements and Policy Implementation: The Mississippi Civil Rights Movement and the War on Poverty (1965-1971). *American Sociological Review* 66: p. 71-95, 2011.

ANGELO, V. A. *A trajetória da democracia socialista: da fundação ao PT*. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

BARBOSA DA SILVA, José Fábio. O homossexualismo em São Paulo: um estudo de um grupo minoritário. In: GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo (Org.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, p. 47 - 179, 2005.

BARROSO, Fernando L. A. *Jornal do Nuances - A prática midiática de uma ONG de Porto Alegre (RS) para o confronto político entre o "gay classe média" e a "bicha bafona"*. Tese de doutorado em Ciências da Comunicação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 2007.

BASTIDE, Roger. *A Imprensa Negra do Estado de São Paulo: Estudos Brasileiros*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

BELLUCCI, Mabel. *Orgullo. Carlos Jauregui, Una Biografía Política*. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta, 2010.

BENSAÏD, Daniel. *Trotskismos*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010.

BOSCHI, Renato. *A arte da associação. Política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice, 1987.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *O partido comunista como "esquerda positiva"*. Lua Nova [online]. 1995, n.35, pp. 183-201. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n35/a09n35.pdf>. Acesso em: 20 de Junho de 2015.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: Diálogos com Sidney Tarrow. *Política e Sociedade*, vol. 10, nº 18, p. 51-73. abril de 2011.

CADENA-ROA, Jorge. State pacts, elites and social movements in Mexico's transition. In: GOLDSTONE, Jack. (Org.). *States, parties and social movements*. New York: Cambridge University Press, 2003.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. Para que serve o voto?. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *O voto de desconfiança. Eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. Petropolis: Vozes, 1980.

CÂMARA, Cristina. *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependency and development in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dependência e Democracia. In: FLEISCHER, David (org.). *Da distensão à abertura: As Eleições de 1982*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia t. (Org.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Os movimentos sociais na América Latina*. RBCS, São Paulo, vol. 3, nº 1, 1987.

_____. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90, política e identidade no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio. A. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cadernos Pagu*, nº 28, p. 65-99, janeiro - junho de 2007.

CASCAIS, António Fernando. *Diferentes como só nós. O associativismo GLBT português em três andamentos*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 76, Dezembro 2006: p. 109-126.

CHABOT, Sean. Transnational diffusion and the african american reinvention of gandhian repertoire. *Mobilization: An International Journal*, nº 5(2), p. 201-216, 2000.

COLAÇO, Rita. *De Daniele a Chrysóstomo - Quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena*. Tese de Doutorado em História apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2012.

_____. De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org), *Ditadura e Homossexualidades – Repressão, Resistência e a Busca da Verdade*. São Paulo: Editora EdUFSCar, 2014.

COSTA, Nelson Nery. *Teoria e realidade da desobediência civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, Ideologia e “Subversão” no Regime Militar. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org), *Ditadura e Homossexualidades – Repressão, Resistência e a Busca da Verdade*. São Paulo: Editora EdUFSCar, 2014.

CRESS, Daniel M.; SNOW, David A. The Outcomes of Homeless Mobilization: The influence of Organization, Disruption, Political Mediation and Framing. *American Journal of Sociology*, nº 105, p. 1063-1104, 2000.

DANIEL, Herbert. Anjos do Sexo. In: DANIEL, Herbert; MICCOLIS, Leila. *Jacarés & Lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade*. Rio de Janeiro: Achiamé/Socci, 1983.

_____. *Passagem para o Próximo Sonho: Um Possível Romance Autocrítico*. Rio de Janeiro. Editora Codecri, 1982.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DE LA DEHESA, Rafael. *Queering the Public Sphere in Mexico and Brazil: Sexual Rights Movements in Emerging Democracies*. NC: Duke University Press, 2010.

DELLA PORTA, Donatella, TARROW, Sidney. (Org.). *Transnational protest and Global Activism*. Rowman and Littlefield, 2005.

_____. *Cycles of protest and the consolidation of democracy*. *Partecipazione e Conflitto*. vol. 8, nº 2, 2014. Disponível em: <<http://sibaese.unisalento.it/index.php/paco/article/view/14342/12493>> Acessado em 07 de Setembro de 2015.

D'EMILIO, John. *Capitalism and Gay Identity from Powers of Desire: The Politics of Sexuality*. New Feminist Library Series. New York: Monthly Review Press, 1983.

_____. *Sexual Politics, Sexual Communities: The Making of a Homosexual Minority in the United States (1940-1970)*. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

DELMANTO, Julio. *Camaradas caretas: drogas e esquerda no Brasil após 1961*. Dissertação de Mestrado em História Social, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2013.

DIANI, M. Introduction: social movements, contentious actions, and social networks: from metaphor to substance? In: DIANI, M.; MCADAM, D. (org.). *Social movements and networks. Relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University, p. 1-18, 2003.

_____. 'Leaders' Or Brokers? Positions and Influence in Social Movement Networks. In DIANI, M. & McADAM, D. (Eds.) *Social Movements and Networks Relational Approaches to Collective Action*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2003.

DIAS, Lucy. *Enquanto corria a barca*. São Paulo: Senac: 2003.

DORE, Rosemary & RIBEIRO, Simone. Cidadania política e voto do analfabeto no Brasil. *Políticas Públicas*, Campinas, v.2, n.2, p.84-99, dez. 2009.

DOSE, Ralf. *Magnus Hirschfeld: The Origins of the Gay Liberation Movement*. Monthly Review Press, 2014.

DRUCKER, Peter. Introduction: Remapping sexual identities. In: DRUCKER, Peter (Org.). *Different Rainbows*. Gay Men's Press: Londres, 2000.

DULESKO, Darlei de Andrade. *Os caminhos de uma organização na construção de uma identidade homossexual*. Dissertação de Mestrado Profissional em Ciências Sociais, apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

DUNN, Christopher. *Brutality's Garden: Tropicália and the emergence of a Brazilian contraculture*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.

EVERS, Tilman. Movimento de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, José Álvaro. *Cidade, povo e poder*. CEDEC/Paz e Terra, Rio de Janeiro, Cortez, 1985.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth* (UNICAMP), Campinas, v. 10, n.18/19, p. 79-123, 2003.

_____. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____; SIMÕES, Júlio Assis. *Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

_____. Histórico da luta LGBT no Brasil. In: *Psicologia e Diversidade Sexual. Cadernos Temáticos do CRP-SP*. Vol. 11. São Paulo: CRP 6ª região, 2011.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: Uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org), *Ditadura e Homossexualidades – Repressão, Resistência e a Busca da Verdade*. São Paulo: Editora EdUFSCar, 2014.

FILLIEULE, Olivier. *Pride and Prejudice - How Homosexuals and Lesbians Came Out Politically in the Ligue Communiste Révolutionnaire (LCR) 1975-1979*. Paper to be presented at 2015 ECPR general conference in Montreal (Preliminary version). Disponível em: <https://www.academia.edu/14813624/PRIDE_AND_PREJUDICE_How_Homosexuals_and_Lesbians_Came_Out_Politically_in_the_Ligue_Communiste_R%C3%A9volutionnaire_LCR_1975-1979>. Acessado em: 14 de agosto de 2015.

FIGARI, Carlos. *@s "outr@s" Cariocas - interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro : séculos XVII ao XX*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FLEISCHER, David (org.). *Da distensão à abertura: As Eleições de 1982*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

GAMSON, William. The social psychology of collective action. In: Mueller, Carol McClurg e Morris, Aldon D. (eds.). *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven / Londres: Yale University Press, 1992.

GLEEN, John, K. Parties out movements: Party emergence in postcommunist Eastern Europe. In: GOLDSTONE, Jack. (Org.). *States, parties and social movements*. New York: Cambridge University Press, 2003.

GOLDSTONE, Jack A. Introduction: Bridging institutionalized and noninstitutionalized politics. In: GOLDSTONE, Jack. (Org.). *States, parties and social movements*. New York: Cambridge University Press, 2003.

GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões à luta armada*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GREEN, James. *Além do carnaval - A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

_____. Mais amor e mais tesão: história da homossexualidade no Brasil. Entrevista concedida a José Gatti. *Rev. Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 149-166, 2000b.

_____. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. *Cadernos AEL/IFCH/Unicamp*, Vol. 10, No 18/19, Campinas, 2003.

_____. Quem é o macho que quer me matar?: Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, N. 8. Brasília : Ministério da Justiça , 2012.

_____. “Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão”: Uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura. *Revista Acervo do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 27, nº 1, p. 53-82, Jan./Jun. 2014a.

_____; QUINALHA, Renan. Introdução. In: *Ditadura e Homossexualidades – Repressão, Resistência e a Busca da Verdade*. São Paulo: Editora EdUFSCar, 2014b.

GREEN, John C.; GUTH, James L.; WILCOX, Clyde. Less than Conquerors: The Christian Right in State Republican Parties. *Costain and McFarland*, p. 117-135, 1998.

HABERMAS, Jürgen. New Social Movements. *Telos*, nº 49, New York, 1987.

INGLEHART, R. The silent revolution in post-industrial societies. *American Political Science Review*, nº 65, 1971.

KECK, Margareth E. *PT – A lógica da diferença: O Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

KOWARICK, Lúcio. *Movimentos Sociais Urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.3, nº1, 1987.

KOOPMANS, Ruud. *Democracy from Below: New Social Movements and the Political System in West Germany*. Boulder, CO: Westview Press, 1995.

KRIESI, Hanspeter. *New social movements in Western Europe: a comparative analysis*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press/University College of London Press, 1995.

_____. *Party systems, electoral systems and social movements*. In: European University Institute Working Papers and Publications. Disponível em <<http://www.eui.eu/Projects/POLCON/Documents/Kriesipartysystems.pdf>>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta - Scritta Editorial, 1991.

LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique (org.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

LAURITSEN, John; THORSTAD, David. *The Early Homosexual Rights Movement: 1864-1935*. New York: Times Change Press, 1974.

LEKUS, Ian. *Queer and Present Dangers: Homosexuality and American Antiwar Activism, 1964-1973*. PhD diss., Duke University, 2003.

LIMA, Délcio M. *Os homoeróticos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

LIMA, Venício Arthur de & RAMOS, Murilo César. A Televisão no Brasil: Desinformação e Democracia. In: FLEISCHER, David (org.). *Da distensão à abertura: As Eleições de 1982*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

LINZ, Juan J. & STEPAN, Alfred. *Problems of Democratic Transition and Consolidation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

MACHADO, Frederico Viana. *Muito além do arco-íris. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado*. Belo Horizonte: 308p. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

MAIR, Peter. *Bini Smaghi vs. the Parties: Representative Government and Institutional Constraints*. EUI Working Paper, RSCAS 2011.

MANTEGA, Guido. *Sexo & Poder: Cadernos do Presente*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1979.

MARCELINO, Douglas A. Resguardando a moralidade em tempos de arbítrio: a DCDP e a censura de diversões públicas. In: I Jornada de Estudos Históricos do Programa de Pós-Graduação em História Social, 2005, Rio de Janeiro. *Anais da I Jornada de Estudos Históricos do Programa de Pós-Graduação em História Social*. Rio de Janeiro, 2005

MARKOFF, John. *Waves of Democracy, Social Movements and Political Change*. London and Thousand Oaks, CA: Sage /Pine Forge Press, 1996.

McRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

McADAM, D.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. (Ed.). *Comparative perspectives on social movements*. Cambridge University Press, 1996.

MUELLER, Carol M. Building social movement theory. In: Morris, A. D.; Mueller, C. M. (eds.) *Frontiers in social movement theory*. New Haven/London: Yale University Press, 1992.

_____; TARROW, Sidney. Scale shift in transnational contention. In: DELLA PORTA, Donatella, TARROW, Sidney. (Org.). *Transnational protest and Global Activism*. Rowman and Littlefield, p. 121-147, 2005.

_____; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

_____; TARROW, Sidney. Movimentos Sociais e Eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. *Dossiê Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, nº 28, p. 18-51, set./dez. 2011.

McCARTHY, Mayer; ZALD, John. Resource Mobilization and Social Movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, vol. 82, nº 6, Maio de 1977.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, no.17. São Paulo: Junho de 1989.

_____. Movimentos Sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. Entrevista a L. Avritzer e T. Lyra. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 40; novembro de 1994.

_____. *Challenging codes*. Cambridge/New York: Cambridge University, 1996.

_____. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México: Centro de Estudios Sociológicos, 1999.

MEYER, David S.; TARROW, Sidney. *A Movement Society: Contentious Politics for the New Century*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 1998.

_____; BOLI, John; THOMAS, George M.; RAMIREZ, Francisco O. World Society and Nation State. *American Journal of Sociology*, 103: p. 144-181, 1997.

MORANDO, Luiz. Por debaixo dos panos. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org), *Ditadura e Homossexualidades – Repressão, Resistência e a Busca da Verdade*. São Paulo: Editora EdUFSCar, 2014.

NEGRÓN-MUNANER, Frances. Echoing Stonewall and Other Dilemmas: The Organizational Beginnings of a Gay and Lesbian Agenda in Puerto Rico, 1972-1977 (Parts I and II)”. *Centro de Estudios Puertorriqueños Bulletin* 4, nº 1, p. 76-95; nº 2, p. 98-115, 1992.

NUNES, Edison. Os temas malditos. *Lua Nova*, vol.2, nº 2, p. 13-17, 1985. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451985000300004>. Acesso em: 15 de outubro de 2014.

OCANHA, Rafael F. As Rondas Policiais de Combate à Homossexualidade na Cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org), *Ditadura e Homossexualidades – Repressão, Resistência e a Busca da Verdade*. São Paulo: Editora EdUFSCar, 2014.

O'DONNELL, Guillermo. Estado, democratização e alguns problemas conceituais. *Novos Estudos Cebrap*, nº 36, p. 123-145, 1993.

OKITA, Hiro. *Homossexualidade: da opressão à libertação*. São Paulo: Proposta Editorial, 1981.

PARKER, Richard. Masculinity, Femininity and Homosexuality: on the anthropological interpretation of sexual meanings in Brazil. *Journal Of Homosexuality*, v. 11, n.3/4, p. 155-163, 1985.

_____. *Abaixo do Equador: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil: Entre a militância e o consumo*. São Paulo: Publifolha: 2011.

PERLONGHER, Néstor. Historia del Frente de Liberación Homosexual de la Argentina. In *Homossexualidad: Hacia la Destrucción de los Mitos*, ed. Zelmar Acevedo. Buenos Aires: Del Ser, 1985, p. 272-78.

_____. *O Negócio do Michê: Prostituição Viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2008.

PINTO, Céli Regina. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLETTA, Francesca. Snarls, quacks and quarrels: culture and structure in political process theory. *Sociological Forum*, vol. 14, nº 1. Mar, 1999.

REICH, Wilhelm. *A Revolução Sexual*. São Paulo: Zahar editora, 1982.

REIS, Eliana T dos. *Juventude, Intelectualidade e Política: espaços de atuação e repertórios de mobilização no MDB dos anos 70*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.). *Imagens da revolução, documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2006.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas armadas urbanas: 1964-1974. In: RIDENTI, Marcelo. REIS

FILHO, Daniel Aarão (orgs). *História do marxismo no Brasil*. Volume 6: partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *O fantasma da revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RIOS, Flávia. *Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. Tese de Doutorado em Sociologia, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2014.

ROBINSON, Lucy. *Gay men and the Left in post-war Britain*. Manchester: Manchester University Press, 2001.

RUAN, Fang Fu; LAU, M. P. *China: Zhonghua Renmin Gonghe Guo*. In: FRANCOEUR, Robert T. (Org.). *The international encyclopedia of sexuality*. Estados Unidos: Continuum, 1997. v. 1, p. 344-396.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALLUM JUNIOR, Basílio. *Labirintos. Dos generais à Nova República*. São Paulo, Hucitec, 1996.

SANDOVAL, Salvador A. M. Social Movements and Democratization: The case of Brazil and the Latin Countries. In: GIUGNI, M.; McAdam, D.; TILLY, C. *From the Contention to Democracy*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, p.169-202, 1998.

SANTOS, Alessandra D. & JACÓ-VILELA, Ana M. *Rádice: Passado e Futuro*. Rio de Janeiro: Set. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a04v17n3.pdf>>. Acesso em: 28 de novembro de 2014.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. *Mobilizações homossexuais e Estado no Brasil: São Paulo (1978-2004)*. Rev. bras. Ci. Soc. 2007, vol.22, n.63, pp.121-135.

SANTOS, João Marcelo Pereira dos. Identidade e diferença: A trajetória das mulheres no Partido dos Trabalhadores. In: *Perseu - história, memória e política*. vol. 1, nº 1. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SCHMITT, Rogério; CARNEIRO, Leandro PIQUET e KUSCHNIR, Karina. *Estratégias de campanha no horário gratuito de propaganda eleitoral em eleições proporcionais. Dados* [online]. 1999, vol.42, nº 2, p. 00-00. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581999000200003>>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

SEBRELLI, Juan José. Historia secreta de los homosexuales em Buenos Áries. In: *Escritos sobre escritos, ciudades bajo ciudades, 1950-1997*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1997, p. 275-370.

SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVA, Antonio Ozaí da. Esboço para a História da Esquerda no Brasil. *Espaço Plural (Unioeste)*, vol. 20, p. 133-164, 2009.

SIRKIS, Alfredo. *Carbonários*. São Paulo: Círculo das Letras, 1980.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo* (2a. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Framing Process and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, nº 26, p. 611-39, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A Política Brasileira: Novos Partidos e Velhos Conflitos. In: FLEISCHER, David (org.). *Da distensão à abertura: As Eleições de 1982*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

_____. Censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), vol. 10, p. -, 1995.

SOUTO MAIOR JÚNIOR, Paulo R., João Silvério Trevisan: Vida política, Trajetórias homossexuais. *Revista Tempo Histórico*, vol.5, nº 1, 2013.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

SOUZA, Rafael. *Saindo do gueto: O Movimento Homossexual no Brasil da Abertura, 1978-1982*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2013.

SPECK, Bruno Wilhelm. O financiamento político e a corrupção no Brasil. In: BIASON, Rita de Cassia (Org.). *Temas de corrupção política no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Balão Editorial, v. 1, p. 49-97, 2012.

TARROW, Sidney. Cycles of collective action: between moments of madness and the repertoire of contention. In: TRAUGOTT, Mark (Ed.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.

_____. TILLY, Charles. *Contentious politics*. Boulder, Colorado: Paradigm Publishers, 2007.

_____. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978.

_____. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. *Social Science History*, nº 17, 1993.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, nº 17, p. 17-28, junho de 1989.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VAN-DYKE, Nella. Protest Cycles and Party Politics: The effects of elite allies and antagonists on students protests in United States, 1930-1990. In: GOLDSTONE, Jack. (Org.), *States, parties and social movements*. New York: Cambridge University Press, 2003.

VIANNA, Marly (Org.). *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Editora Fai, 1995.

VIEIRA, Liszt. *A Busca: Memórias da Resistência*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

WEEKS, Jeffrey. *Sex, Politics and Society: The Regulation of Sexuality Since 1800*. Londres, Longman, 1989.

WILLIAMS, Kim M. Parties, movements and constituencies in categorizing race: State-Level outcomes of multiracial category legislation. In: GOLDSTONE, Jack. (Org.), *States, parties and social movements*. New York: Cambridge University Press, 2003.

Filmes:

DZI Croquettes. Direção: Tatiana Issa e Raphael Alvarez. São Paulo: TRIA Productions, Canal Brasil, 2009. DVD (110 min.): p&B /color. Port. Título original: Dzi Croquettes.

Fontes Documentais:

Boletim da Facção Homossexual da Convergência Socialista

Boletim Chanacomchana

Boletim do Grupo Gay da Bahia

Boletim O Corpo

Folha da Manhã

Folha de S. Paulo

Jornal Em Tempo

Jornal Lampião da Esquina

Jornal Versus

O Estado de S. Paulo

O Pasquim

Revista Ele e Ela

Revista Realidade

Revista Status

Websites:

Blog Cio da Terra

Blog Memória e História do MHB-MLGBT

Revista Geni

ANEXO A

Entrevistas realizadas:

	Nome	Data	Local	Duração	Organização
1	James Green	29/11/2014	São Paulo	01:39:59	Somos/Convergência Socialista/PT
2	Claudia Regina Santos Garcia	09/01/2015	São Paulo	01:22:09	Somos/OSI
3	Marisa Fernandes	19/01/2015	Realizada via internet	-	Somos/Grupo Lésbico-Feminista (GALF)
4	Mário Grego	16/01/2015	São Paulo	01:09:48	Mandato da Vereadora Irede Cardoso (PT)
5	Hiro Okita	22/01/2015	São Paulo	01:35:58	Somos/Convergência Socialista/PT
6	Dinah Lemos	23/01/2015	Realizada via internet	-	Partido dos Trabalhadores (RS)
7	Fernando Nogueira	13/08/2015	Realizada via internet	-	Partido dos Trabalhadores (RJ)
8	Marcelo Hameister	24/08/2015	Realizada via internet	-	Partido dos Trabalhadores (RS)

ANEXO B

Acervos Consultados¹³²:

Nome	Local	Data
Acervo Bajubá	Brasília (DF)/São Paulo (SP)	Setembro de 2014; Março e Abril de 2015; Agosto, Setembro e Outubro de 2015.
Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp)	Campinas (SP)	Janeiro de 2015 e Outubro de 2015
Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM)	São Paulo (SP)	Agosto de 2015
Centro Sérgio Buarque de Holanda - Arquivo da Fundação Perseu Abramo	São Paulo (SP)	Janeiro de 2015; Março de 2015; Setembro de 2015.
Hiro Okita (Acervo Pessoal)	São Paulo (SP)	Janeiro de 2015
Rita Colaço (Acervo Pessoal)	Rio de Janeiro (RJ), disponível para consulta virtual no Blog Memória e História do MHB-MLGBT ¹³³	Novembro de 2014; Janeiro de 2015, Março e Abril de 2015, Agosto, Setembro e Outubro de 2015.

¹³² Durante a pesquisa também recebi doações de arquivos de ativistas, colecionadores e pesquisadores como Álvaro Garcia, Dau Bastos, Fernando Barroso, Marcelo Hameister e Mário Grego.

¹³³ O acervo pessoal de Rita Colaço está sendo doado para o Acervo Bajubá, mas parte dele pode ser acessado no Blog Memória e História do MHB-MLGBT <memoriamhb.blogspot.com>.